

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
PROJETO EXPERIMENTAL EM RELAÇÕES PÚBLICAS I – MONOGRAFIA

**IMAGEM PÚBLICA E ESCÂNDALO POLÍTICO:
O CASO ROSEANA SARNEY**

Bianca Persici

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Bianca Persici', written in a cursive style.

PORTO ALEGRE

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
PROJETO EXPERIMENTAL EM RELAÇÕES PÚBLICAS I – MONOGRAFIA

**IMAGEM PÚBLICA E ESCÂNDALO POLÍTICO:
O CASO ROSEANA SARNEY**

Bianca Persici

0432/97-9

Orientadora: Professora Doutora Maria Helena Weber

Monografia apresentada para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2002

*A porta cerrada
Não abras
Pode ser que encontres
O que não buscavas
Nem esperavas*

Carlos Drummond de Andrade, do poema *Cuidado*.

*A meus amados pais, Maria Emilia e Dorvalino,
pessoas que sempre acreditaram na educação
como o maior presente que poderiam dar a seus filhos,
pelos incondicionais apoio e compreensão em todas as
decisões que tomei em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho com muita satisfação só foi possível com auxílio de pessoas e instituições às quais devo prestar meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de completar minha graduação em uma instituição pública e de qualidade.

Agradeço à Professora Doutora Maria Helena Weber que, além de me orientar nesse trabalho, foi a grande responsável por despertar em mim a paixão pelos estudos sobre comunicação e política.

Agradeço ao Partido da Frente Liberal (PFL) pela importante contribuição que deram a este trabalho através do fornecimento de material para minha pesquisa.

Agradeço a meus irmãos, Sibila e Francisco, pelas brigas pelo computador e pelas interrupções nos momentos em que mais precisava de concentração. Também aos colegas, professores e amigos pelas discussões sobre o tema, pela paciência e atenção dispensadas.

Em especial, a meu namorado, Gustavo Vettorato, por todo amor, sugestões e incentivo que recebi desde a primeira idéia até a finalização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
RESUMO	9
INTRODUÇÃO	10
I IMAGEM PÚBLICA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002	15
1 MÍDIA, IMAGEM E ELEIÇÕES	16
1.1 Construção de imagem pública	20
1.1.1 O cenário de representação da política	28
1.1.2 O <i>marketing</i> político	32
1.2 A democracia recente no Brasil	35
1.2.1 A televisão na transição para a democracia	36
1.2.2 As eleições presidenciais de 1989	41
1.2.3 As eleições de 1994	49
1.2.4 A reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998	52
II ROSEANA SARNEY: O ESCÂNDALO POLÍTICO COMPLEXO DE J. B. THOMPSON	56
2 ASCENSÃO – LANÇAMENTO E INCLUSÃO DA PRÉ-CANDIDATURA	57
2.1 A política maranhense	59
2.1.1 A construção do fenômeno Roseana Sarney	62
3 QUEDA – DEFESA E EXCLUSÃO DA CANDIDATURA	83
3.1 Construção do escândalo Roseana Sarney	88

3.2 As transgressões e o escândalo	99
3.2.1 Dinheiro e poder – o escândalo financeiro	99
3.2.2 Escândalo de poder – o exercício do poder político	104
3.3 O escândalo na mídia	107
3.3.1 A mídia e a estrutura do <i>escândalo político</i>	133
3.4 O escândalo e suas conseqüências	141
CONCLUSÕES	144
ANEXOS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O escândalo no campo político	27
Figura 2 - Roseana Sarney presidente	75
Figura 3 - A brasileira do ano	77
Figura 4 - Roseana Sarney mostra seu lado mais brasileiro	79
Figura 5 - Tudo sobre a mulher que quer ser presidente do Brasil	81
Figura 6 - Charge “Mas afinal, o que vocês estavam fazendo lá no escritório dos Murad?”	95
Figura 7 - A candidata que encolheu	115
Figura 8 - Grampos, chantagens e baixarias	117
Figura 9 - Sucessão presidencial, ato I: FHC erra	119
Figura 10 - A guerra dos dossiês	121
Figura 11 - A política do grampo	122
Figura 12 - Eles pensaram que o Brasil era o Maranhão	124
Figura 13 - Charge “O Show do Milhão”	128
Figura 14 - Charge “O Bom Partido”	129
Figura 15 - Charge “Lençóis Maranhenses”	130
Figura 16 - O dinheiro encontrado na <i>Lunus</i>	132
Figura 17 - Elementos do escândalo Roseana Sarney	136
Figura 18 - A candidata que virou picolé	140

RESUMO

Esta monografia tem como tema a pré-candidatura de Roseana Sarney nas eleições presidenciais de 2002 e pretende verificar como se deu a construção da imagem da ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney, possibilitando que a mesma chegasse ao segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, e analisar o *escândalo político* no qual esteve envolvida, de acordo com a Teoria Social do Escândalo de John B. Thompson. Para isso, utilizaremos como referencial teórico os conceitos de imagem pública, cenário de representação da política (CR-P), *marketing político* e *escândalo político*. Ao longo do estudo do caso Roseana Sarney, procuraremos demonstrar como as relações entre mídia e política influenciam os rumos da política brasileira e como Roseana Sarney construiu sua imagem através das estratégias de *marketing político*, buscando a adaptação da mesma ao cenário de representação da política vigente. Estudaremos, também, como o *escândalo político* desencadeado pelas investigações na empresa *Lunus Serviços e Participações* destruiu os laços de credibilidade e a reputação da pré-candidata, arruinando suas chances de concorrer à Presidência.

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema a pré-candidatura de Roseana Sarney às eleições presidenciais de 2002. O surgimento de seu nome na disputa já em outubro de 2001 e a grande visibilidade que recebeu na mídia levaram Roseana Sarney ao segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto. O crescimento vertiginoso da candidatura de uma figura inexpressiva no cenário nacional, bem como o seu fim após um escândalo de grande repercussão, desencadeado pelas investigações da Polícia Federal na empresa *Lunus Serviços e Participações*, estavam intrinsecamente relacionados às formas de comunicação midiática e ao poder da mídia de influenciar os rumos da política no Brasil.

A escolha do tema decorreu do interesse em aprofundar os conhecimentos acerca das relações entre mídia e política, tendo encontrado no caso Roseana Sarney uma oportunidade para estudar as formas de (des) construção de imagem pública e o papel da mídia neste processo. Como Roseana Sarney chegou ao segundo lugar na corrida presidencial, quais foram as estratégias de *marketing* político utilizadas, de que forma o escândalo abalou sua imagem, quais os interesses da mídia em Roseana Sarney e qual foi a participação da mídia na ascensão e na queda da candidatura da ex-governadora do Maranhão à Presidência da República são algumas das questões que se pretende responder com este trabalho.

A importância do tema é determinada pela supremacia da mídia como detentora da verdade. Esta supremacia tornou a visibilidade imprescindível para a legitimação de sujeitos, instituições e fatos políticos. Os avanços tecnológicos adaptaram o formato da comunicação política e eleitoral e estabeleceram uma relação de interdependência entre a mídia e a política. Conforme afirma Rubim, “a relação entre política e comunicação tem se firmado como tema relevante dos estudos contemporâneos” (2000, p. 7), visto que a mídia tornou-se um espaço privilegiado de disputa pelo poder. Sendo as eleições um momento “ritualizado, periódico e legitimado de escolha e investidura de dirigentes representativos para exercício de poder(es) na sociedade” (Rubim, 2000, p. 91), é importante analisar como as estratégias de comunicação política e os interesses da mídia influenciaram a opinião pública e determinaram a redefinição das instituições e sujeitos detentores do poder na esfera pública. Estudar o caso Roseana Sarney é, portanto, uma forma de contribuir para o resgate da história recente e para a compreensão das relações entre mídia e política no Brasil.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a formação da imagem pública de Roseana Sarney ao longo de sua pré-candidatura à Presidência da República, utilizando a Teoria Social do Escândalo proposta por Thompson (2002). Pretende-se, também, registrar a trajetória política de Roseana Sarney e sua relação com a mídia. Como referencial teórico, utilizaremos extensa e recente bibliografia que aborda os conceitos de imagem pública, cenário de representação da política (CR-P), *marketing* político e escândalo político. O conceito de imagem pública orientará a realização da análise da construção da imagem de Roseana Sarney,

segundo fatores tais como ações de instituições e sujeitos políticos, informações, participação da mídia e repercussão pública, fundamentais para a formação de imagem pública. O contexto em que se encontrava o imaginário político à época do lançamento da pré-candidatura de Roseana Sarney poderá ser conhecido a partir do conceito de CR-P, o qual atribui à mídia, sobretudo à televisão, o papel de criar representações da política. O conceito de *marketing* político nos permitirá analisar as estratégias que transformaram Roseana Sarney em um fenômeno de popularidade. Através de suas tipologias, o conceito de *escândalo político* será utilizado para o estudo do escândalo Roseana Sarney em cada uma de suas etapas. As equações propostas por Thompson servirão como guia nessa análise.

A metodologia utilizada para a realização dessa monografia é o estudo de caso. O caso Roseana Sarney será analisado segundo o referencial teórico mencionado e delimitado pela leitura das informações e conteúdos encontrados em periódicos de circulação nacional. O escândalo protagonizado por Roseana Sarney será verificado a partir de conceitos e tipologias sobre *escândalo político* encontrados na teoria de Thompson. Para isso, foram reunidas 14 edições de revistas de circulação nacional entre os meses de novembro de 2001 a abril de 2002. As revistas escolhidas foram *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*, pois as mesmas têm grande importância na formação da opinião pública nacional e, como periódicos semanais, sintetizam as informações. A repercussão causada pelo crescimento da pré-candidatura, bem como pelo *escândalo político* em que Roseana Sarney esteve envolvida será avaliada e cotejada através das matérias publicadas pelas revistas mencionadas. Como material de exame teremos, ainda, uma entrevista exclusiva com

o diretor-executivo do PFL, Sr. Saulo Queiroz, na qual o mesmo elucida a escolha de Roseana Sarney para concorrer à Presidência da República.

Imagem Pública e Escândalo Político: o caso Roseana Sarney foi dividido em duas partes. Na primeira parte, trataremos sobre mídia, imagem e eleições, quando serão apresentados os conceitos que formam o referencial teórico orientador de nosso estudo de caso. Serão explicitados e comparados os conceitos de imagem pública, *escândalo político*, *marketing político* e CR-P propostos por diversos autores consagrados. Em seguida, realizaremos uma breve análise sobre as relações entre mídia e política na democracia recente brasileira, a fim de contextualizar a situação em que estas relações encontravam-se no período analisado (novembro 2001 a abril de 2002).

A segunda parte do trabalho, subdividida em dois capítulos, trata do estudo do fenômeno Roseana Sarney propriamente dito. Nela, verificaremos as estratégias e os fatores que contribuíram para a ascensão e a queda de Roseana Sarney, a partir dos conceitos abordados na primeira parte deste trabalho. O primeiro capítulo apresenta a história política de Roseana Sarney e analisa como se deu a construção de sua imagem a partir dos programas e inserções do Partido da Frente Liberal (PFL), veiculados na televisão durante o período pré-eleitoral, e da repercussão dos mesmos na mídia. O escândalo Roseana Sarney é analisado no segundo capítulo. A partir do conceito de *escândalo político* de Thompson, verificaremos como ocorreram a crise, a defesa e a exclusão da candidatura de Roseana Sarney à Presidência da República nas eleições de 2002.

No início de cada capítulo serão encontrados trechos de músicas que ironizam o escândalo Roseana Sarney, bem como sua família. Alguns desses trechos fazem parte de músicas compostas por Paulo Caruso, conhecido chargista da revista *Isto É*.

I IMAGEM PÚBLICA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002

A primeira parte deste trabalho busca apresentar o referencial teórico que orientará o estudo do caso Roseana Sarney. Introduziremos o conceito de imagem pública e verificaremos quais são os fatores que contribuem para a sua (des) construção a partir de uma análise dos conceitos de *escândalo político*, cenário de representação da política e *marketing político*.

A fim de compreendermos a situação em que se encontram as relações entre mídia e política no País, realizaremos um breve retorno ao período de transição para a democracia, estudaremos como se deu a implantação e o crescimento da televisão no Brasil e acompanharemos a participação da mídia nas eleições presidenciais pós-ditadura militar.

1 MÍDIA, IMAGEM E ELEIÇÕES

*Se alguém
Reclamar da concorrência,
Desmentimos na TV,
Somos campeões de audiência.
(Paulo Caruso)*

As novas formas de comunicação alteraram as formas de fazer política. A construção da imagem de uma instituição ou sujeito político e as informações que possibilitam ao cidadão a tomada de decisão em um momento eleitoral têm a mídia como um palco privilegiado, onde as disputas por visibilidade acontecem. A célebre frase de Maquiavel – “Governar é fazer ver” –, dita quinhentos anos atrás, chama a atenção pela sua atualidade. Há muito tempo, poder e visibilidade vêm estabelecendo uma relação bilateral, em que as trocas são proporcionais ao grau de dependência da política aos meios de comunicação existentes e vice-versa. À época em que Maquiavel disse aquela frase, Gutemberg havia inventado a tipografia há pouco mais de cinquenta anos. Desde então, “a imprensa sempre esteve ligada à luta política” (Motta, 2002, p. 13). Atualmente, a mídia e, principalmente, a televisão exercem papéis de extrema relevância em nossa sociedade, sendo responsáveis por informar, educar e proporcionar entretenimento à população. A importância da comunicação no período eleitoral, contudo, não é um privilégio da época contemporânea:

independente do peso da imprensa, as eleições, já na época moderna, podem ser consideradas como um “foro comunicativo”, pois, como momento singular da política, elas exigem de todos os seus atores (...) um admirável investimento em comunicação, em suas estratégias, dispositivos e instrumentos (Rubim, 2000, p. 13).

Entretanto, não é apenas no período eleitoral que as formas midiáticas de comunicação demonstram sua força e poder. Diariamente, jornais selecionam notícias para serem publicadas, governos veiculam propagandas, sujeitos, instituições e partidos políticos realizam ações em busca de visibilidade. Na sociedade contemporânea, ambientada pela mídia, é a publicização dos fatos que lhes confere veracidade. “A imprensa (e o resto da mídia) deixou de apenas intermediar o real e o simbólico para estruturar e constituir o real”. A mídia seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o real (Motta, 2002, p. 17). Os meios de comunicação, mais do que difundir o discurso político, o transformam e o ambientam, contribuindo para a construção do cenário em que ocorrem as disputas de poder:

A realização da política, (...) agora acontece em uma sociabilidade ambientada pela comunicação, na qual a mídia opera em uma dimensão de centralidade, seja para transformar os discursos políticos, seja para configurar o mundo e as representações de mundo em que vivem os atores políticos (Rubim *in* Miguel, 2002, p. 9).

Alguns autores atribuem à mídia uma importância exagerada na disseminação de ideologias. Para Motta (2002, p. 16), “as sociedades passaram a ser impulsionadas por uma lógica midiática. A mídia passou a ser a instituição política e ideologicamente mais notável da sociedade, suplantando outros poderes, como o Parlamento, no jogo político”. Apesar de admitir a existência de uma centralidade na mídia, Almeida (2002, p. 31) não acredita que esta seja o ator central da política: “se a nova comunicação é resultado do desenvolvimento econômico-tecnológico da

sociedade capitalista, também atua sobre ela, resultando ser configurada e, ao mesmo tempo, configurante da sociedade contemporânea”.

No campo da relação entre comunicação e política, acreditamos não haver a dominância de uma sobre a outra. Existe, sim, uma interdependência, cujas necessidades econômicas¹ da mídia e do bloco de poder fazem com que ambas busquem a manutenção da ordem hegemônica². Historicamente, percebe-se uma disputa contínua entre mídia e política, o que proporcionaria uma certa predominância ora de uma, ora de outra. A disputa de forças sociais que se estabelece cria uma conexão tensa e, ao mesmo tempo, conflituosa e complementar. O trecho de Almeida (2002, p. 33) exemplifica com clareza essa relação:

(...) os meios de comunicação, antes de serem instrumento político e ideológico, são capital que visa o lucro. (...) são empresas capitalistas, que precisam do capitalismo para continuar existindo. Sendo assim, nada mais natural que, independentemente de qualquer manipulação de grupos políticos, o conteúdo de suas mensagens seja tendencialmente simpático ao capitalismo. (...) tendem a defender certos projetos e interesses capitalistas mais específicos que signifiquem a ampliação de seus negócios e de seus principais anunciantes. E para que tudo ande o melhor possível, é bom que o poder de Estado garanta, por um lado, uma estabilidade para o sistema capitalista como um todo e, por outro, as melhores condições possíveis para seu ramo empresarial e para seus negócios particulares.

¹ Os padrões da produção (da indústria cultural) são pretensamente baseados nas necessidades dos consumidores: assim se explicaria a facilidade com a qual são aceitos. E, com efeito, o círculo da manipulação e das necessidades resultantes daí estreita cada vez mais a malha do sistema. No entanto, o que não se diz é que o terreno em que a técnica adquire seu poder sobre a sociedade é o poder daqueles que a dominam economicamente (...) (Adorno e Horkheimer *apud* Mattelart, 1994, p. 224).

² Referência ao conceito de hegemonia segundo o filósofo italiano Antonio Gramsci, que define hegemonia como “uma combinação de liderança ou direção moral, política e intelectual com dominação, exercida por meio do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e frações de classes” (Almeida, 2002, p. 26). Lima (2001, p. 183) acredita que o conceito de hegemonia oferece duas vantagens: (a) contém necessariamente o seu contrário – o contra-hegemônico ou o alternativo; (b) implica um processo ao mesmo tempo ‘constituído pela’ e ‘constituído da’ realidade social.

Dessa forma, mídia e política legitimam-se mutuamente. Reconhecemos a centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas e, nos dias atuais, “a realidade se constrói por meio de uma mesclagem da experiência vivida e televisada” (Almeida, 2002, p. 31). Mesmo assim, apesar de alterar o fazer político, pois impõe uma adaptação de linguagem, a mídia não é “o ator central da política; disputa na política como um ator, mas também é um ambiente disputado pelos outros atores políticos, estatais e privados” (p. 32). Como afirma Lima (2001, p. 113), as sociedades contemporâneas “dependem da mídia – mais do que da família, da escola, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos etc. – para a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões”.

Desde a sua implantação, a televisão no Brasil vem consolidando-se como “mecanismo indissociável do aparelho do Estado” (Cunha, 2002, p. 217). Nos países da América Latina e, especialmente, no Brasil o subdesenvolvimento e “a combinação de escola incipiente com mídia visual disseminada faz dos meios eletrônicos de comunicação, em especial da televisão, o aparelho ideológico dominante” (Miguel, 2002, p. 24). A grande influência que a televisão exerce na política brasileira, contudo, é decorrente da forma como ela foi implantada no País e, principalmente, da forma como seu deu a consolidação da Rede Globo enquanto peça fundamental no processo de integração nacional a serviço do regime autoritário. A televisão, por ser o principal meio de comunicação em nosso País, fez com que a linguagem e as formas de produção de imagens públicas fossem adaptadas aos seus próprios padrões. O processo de construção de uma imagem pública somente se

efetiva quando existem relações entre mídia e política, pois é através das formas de comunicação midiáticas que conceitos e mensagens, estrategicamente produzidos, serão transmitidos ao eleitorado.

1.1 Construção de imagem pública

Em uma disputa eleitoral, as “boas” relações entre mídia e política podem facilitar a construção de uma imagem pública favorável a um sujeito político. Os votos, objetivo maior de uma eleição, somente serão obtidos se o político, seu programa de governo e suas estratégias de *marketing* forem capazes de transmitir uma mensagem condizente com os interesses do eleitorado. Para isso, é necessário conhecer o cenário de representação da política vigente e, com base nele, lançar mão de estratégias que relacionem a imagem do candidato àquilo que os eleitores buscam em um governante. No processo de construção de uma imagem pública, existem diversos fatores que precisam ser considerados, como a mídia, que pode espetacularizar uma notícia ou torná-la invisível, os formadores de opinião e a sociedade. Veremos a seguir quais são os elementos importantes para a (des) construção da imagem pública.

Imagem pública, segundo Weber (2002, p. 2), é “um processo de construções e desconstruções de verdades, realidades e de legitimidade, tanto de quem fala sobre si próprio, assim como dos próprios espelhos – mídias, espaços, palcos”. Esta autora considera quatro fatores fundamentais para a formação da imagem pública:

- a) Ações de instituições e sujeitos públicos;
- b) Informação de interesse público;
- c) Participação da mídia;
- d) Repercussão pública.

Com isso podemos perceber que a construção da imagem pública tem início nos atores políticos, é intermediada pela mídia e finaliza-se no espectador, “sujeito principal do processo de formação da imagem” (Weber, 2002, p. 3), pois “é do olhar do espectador que sujeitos e instituições dependem para a formação de imagem e publicação de resultados” (Weber, 2002, p. 28). Em uma disputa de poder, quando são acionados especialistas em formação de imagem pública – os *image makers* – o que os atores políticos pretendem é controlar o modo de ver e de serem vistos (Weber, 2002, p. 26). Os conceitos que formam a imagem precisam ser transmitidos aos espectadores através da unidade de símbolos e marcas, transpostos a todo o material gráfico, aos discursos, aos *slogans*, aos eventos e às notícias veiculadas. O espectador avalia as mensagens transmitidas, que podem ter sido alteradas pela mídia, e lhes confere veracidade ou não:

A imagem pública é conceitual e visual, individual e social, real e abstrata. Junto se mantém a dúvida permanente sobre a verdade veiculada, pois o discurso político sempre inclui o adversário. A credibilidade depende da legitimidade de quem fala, do seu *lugar de fala*, do poder fiduciário que lhe foi atribuído e da imagem sobre esta legitimidade, construída estrategicamente (Weber, 2002, p. 4).

A partir do *sistema de produção e monitoramento de imagem* proposto por Weber (2002, p. 13), procuraremos compreender como a mídia provoca mudanças e adaptações entre a imagem desejada, projetada pelo ator político através de estratégias de *marketing* político, e a imagem percebida pelos espectadores, cuja aferição é realizada através de pesquisas:

(a) Identidade da instituição e sujeito que desejam uma imagem; a definição de (b) Objetivos + públicos; a participação de especialistas em tecnologia para a (c) Produção e emissão de sinais visíveis e invisíveis; meios e estratégias de (d) Circulação pública de informações e ações; os processos de apropriação das informações e ações nos modos de (e) Mdiatizações; (f) Mediações, as quais deverão provocar, individual e coletivamente, (g) Atração + interesse e repercussão da imagem desejada, a qual será submetida a um processo de (h) Aferição, cujos resultados alterarão a concepção da imagem veiculada (desejada) na origem.

Nas sociedades contemporâneas, ambientadas pela mídia, o discurso político obedece a padrões e linguagens midiáticas. Em uma disputa política, a produção de imagens públicas, portanto, também segue a este padrão. Após a definição dos objetivos, dos públicos e das estratégias para atingi-los, os atores envolvidos no processo irão transmitir aquilo que lhes é conveniente e ocultar as informações que considerarem inadequadas ao conhecimento público. Contudo, como a imagem desejada necessita da mídia para ganhar visibilidade,

mesmo planejada estrategicamente, a circulação de discursos e imagens informativas, no campo da política, foge ao controle do emissor, fortalecendo o poder das mídias, que têm seu poder assegurado pela sua capacidade de tornar visível e ocultar verdades e realidades (Weber, 2002, p. 16).

A existência de uma equidade entre a imagem projetada e a imagem percebida, dessa forma, depende em muito do apoio que determinada instituição ou sujeito político recebe da mídia, já que as estratégias de comunicação direta com o público não são capazes de atingir a grande massa. Concordando com Weber (2002, p. 13),

Nada é novo na relação entre a busca de apoio e projeções. Instigante é o jogo de poderes disputados e acordados entre mídias, política, sociedade e indivíduos, em todas as suas representações (...), visando à constituição de uma imagem pública favorável a seus interesses e lucros políticos, financeiros e institucionais.

Portanto, após o planejamento e a projeção de uma imagem pública a mídia poderá adotar essa imagem, espetacularizando-a, ou tornando-a invisível, de acordo com o grau de comprometimento político e financeiro entre organizações da mídia e atores envolvidos ou seus adversários. “As relações estratégicas públicas e privadas são mantidas entre os poderes (...) ou simples relações pessoais entre o profissional ou empresário da mídia e o sujeito ou instituição que necessitam de visibilidade ou ocultamento” (Weber, 2002, p. 14). Assim, somente depois de midiaticizada e de mediada, a imagem pública obtida poderá ser aferida e a adaptação ao cenário de representação da política vigente conferida. Neste momento, de aferição de resultados, entram em jogo os institutos especializados em pesquisa de opinião que, através de pesquisas qualitativas e quantitativas, realizam “estudos de repercussão nas mídias e monitoramento da opinião e informações veiculadas. Os sujeitos políticos têm a sua qualidade aferida pela opinião pesquisada e valoração obtida junto às mídias” (Weber, 2002, p. 25).

As pesquisas de opinião e, no caso de uma disputa eleitoral, as pesquisas de intenção de voto são os grandes “termômetros” do sucesso no processo de construção de uma imagem pública. Em alguns casos, quando não se obtém sucesso, ou seja, quando a instituição ou o sujeito político estão com baixos índices de intenção de voto, com altos índices de rejeição, dentre outros, é possível tentar reverter a imagem através da adoção de estratégias diferenciadas de visibilidade, como o ataque aos adversários ou, até mesmo, com a mudança de atitudes. Dessa forma, as pesquisas servem como importantes instrumentos de controle do processo de construção de imagem pública e devem ser utilizadas periodicamente para a verificação da adequação das estratégias empregadas.

O processo de construção de uma imagem pública pode ser afetado por fatores imprevisíveis que entram em jogo e têm o poder de arruinar todo o trabalho já desenvolvido. O *escândalo político-midiático* é um destes fatores. Segundo Thompson (2002), *escândalos político-midiáticos* são acontecimentos relacionados à ocorrência de transgressões que se tornam públicas através da mídia, geram repercussão e atingem a opinião pública.

Segundo Tarde, opinião é “um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares de pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade” (1992, p. 83). De acordo com o conceito de opinião proposto por Tarde, ainda no início do século XX, pode-se verificar que a opinião, assim como o cenário de representação da política, é um elemento em constante transformação,

pois se encontra condicionado a um espaço geográfico específico, a um dado momento no tempo e à cultura de uma sociedade. Para este autor, o conceito de opinião pública “só pôde começar a nascer após o (...) desenvolvimento da imprensa, no século XVI. O transporte da força à distância não é nada, comparado a esse transporte do pensamento à distância” (Tarde, 1992, p. 34). Com relação aos escândalos políticos, o desenvolvimento da imprensa também contribuiu para seu estabelecimento enquanto fenômeno midiático.

O escândalo político segundo a teoria de Thompson (2002) relaciona-se com o conceito de opinião pública, visto que é nela que residem as representações criadas e é através dela que se pode aferir os resultados obtidos pelas estratégias de construção de imagem, bem como os efeitos de um escândalo político para os atores e os objetivos em questão. Definido por Thompson como “escândalo que envolve indivíduos ou ações que estão situados dentro de um *campo político* e que têm impacto nas relações dentro do campo” (2002, p. 129), o escândalo na esfera política não é privilégio das sociedades modernas. Eles acontecem há muito tempo e em sociedades com diferentes culturas e formas de governo. O que caracteriza o escândalo como um *escândalo político* é a sua ocorrência dentro do campo político, campo no qual acontecem as disputas e o exercício do poder simbólico³. Entretanto, o que possibilitou que o escândalo político se tornasse uma característica comum às sociedades contemporâneas foi o desenvolvimento da mídia e sua penetração na vida cotidiana das pessoas. Quando um escândalo se desenrola dentro do campo político e

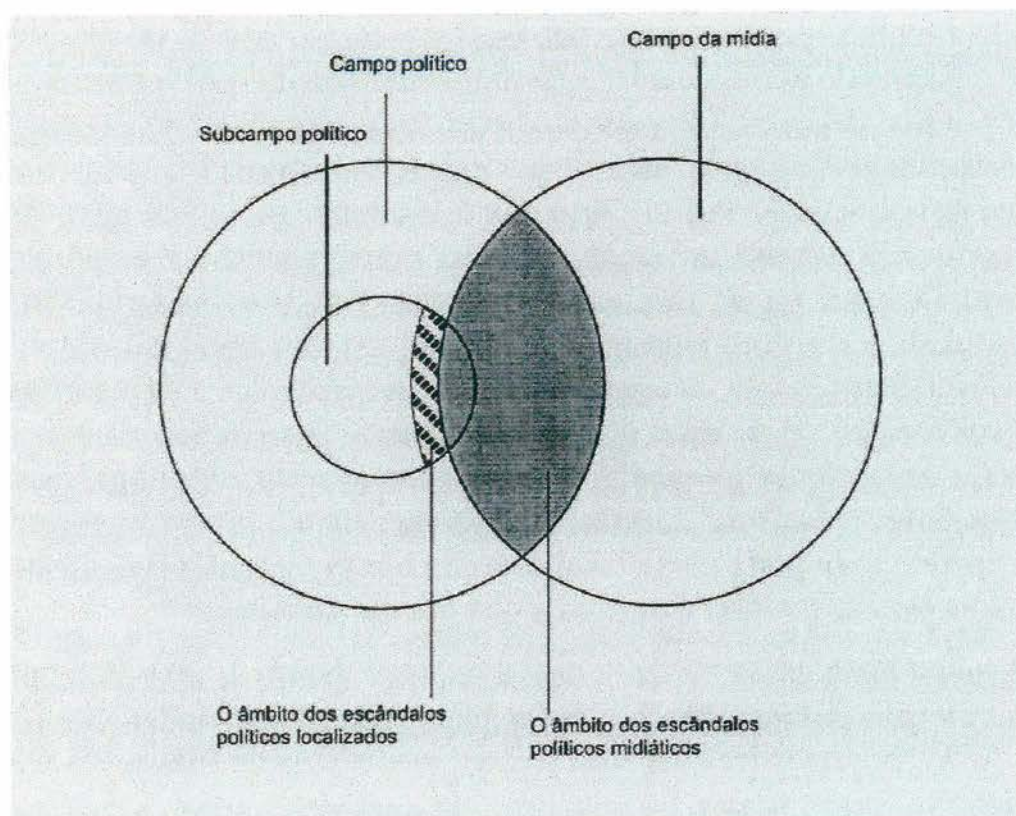
³ Segundo o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu (1989). Para Bourdieu (p. 10), símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social.

passa a ser, também, discutido e configurado pela mídia, este escândalo pode ser considerado um *escândalo político-midiático*.

Os escândalos políticos surgem na área em que o campo e o subcampo políticos se sobrepõe com o campo da mídia. Os escândalos políticos localizados, ou seja, aqueles que surgem dentro do campo político e mantêm-se restritos a ele são mais característicos de sociedades antigas e de sociedades recentes em que as atividades de comunicação sofrem rigoroso controle. Entretanto, a maior parte dos escândalos políticos de hoje são escândalos midiáticos, pois surgem e se desenrolam nos campos político e midiático concomitantemente (Thompson, 2002, p. 137). Este autor, ao propor uma Teoria Social do Escândalo, classifica três tipos de *escândalos político-midiáticos*: escândalos sexuais, escândalos financeiros e escândalos de poder. A publicização pela mídia de fatos relativos à esfera particular de sujeitos políticos podem abalar as relações de confiança e a reputação dos envolvidos, tornando mais difícil a construção de uma imagem pública favorável.

Dessa forma, o processo de construção de imagem pública é mediado por diversos fatores independentes. A fim de compreender como este processo acontece, é necessário abordar os conceitos de cenário de representação da política, fator fundamental para o entendimento do contexto em que ocorre a recepção das mensagens e de *marketing* político.

FIGURA 1 - O ESCÂNDALO NO CAMPO POLÍTICO



Fonte: Thompson (2002, p. 138)

1.1.1 O cenário de representação da política

Anteriormente, verificamos que a construção de imagem pública busca criar a identificação de uma instituição ou sujeito político com o cenário de representação específico deste campo. Mas o que é Cenário de Representação da Política (CR-P)? Nesta seção, iremos analisar o conceito de CR-P proposto por Lima (2001) e sua aplicabilidade a uma análise das relações entre mídia e política no contexto brasileiro. Segundo Lima (2001, p. 182-3), Cenário de Representação da Política é

o espaço específico de representação da política nas ‘democracias representativas’ contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica total, construído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia, sobretudo na e pela televisão. Como a hegemonia, o CR-P não pode nunca ser singular. Temos, portanto, de acrescentar ao conceito de CR-P o conceito de contra-CR-P ou de CR-P alternativo.

A partir deste conceito, podemos notar que o CR-P remete a dois fatores fundamentais: a existência de uma hegemonia e de uma sociedade ambientada pela mídia e, principalmente, pela televisão. Se partirmos do conceito de hegemonia segundo Gramsci⁴, conforme propõe Lima, perceberemos que no Brasil a hegemonia se expressa através dos governos, escolhidos pelo voto, e da mídia, os quais exercem os papéis de, respectivamente, liderança política e intelectual.

As eleições são o principal momento de participação política e de aferição dos resultados obtidos pelas estratégias de *marketing* e de construção de imagem pública. Como estas derivam de uma necessidade de adequação ao CR-P dominante

⁴ Hegemonia é “uma combinação de liderança ou direção moral, política e intelectual com dominação, exercida por meio do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e frações de classes” (Almeida, 2002, p. 26).

ou alternativo, é necessário que se compreenda quais são os elementos que o constituem, como a mídia participa deste processo e como a sociedade é influenciada por ele. Lima (2001, p. 187) apresenta três pressupostos básicos para a aplicação do conceito de CR-P em um dado contexto político-social, são eles:

- a) A existência de uma sociedade *media-centered*;
- b) O exercício de uma hegemonia;
- c) Existência da televisão como *medium* dominante.

As relações entre mídia e política estreitaram-se na recente democracia instaurada no Brasil. Desde as décadas de 1960 e 1970, a necessidade de integração nacional pelo regime autoritário transformou a televisão no principal meio de comunicação do País. Dessa forma, podemos concluir que a sociedade brasileira atende aos pressupostos citados acima e que, no contexto atual, o conceito de CR-P é perfeitamente aplicável às análises de influência da comunicação nas decisões políticas da sociedade, ou seja, nas eleições. No Brasil, a grande interdependência existente entre mídia e política alterou profundamente as formas de fazer política, o que quase comprometeu o regime democrático:

Não surpreende, portanto, que a mídia tenha também se transformado em palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade e, conseqüentemente, em fonte primeira das incertezas com relação ao futuro da democracia (Lima, 2001, p. 176).

O CR-P dominante não é estático; ele está em constante transformação, de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais que regem as relações entre

mídia e política. O CR-P ao qual um candidato deve adequar-se para vencer as eleições, segundo Lima, é construído ao longo do tempo e associa elementos do imaginário social e da cultura política presente em determinado momento histórico.

Para este autor, são elementos constitutivos⁵ do CR-P as mensagens veiculadas na mídia, que ele diferencia nas seguintes categorias: entretenimento (telenovelas, séries, filmes, *shows*, esportes), publicidade, telejornalismo e pseudojornalismo (*talk-shows*, entrevistas, variedades). No caso específico do Brasil, podemos perceber como o entretenimento, especialmente as telenovelas, influenciam o imaginário social. Na eleição de Fernando Collor, as telenovelas exibidas pela Rede Globo em período imediatamente anterior à disputa eleitoral de 1989 criaram um cenário de representação da política ao qual o candidato do PRN soube eficientemente adequar-se, sendo, assim, eleito presidente do Brasil.

Além das telenovelas, Lima (2001, p. 204) ressalta a programação jornalística – telejornais e pseudojornalismo – como elementos constitutivos do CR-P que possuem especial importância no contexto brasileiro: são programas como *Jornal Nacional*, *Globo Repórter* e *Fantástico*, todos da Rede Globo, os quais alcançam índices elevados de audiência.

Alguns autores acreditam que o conceito de CR-P cunhado por Lima “acaba supervalorizando a capacidade da mídia de influenciar diretamente os indivíduos,

⁵ Por elementos constitutivos entende-se “representações expressas no conteúdo (nas mensagens) de longo prazo da programação ou das matérias impressas” (Lima, 2001, p. 203).

praticamente desconsiderando outras mediações, relações, interdependência e interinfluências de outros atores” (Almeida, 2002, p. 39). Este autor também aceita a idéia de que o CR-P é construído antes do período eleitoral:

Para que um cenário de representação da política construído *na* mídia possa ser considerado efetivamente hegemônico, ele precisa se realizar *na* sociedade, como aquele predominante na chamada “opinião pública”. Se um cenário de representação da política é identificado como tendo sido construído *na* mídia e um outro é identificado na sociedade, não podemos afirmar que esse cenário de representação da política realizado como representação predominante na sociedade tenha sido construído *pela* mídia. Ou, pelo menos, que não o foi exclusivamente ou principalmente *pela* mídia, já que outros atores e mediações intervieram para que tal cenário não se realizasse conforme foi produzido e identificado *na* mídia (Almeida, 2002, p. 36).

Do contraponto entre o conceito de CR-P de Lima e a argumentação de Almeida, podemos concluir que o bloco de poder e as mídias buscam a construção de um cenário de representação da política que seja adequado aos interesses de ambos. O que se percebe, contudo, é que a opinião pública e individual é formada pela análise dos elementos lançados no CR-P e sob o filtro da experiência de cada indivíduo que compõe a sociedade. Em alguns segmentos da sociedade, especialmente naqueles com maiores índices de escolaridade, a mídia exerce menor influência na decisão política que nos demais segmentos. A difusão e a penetração da mídia e, principalmente, da televisão na vida das pessoas que formam as sociedades contemporâneas, somada à baixa escolaridade da maior parte dessa população, facilitam a construção e a alteração de cenários de representação política pela mídia e pelo bloco de poder de acordo com seus interesses.

1.1.2 O *marketing* político

Desde a redemocratização do País o “*marketing* político passou a ser utilizado com mais rigor e regularidade nas campanhas eleitorais” (Figueiredo, 1994, p. 27). Contudo, foi nas eleições presidenciais de 1989 que ele se consagrou enquanto como profissional, aliando os recursos tecnológicos disponíveis e mão de obra qualificada:

A utilização das técnicas de *marketing* na política é decorrência da própria evolução social. O conflito de interesses, as pressões sociais, a quantidade de candidatos, a segmentação de mercado, as exigências de novos grupamentos de eleitores, o fortalecimento dos grupos de pressão, a competição desmesurada, a decadência da sociedade coronelista no País, a urbanização, a industrialização, os novos valores ditados pela indústria cultural e o crescimento vegetativo da população constituem, entre outros, os elementos determinantes da necessidade de utilização dos princípios do *marketing* aplicados à política (Rego, 1985, p. 14).

Apesar de ainda ser visto pejorativamente por alguns autores, que consideram desapropriada a utilização do termo “*marketing*” na política, pois este se refere ao mercado, na sociedade contemporânea não é mais possível fazer política voltada para as massas sem recorrer às ferramentas do *marketing* (Almeida, 2002, p. 86), as quais permitem “dar notoriedade à ideologia partidária, servindo para pesquisar as necessidades do cidadão e revitalizar o partido”.

Mas o que é *marketing* político? Antes de buscar um conceito definitivo para esta atividade ainda recente no Brasil, é necessário que se compreenda o que é *marketing*. Em sua obra, Kotler (2000, p. 30) apresenta uma definição social de *marketing*; segundo ela, “*marketing* é um processo social por meio do qual pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação,

oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros”. Dessa forma, *marketing* implica necessariamente na realização de trocas, na tomada de decisões. Existem diversas definições de *marketing* político. Para Rego (1985, p. 14) é o “esforço planejado para se cultivar a atenção, o interesse e a preferência de um mercado de eleitores”. *Marketing* político, para Cervellini (2000, p. 14), é “um conjunto de técnicas e procedimentos cujo objetivo é avaliar, através de pesquisas qualitativas e quantitativas, os humores do eleitorado para, a partir daí, encontrar o melhor caminho para que o candidato atinja a maior votação possível”. Já Figueiredo define *marketing* político como

um conjunto de técnicas e procedimentos que tem como objetivos adequar um(a) candidato ao seu eleitorado potencial, procurando fazê-lo, num primeiro momento, conhecido do maior número de eleitores possível e, em seguida, mostrando-o diferente de seus adversários, obviamente melhor do que eles (1994, p. 10).

Seja como planejamento ou como técnica, o *marketing* político é uma adequação dos princípios de *marketing* comercial às atividades políticas “de governos, partidos ou personalidades políticas, estando em imediato processo eleitoral ou não” (Almeida, 2002, p. 79). E, como o *marketing* pressupõe a realização de trocas, no *marketing* político o “produto” é o político, o “consumidor” é o eleitor e a “moeda” é o voto.

Neste processo de apropriações de termos do campo do *marketing* pelas atividades políticas, surgem as marcas políticas: “uma categoria correspondente para o mundo da política a o que a marca comercial é para o consumo” (Figueiredo, 2000, p. 95). Conforme afirma Almeida (2002, p. 85), “se um partido, aliança política ou

personalidade política pretende ter uma longa vida, precisa se considerar como um ‘marca’”. A importância da existência de marcas políticas é o fortalecimento da imagem dos atores políticos a fim de facilitar a identificação e o reconhecimento destes. De acordo com Figueiredo (2000, p. 95), “a hipótese de crescimento das marcas políticas baseia-se na tendência que temos de economizar esforços para realizar uma tarefa necessária, seja ela escolher um candidato ou produto de consumo”.

Um dos fatores que contribuem para que o *marketing* político seja visto de forma negativa pela sociedade em geral é a discussão acerca da “despolitização” que a aplicação das técnicas de *marketing* à política proporcionaria. Para Almeida (2002, p. 68), a despolitização ocorre quando as estratégias para vencer uma eleição ou difundir determinada imagem ou mensagem são definidas apenas por publicitários ou “marqueteiros”, longe dos assessores políticos. Segundo este autor, não é possível pensar em *marketing* político sem política, pois

sem a construção dos cenários *políticos*, da organização *política*, do programa *político*, dos recursos materiais levantados para viabilizar um objetivo *político*, e da aliança *política* que viabiliza espaços privilegiados na mídia (ou que altera a legislação eleitoral para favorecer determinados candidatos), o “marketing eleitoral”⁶ dificilmente trará resultados políticos vitoriosos (Almeida, 2002, p. 82).

Assim, sendo o *marketing* político e a política elementos indissociáveis, não se pode atribuir apenas ao *marketing* os méritos por uma vitória nas urnas.

⁶ *Marketing* eleitoral são as atividades de *marketing* realizadas durante o período eleitoral com objetivos eleitorais. Para Almeida (2002, p. 82), “o marketing eleitoral não pode se separar do marketing político como construção de longo prazo”.

Importante fator na construção de imagens favoráveis aos atores políticos que representa, o *marketing* político pode até ter o poder de transformar o caráter ou o posicionamento de um candidato ou partido para adequá-lo ao cenário de representação da política dominante, porém, essa imagem dificilmente conseguirá ser mantida por um longo período.

Dessa forma, o *marketing* político é utilizado para promover a imagem pública, estrategicamente definida, de um sujeito ou instituição político a fim de obter reconhecimento, opiniões, apoio e votos. Entretanto, a imagem pública não é constituída apenas pela ação do *marketing*, visto que a imagem projetada nem sempre é percebida da maneira como foi planejada.

1.2 A democracia recente no Brasil

Com o objetivo de compreender o contexto atual em que se encontra a relação entre mídia e política no Brasil pós-ditadura militar, é necessário que se faça um breve retorno ao período de transição para a democracia, a fim de que se possa acompanhar a evolução destas relações até os dias atuais.

1.2.1 A televisão na transição para a democracia

Em 1950, quando Assis Chateaubriand inaugurou a TV Tupi, o Brasil era o quinto país do mundo a implantar a televisão e o primeiro na América Latina. Em 1968, o regime autoritário encerrou o processo que investigava o acordo Globo – Time-Life⁷, deixando claro o comprometimento existente entre a Rede Globo e o bloco de poder. Neste mesmo ano, já existiam, aproximadamente, quatro milhões de aparelhos receptores no País. Até então, a televisão brasileira possuía um caráter estritamente regional, sendo que, somente

depois de 1969, com a inauguração do primeiro Centro de TV da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), no Rio, possibilitando a interligação das emissoras de TV ao Sistema Nacional de Telecomunicações, tornaram-se viáveis as transmissões nacionais diretas de televisão. Em outras palavras, passaram a existir as condições necessárias à criação de uma rede nacional de televisão (Lima, 2001, p. 156).

Os investimentos em telecomunicações realizados nas décadas de 1960 e 1970 contribuíram de forma fundamental para o desenvolvimento da Rede Globo. De acordo com Weber (2000, p. 165), “o investimento no desenvolvimento tecnológico das telecomunicações, propiciado pelo aumento da rede elétrica, e o estímulo à fabricação de aparelhos receptores e componentes eletrônicos levaram à abertura do mercado aos investimentos publicitários”. Dessa forma, a Rede Globo chegou ao ano de 1982 como a quarta maior rede de televisão do mundo, composta por seis

⁷ O acordo Globo – Time-Life “constituía um flagrante desrespeito à legislação brasileira” (Lima, 2001, p. 157), pois não era permitida a entrada de capital internacional no setor das telecomunicações.

emissoras geradoras, 36 afiliadas e cinco repetidoras⁸, cobrindo cerca de 93% da população brasileira (Lima, 2001, p. 160). Paralelo a todo este incentivo,

aos meios de comunicação (jornais, revistas, rádio e televisão) foi atribuída a função de integrar o País em torno de um projeto único de desenvolvimento social e individual, conforme os objetivos difundidos pela ideologia da segurança nacional. Essa integração nacional era importante devido às dimensões continentais do Brasil, seus problemas de analfabetismo e singularidades regionais. Somente as mídias eletrônicas, especialmente a televisão, poderiam atingir esse objetivo (Weber, 2000, p. 177).

Em seu papel de agente legitimador do regime autoritário, a Rede Globo fazia do monopólio e da audiência⁹ de sua programação, jornalística ou de entretenimento, uma forma de difundir, manter e reproduzir o “clima de euforia, possível pela construção de uma representação *distorcida* da vida no País, que legitimava a estrutura sócio-econômica à qual a própria Rede Globo estava incorporada” (Lima, 2001, p. 169).

A formação de um “virtual monopólio”¹⁰ da Rede Globo começou a preocupar o regime autoritário ainda na década de 1970. Neste período, a Rede Globo cresceu surpreendentemente, concentrando em suas mãos grande poder político. Conscientes da ameaça que a concentração de tamanho poder em apenas uma instituição privada de mídia representava, o governo decidiu abrir, em 1980, licitação para a concessão de sete emissoras, beneficiando os grupos Silvio Santos (SBT) e Bloch (Manchete). Segundo Lima “a decisão de estimular a criação de redes

⁸ Atualmente, a Rede Globo de Televisão possui 10 emissoras próprias e 36 afiliadas.

⁹ Em 1980, o *Jornal Nacional* tinha uma audiência de, aproximadamente, 60 milhões de telespectadores.

¹⁰ O termo “virtual monopólio” é empregado por Lima (2001) para caracterizar a relação da Rede Globo com a sociedade brasileira, possibilitada por intermédio do regime autoritário.

alternativas de televisão para fazer face ao pré-monopólio da Rede Globo marcou o início do rompimento das Organizações Globo com o grupo que ainda controlava o poder no final do regime autoritário” (Lima, 2001, p. 164). O rompimento da Rede Globo com o regime autoritário só se consolidou, entretanto, em 1982¹¹, quando Roberto Marinho declarou que não apoiaria o candidato oficial do regime, Paulo Maluf (PDS), nas eleições presidenciais indiretas que seriam realizadas em 1985:

Em janeiro de 1984, já se tornara público que as Organizações Globo apoiavam o vice-presidente Aureliano Chaves, também um dissidente do regime (...). No entanto, como a campanha das Diretas Já começava a mobilizar largas faixas da população e se revelava capaz de ampliar o leque das adesões (...), tudo indica que o grupo dissidente de Aureliano Chaves e Roberto Marinho sentiu-se pressionado a negociar com a oposição política ao regime que queria as eleições diretas (Lima, 2001, p. 171).

Não se sabe exatamente quando se deu a negociação da Rede Globo com Tancredo Neves, porém, após 90 dias ignorando totalmente a campanha das “Diretas Já”, a Rede Globo, finalmente, começou a dar espaço a este movimento em sua programação. O certo é que a cobertura da campanha só iniciou quando uma

nova configuração do “bloco histórico”, articulada com a participação direta de Roberto Marinho, estava assegurada em torno da liderança de Tancredo Neves, com ou sem eleições diretas. Dessa nova articulação, a Rede Globo emergiu novamente com um papel decisivo, retomando seu lugar de principal “agente legitimador” do poder político, agora no contexto da chamada “Nova República” que surgia a partir de 1985 (Lima, 2001, p. 173).

Com o apoio de Roberto Marinho, a candidatura de Tancredo Neves transformou-se num verdadeiro clamor nacional. Os noticiários da Rede Globo foram

¹¹ Nesta época, a Rede Globo “já era suficientemente forte (...) para funcionar com relativa dose de independência e autonomia” (Lima, 2001, p. 166).

colocados a serviço de sua campanha (Couto *apud* Miguel, 2002, p. 37) A morte de Tancredo Neves na "véspera" de sua posse levou o vice, José Sarney, ao cargo de presidente do Brasil. O Governo Sarney, marcado pelos problemas da transição do poder aos civis, "precisou de toda a sustentação com que pudesse contar, o que avolumou a capacidade de barganha da Rede Globo. Os cinco anos do mandato Sarney (1985-1990) foram, talvez, o auge da influência da emissora" (Miguel, 2002, p. 38).

No setor das telecomunicações, o Governo Sarney foi caracterizado pelas concessões de emissoras de rádio e televisão a políticos. Neste período, o Ministério das Comunicações estava sob o comando de Antônio Carlos Magalhães e calcula-se que, entre 1985 e 1990, pelo menos 91 deputados foram beneficiados com essas concessões. Conforme afirma Miguel (2002, p. 32), "como as concessões são dádivas do poder político, elas podem gerar um comprometimento dos proprietários com os governantes". As telecomunicações no Brasil concentram-se nas mãos de grupos familiares ou elites políticas. Deter uma concessão de rádio ou TV significa estar mais próximo do poder, além da facilidade de se obter visibilidade e, conseqüentemente, projeção política:

O reconhecimento do poder da televisão é também evidenciado pela desenvoltura na distribuição de concessões de canais como moeda política. Um levantamento feito à época revelou que os cinco anos de mandato do presidente José Sarney custaram a distribuição, para parlamentares, de quase duas mil concessões de rádio e televisão (Cunha, 2002, p. 222-3).

Os casos mais notáveis de emissoras controladas por políticos encontram-se no Norte e no Nordeste do País:

TABELA 1 - POLÍTICOS E EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO

Estado	Grupo
Bahia	Antônio Carlos Magalhães
Maranhão	José Sarney
Rio Grande do Norte	Aluizio Alves
Sergipe	Albano Franco e João Alves
Pará	Jader Barbalho
Roraima	Rômulo Villar Furtado
Alagoas	Collor de Melo
Pernambuco	Inocêncio de Oliveira

Fonte: Lima (2001, p. 108)

Em 1995, E. de F. Nuzzi (*in* Lima, 2001, p. 106) realizou uma estimativa e constatou que cerca de 90% da mídia brasileira era controlada por apenas 15 grupos familiares. Dessa forma, pode-se afirmar que, no Brasil, ou o domínio das comunicações – e o poder que dele deriva – está nas mãos de grupos familiares, ou está concentrado sob o comando de elites políticas locais, o que “fortalece e consolida (...) a posição já hegemônica de um único grupo nacional, as Organizações Globo” (Lima, 2001, p. 96). A concentração de empresas de comunicação em poder de grupos familiares ligados à política estreitou ainda mais as relações de interdependência entre os campos da mídia e da política, o que garantiu a manutenção da ordem hegemônica.

1.2.2 As eleições presidenciais de 1989

Após quase trinta anos sem escolher diretamente seu presidente, em 1989 o Brasil teve a sua primeira eleição. Neste momento, a sociedade já estava ambientalizada pela mídia¹² e a existência de redes nacional de televisão fez deste pleito um marco indiscutível do percurso da trajetória histórica e panorâmica da relação entre mídia e política no Brasil (Rubim *in* Miguel, 2002, p.7).

A Lei nº 7.773 de 8 de junho de 1989 trouxe muitas novidades ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), dentre elas o critério para divisão de tempo entre os partidos. A legislação garantia a todos os partidos o acesso gratuito à televisão e determinava normas de horário, tempo e ordem de veiculação. O HGPE era exibido em blocos à parte da programação normal, havendo uma ruptura em relação à linguagem típica da programação televisiva. Nesta eleição, o HGPE tinha mais de duas horas de duração no primeiro turno, o que contribuiu para aumentar o nível de rejeição à propaganda política em rádio e televisão. Mais tarde, alguns candidatos perceberam a necessidade de lançar uso de recursos de linguagem similares aos utilizados pela televisão a fim de “minimizar a sensação de ruptura em relação a ela” (Albuquerque, 1999, p. 60).

Político pouco conhecido, Fernando Affonso Collor de Melo foi eleito presidente do Brasil no segundo turno, o qual foi disputado com o candidato Luís

¹² Na qual se destaca a televisão e o “virtual monopólio” da Rede Globo, detentora de uma média nacional de participação na audiência que oscila entre 60% e 84%, em qualquer dia da semana e em qualquer horário (*Imprensa*, nº 26 *apud* Lima, 2001, p. 215).

Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), com 53,03% dos votos. Nascido em uma família tradicional de políticos, Fernando Collor iniciou ainda jovem sua carreira:

Collor assumiu a presidência das Organizações Arnon de Melo, que incluíam emissoras de rádio, jornais, gráfica e a TV Gazeta de Alagoas Ltda. (afiliada da Rede Globo) em 1978 e no ano seguinte, com apenas 29 anos, filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi indicado pelo então presidente Ernesto Geisel e tomou posse como prefeito biônico de Maceió (Lima, 2001, p. 227).

Em 1987, Fernando Collor foi eleito governador do estado de Alagoas e, já em janeiro de 1988, começou a articular sua candidatura à Presidência. “Candidato improvável em outras épocas (parlamentar inexpressivo, governador de um estado periférico, sem o apoio de estruturas partidárias fortes), Collor foi uma espécie de ‘prova viva’ da midiaticização da política no Brasil redemocratizado” (Miguel, 2002, p. 40). Construída com o apoio escrachado da maior rede de televisão do País – a Rede Globo – a candidatura de Fernando Collor buscava associar a imagem do candidato do Partido da Renovação Nacional (PRN) ao heroísmo, à juventude e à desvinculação com a classe política tradicional. Entretanto, conforme afirma Miguel,

Não seria correto dizer que Collor ganhou a eleição apenas com base nos meios de comunicação. Embora não possuísse uma estrutura partidária forte, já que, para manter a imagem de candidato descomprometido com a velha política, lançou-se por uma coligação de agremiações inexpressivas, não desdenhou o apoio das máquinas eleitorais em funcionamento no interior do país. Ou seja, foi hábil na montagem daquilo que José Álvaro Moisés (1990, p. 175-6) chamou de “empresa político-eleitoral” (...). Seu êxito também foi sustentado pelos grupos econômicos que financiaram sua campanha. Mas foi sua investida inicial na mídia que o tornou atraente para essas máquinas e esses grupos (2002, p. 41).

Dessa forma, podemos dizer que a vitória de Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989 deveu-se a quatro fatores principais, descritos a seguir:

a) Período pré-eleitoral

O poder de influência da mídia na política não se restringe ao período eleitoral. Ao contrário, é fora deste momento, “esperado socialmente, agendado antes de tudo por mecanismos do próprio campo político” (Rubim, 2000, p. 12), que discursos e imagens tendem a ser mais sedutores e menos identificados com o objetivo de construir um cenário favorável a um ou outro candidato:

não só durante as campanhas, mas também nos intervalos entre elas, a mídia fornece perspectivas, modela as imagens dos candidatos e dos partidos, ajuda a promover os temas sobre os quais versará a campanha e cria a atmosfera específica e as áreas de relevância que definem qualquer campanha eleitoral (Lang e Lang *in* Moragas *in* Lima, 2001, p. 220).

A ação da mídia em período pré-eleitoral contribuiu para a que as mensagens transmitidas pela campanha de Fernando Collor fossem assimiladas mais facilmente pela população. Segundo Miguel (2002, p. 48), “a indústria cultural despeja sobre seu público, incessantemente, códigos e símbolos, que contribuem para a formação de visão de mundo”. Nas eleições presidenciais de 1989 este papel foi cumprido, principalmente, pelas telenovelas *Vale Tudo* (1988-9), *O Salvador da Pátria* (1989) e *Que Rei Sou Eu?* (1989), veiculadas no horário nobre da Rede Globo no período pré-eleitoral. Essas três telenovelas contribuíram para “salientar valores e gerar um determinado clima de opinião” (Miguel, 2002, p. 51). Em sua análise, Lima (2001, p.

233) sintetiza o significado das telenovelas na construção de um cenário de representação da política (CR-P) favorável a Fernando Collor:

De fato, pode-se construir uma seqüência temática lógica entre *Vale Tudo*, em que o país ficcional/real é retratado como reino da corrupção, onde alguns corruptos vencem e predomina a “ética da sobrevivência”, *O Salvador da Pátria*, na qual a narrativa retrata/satiriza um político despreparado, sem ideologia, sem história e sem partido, que se transforma depois de chegar ao poder, e *Que Rei Sou Eu?*, na qual os políticos, à exceção daqueles do executivo, são todos corruptos e a salvação está no príncipe, bonito e jovem, que conquista o poder.

Como pôde ser verificado durante a campanha, o candidato Fernando Collor encarnava o “voto ideal definido por *Que Rei Sou Eu?*”¹³, apresentando-se como o candidato que reunia todas as qualidades necessárias – herói jovem e moderno, “caçador de marajás¹⁴” e *outsider*, “isto é, alguém que ‘faz política’ sem ser ‘político’” (Lima, 2001, p. 241) - para livrar o País da corrupção¹⁵.

b) Programas dos partidos coligados

Em dezembro de 1988, pesquisa realizada pelo instituto *Vox Populi* “definia o perfil do candidato ideal como sendo ‘um político novo, descompromissado com os partidos antigos’” (Lima, 2001, p. 243). Neste momento, as intenções de voto para Fernando Collor eram de apenas 5%. Aproveitando-se de brechas na legislação

¹³ Termo empregado por Weber, 2000, p. 134.

¹⁴ O termo “marajá” foi utilizado por Fernando Collor para identificar funcionários públicos que recebem excelentes salários sem trabalhar. Conforme indica Albuquerque (1999, p. 139), em alguns momentos, o termo foi “ampliado o suficiente para dar conta de outros tipos de agentes que, de acordo com o candidato, ganhavam muito, sem trabalhar, às custas do suor alheio: banqueiros internacionais, sonegadores, especuladores e intermediários”.

¹⁵ Uma análise mais aprofundada sobre a influência das telenovelas *Vale Tudo*, *O Salvador da Pátria* e *Que Rei Sou Eu?* nas eleições de 1989, encontra-se em Weber, 2000, p. 117-138.

eleitoral brasileira, que permitia a participação de políticos nos programas de partidos aos quais não estavam filiados, Fernando Collor – e sua equipe de estrategistas profissionais, em que estavam incluídos publicitários, economistas e especialistas em pesquisas – adotou a estratégia de utilizar os horários anuais dos partidos (que formariam coligação) no rádio e na televisão.

Em março de 1989, foi ao ar o programa do PRN, partido fundado por Fernando Collor, cujo nome – Partido da Reconstrução Nacional – foi escolhido de acordo com as mesmas características às quais a candidatura se associaria. De acordo com Braga (*apud* Lima, 2001, p. 244), o programa fez uso da linguagem e do formato televisivo, tendo utilizado, inclusive, “intervalos comerciais”. Os temas tratados foram a crise moral, política, ética e de convivência. O programa foi assistido por 61% da audiência, segundo pesquisas do *Ibope* e do *Vox Populi*, e, neste momento, o governador de Alagoas já era conhecido por 52,9% dos entrevistados (Lima, 2001, p. 224).

O segundo programa utilizado por Fernando Collor foi o do inexpressivo PTR. Veiculado em abril de 1989, o programa teve audiência superior à alcançada pelo programa do PRN. Em maio do mesmo ano, foi ao ar o programa do PSC, no qual o candidato tratou de temas como “ecologia, déficit público, corrupção e ética” (*O Globo apud* Lima, 2001, p. 245).

c) Cenário de Representação da Política

Para vencer uma eleição, é necessário que candidato crie relações entre a imagem projetada e o CR-P dominante. O CR-P, que é construído anteriormente ao período eleitoral, associa elementos do imaginário social e da cultura política presentes em um dado momento. Segundo Lima (2001, p. 247), Fernando Collor elegeu-se presidente do Brasil porque foi o candidato que melhor “conseguiu se identificar com e definir os elementos do CR-P hegemônico”. Este autor constata, ainda, os elementos que constituíram este CR-P:

As novelas retrataram situações em que a política e o político eram vistos sempre negativamente. O Estado era corrupto e ineficiente, assim como seus funcionários. O telejornalismo da Rede Globo foi fiel às convicções de Roberto Marinho e “convocou” o país para que se unisse em torno de um candidato moderno, otimista, novo, que representasse uma renovação. A crise nos países socialistas do Leste Europeu forneceu o componente ideal para reforçar a tese da ineficiência do Estado e da necessidade da privatização (Lima, 2001, p. 246).

Durante a campanha eleitoral, os programas do HGPE do candidato Fernando Collor trataram de reforçar sua imagem de caçador de “marajás”, a ponto de ter como único tema recorrente tratado ao longo dos programas, segundo Albuquerque (1999, p. 137), a corrupção. Dos gestos às falas, das cores às músicas, tudo o que compunha a campanha foi minuciosamente estudado por sua equipe de *marketing* e pelas agências de propaganda contratadas. O recurso a símbolos nacionais também foi aproveitado pelo candidato na construção de sua imagem de herói nacional. Além disso, Fernando Collor “fez da retórica anti-governo o principal cavalo de batalha de

sua campanha” (Albuquerque, 1999, p. 150). Ao criar uma imagem negativa do Governo Sarney, alvo principal de suas críticas e a quem tratava como um “inimigo pessoal”, o candidato pôde projetar-se como aquele que iria salvar o Brasil de toda irresponsabilidade, omissão, desastre e fracasso que, segundo as palavras do próprio Fernando Collor, fizeram de Sarney “um dos piores presidentes que o nosso país teve a infelicidade de ter”.

d) Jornalismo e pesquisas eleitorais

Tendo conquistado o apoio explícito de Roberto Marinho, a candidatura de Fernando Collor tornou-se pauta freqüente na programação da Rede Globo. O candidato teve direito a reportagens no *Fantástico* e no *Globo Repórter* já entre os meses de março e maio de 1989. Entre junho e agosto, sua presença nos telejornais da emissora foi maior que a dos outros candidatos (Lima, 2001, p. 235), o que também ocorreu durante todo o processo eleitoral.

Ainda mais marcante que o espaço desigual dedicado ao candidato do PRN nos noticiários da Rede Globo, foi a edição do debate realizado na véspera da votação para o segundo turno entre este e Luís Inácio Lula da Silva, claramente favorável a Fernando Collor e apresentada no *Jornal Nacional*:

Quem assistiu ao debate viu um confronto equilibrado, motivo, aliás, de frustração para a equipe de Lula, que esperava que seu candidato repetisse o desempenho excepcional que tivera no confronto anterior. Mas quem viu a edição no *Jornal Nacional* teve diante de si um Collor seguro, triunfante, enfrentando um Lula

balbuciante e desorientado; além disso, a edição concedeu ao candidato do PT apenas 2 minutos e 22 segundos, contra 3 minutos e 34 segundos de seu adversário (Miguel, 2002, p. 42).

Outro fator a ser considerado é a influência das pesquisas eleitorais na decisão de voto. Lima (2001, p. 240) afirma ser “inegável (...) que a divulgação das pesquisas eleitorais pela Rede Globo constitui-se em fator básico na construção do CR-P da eleição de 1989”, visto que, “desde o mês de abril, quando Fernando Collor firmou-se na posição de primeiro lugar, as pesquisas passaram a projetar o candidato como concorrente certo no segundo turno, fixando na memória do eleitor o nome de Collor como sendo (...) vencedor (Lima, 2001, p. 238)”.

O tempo mostrou que o eleitor brasileiro comprou um produto mal acabado ao depositar seu voto – e sua confiança – em Fernando Collor: “As eleições de 1989 foram um verdadeiro anticlímax das lutas pela democracia no Brasil”, afirma Miguel (2002, p. 40). Após muitos escândalos e CPIS que investigaram a corrupção no Governo Collor, o Brasil pôde conhecer quem eram os verdadeiros “marajás”. Em 1992, com o processo de *impeachment* instaurado, iniciou-se uma verdadeira movimentação por parte da população e das mídias pela derrubada do presidente. Os “caras-pintadas”, como foram chamados os jovens que saíram às ruas vestidos de preto para contestar o pedido de apoio de Fernando Collor, que solicitava à população que se vestisse nas cores verde e amarelo, “obrigaram as mídias a emitirem novos sons e a reavaliarem posições” (Weber, 2000, p. 82).

Aos “caras-pintadas”, que se transformaram em símbolo daquele momento político, foi atribuída grande parte da responsabilidade pela consagração do *impeachment* do presidente. Segundo avaliação de Weber (2000, p. 87), “tanto a política quanto as mídias saíram fortalecidas do *collorgate*”:

Identificou-se, nesse processo de caras-pintadas e exercícios políticos, a oportuna e salutar infidelidade das mídias em relação ao poder e à sua suposta neutralidade, que lhes permitiu exercer sua dimensão perversa devido ao seu (des) compromisso determinado por conveniências políticas, mercadológicas, sensacionalistas e até da ética jornalística. (...) Com isso, ganhou o cidadão brasileiro que optou pelo movimento, contrariando a imobilidade para a qual vem sendo treinado (Weber, 2000, p. 95).

A própria Rede Globo, que tanto apoiou a candidatura de Fernando Collor em 1989, colocou suas emissoras e sua programação a serviço do *impeachment*. As mídias, “repentinamente, mostraram-se aliadas do cidadão, da beleza da política, da participação social e conscientes da sua responsabilidade como meios de comunicação” (Weber, 2000, p. 85). Cabe lembrar que, em 1992, foi ao ar o seriado *Anos Rebeldes*, que retratava a juventude durante o regime autoritário nas décadas de 1960 e 1970.

1.2.3 As eleições de 1994

O governo do presidente Itamar Franco, sucessor de Fernando Collor, foi marcado pelo lançamento de um plano econômico que tinha o objetivo de estabilizar a economia brasileira através do combate a um dos piores problemas enfrentados no

País, a inflação. O Plano Real (1993), de autoria do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, surge com “força, na medida que, antes mesmo de ser uma experiência concreta das pessoas, gerava uma esperança favorável” (Almeida, 2002, p. 124). A nova moeda, o Real, entraria em vigor em julho de 1994, às vésperas do período eleitoral que elegeria o próximo presidente do Brasil. “O Plano Real foi o grande cabo eleitoral de FHC” (Almeida, 2002, p. 96).

O candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT), que detinha o maior índice de intenção de votos nas primeiras pesquisas realizadas, também pertencia ao partido com a melhor imagem. No entanto, a ameaça de uma vitória da esquerda nas eleições que se aproximavam fizeram com que as elites que formavam o bloco de poder se unissem em torno do nome de Fernando Henrique Cardoso. Como fizera parte da equipe que criou o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso tinha legitimidade para se apropriar do título de “pai do Plano Real”, a fim de tirar proveito da imagem positiva que tal plano econômico representava.

O lançamento do plano foi sustentado por uma intensa “campanha publicitária governamental, na qual a fronteira entre serviço público (informação sobre a transição da moeda) e propaganda não era bem delimitada” (Miguel, 2002, p. 44). Em seguida, Fernando Henrique Cardoso recebeu o apoio público dos proprietários das duas mais importantes redes de televisão do Brasil, Roberto Marinho (Globo) e Silvio Santos (SBT). Mais uma vez, a grande mídia apoiou o candidato da situação. Contudo, para que a estratégia eleitoral funcionasse, era necessário que o Plano Real tivesse eficácia. Dessa forma, “FHC, mesmo fora do

ministério, continuava a acompanhar detalhadamente a gerência do Plano Real” (Almeida, 2002, p. 105).

O candidato à Presidência pela coligação PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PFL (Partido da Frente Liberal) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), iniciou sua campanha no lugar de fala de “pai do Plano Real”, o que lhe conferia a responsabilidade e os méritos pela estabilidade monetária alcançada no ano de 1994. Neste momento, a nova moeda já tinha a aprovação de grande parte da população. Os programas de Fernando Henrique Cardoso no HGPE lançaram mão das seguintes estratégias, conforme Almeida:

Com base em pesquisas quantitativas, a “mão” foi definida como símbolo (...) e foram estabelecidas as cinco prioridades (...). Finalmente, vinha a idéia de usar o conceito de estabilidade, não só da moeda, mas de uma estabilidade que equiivalesse a segurança econômica, social e política, que incluísse a mudança e o progresso (...) (2002, p. 104).

A Lei nº 8.713, que regulava o HGPE daquele ano, impunha algumas proibições que, segundo alegações oficiais, tinham como objetivo impedir que a campanha presidencial de 1994 se transformasse em um “circo”. Buscava-se um debate político de alto nível, forçando os candidatos a aparecerem ao eleitorado sem a possibilidade de esconderem-se atrás de recursos tecnológicos e de *marketing*. Ora, a audiência do HGPE depende muito do grau de atratividade de seus programas, que buscam aproximar seu formato ao formato televisivo. Com a proibição do uso de recursos característicos da programação normal da televisão, aumentou o grau de rejeição ao HGPE, o que prejudicou o candidato do PT, já que este não dispunha do

apoio da mídia e muito menos da propaganda governamental para divulgar suas propostas.

De fato, o Plano Real cumpriu seus objetivos: reduziu os índices inflacionários e elegeu Fernando Henrique Cardoso presidente. O que cabe aqui ressaltar é que, novamente, a mídia foi posta a serviço da ideologia dominante, utilizando-se de todo o poder que ela, e especialmente a televisão, possuem quando a maior parte do eleitorado tem nelas a sua principal fonte de informação, cultura e entretenimento.

1.2.4 A reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998

A terceira eleição presidencial direta após a redemocratização foi marcada pela possibilidade de reeleição do governante, sem que este tivesse que se afastar do cargo que ocupava. Num esforço nada casuístico de alterar a legislação, em pleno ano eleitoral (1998) foi aprovada no Congresso a emenda constitucional que permitia a reeleição e que fez de Fernando Henrique Cardoso o candidato-presidente da situação:

Fernando Henrique tinha a seu favor o sucesso no controle da inflação, que garantia a continuidade de um expressivo apoio popular; o suporte da esmagadora maioria do *establishment* político, uma vez que seu governo congregava todas as principais legendas entre o centro e a direita do espectro partidário; e a simpatia dos principais grupos econômicos, que se tornaram grandes financiadores de sua campanha (Miguel, 2002, p. 66).

A situação de candidato-presidente gerou um desequilíbrio entre Fernando Henrique Cardoso e os demais concorrentes, o que garantiu a reeleição ainda no primeiro turno da disputa. Este desequilíbrio estava, principalmente, “na própria condição de candidato à reeleição, agravada pelo fato de não ter deixado de exercer a presidência, com o que isto lhe rendeu de exposição adicional nos meios de comunicação e à sua versão dos fatos” (Venturi, 2000, p. 103).

Outra característica marcante das eleições de 1998 foi a repetição do “embate entre os mesmos candidatos e praticamente entre as mesmas forças políticas que foram os principais concorrentes na eleição imediatamente anterior, de 1994: FHC e Lula” (Almeida, 2002, p. 140). Conforme este autor,

Entre a posse de FHC e o final de 1997, não houve grandes alterações no CRP. Apesar de momentos recessivos e de maior desemprego, manteve o apoio da maioria ao Plano Real e ao governo FHC. Mesmo estando presente no CRP a idéia de que FHC não enfrentara positivamente os principais problemas sociais (incluindo quatro das cinco metas de 1994), os resultados econômicos – queda da inflação/aumento do poder aquisitivo/sensação de estabilidade econômica – ainda eram vistos pela maioria como uma conquista que suplantava outros problemas (Almeida, 2002, 227).

Com o agravamento da crise social no Brasil e da crise econômica internacional, além da repercussão na mídia por ter chamado de “vagabundos” aqueles que se aposentam antes dos 50 anos, a imagem de Fernando Henrique Cardoso e do Real pioraram consideravelmente. As intenções de voto para o candidato tucano diminuíram e, ao final do primeiro semestre de 1998, o candidato petista chegava a uma situação de empate técnico com Fernando Henrique Cardoso.

A Rede Globo, a fim de reverter esta situação, tornou invisível o processo eleitoral em sua programação, como se pode constatar na análise realizada por Miguel (2002, p. 63-4), a qual demonstra que, entre os dias 13 de julho (dia posterior à final da Copa do Mundo na França) e 3 de outubro de 1998 (último dia antes da votação)¹⁶, “em quase 28 horas de noticiário, o *Jornal Nacional* dedicou pouco mais de uma hora e 15 minutos (ou 4,6%) do total às eleições”. Como justificativa ao esvaziamento da programação quanto às eleições, a Rede alegou que,

dado o desgaste (...) por seu envolvimento em pleitos passados, tornava-se necessário resguardar a credibilidade da emissora assumindo uma postura completamente imparcial. A ausência da cobertura, mais do que qualquer outra alternativa, garantiria a equidade entre os candidatos (Miguel, 2002, p. 63).

Contudo, o que se pode concluir é que “o esvaziamento da cobertura eleitoral pela Rede Globo era congruente com a estratégia traçada pelo Planalto para a reeleição. (...) O governo buscou desinflar o processo sucessório, transformando-o num simples ritual de recondução do presidente ao cargo” (Miguel, 2002, p. 65). Ao longo de toda a campanha para a reeleição, Fernando Henrique Cardoso manteve inalterado seu discurso:

O programa de FHC cumpriu o seu objetivo fundamental, que fica explícito não somente para o analista como para o receptor. Desde o seu primeiro programa de TV, já deixou claro e identificado pelo eleitor o eixo de sua estratégia discursiva para a reeleição: nos primeiros quatro anos resolveu a inflação e estabilizou a economia, agora precisa de mais quatro anos para cumprir as metas sociais. Seu novo *slogan* é logo memorizado: “Quem acabou com a inflação vai acabar com o desemprego” (Albuquerque, 1999, p. 186).

¹⁶ O que contabiliza um período de 12 semanas e de 72 edições do *Jornal Nacional*.

Assim, ocupando o lugar de fala de quem controlou a inflação, aliado ao espaço que lhe era concedido na mídia por ainda fazer parte do governo e ao apoio da Rede Globo através da “invisibilidade do processo eleitoral” (Miguel, 2002, p. 63), Fernando Henrique Cardoso reelegeu-se à Presidência da República ainda no primeiro turno.

II ROSEANA SARNEY: O ESCÂNDALO POLÍTICO COMPLEXO DE J. B. THOMPSON

Nesta segunda parte do trabalho, dividida em dois capítulos, realizaremos o estudo do fenômeno Roseana Sarney. A partir dos conceitos abordados na primeira parte deste trabalho, buscaremos identificar estratégias, interesses e fatores que contribuíram para a ascensão e para a queda da candidatura de Roseana Sarney.

No primeiro capítulo resgataremos a história política de Roseana Sarney e, com base nos programas e inserções de televisão do PFL e na leitura da repercussão dos mesmos na mídia, verificaremos como a imagem pública da ex-governadora do Maranhão foi construída. Os conceitos e tipologias acerca dos *escândalos políticos* propostos por Thompson (2002) orientarão a análise do escândalo Roseana Sarney no segundo capítulo.

2 ASCENSÃO – LANÇAMENTO E INCLUSÃO DA PRÉ-CANDIDATURA

*Requebra Roseana,
Vem me fazer feliz,
Quero fazer contigo
O que teu pai fez c'o país.
(Paulo Caruso)*

A recente disputa presidencial, que acabou por eleger o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, tinha tudo para repetir a batalha entre tucanos e petistas travada nas eleições de 1994 e 1998. Dessa vez, o continuísmo estava representado na figura de José Serra, ex-ministro da Saúde. Entretanto, já em outubro de 2001, um ano antes do pleito em que foi escolhido o presidente que governará o Brasil até 2006, surgiu um novo nome na concorrência eleitoral que, devido aos altos índices de intenção de votos alcançados nas pesquisas, começava a assustar os prováveis adversários.

Essa ameaça tinha nome e sobrenome: Roseana Sarney. Governadora do Estado do Maranhão, deu início a uma intensa campanha de *marketing* que buscava a projeção de sua imagem pessoal e a divulgação do estado que governava através do programa de seu partido – o Partido da Frente Liberal (PFL) –, da propaganda em espaços pagos, de *merchandising* na novela *O Clone* (2001-2002), exibida em horário nobre pela Rede Globo, e de tema em desfile da escola de samba Grande Rio no carnaval carioca. Tais inserções na mídia apresentavam o Maranhão como um dos estados brasileiros com maiores níveis de crescimento e de desenvolvimento. Até então, Roseana Sarney não havia assumido publicamente sua candidatura à

Presidência da República, mas pesquisas de intenção de voto continuavam mostrando altos índices de aprovação à candidatura da governadora maranhense.

Tendo sua candidatura adotada pela mídia, Roseana Sarney ocupava, em fevereiro de 2002, o segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás apenas do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Entretanto, no dia primeiro de março de 2002, a Polícia Federal invadiu legalmente – embora os métodos utilizados para a obtenção do mandado judicial não tenham sido bem esclarecidos – a empresa *Lunus Serviços e Participações*, de propriedade da governadora Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad, secretário de Planejamento do Estado do Maranhão, levando ao rompimento do PFL com o Governo Fernando Henrique Cardoso.

A crise desencadeada pelas investigações colocou em dúvida a integridade da candidata e de seu governo. Devido aos escândalos gerados pelas investigações, a mídia desiste de investir em sua candidatura e, então, as pesquisas apontaram uma queda nas intenções de votos para Roseana Sarney. Pouco mais de um mês após o início das investigações na empresa *Lunus Serviços e Participações*, a ex-governadora Roseana Sarney desiste publicamente de sua candidatura ao Governo Federal. Apesar de impulsionada por decisões partidárias, a influência da opinião pública e dos meios de comunicação foram fundamentais para o afastamento de Roseana Sarney da disputa presidencial.

A capa da revista *Carta Capital* de 14 de novembro de 2001, com a manchete **ROSEANA SOBE - NAS PESQUISAS, A GOVERNADORA DO MARANHÃO**

CHEGA AO 2º LUGAR E VIRA ALTERNATIVA DO PFL. O TEMPO DIRÁ SE É ESTRELA OU COMETA, apontava a questão que norteia este trabalho. O fenômeno Roseana Sarney, como ficou conhecida a pré-candidatura da ex-governadora do Maranhão à Presidência, começou com os programas nacionais do PFL, ganhou a simpatia do eleitorado e terminou como um cometa após um grande escândalo que o arruinou. Neste capítulo, buscaremos conhecer quais foram os fatores que contribuíram para o surgimento e a ascensão de Roseana Sarney como candidata nas eleições presidenciais de 2002.

Para analisar o processo de construção de imagem pública ocorrido durante o período em análise - novembro de 2001 a fevereiro de 2002 - retomaremos alguns conceitos relacionados aos estudos acerca de comunicação e política desenvolvidos no anteriormente.

2.1 A política maranhense

Desde 1966, quando José Sarney eleger-se governador, a administração do Estado do Maranhão sempre esteve ligada, de uma forma ou de outra, à família Sarney. Primeiro nas mãos do pai, depois nas mãos da filha, o Maranhão apresenta “um sistema político-eleitoral que humilha seu povo com índices sociais tenebrosos” (Dória, 2002, p. 42). Os 36 anos de poder da oligarquia Sarney fizeram do Maranhão o estado com “as maiores taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil do país. As menores taxas de desenvolvimento em todos os setores. O menor PIB do Brasil

per capita, num sistema em que amigos e correligionários não pagam o fisco estadual" (Dória, 2002, p. 42). Além do poder político, a família Sarney detém, também, o poder da mídia: são proprietários de quatro emissoras de televisão que transmitem a programação da Rede Globo a todo o estado, do jornal *O Estado do Maranhão* e de 14 emissoras de rádio espalhadas pela capital e pelo interior.

Com frequência, a família Sarney é caracterizada como um *clã* – tribo constituída por pessoas de descendência comum –, palavra que tomou sentido pejorativo, sendo, atualmente, interpretada como grupo fechado, de difícil acesso, em que os integrantes protegem uns aos outros, no caso, em que o pai protege a filha. Tentando fugir do estigma que seu sobrenome carrega, Roseana Sarney costuma apresentar-se apenas como “Roseana”. A ex-governadora, que se irrita ao ser lembrada como “a filha do Sarney”, reclama de preconceito quanto às afirmações de que governava sob a sombra paterna ou de qualquer outro homem da família: “Primeiro diziam que era meu pai quem mandava. Depois, meus irmãos. Agora dizem que quem manda é o Jorge. É um preconceito” (*Isto É*, 02/01/2002, p. 34).

Em meio à política e ao poder, no dia 1º de junho de 1953 nasceu Roseana Sarney em São Luís. Filha mais velha do ex-presidente José Sarney e de dona Marly, Roseana Sarney tinha 12 anos quando o pai foi eleito governador do Maranhão, em 1966. Desde então, a filha preferida de José Sarney, “mimada, cercada de atenções e de carinho” (Dória, 2002, p. 42) sempre esteve ao lado do pai em sua vida política.

Em 1978 Roseana Sarney formou-se em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Após acompanhar o pai em sua campanha para o Senado, em 1980, Roseana Sarney foi estudar na Suíça. Tendo retornado em 1981, “tornou-se funcionária do gabinete de seu pai no Senado Federal. Nessa época residia no Rio de Janeiro, o que nunca a impediu de receber integral e pontualmente o salário” (Dória, 2002, p. 42). Roseana Sarney também esteve presente durante o mandato de seu pai na Presidência da República (1985-9). Como assessora no Gabinete Civil da Presidência, Roseana Sarney, então com 36 anos, acompanhou o final do governo de José Sarney, que deixou o Planalto com baixa popularidade.

Após a saída de seu pai da Presidência, Roseana Sarney foi procurar “abrigo em alguma legenda para tentar eleger-se deputada federal no pleito de 1990” (*Isto É*, 14/11/2001, p. 24). Foi aceita pelo PFL e, em 1990, elegeu-se Deputada Federal com 45 mil votos. Em 1994, Roseana Sarney candidatou-se ao Governo do Estado do Maranhão. Eleita no primeiro turno, tornou-se a primeira mulher a governar um estado brasileiro. Nas eleições seguintes, em 1998, reelegeu-se governadora também no primeiro turno. Deixou o cargo no início de 2002 com 88% de aprovação, segundo pesquisa realizada pelo *Ibope*, na expectativa de disputar as eleições presidenciais. Em março de 2002, devido ao escândalo instaurado após as investigações na empresa *Lunus Serviços e Participações*, sobre o qual trataremos no capítulo seguinte, Roseana Sarney desiste de sua candidatura à Presidência. Mesmo assim, nas eleições de 2002 a ex-governadora do Maranhão foi eleita Senadora pelo seu estado.

Casada duas vezes com o mesmo marido, Jorge Murad, do qual ficou separada durante cinco anos, Roseana Sarney tem uma filha, Rafaela, adotada após saber que não poderia ter filhos, e dois netos. A propósito, a saúde da ex-governadora do Maranhão tem se mostrado bastante frágil: desde os 19 anos, Roseana Sarney já passou por mais de 15 cirurgias, dentre elas “retirada de cisto no ovário e nódulo no pulmão esquerdo, extração de pólipos no intestino e de tumores benignos no seio direito, retirada de parte do intestino, cirurgia no joelho esquerdo e extração de útero e ovário” (Miranda, 2002a, p. 31).

2.1.1 A construção do fenômeno Roseana Sarney

Quando Roseana Sarney surgiu como uma alternativa na disputa eleitoral de 2002 à Presidência do Brasil e transformou-se em um fenômeno de popularidade, as comparações com o ex-presidente Fernando Collor tornaram-se freqüentes. “Querem me rotular, mas isso não cola. Não sou um novo Fernando Collor. Meu nome é Roseana”, afirmou a ex-governadora do Maranhão (*Isto É*, 02/01/2002, p. 32-33), na tentativa de negar algumas evidentes semelhanças com o ex-presidente:

Alguns paralelos: ricos e bonitos, filhos de oligarcas, formados em Estados miseráveis onde as ‘elites’ cevam a perpetuação do poder na miséria do povo, família detentora do monopólio da comunicação regional, dominando principais jornais, rádios e televisões, principalmente as afiliadas estaduais da Rede Globo – lançamento do ‘fenômeno’ com apoio de profissionais da propaganda, tal como se vende qualquer ‘novo’ produto –, leniência, complacência, estímulo, cumplicidade e apoio da mídia gorda – capa da *Veja* abrindo caminho (Collor: caçador de marajás;

Roseana: o fenômeno) –, apoio da Rede Globo (Dória, 2002, p. 75-6).

Devido às semelhanças citadas acima, iremos utilizar a mesma rota aplicada para a análise da construção de imagem de Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989 (período pré-eleitoral, programas dos partidos coligados, cenário de representação da política e jornalismo e pesquisas eleitorais) a fim de verificar como se deu a projeção da pré-candidatura de Roseana Sarney em período que abrange de novembro de 2001 a fevereiro de 2002.

Fernando Collor e Roseana Sarney, obviamente, possuem diferenças e não é nossa intenção compará-los. Enquanto Fernando Collor conseguiu, com o apoio da grande mídia, eleger-se presidente do Brasil, Roseana Sarney não passou de pré-candidata. Contudo, ambos protagonizaram grandes *escândalos político-financeiros*, os quais tiveram como resultado o fim da candidatura de Roseana Sarney à Presidência e o *impeachment* de Fernando Collor.

a) Período pré-eleitoral

Assim como nas eleições presidenciais que elegeram Fernando Collor, com relação ao caso Roseana Sarney a ação da mídia em período pré-eleitoral contribuiu para a construção de um CR-P favorável ao candidato que representava os interesses políticos e econômicos do momento. Nos meses que antecederam às eleições presidenciais de 2002, as telenovelas, programas que possuem as maiores audiências na televisão brasileira, também foram utilizadas como meio de propagação de

códigos e símbolos capazes de contribuir para a formação de uma visão de mundo que favoreça os interesses políticos e financeiros de partidos e de organizações de mídia.

Exibida no horário nobre da programação da Rede Globo, a novela *O Clone* de Glória Perez, em seu capítulo do dia 15 de janeiro de 2002 e subsequentes, apresentou as belezas do Estado do Maranhão, contribuindo para a formação de uma imagem positiva – e distorcida – daquele que é um dos estados mais pobres do Brasil. As personagens representadas por Juca de Oliveira e Nívea Maria, em visita aos Lençóis Maranhenses, ficaram maravilhados com as belezas naturais, com a diversidade e a riqueza cultural do local. Neste capítulo da novela – um dos mais esperados pelos espectadores da trama – acontece a primeira aparição do clone, vivido por Murilo Benício. Como afirma Dória,

Os atores nos propiciaram momentos sublimes da história universal da empulhação. A seqüência constituiu aquilo que os marqueteiros chamam de *merchandising*: propaganda disfarçada. Nos intervalos, comerciais com Roseana. Na novela, os atores se esmerando em dizer quão maravilhoso é o Maranhão. Que céu, que natureza, que povo, que tudo. Nada de iguala. Crianças brincando, lavadeiras sorridentes. Bumba-meu-boi. Só alegria! Tudo pago com o dinheiro do povo maranhense, o mais pobre do Brasil, conforme o IBGE (Dória, 2002, p. 75).

O Maranhão foi, também, tema do desfile da escola de samba Grande Rio no carnaval carioca do ano de 2002. Cenas do desfile foram exibidas com destaque em capítulo da novela *O Clone*. A exibição das riquezas e das belezas maranhenses na novela, que na época tinha a maior audiência da televisão, e no carnaval demonstra

como o apelo a símbolos populares foi utilizado como estratégia para atingir o objetivo de divulgar o “sucesso” do Governo Roseana Sarney no Maranhão à grande parte da população brasileira.

No período pré-eleitoral anterior ao escândalo da *Lunus* (novembro de 2001 a fevereiro de 2002), Roseana Sarney foi capa de diversas revistas de circulação nacional: *Isto É Gente* (12/11/2001), *Carta Capital* (14/11/2001), *Isto É Especial 2001* (02/01/2002), na qual Roseana Sarney recebe o título de “A brasileira do ano”, *Isto É* (09/01/2001), *Caros Amigos* (fevereiro de 2002), *Caras* (15/02/2001) e a feminina *Uma* (17/02/2001). A imprensa grande, segundo Dória (2002, p. 14), tratou com indiferença o fenômeno Roseana Sarney. Dessa forma, o maior parte das matérias das revistas citadas acima foi superficial e extremamente positiva à ex-governadora do Maranhão. Apenas as revistas *Carta Capital* (14/11/2001) e *Caros Amigos* (fevereiro de 2002) publicaram matérias de caráter investigativo e crítico em relação ao “fenômeno”.

b) Programas do partido

Desde dezembro de 1999 o nome de Roseana Sarney era cogitado como possível candidata do PFL à Presidência da República. Já nessa época, pesquisas estimuladas de intenção de voto apontavam a então governadora do Maranhão como a política melhor aceita pelo eleitorado para concorrer às eleições presidenciais de 2002 pelo PFL. Tendo seu nome constantemente testado nas pesquisas, o

crescimento de Roseana Sarney surpreendeu, assustando, inclusive, o próprio partido.

A iniciativa de fazer de Roseana Sarney a estrela dos programas foi, principalmente, de Jorge Bonhausen, presidente do PFL, e de Saulo Queiroz¹⁷, diretor-executivo do partido. As negociações com Roseana Sarney para que a mesma aceitasse protagonizar os programas de seu partido aconteceram no Palácio dos Leões, em São Luís, e envolveram seu marido, Jorge Murad. Sob a direção do publicitário Nizan Guanaes, Roseana Sarney gravou dois programas de 20 minutos e sete *spots* de 30 segundo cada. Em entrevista exclusiva, Saulo Queiroz, diretor-executivo do PFL, afirmou que

Roseana na verdade não foi escolhida pelo PFL, mas pela opinião pública. No processo pré-eleitoral, as pesquisas de opinião, que medem a viabilidade eleitoral de possíveis candidatos, acabam pautando os partidos. Foi o que aconteceu no caso Roseana. Em dezembro de 1999, o PFL encomendou uma pesquisa nacional ao instituto *Vox Populi*. Decidimos que em um dos cenários pesquisáramos a Governadora Roseana, em outro o ACM e em um terceiro o Governador Jaime Lerner. Nossa expectativa era que a Roseana alcançaria um percentual entre 2 e 3%. Ela apareceu com 6%. Uma enorme surpresa, se considerarmos que no mesmo cenário o Governador Mário Covas alcançou 4%.

Em pesquisa realizada pelo *Ibope/CNI* entre 13 e 17 de setembro de 2001, Roseana Sarney aparece, em diversas simulações, com percentuais de intenção de voto que variaram entre 12% e 16%, ficando entre o segundo e o terceiro lugar. Perante seu bom desempenho nas pesquisas, o primeiro programa de 20 minutos com

¹⁷ Vide ANEXO 1 – Documento com a entrevista concedida por e-mail pelo diretor-executivo do PFL, Saulo Queiroz, em janeiro de 2003.

Roseana Sarney foi ao ar em 1º de novembro de 2001, quando esta ainda não havia se declarado candidata à Presidência. Neste programa, Roseana Sarney, ocupando o lugar de fala de governadora do Maranhão, fala de sua missão: “lutar por um país mais justo, sem preconceitos, onde as mulheres não precisariam ser sempre ‘vices’”.

A questão do preconceito contra a mulher foi uma constante no discurso de Roseana Sarney. A ex-governadora falava diretamente à “grande maioria da população”, as mulheres. O clipe político¹⁸, apresentado durante o programa, também era voltado às mulheres. Nele, diversas mulheres de diferentes profissões, raças e classes sociais eram mostradas ao lado da bandeira do Brasil, num clássico apelo aos símbolos nacionais.

O programa qualificou Roseana Sarney como uma mulher nordestina, mas acima de tudo, brasileira; mãe, esposa e avó que venceu muitos preconceitos e que não é só a “filha do Sarney”. À então governadora do Maranhão foram atribuídos os méritos por ter implantado uma visão moderna e competente de administrar seu estado, por ter realizado uma reforma administrativa, por ter saneado a economia do Maranhão, enfim, por ser uma administradora “de mão cheia” e, por isso, recebeu o maior índice de aprovação entre todos os governadores do País, 88%, segundo pesquisa do *Ibope* realizada em julho de 2001.

¹⁸ Os clipes políticos buscam a mobilização emocional através da articulação de imagens, músicas e *jingles*. Sua utilização é muito comum (e útil) no caso de programas com excesso de tempo.

Como reforço à credibilidade de Roseana Sarney foram apresentadas declarações de personalidades brasileiras aliadas¹⁹. Zélia Gattai caracterizou Roseana Sarney como “mulher inteligente, determinada, capaz”. Para Joãozinho Trinta, Roseana Sarney teve importância fundamental no incentivo às manifestações populares, às artes e ao turismo, como forma de promover a economia do Maranhão. O poeta maranhense Ferreira Gullar considerou Roseana Sarney “parte de uma nova geração de políticos, desapegada dos políticos tradicionais, que não busca usar o Estado em seu benefício próprio, mas sim com um sentido social, de interesse público”. Josué Montuello qualificou Roseana Sarney como “uma política preparada pelas circunstâncias para o exercício do alto comando do País”. Para ele, a ex-governadora é uma pessoa que não carrega rancores e que está em dia com os problemas nacionais e internacionais.

Ainda neste programa foram apresentados, através de gráficos e de mapas, índices de evolução na educação, na saúde e na geração de emprego e renda obtidos durante o Governo Roseana Sarney no Estado do Maranhão, comparando-os com os índices do restante do Brasil.

Segundo pesquisa realizada pelo *Ibope/CNI* entre 15 e 19 de novembro de 2001, ou seja, cerca de duas semanas após a veiculação do programa do PFL em rede nacional, Roseana Sarney firmou-se no segundo lugar, perdendo apenas para o

¹⁹ Segundo Albuquerque (1999, p. 101), a identidade dos aliados constitui o motivo principal de sua presença nos programas. Os aliados podem ser tanto líderes políticos, quanto celebridades, membros da família ou do círculo íntimo do candidato. Para o autor, eles cumprem a função de realizar transferência de prestígio e, no caso de artistas, de espetacularizar a política.

candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. A pesquisa teve como resultado um índice geral de intenção de voto de 17% para Roseana Sarney, 12% entre os homens e 22% entre as mulheres entrevistadas.

Em uma das simulações da pesquisa realizada pelo *Ibope/CNI* entre os dias 17 e 21 de janeiro de 2002 Roseana Sarney chegou a obter 20% das intenções de voto. Segundo esta pesquisa, em caso de segundo turno, a candidata do PFL seria a única capaz de vencer o candidato petista. No dia 30 deste mesmo mês, um outro programa do PFL, com 20 minutos de duração, vai ao ar em rede nacional. Intitulado *Roseana Responde*, o programa adequou seu formato e sua linguagem ao formato e à linguagem característica da televisão. Simulando uma entrevista, o programa, assim como em um dos programas veiculados pela coligação de Fernando Collor em período pré-eleitoral, teve, inclusive, intervalo comercial. No intervalo comercial, a paródia de uma votação para a eliminação de um participante no famoso *reality show No Limite* apresentava um rapaz votando pela eliminação de Roseana Sarney: “eu voto para que Roseana Sarney saia porque ela tem carisma, experiência, é bem avaliada. Se não tirar ela agora, vai ficar difícil mais tarde”, conclui o rapaz.

Roseana Responde inicia com uma comparação entre Roseana Sarney e Bill Clinton feita por um casal de personagens: Bill Clinton foi governador de um estado pequeno que, segundo a personagem, “deu um super presidente”. Em seguida, uma apresentadora deu início à entrevista na qual, através de um telão, pessoas de diversos locais do País fizeram perguntas à ex-governadora do Maranhão. Cabe notar que, ao invés de chamá-la por seu nome completo, a apresentadora do programa

refere-se à entrevistada apenas como Roseana, ficando o sobrenome Sarney restrito às pequenas legendas de tela, o que confere um certo ar de intimidade entre a apresentadora, a entrevistada e os espectadores.

Neste programa Roseana Sarney reclama de preconceito, afirmando que em período pré-eleitoral é comum os adversários tentarem desqualificar os demais candidatos: “como desonestidade pra cima de mim não cola, querem colar o despreparo”, afirma a então já assumida pré-candidata à Presidência da República. O principal tema de *Roseana Responde* foi a segurança pública. Como reforço às declarações de Roseana Sarney foram chamados para dar seus depoimentos o senador Romeu Tuma, que atribuiu à Roseana Sarney o mérito pela implantação de ações inovadoras e a qualificação profissional da polícia no Maranhão, e o deputado Moroni Torgan, que apresentou as propostas da pré-candidata do PFL para a área da segurança. Roseana Sarney falou também sobre a melhora em todos os indicadores sociais alcançada pelo Maranhão durante seu governo. Após a veiculação deste programa, Roseana Sarney chegou ao auge de sua popularidade, mantendo-se no segundo lugar até a revelação do escândalo instaurado em função das investigações na empresa *Lunus Serviços e Participações*.

Dentre os *spots* de 30 segundo veiculados, tiveram destaque aqueles que abordaram as questões referentes à infância (Clipe Crianças), à união do País, através de uma comparação com a crise vivida pela Argentina, e à pesquisa *Datafolha* de dezembro de 2001, a qual apontava Roseana Sarney como a melhor governante do país. É importante salientar que, em todos os programas e *spots* veiculados, a menção

ao partido ao qual Roseana Sarney pertence e a exibição da logomarca do PFL aconteceram pouquíssimas vezes e com nenhum destaque. Isso demonstra a intenção de criar para Roseana Sarney a imagem de uma candidata desvinculada de partidos políticos, em relação aos quais existe grande rejeição por parte do eleitorado.

c) Cenário de Representação da Política

Conforme verificamos, a construção de uma determinada imagem pública tem início na pesquisa, através da qual pode-se conhecer o CR-P vigente no momento, passa pelas estratégias de *marketing* político e pela veiculação na mídia e termina na repercussão que as mensagens causam no eleitorado. Já verificamos, também, que o conceito de CR-P proposto por Lima (2002) pode ser aplicado ao contexto brasileiro, pois no Brasil constata-se a existência de uma hegemonia e de uma sociedade ambientada pela mídia e, especialmente, pela televisão. A mídia, em relação às eleições de 2002, procurou criar um CR-P favorável ao candidato que no momento lhe era interessante.

As telenovelas, bem como demais programas de grande audiência, foram amplamente utilizados para criar referenciais de mundo em seu público que, no geral, possui baixa escolaridade. No caso da pré-candidatura de Roseana Sarney, através da novela *O Clone* a Rede Globo demonstrou seu apoio à candidata do PFL e facilitou a propagação de uma imagem positiva do Estado do Maranhão. No início de 2002, a Rede Globo passou a exibir no horário das seis da tarde a novela *Desejos de Mulher*, que tinha como tema o grande aumento da influência da mulher nas esferas social,

política e econômica. Além de servir como entretenimento aos telespectadores, *Desejos de Mulher* tinha outro objetivo menos explícito: convencer a população de que as mulheres têm plenas condições para exercer o cargo de presidente do País²⁰.

No que tange ao *marketing* político, para a definição e a adequação das estratégias de construção de imagem pública, as pesquisas de opinião tiveram importância fundamental. Roseana Sarney e sua equipe de *image makers* trataram de construir sua imagem baseada naquilo que o eleitorado esperava de um governante. Na pesquisa realizada pelo *Ibope/CNI* entre 29 de novembro e três de dezembro de 2001, que avaliou as diferenças entre as formas dos homens e das mulheres agirem na política, as mulheres obtiveram larga vantagem em relação aos homens em todos os itens, com a exceção de apenas um item. Segundo tal pesquisa, as mulheres que atuam na política são mais organizadas, mais determinadas, mais honestas, mais realizadoras, mais sensíveis aos problemas sociais e mais competentes que os homens políticos. Para os entrevistados, os homens sobressaíram-se às mulheres apenas no item “negociar melhor”. Dessa forma, por ser mulher Roseana Sarney apresentava-se em uma situação privilegiada em relação aos demais possíveis candidatos – todos homens.

A questão da mulher foi insistentemente trabalhada pelos programas de Roseana Sarney. A idéia que se procurou transmitir era a de que as mulheres podiam fazer tudo o que os homens faziam e, até mesmo, melhor. Os depoimentos, os clipes

²⁰ Vide ANEXO 2 – Está aberta a temporada de manipulação no ar. O texto anexo reproduz o conteúdo de uma mensagem eletrônica que circulou amplamente na Internet durante os meses de janeiro e fevereiro de 2002.

políticos, as imagens, os discursos da pré-candidata, tudo remetia à competência, à honestidade, à organização, à força e ao bom desempenho das mulheres frente às mais variadas profissões e atividades. Na área da política, Roseana Sarney foi retratada como símbolo da mulher que chegou ao poder: primeira mulher eleita governadora de um estado brasileiro, governadora com melhor índice de aprovação, governante que teve a competência de melhorar os indicadores sócio-econômicos do Maranhão, um dos mais pobres do Brasil.

c) Jornalismo e pesquisas eleitorais

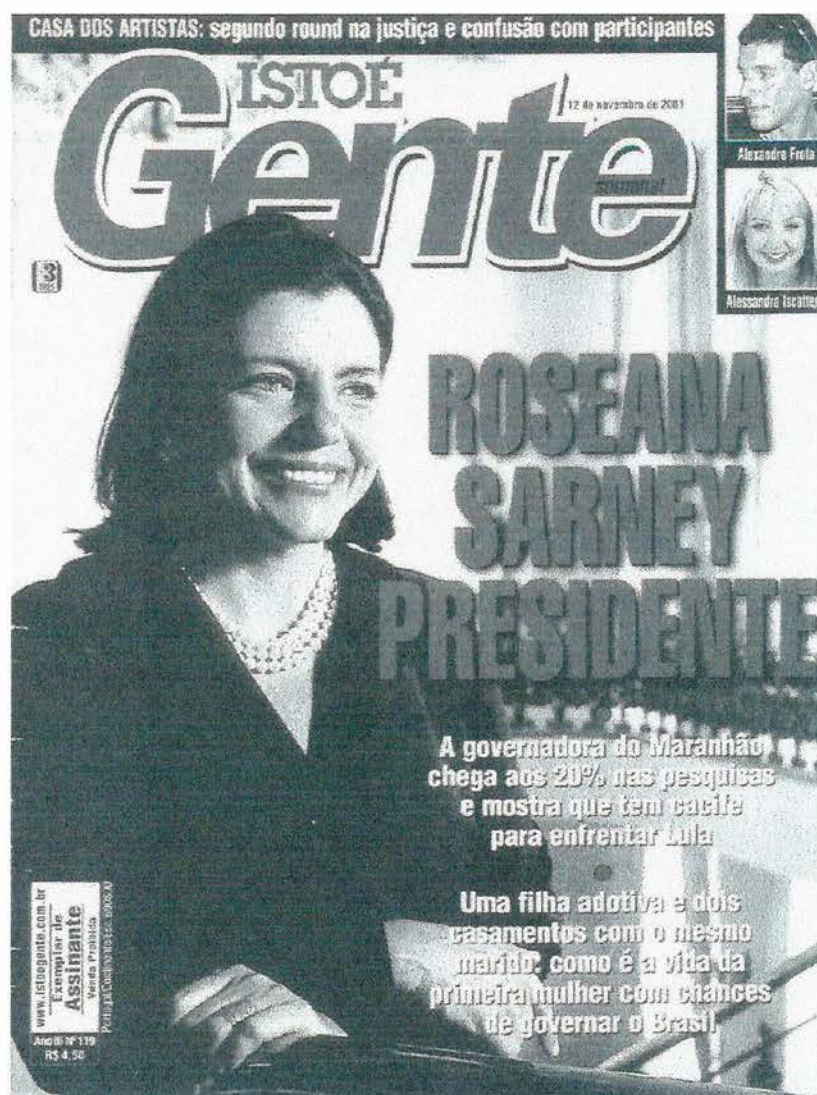
A pré-candidatura de Roseana Sarney contou com o apoio de revistas de circulação nacional, as quais não se cansaram de imprimir em suas capas a imagem da ex-governadora do Maranhão. De novembro de 2001 a fevereiro de 2002, várias revistas deram grande destaque à Roseana Sarney através de matérias favoráveis ao seu governo, impulsionando, assim, sua candidatura. Algumas merecem nossa maior atenção.

Roseana Sarney estampou a capa de *Isto É Gente* (12/11/2001) com a manchete ROSEANA SARNEY PRESIDENTE, seguida de “A governadora do Maranhão chega aos 20% nas pesquisas e mostra que tem cacife para enfrentar Lula” e “Uma filha adotiva e dois casamentos com o mesmo marido: como é a vida da primeira mulher com chances de governar o Brasil”. A matéria de oito páginas e muitas fotos com o título “UMA MULHER NA PRESIDÊNCIA: Por que ela pode chegar lá” publicada na revista mostrou, embora superficialmente, as características

personais, profissionais e políticas de Roseana Sarney que possibilitariam a ela exercer o cargo de Presidente da República.

Foram conferidos destaques a duas frases da pré-candidata: “Tenho experiência e sensibilidade e estou preparada para assumir qualquer cargo” (p. 28) e “Nunca prometo o que não posso. Sempre falo a verdade e por isso ganhei credibilidade” (p. 30). Essas duas declarações resumem a imagem desejada por Roseana Sarney: uma mulher que, com sensibilidade e honestidade, mas também com experiência, tem capacidade para enfrentar qualquer problema.

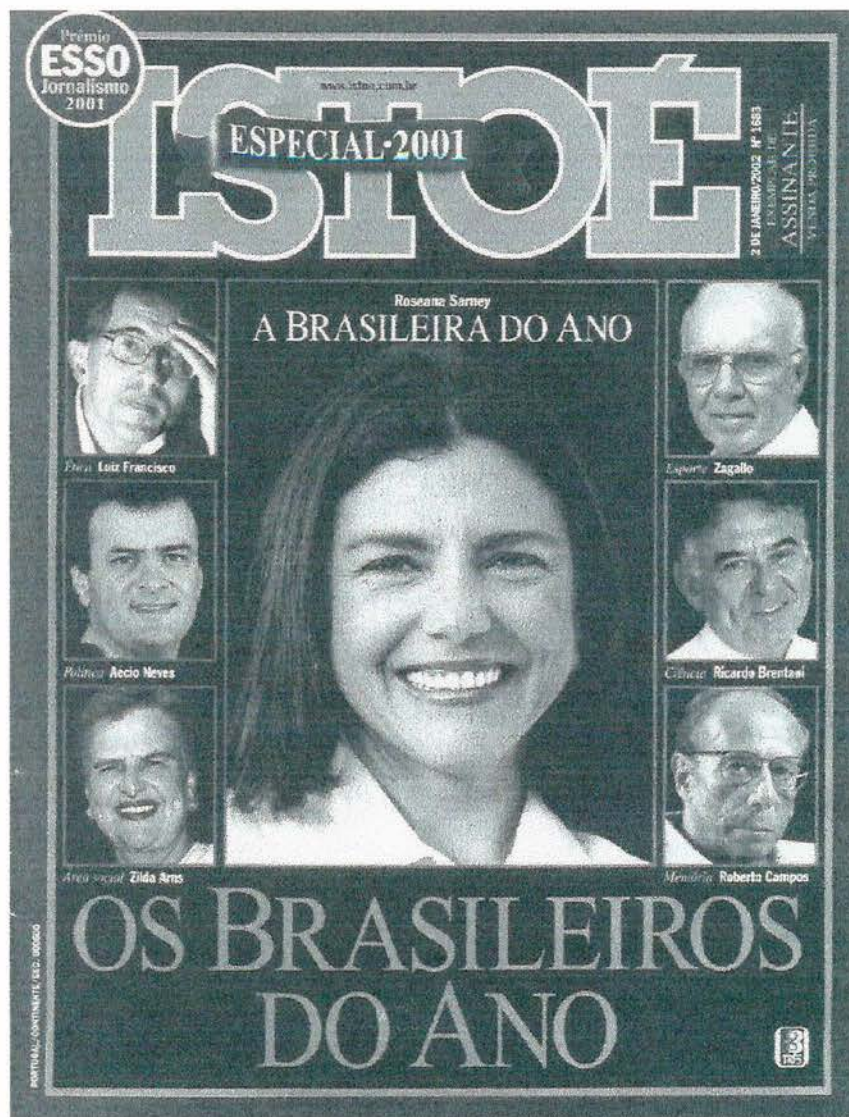
FIGURA 2 - ROSEANA SARNEY PRESIDENTE



Fonte: *Isto É Gente* (12/11/2001, capa).

Em *Isto É Especial 2001* (02/01/02) Roseana Sarney recebe o título de “A BRASILEIRA DO ANO”. Ao lado de Luiz Francisco, Aécio Neves, Zilda Ams, Zagallo, Ricardo Brentani e Roberto Campos, que também receberam outros títulos, Roseana Sarney foi o grande destaque dessa edição, merecendo foto maior na capa e matéria de oito páginas. A revista *Isto É* de nove de janeiro de 2002 trouxe, novamente, Roseana Sarney em sua capa, desta vez ao lado de José Serra e Luís Inácio Lula da Silva.

FIGURA 3 - A BRASILEIRA DO ANO



Fonte: *Isto É Especial* (02/01/2002, capa).

A revista *Caras* (15/02/2002), com a manchete ROSEANA SARNEY MOSTRA SEU LADO MAIS BRASILEIRO, traz na capa a pré-candidata e o diretor de teatro Fernando Bicudo. Sem fugir do perfil editorial do periódico, a matéria publicada com o título “A foliã Roseana Sarney mostra sua ginga brasileira em São Luís” fala sobre o carnaval da família Sarney, sobre o vestido usado pela ex-governadora, sobre a decoração da festa e sobre a homenagem ao Maranhão realizada pela escola de samba Grande Rio no carnaval carioca.

FIGURA 4 - ROSEANA SARNEY MOSTRA SEU LADO MAIS BRASILEIRO

CARAS
Esta revista é dedicada a Washington Chicotto

SASHA EXIBE SEU CARISMA DE ESTRELA AO LADO DE XUXA

A ex-candidata a Presidente da República e o diretor de teatro Fernando Bozco

ROSEANA SARNEY MOSTRA SEU LADO MAIS BRASILEIRO

OFERTA EXCLUSIVA PARA ASSINANTES
COLEÇÕES DE CINEMA CARAS, COM DESCONTO ESPECIAL DE 20%

FASCÍCULOS COM O GUIA DE DVD, SINAIS EM PORTUGUÊS... GRANDES FILMES EM DVD GRÁTIS: SETE ANOS NO TIBET, ESTRANHA CASADA, BELEZA ROUBADA, SAMBO II, TRANSPOTRAC, JORNADA, ASSÉDIO E O PECCO DA TRAIÇÃO

SÃO 8 FASCÍCULOS + 8 DVD'S POR R\$ 99,90. LIGUE JÁ: (0XX11) 3990-2069

Fonte: *Caras* (15/02/2002, capa).

A revista feminina *Uma* (17/02/2002) com a manchete TUDO SOBRE A MULHER QUE QUER SER PRESIDENTE DO BRASIL traz a seus leitores uma entrevista exclusiva com Roseana Sarney. Na matéria a pré-candidata fala sobre amor, política, empresariado e vaidade, dentre outros assuntos.

FIGURA 5 - TUDO SOBRE A MULHER QUE QUER SER PRESIDENTE DO BRASIL



Fonte: Uma (17/02/2002, capa).

É importante salientar que todas as revistas apresentam em suas fotos uma Roseana Sarney sorridente e bem vestida e que, na maioria das vezes, ela aparece ao lado de seus familiares: pais, irmãos, marido, filha ou netos. Essa constatação reforça a imagem projetada por Roseana Sarney de que a mulher pode governar um estado ou país e, mesmo assim, não se afastar da família, ter sensibilidade e ser vaidosa.

Em relação às pesquisas eleitorais, a divulgação das mesmas constitui um fator básico na construção do CR-P. Podemos notar a utilização dessa estratégia a partir do momento em que diversas pesquisas cujos resultados eram favoráveis a Roseana Sarney passaram a ser amplamente divulgadas na mídia. Segundo o próprio Saulo Queiroz, a estratégia era “como ato contínuo, (...) repercutir a pesquisa na mídia para potencializar a candidatura”. Como exemplo, temos a divulgação de uma pesquisa realizada pelo *Ibope/CNI* em janeiro de 2002 que apontava a pré-candidata do PFL sendo a única capaz de vencer Luís Inácio Lula da Silva, do PT, no segundo turno. Assim, os eleitores que rejeitavam a chegada do PT à Presidência foram instigados a votar em Roseana Sarney como forma de impedir a vitória de Lula.

3 QUEDA – DEFESA E EXCLUSÃO DA CANDIDATURA

*Roseana de Jesus,
De uma queda foi ao chão,
Acudiram três cavaleiros,
Todos três chapéu na mão.
O primeiro foi seu pai,
O segundo seu irmão,
O terceiro foi aquele
Que assumiu a confusão.
(Autor desconhecido)*

Um minucioso estudo acerca dos *escândalos políticos* foi desenvolvido por Thompson (2002) a fim de chegar a uma Teoria Social do Escândalo, a qual iremos analisar comparativamente ao escândalo Roseana Sarney. Essa teoria busca desenvolver “um enfoque alternativo (...) sobre a importância do escândalo e seu possível impacto na vida social e política” (Thompson, 2002, p. 295). De acordo com este autor, escândalos são “ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tomam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (Thompson, 2002, p. 40). A partir deste conceito geral de escândalo, pode-se concluir que a configuração do mesmo implica na existência de transgressões, ou seja, de algum tipo de infração moral, política ou legal, de publicização e de opinião pública.

As transgressões cometidas por Roseana Sarney e por seu marido, Jorge Murad, comprometeram o todo processo estratégico de construção de imagem da ex-governadora do Maranhão que consolidou Roseana Sarney em segundo lugar na corrida presidencial. Em um processo de disputa política ou eleitoral, este temporário e esporádico e aquele permanente, o que se busca é criar uma imagem favorável a

instituições e sujeitos políticos envolvidos, de forma que essa favorabilidade se expresse em termos de apoio, votos. Neste processo, que se inicia com a identificação do cenário de representação da política, passa pelas estratégias de *marketing* político e, finalmente, cria uma determinada imagem pública na sociedade em questão, fatores (às vezes) imprevisíveis podem entrar em jogo e desqualificar todo o trabalho de construção de imagem desenvolvido até então. Dentre estes fatores destaca-se o *escândalo político-midiático*.

Algumas revistas como *Carta Capital* e *Isto É*, em suas edições de 14 de novembro de 2001, previram que a vida política e pessoal da ex-governadora poderiam tornar-se alvo de investigações e de denúncias: “Ela nega que esteja assustada, com medo de ser alvo de ataques e denúncias. ‘Minha família já foi mais que investigada quando meu pai foi presidente. Sei que a sucessão será um jogo pesado. Estou preparada’” assegurou Roseana Sarney (Costa, 2001, p. 27). Em entrevista à *Carta Capital*, voltou a afirmar:

Minha vida já foi muito fuçada desde que meu pai foi presidente. Minha vida sempre foi aberta. Depois fui deputada e foi o mesmo. E o governo que acusava a todos nós, o do Collor, mexeu, remexeu, vasculhou a vida do meu marido (Jorge Murad) e não encontrou nada... (Roseana Sarney *in* Fernandes, 2001, p. 36).

Apesar das alertas da mídia, na sexta-feira, dia 1º de março de 2002, uma Operação Especial da Polícia Federal desencadeou aquele que foi o maior *escândalo-político-midiático-financeiro* de 2002. Com um mandado judicial de busca e apreensão, agentes destacados de Brasília para o Maranhão realizaram uma ampla

investigação na empresa *Lunus Serviços e Participações*, de propriedade do casal Roseana Sarney e Jorge Murad. Como resultado dessa investigação, foram encontrados “documentos que sugerem um vínculo da Lunus com outras empresas fraudadoras da Sudam e, também, papéis sobre o projeto *Usimar*²¹” (Lima, 2002a, p. 52) além de 1,34 milhão de reais em dinheiro guardado no cofre da empresa.

Neste período, Roseana Sarney, pré-candidata à Presidência da República pelo PFL, detinha 25% das intenções de voto, segundo pesquisa *Vox Populi* realizada na última semana de fevereiro de 2002, e mantinha-se firme no segundo lugar na disputa presidencial. O “escândalo Roseana Sarney”, como ficou conhecido o episódio, devido à sua grande exposição na mídia, foi, juntamente com o *impeachment* de Fernando Collor, um dos maiores *escândalos político-midiático-financeiros* das últimas décadas no Brasil e tornou-se o grande responsável por transformar Roseana Sarney, o “fenômeno pré-eleitoral”, como caracteriza Fernandes (2001, p. 32), em um rápido cometa no processo de sucessão presidencial.

Os métodos para a obtenção do mandato judicial que autorizou a invasão da empresa do casal Sarney-Murad não foram esclarecidos, mas “na quinta-feira, um dia antes, todos os policiais envolvidos na operação já sabiam do que se tratava. Sabiam o que e quem seriam alvos da investigação do dia seguinte em São Luís” (*Carta Capital*, 13/03/2002, p. 36). Contudo, o então ministro da Justiça, Aloysio Nunes

²¹ Roseana Sarney, governadora do Maranhão, e seu marido, Jorge Murad, secretário de Planejamento do estado, trabalharam para conseguir dinheiro da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para o projeto *Usimar*, empreendimento que seria uma fábrica de autopeças, a mais cara do mundo segundo Lima (2002a, p. 52). O projeto custou 1,38 bilhão de reais aos cofres públicos e não foi executado.

Ferreira, disse desconhecer tal operação. Mesmo com a possibilidade de ver sua vida e seus negócios vasculhados, Roseana Sarney e Jorge Murad não tiveram nenhum cuidado ao guardar documentos comprometedores e tal quantidade de dinheiro na sede da empresa:

Os policiais tiveram cautela, e cumpriram seu dever. Não teve quem montou a porção externa, política, da operação. Não teve quem pediu informações sobre o andamento da operação na sexta-feira 1º de março, e deixou rastros no caminho entre os aparelhos de fax da Lunus, em São Luís, e o Palácio do Planalto. Se verdadeiros os documentos e fatos objetos da investigação no Maranhão, muito menos cautela ainda terá tido quem montou tal rosário de empresas e guardou tudo na gaveta, embalado em R\$ 1,3 milhão (Fernandes, 2002, p. 24).

Na verdade, o crescimento vertiginoso da pré-candidatura de Roseana Sarney assustou seus concorrentes e, até mesmo, o seu próprio partido. O que inicialmente era uma estratégia para que o PFL pudesse ter maior poder de decisão na formação da chapa governista ao lado de seu antigo aliado, o PSDB, tornou-se uma candidatura com chances reais de vencer as eleições. O PSDB, acuado por correr o risco de perder o candidato à Presidência para o PFL no caso da formação de uma chapa única entre os dois partidos, resolveu atacar Roseana Sarney: desde dezembro de 2001, Roseana Sarney vinha sendo alvo de espionagem ilegal, de grampos telefônicos e de produção de dossiês sobre sua vida pública e privada. Tudo isso feito com a anuência do presidente Fernando Henrique Cardoso: “Em dezembro passado, a Interforte foi contratada para fazer escutas clandestinas nos telefones de Roseana e sua família. Os autores da operação descobriram, pelo grampo, o dia em que haveria

dinheiro na Lunus. A arapongagem virou um dossiê bombástico” (Miranda, 2002b, p. 26).

Roseana Sarney reagiu às acusações alegando ser vítima das manipulações do processo sucessório e lançando mão de seu habitual discurso: “Isso é discriminação contra a mulher brasileira” (*in* Lima, 2002a, p. 34). Mesmo assim, o escândalo teve efeito imediato sobre a opinião pública, que perdeu a confiança na pré-candidata, refletindo imediatamente nos resultados das pesquisas de intenção de voto.

Logo na primeira semana após as denúncias de fraude no Governo do Maranhão e nas empresas particulares de Roseana Sarney e Jorge Murad, a ex-governadora, de acordo com pesquisa do instituto *Vox Populi*, teve uma queda de 5% nos índices de intenção de voto, o que demonstra claramente que a crise política instaurada afetou sua imagem perante a opinião pública. Conforme o caso desenrolava-se e surgiam novas versões que explicavam a origem do dinheiro encontrado na sede da *Lunus Serviços e Participações*, os índices de intenção de voto para a pré-candidata do PFL diminuía consideravelmente. O desligamento do PFL do Governo Federal e a impossibilidade de se reverter a crise mediante a falta de provas contra as acusações realizadas culminaram na renúncia de Roseana Sarney à sua candidatura à Presidência nas eleições de 2002.

A fim de compreender como o escândalo decorrente das investigações na empresa *Lunus Serviços e Participações* arruinou a candidatura de Roseana Sarney à Presidência, analisaremos os acontecimentos e seu impacto na mídia com base na

Teoria Social do Escândalo delineada por Thompson (2002). A partir dessa teoria e das equações propostas pela mesma, realizaremos uma análise sistemática dos fatos que geraram o escândalo, sua repercussão na mídia e suas conseqüências políticas e eleitorais, tendo como amostra as principais revistas de circulação nacional publicadas no período de março a abril de 2002.

3.1 Construção do escândalo Roseana Sarney

Todo *escândalo político* implica na revelação de transgressões situadas dentro do campo político, as quais causam impacto nas relações dentro deste campo. No caso do escândalo Roseana Sarney, as transgressões reveladas foram infrações de ordem política e legal, pois se remetem à utilização de bens públicos para a obtenção de benefícios privados. A publicização destas transgressões pela mídia provocou uma resposta pública que pôde ser medida através do grande espaço que o caso recebeu na televisão e na imprensa em geral. O período entre 1º de março e 13 de abril, datas em que ocorreram, respectivamente, a invasão da empresa *Lunus Serviços e Participações* e a renúncia oficial de Roseana Sarney em concorrer à Presidência da República, contabilizou 44 dias – ou seis semanas – de ampla exploração do escândalo na mídia, o que comprometeu definitivamente a imagem da ex-governadora do Maranhão perante a opinião pública.

Apesar de as investigações terem sido realizadas em uma das empresas particulares da ex-governadora do Maranhão, as fraudes e os negócios ilícitos

descobertos estavam relacionados à administração estadual e ao mau uso do poder político em proveito individual. Dessa forma, os negócios realizados através de empresas privadas de Roseana Sarney e Jorge Murad deixaram de pertencer à esfera pessoal de ambos e passaram a fazer parte do campo político, pois envolveram disputas de poder.

A Teoria Social do Escândalo, desenvolvida por Thompson, tem como base dois importantes elementos para as relações políticas: reputação e confiança. Toda disputa política é uma disputa de poder e, como nas sociedades democráticas é o processo eleitoral, cujo ponto culminante é o voto, que determina a quem será conferido este poder, reputação e confiança são características desejadas por eleitores em seus representantes e por políticos em sua imagem. Dessa forma, reputação e confiança são os principais valores em jogo nos *escândalos político-midiáticos*. Para que um político construa uma boa imagem, uma reputação, e mereça a confiança da sociedade, são necessários um certo tempo e um árduo trabalho. Contudo, estes valores são extremamente voláteis perante a eminência de um *escândalo político*. A visibilidade conferida pela mídia e o alto grau de interesse da sociedade neste tipo de notícia criam condições para a destruição de uma imagem, de reputação e de confiança, adquiridas ao longo dos anos, em pouquíssimo tempo.

Devido a sua capacidade de comprometer a reputação e as relações de confiança entre o campo político e a sociedade, os escândalos vêm adquirindo crescente importância e atenção na esfera política. Para Thompson, “escândalos são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (2002, p.

296), entretanto adverte não ser sua intenção “sugerir que os escândalos são *apenas* lutas pelo poder simbólico e que as *únicas* coisas que estão em jogo são a reputação e a confiança”. Mesmo havendo a luta por outras formas de poder, como o político e o econômico, a disputa por poder simbólico²² sempre está presente nos *escândalos políticos*. O exercício do poder simbólico depende da existência de recursos que Thompson (2002, p. 297) chama de *capital simbólico*. Dessa forma, reputação e confiança são as formas de capital simbólico em jogo na ocorrência de um *escândalo político-midiático*, cujas principais características verificaremos a seguir.

Nos programas do PFL protagonizados por Roseana Sarney, a ex-governadora do Maranhão procurou ressaltar a confiança que a população de seu estado tem em sua principal governante através da ampla exploração do resultado da pesquisa que a aprovou como a melhor governadora do Brasil com um índice de 88%. Sua reputação como política, construída ao longo dos anos como política, permitia-lhe falar do lugar de quem melhorou os indicadores sociais do Maranhão. Entretanto, o escândalo desencadeado no dia 1º de março de 2002 e amplamente divulgado pela mídia arruinou a sua reputação e pôs em dúvida a confiança que os eleitores tinham nela. Com isso, Roseana Sarney perdeu o principal tipo de capital de que dispõem os políticos em períodos eleitorais: o capital simbólico.

Um dos aspectos do capital simbólico comprometido em um *escândalo político*, a reputação é definida como “a relativa apreciação e estima concedida a um

²² Poder simbólico refere-se “à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e modelar seu resultado, bem como a capacidade de influenciar as ações e crenças de outros, através da produção e transmissão de formas simbólicas” (Thompson, 2002, p. 296-7).

indivíduo ou instituição, por outros. Quanto mais alta a apreciação e maior o conjunto de indivíduos que a sustentam, tanto mais alta a reputação de alguém” (Thompson, 2002, p. 297). Por ser um recurso pessoal e individual, aquele que possui uma reputação prestigiada tende a utilizá-la para atingir seus objetivos.

Em seu período como pré-candidata à Presidência, Roseana Sarney desfrutava da reputação de ser a governadora mais competente do Brasil. Segundo Costa (2001, p. 26), seus adversários afirmavam que o País não conhecia a verdadeira Roseana Sarney. “Um dos mais ferinos críticos de Roseana, o deputado tucano Anderson Lago acusa a família Sarney de dominar o Estado por ter a mídia nas mãos. ‘Acho até bom que ela esteja crescendo nas pesquisas porque assim o País vai voltar seus olhos para o Maranhão e ver a miséria em que se encontra o Estado’”. Se a melhoria nos indicadores sociais do Estado do Maranhão foi verdadeira ou se foi mera propaganda apoiada em números distorcidos não nos cabe agora discutir, o certo é que Roseana Sarney soube vender a imagem de boa administradora, qualidade considerada de extrema importância para aqueles que pretendem governar um país.

O grande valor conferido à reputação pode ser explicado por suas características. A primeira delas refere-se ao fato de a reputação não ser construída de uma hora para a outra, ao contrário, “necessita-se de um longo período para se conseguir certa reputação” (Thompson, 2002, p. 297). A segunda característica da reputação está ligada ao fato de ela poder ser contestada, visto que depende da apreciação de outros, e a terceira diz respeito à sua inesgotabilidade pelo uso:

embora a reputação não se esgote necessariamente pelo uso, ela pode ser rápida e definitivamente esgotada pelo mau uso. A reputação é, com respeito a isso, um recurso muito frágil, que pode ser fácil e totalmente destruído. Ela é vulnerável ao que chamaria de *esvaziadores de reputação* que podem desfazer a rede de juízos e apreciações que forma a base de uma reputação (p. 298).

A quarta e última característica refere-se justamente à perda de reputação. O capital simbólico da reputação quando perdido dificilmente conseguirá ser resgatado. Após o escândalo, Roseana Sarney teve a sua reputação abalada pelas descobertas decorrentes das investigações realizadas em suas empresas particulares. Da imagem de competente administradora, Roseana Sarney passou a ser considerada exemplo de político corrupto, que busca proveitos financeiros para si e para seus aliados através da máquina estatal. Seguem abaixo alguns comentários sobre Roseana Sarney divulgadas na imprensa:

Diz o velho ditado popular: 'Quem não deve não teme'. Aí está a maior oportunidade para o clã Sarney mostrar para o Brasil sua lisura. Abram os cofres, demonstrem que a miséria no Maranhão nada tem a ver com os Sarney. Se provarem, Roseana já está eleita presidente (Carlos Viola, Uberlândia, MG, in *Veja*, 13/03/2002, *Cartas*, p. 26).

Roseana Sarney passou a campanha inteira tentando distanciar seu nome do PFL – até porque queria aparecer para o eleitorado como uma coisa nova na política. Um exemplo disso eram seus programas na televisão, que ignoravam solenemente a sigla. Desde o terremoto da semana passada, foi obrigada a colar na testa as três iniciais do partido (Lauro Jardim in *Veja*, 13/03/2002, *Radar*, p. 30).

Imoral. Assim é que podemos chamar a atitude da sra. Roseana Sarney e da cúpula do PFL ao querer que o governo, que é Poder Executivo, comunicasse, previamente, o cumprimento pela Polícia Federal da decisão de um juiz, que é Poder Judiciário. Numa democracia, os poderes são independentes, o que esses 'políticos' demonstram desconhecer. A sra. Roseana, que tem pretensão de

concorrer ao cargo de presidente da República do Brasil, desrespeita o povo brasileiro de maneira acintosa, achando-se bem acima do bem e do mal. Usa o fato de ser mulher e nordestina para se dizer discriminada. Arrogante e prepotente, demonstra pretender fazer do nosso país um pedaço da Praia do Calhau. Além do mais, quem não deve não teme. Essa senhora e seu marido devem ter muito a esconder, se não fosse assim, não teriam esperneado tanto. O Brasil precisa de um presidente equilibrado, sereno, sensato, e não de uma filhinha de papai que sapateia ao ver seus interesses contrariados (Kátia Maria Miranda de Oliveira, Salvador, BA, *in Isto É*, 20/03/2002, *Cartas*, p. 12).

É bom explicar isso rápido! A população colocará Roseana em Brasília ou apagará a imagem da mulher honesta, guerreira e competente (Luciano Fabricio, Natal, RN, *in Veja*, 20/03/2002, *Cartas*, p. 24).

Desde que a televisão mostrou o 1,3 milhão de reais encontrados no cofre da empresa de Roseana Sarney e Jorge Murad, criou-se a sensação de que aquela era a imagem mais contundente da campanha até agora. Uma pesquisa feita pelo Vox Populi na semana passada confirmou o poder da foto (...). A pergunta era: qual foi a denúncia mais grave entre as que abateram sobre Roseana Sarney? O dinheiro apreendido foi o fato mais importante para 29% das pessoas. Em seguida, vieram os financiamentos bilionários da Sudam (15%).

A propósito: sabe como alguns gozadores cariocas estão apelidando a cédula de 50 reais, depois daquelas 26 800 notas encontradas na Lunus? Roseana.

Está no dicionário Aurélio, para quem quiser ler: a primeira acepção do substantivo maranhão é 'mentira'. Diante dos últimos acontecimentos, soa apropriado (Lauro Jardim *in Veja*, 20/03/2002, *Radar*, p. 30).

Exige-se uma atitude clara, de transparência. Ladrão não pode postular a Presidência (Ciro Gomes, presidenciável do PPS, cobrando esclarecimentos das suspeitas sobre Roseana *in Veja*, 20/03/2002, *Veja essa*, p. 35).

Sendo a reputação um recurso de extrema importância nas disputas políticas, sujeitos e instituições políticos procuram, quando envolvidos em um escândalo, reverter a situação através de alegações de defesa e do controle das informações. Contudo, tentativas de defesa geram, com frequência, transgressões de segunda ordem, o que apenas prejudica ainda mais os atores envolvidos. Quando Jorge

Murad, marido de Roseana Sarney e sócio da *Lunus Serviços e Participações*, assumiu a responsabilidade pelo dinheiro encontrado no cofre de sua empresa, tentou-se reverter a situação sem prejudicar a imagem da pré-candidata do PFL: “Assumo a responsabilidade de ter buscado numerário para fazer face às despesas iniciais e inevitáveis desse momento de pré-campanha”, declarou Jorge Murad. Para José Genoíno, do PT, “a emenda foi pior que o soneto” (*Veja*, 20/03/2002, *Veja essa*, p. 34). “Nem mesmo quando disse falar a verdade Murad deixou de contar uma nova lorota” foi o subtítulo da matéria intitulada “A sétima mentira sobre o dinheiro”, publicada na revista *Veja* em 20 de março de 2002 (p. 44-5). Entretanto, uma série de oito versões para a origem do 1,34 milhão de reais não convenceu a opinião pública. A falta de provas que comprovassem a origem lícita do dinheiro, o contar e recontar histórias e as versões desmentidas fizeram com que Roseana Sarney e Jorge Murad incorressem naquilo que Thompson chama transgressões de segunda ordem.

FIGURA 6 - CHARGE “MAS AFINAL, O QUE VOCÊS ESTAVAM FAZENDO LÁ NO ESCRITÓRIO DOS MURAD?”



Fonte: *Isto É* (20/03/2002, p. 31).

Da mesma forma que a reputação, a confiança é um aspecto do capital simbólico envolvido nas relações de poder e passível de ser comprometido em um *escândalo político*. A confiança, entretanto, é um recurso empregado pelos indivíduos não apenas nas relações de poder, mas também na maior parte das formas de interação e cooperação sociais.

A maior parte das relações e instituições sociais nas sociedades modernas fundamenta-se, até certo ponto, em formas de confiança - isto é, nas presunções referentes à competência, fidedignidade e boas intenções de outros agentes ou sistemas de ação. A confiança é um modo de lidar com a liberdade dos outros em circunstâncias de incerteza ou risco onde suas ações e decisões dependem das ações de outros. (...). A confiança pressupõe a possibilidade de desapontamento e pressupõe o conhecimento de que o desapontamento é possível (Thompson, 2002, p. 302).

A confiança é um recurso que não se consome com o uso. Assim como a reputação, quanto mais se usa o recurso da confiança, maior é o seu estoque: “Quanto mais alguém se engaja em interações de confiança com outros, tanto mais provável será que o suprimento de confiança irá crescer” (Thompson, 2002, p. 302). Em entrevista a Maia (2001, p. 30), Roseana Sarney afirmou: “Nunca prometo o que não posso. Sempre falo a verdade e por isso ganhei credibilidade”.

Se levarmos em consideração o resultado da pesquisa que indicou o Governo Roseana Sarney no Maranhão como aquele que detinha, em 2001, o maior índice de aprovação (88%), podemos perceber que, real ou não, para a maior parte dos eleitores maranhenses, Roseana Sarney transmitia uma imagem de honestidade, de alguém que merecia a confiança de seu povo. De que forma essa imagem era

transmitida ou que informações eram omitidas é impossível saber, visto que a família Sarney detém, além do poder político, o poder da mídia no Maranhão.

A confiança, sendo um recurso relativamente frágil, é extremamente vulnerável aos efeitos dos esvaziadores de confiança e, quando traída, dificilmente é recuperada. Assim, podemos perceber que o *escândalo político* no qual Roseana Sarney estava envolvida foi responsável por destruir os laços de confiança entre a ex-governadora do Maranhão e seus prováveis eleitores no pleito presidencial de 2002. Isso pode ser comprovado através das pesquisas, as quais demonstraram uma queda significativa nos índices de intenção de voto para Roseana Sarney:

TABELA 2 - PESQUISA *SENSUS* (21 A 25 DE ABRIL DE 2002)
VOTO ESPONTÂNEO

PRESIDENTE 2002 Voto Espontâneo	FEV 02 %	MAR 02 %	ABR 02 %
Lula	16,2	14,7	24,5
Garotinho	5,0	5,6	7,6
José Serra	3,0	6,1	7,3
Ciro Gomes	2,6	2,6	4,2
Fernando Henrique	4,6	3,4	3,0
Roseana Sarney	10,0	6,4	2,2
Outros	4,6	3,6	3,7
Indecisos/Branco/Nulos	54,0	57,6	47,5
Total	100,0	100,0	100,0

Se as Eleições para Presidente da República fossem hoje, em quem você votaria?

Fonte: PFL - Brasília

Como demonstra a pesquisa realizada pelo instituto *Sensus*, após o *escândalo político* desencadeado pela revelação dos negócios existentes entre a empresa de Roseana Sarney e empresas fraudadoras da Sudam e a publicação da foto do dinheiro encontrado no cofre da *Lunus Serviços e Participações*, o índice de intenções de voto

na pesquisa espontânea para ex-governadora do Maranhão, que, em fevereiro tinha 10%, caiu para 2,2% em abril. Cabe lembrar que, em pesquisa estimulada realizada pelo *Ibope/CNI* entre os dias 17 e 21 de janeiro de 2002, Roseana Sarney alcançou 20% das intenções de voto.

Em sociedades regidas pela democracia liberal, a relação entre representantes políticos e cidadãos, ressalta Thompson (2002, p. 305), é uma relação de confiança que se expressa através do voto. Contudo, o cidadão comum tende a acreditar que os políticos são propensos a colocar seus interesses privados acima dos interesses públicos, o que acaba gerando uma profunda desconfiança dos políticos em geral. Com isso, aspectos relacionados ao caráter dos políticos podem tornar-se mais importantes que aspectos relacionados à competência dos mesmos:

Escândalos políticos podem (...) ajudar a criar um clima em que líderes políticos, ou potenciais líderes, são valorizados mais por seu caráter do que por sua competência. (...). Escândalos não produzem necessariamente um clima político em que questões de competência são eclipsadas pelas de caráter, mas elas tendem a produzir um clima em que são dadas às questões de caráter sempre maior relevância (Thompson, 2002, p. 309).

Os *escândalos políticos*, portanto, prejudicam a reputação e as relações de confiança não só entre os sujeitos envolvidos e a sociedade, mas também afetam a imagem dos políticos em geral. Entretanto, mesmo abalada a sua imagem, reputação e confiança perante a população, Roseana Sarney foi eleita senadora pelo Estado do Maranhão nas eleições de 2002.

3.2 As transgressões e o escândalo

Os escândalos de natureza política diferenciam-se dos demais tipos de escândalos por implicarem em transgressões de normas próprias do campo político e do exercício do poder político, bem como por representarem a luta pelo poder simbólico. Para Thompson existem três principais tipos de escândalos na esfera política: *escândalos sexuais*, *escândalos financeiros* e *escândalos de poder*. Interessam-nos, em especial, os dois últimos.

Escândalos político-sexuais são aqueles em que há a “revelação pública de atividades de personalidades políticas que envolvem (...) uma transgressão de normas ou códigos em vigor que regulam a conduta das relações sexuais” (Thompson, 2002, p. 154). Um dos mais famosos e recentes *escândalos sexuais* foi aquele que envolveu o ex-presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Bill Clinton, e a estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky. Entretanto, para fins de análise de nosso objeto de estudo, o escândalo Roseana Sarney, iremos nos deter a explicitar, principalmente, as características dos *escândalos político-financeiros* e dos *escândalos de poder*.

3.2.1 Dinheiro e poder – o escândalo financeiro

Alegações sobre abuso de dinheiro e outras irregularidades financeiras na esfera política constituem a base dos *escândalos político-financeiros*:

Envolvem geralmente uma revelação de ligações secretas (ou alegações sobre ligações secretas) entre o poder político e o econômico, ligações que são vistas como irregulares e que, ao virem à luz, precipitam o escândalo. As atividades que se colocam no centro de escândalos político-financeiros envolvem, em geral, a infração de leis que regulam a aquisição e alocação de recursos econômicos. Em alguns casos, podem também envolver a quebra de leis que regulam as transações financeiras e o uso de recursos por indivíduos que detêm um cargo público, ou aspiram a ele. Por conseguinte, os escândalos financeiros têm mais probabilidade que os escândalos sexuais de levantar questões legais e resultar em instauração de processo criminal (Thompson, 2002, p. 197).

As revelações que desencadearam o escândalo Roseana Sarney implicavam na existência de diversas irregularidades financeiras entre os negócios realizados pela *Lunus Serviços e Participações*, órgãos do Estado e empresas privadas de propriedade de amigos do casal Sarney-Murad. Os documentos encontrados durante a devassa da Polícia Federal no escritório da *Lunus*, em São Luís, comprovaram a existência de ligações secretas entre o poder político e o poder econômico as quais, tornadas, precipitaram o escândalo quando tornadas públicas pela ação da mídia.

Segundo Thompson, as atividades mais comuns que se colocam no centro dos *escândalos político-financeiros*, são a infração de normas que regulam a aquisição e a alocação de recursos econômicos e a quebra de leis que regulam as transações financeiras e o uso de recursos por políticos. Ambas foram descobertas pela Polícia Federal e divulgadas pela mídia, configurando o escândalo Roseana Sarney como um *escândalo político-financeiro*:

O Ministério Público e a Polícia Federal do Tocantins encontraram evidências de um grande golpe financeiro aplicado por seis empresas que receberam financiamentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Foram R\$ 10,1 milhões

em pagamentos realizados de 1993 a 2000 que aparentemente não se justificaram, já que feitos entre empresas com os mesmos sócios majoritários, que fornecem produtos e serviços entre si. Somente isso revela graves ilegalidades contábeis e tributárias. O que intriga policiais e procuradores que investigam a fraude na Sudam no Maranhão e Tocantins são os pagamentos feitos entre si por duas empresas sócias: a Nova Holanda Agroindustrial S.A. à Agrima – Agricultura, Indústria e Comércio de Calcário Ltda. Ambas tiveram, em dois anos do período investigado, um sócio comum: Jorge Murad, ex-secretário de Planejamento do Maranhão e marido da governadora Roseana Sarney (Miranda, 2002b, p. 30).

A reunião do Conselho Deliberativo da Sudam do dia 14 de agosto de 1999, presidida pela governadora Roseana Sarney, aprovou, numa só tacada, meia dúzia de pedidos de financiamentos solicitados por uma única empresa, chamada AC Rebouças Projetos e Assessoria Ltda. Com trânsito livre na Sudam e Sudene, o empresário pernambucano Aldenor Cunha Rebouças, dono da empresa, está sendo investigado pela Polícia Federal como um dos elos entre projetos fraudulentos da Sudam e empresas de Roseana e seu marido, Jorge Murad (...) (Diniz, 2002b, p. 30).

A natureza dos *escândalos político-financeiros* ressalta a intrínseca ligação existente entre dinheiro e poder, sugerindo que as “regras e procedimentos para exercício do poder político possam ficar comprometidos pela influência de interesses econômicos ocultos” (Thompson, 2002, p. 198). Este autor classifica quatro diferentes tipos de *escândalos político-financeiros*, de acordo com o tipo de infração envolvida:

- a) Troca irregular de recursos econômicos com o propósito de influenciar decisões ou resultados políticos (suborno);
- b) Apropriação irregular de fundos públicos, fraude, engano ou abuso de informação em benefício pessoal ou privado;

- c) Existência de interesses financeiros privados conflitantes com as obrigações e responsabilidades de um político;
- d) Corrupção e malversação eleitoral.

Encontrou-se no cerne do *escândalo político-financeiro* protagonizado por Roseana Sarney e seu marido revelações que caracterizam os tipos (b) e (c). A Polícia Federal encontrou no escritório da *Lunus Serviços e Participações* documentos que comprovaram a relação entre esta e a *Usimar Componentes Automotivos*, empresa criada em São Luís e financiada pela Sudam:

A Usimar, cujos donos o MP suspeita serem laranjas, recebeu R\$ 44 milhões e nunca comprovou a aplicação do financiamento para a montagem de uma fábrica de autopeças. Entre os documentos encontrados na empresa de Roseana há ainda uma pasta com a inscrição de “pendências” da Usimar para serem resolvidas pela Lunus (Diniz, 2002b, p. 29).

À época em que o pedido de financiamento da *Usimar* foi aprovado, Roseana Sarney coordenava o Conselho Deliberativo da Sudam no Maranhão e é provável que a aprovação do pedido tenha sido facilitada pela ex-governadora em troca de algum benefício financeiro, o que caracteriza a infração tipo (b), ou seja, a apropriação irregular de fundos públicos e o abuso de informação em benefício privado. As fraudes ocorridas no projeto *Usimar* caracterizam, também, o tipo de *escândalo político-financeiro* (c), a existência de interesses financeiros privados conflitantes com as obrigações de um sujeito político:

O que primeiro chamou a atenção dos procuradores que hoje investigam a escandalosa empreitada maranhense foi justamente o

fato de esse megaprojeto, totalmente atípico pelo volume de dinheiro público envolvido, ter tido uma tramitação rotineira, descuidada até, na Sudam e no governo de Roseana Sarney no Maranhão, órgãos responsáveis por sua viabilização financeira. A Sudam precisou de apenas quatro dias para aprovar um investimento de metade do custo inicial da Usimar, de 690 milhões de reais, equivalente ao orçamento de um ano da entidade (Lima, 2002a, p. 52).

A principal característica dos *escândalos político-financeiros* é a existência de interesses privados e de obrigações públicas conflitantes. O uso irregular do dinheiro público e o favorecimento de pessoas próximas aos políticos em licitações ou na obtenção de recursos públicos são algumas das práticas mais comuns e conhecidas, principalmente após o surgimento do escândalo como evento midiático, o que possibilitou à população em geral ter acesso aos acontecimentos próprios dos bastidores do poder. Com isso, a corrupção e as formas de se acabar com ela tornaram-se temas recorrentes em disputas eleitorais e nas atividades políticas, bem como nas pautas da mídia:

a mídia se tornou mais agressiva em sua procura por possíveis crimes cometidos pelos líderes políticos e menos contida em sua decisão de divulgá-los, (...) políticos se tornaram mais propensos a criar investigações formais em casos de alegados crimes e (...) o próprio escândalo se tornou uma arma potente numa esfera política onde questões de caráter e confiança (são) pontos centrais do debate (Thompson, 2002, p. 238).

É necessário salientar que, conforme verificamos no primeiro capítulo, as organizações da mídia são empresas comerciais que possuem interesses econômicos e políticos específicos. Dessa forma, de acordo com seus interesses próprios, elas poderão espetacularizar um determinado escândalo ou simplesmente ignorá-lo em sua programação ou pauta, permitindo ou inviabilizando o acesso às informações que

dão origem às desaprovações públicas que caracterizam o escândalo. A mesma mídia que impulsionou a candidatura de Roseana Sarney adotou e espetacularizou o escândalo em que a ex-governadora do Maranhão estava envolvida. A desistência de Roseana Sarney em concorrer à Presidência da República nas eleições de 2002, além dos fatores meramente políticos envolvidos, deveu-se, em grande parte, pela influência da mídia na opinião pública e na formação de imagem.

3.2.2 Escândalo de poder – o exercício do poder político

Os *escândalos de poder* são a forma mais pura de *escândalo político*, pois “envolvem o mau uso ou abuso de poder político como tal” (Thompson, 2002, p. 239). Nos *escândalos de poder*, as regras transgredidas são aquelas que regulamentam o exercício do poder político:

Esse fenômeno é particularmente preocupante nas sociedades democráticas liberais exatamente porque essas são sociedades em que o exercício do poder político está baseado na regulamentação da lei; por conseguinte, o desprezo dessas regras pode ser visto como retratando uma atividade que subverte os próprios fundamentos do poder legítimo (Thompson, 2002, p. 239).

Além de um *escândalo político-financeiro*, o escândalo Roseana Sarney foi também um *escândalo de poder*. Ao buscar privilegiar suas próprias empresas particulares, bem como empresas de pessoas próximas a si e a sua família com a obtenção de financiamentos públicos para obras que não foram executadas, a ex-governadora e o ex-secretário de Planejamento do Maranhão fizeram mau uso do

poder político. Dessa forma, o casal Sarney-Murad transgrediu uma das normas – não utilizar o Estado em benefício privado – que regulam o exercício do poder político, poder este conferido aos sujeitos políticos através do voto, o qual expressa a confiança dos eleitores em uma pessoa ou partido político.

Muitas vezes sexo e dinheiro estão envolvidos nos *escândalos de poder*. Entretanto, essas transações não são a fonte do escândalo; elas são secundárias, porém importantes por estarem relacionadas à transgressão de normas que regulam o exercício do poder político. Podendo envolver grandes “redes de poder e influência que se estendem por diferentes setores da vida social e política” ou “pequenos grupos de indivíduos cujas atividades estão ocultas e orientadas na direção de objetivos particulares” (Thompson, 2002, p. 241), os *escândalos de poder* caracterizam-se pela existência de poderes ocultos, cuja revelação deve-se, principalmente, ao surgimento e ao desenvolvimento da mídia. O mais famoso *escândalo de poder*, o caso Watergate (EUA, 1972),

contribuiu (...) para uma grande mudança nas regras de envolvimento da mídia, à medida que jornalistas, editores e outros indivíduos com acesso às formas midiáticas de comunicação começaram a se interessar mais em procurar apoderar-se e tornar públicas informações e alegações com respeito às atividades privadas, ocultas e potencialmente comprometedoras das figuras políticas (Thompson, 2002, p. 255).

A rede de influências, através das quais ocorriam os negócios ilícitos envolvendo Roseana Sarney e Jorge Murad, o Governo do Estado do Maranhão e demais empresas, funcionava através da figura do “laranja”:

A PF descobriu que um engenheiro civil foi colocado por Roseana e Murad para ser o homem da assinatura nos negócios da Lunus. Severino Francisco Cabral, dono de irrisórios 0,23% das ações da empresa, é o gerente da firma. Em depoimento à PF, Severino contou que recebe R\$ 200 mensais como pró-labore, mas que quem decide mesmo é a dupla Roseana e Murad, proibidos por lei de misturar vida pública com negócios pessoais (Diniz, 2002b, p. 30).

Com frequência, *escândalos de poder* envolvem transgressões de segunda ordem, as quais podem dar origem a novas acusações. Os casos mais comuns de *escândalos de poder* são aqueles que envolvem:

- a) Transgressão de regras e procedimentos que regulamentam os processos (eleitorais ou não) através dos quais os indivíduos adquirem poder;
- b) Violação, ignorância ou subversão de procedimentos publicamente aceitos que regulam as formas pelas quais o poder pode ser exercido pelos ocupantes do cargo (Thompson, 2002, p. 241).

Com relação aos tipos mais comuns de *escândalos de poder* relacionados acima, podemos concluir que o caso Roseana Sarney remete-se apenas ao tipo (b), já que não existem indícios de que tenha havido fraudes no processo eleitoral que fez de Roseana Sarney a governadora do Maranhão por dois mandatos consecutivos. Contudo, fica explícito que as normas que regulam o exercício do poder político foram transgredidas.

3.3 O escândalo na mídia

A fim de compreender a importância que os *escândalos políticos* alcançaram nos dias de hoje, é necessário que se analise uma série de transformações sociais que caracterizam o mundo contemporâneo. Dentre essas transformações, a mais significativa foi, sem dúvida, o desenvolvimento dos meios de comunicação, os quais transformaram as relações entre vida pública e privada:

com o desenvolvimento das sociedades modernas, a natureza, o tamanho e as conseqüências dos escândalos mudaram sob determinados aspectos. É uma razão pela qual mudaram é que eles se tornaram cada vez mais ligados a formas midiáticas de comunicação (...). Escândalos midiáticos não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independentemente dela: eles são, de diferentes maneiras e até certo ponto, constituídos por formas midiáticas de comunicação (Thompson, 2002, p. 59).

Escândalos se referem a transgressões que se tornam de conhecimento público e que provocam uma resposta. Para que um escândalo se configure como um *escândalo político*, este deve estar inserido no campo político e ter impacto nas relações dentro deste campo. Dessa forma, para que um *escândalo político* seja conhecido pelas massas, é necessário que as informações, denúncias e fatos passem pela publicização midiática. Para Thompson o escândalo moderno é um evento midiático, pois está moldado ao formato, à linguagem e à estrutura temporal e seqüencial características das práticas operacionais da mídia.

O escândalo enquanto evento midiático “implica a revelação através da mídia de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação

desencadeia uma seqüência de ocorrências posteriores” (Thompson, 2002, p. 82). Geralmente, os *escândalos midiáticos* são marcados pela ocorrência de novas e sucessivas transgressões, pois a cada novo fato relativo ao escândalo, surgem novas respostas públicas e, conseqüentemente, novas desaprovações. Na tentativa de defenderem-se, os acusados freqüentemente negam as acusações e acabam por incorrer naquilo que Thompson chama de transgressões de segunda ordem, ou seja, criam uma nova mentira, o que impulsiona o interesse da mídia e do público sobre o escândalo.

A concepção de *escândalo político-midiático* foi ilustrada pelo escândalo Roseana Sarney: a transgressão de normas próprias do campo da política tornou-se um *escândalo político-midiático* quando houve interação entre os campos da mídia e da política. As informações sobre os negócios ilícitos realizados pela empresa de Roseana Sarney, apesar de pertencerem à vida privada da ex-governadora, estavam localizadas no campo político porque eram conflitantes com os interesses públicos representados pela mesma, à época governadora do Maranhão. A participação da mídia – o que nas sociedades contemporâneas é muito difícil de impedir – na revelação e publicização das infrações identificadas pela Polícia Federal no escritório da *Lunus Serviços e Participações* foi de importância fundamental para que as descobertas originassem um escândalo.

Na midiaticização dos *escândalos políticos*, as relações entre política e meios de comunicação de massa reafirmam seu poder. Thompson busca elucidar o motivo

pelo qual o escândalo ou a ameaça de escândalo no campo político tornou-se tão importante:

o escândalo pode esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder político depende. Ele pode minar os fundamentos do poder político precisamente porque pode destruir (ou ameaçar destruir) um recurso vital no qual os políticos devem (...) se apoiar, isto é, sua reputação e bom nome, e o respeito atribuído a eles por outros políticos e pelo público em geral. Destruir, ou prejudicar, sua reputação é destruir ou prejudicar sua credibilidade, e com isso enfraquecer, ou frustrar, sua capacidade de persuadir e influenciar outros, de assegurar um elo de confiança e de transformar suas palavras em fatos (2002, p. 137).

Thompson caracteriza o *escândalo midiático* segundo seis critérios: tipo de transgressão, tipo de publicidade, tipo de revelação, modo de desaprovação midiática, base de evidência e referencial espaço-temporal. Vejamos cada um separadamente.

Com relação ao tipo de transgressão, “os escândalos midiáticos implicam mais provavelmente uma mistura de transgressões de primeira e de segunda ordem” (Thompson, 2002, p. 91). A tentativa de se controlar o processo que desencadeia o escândalo e o torna assunto importante na mídia acaba gerando respostas por parte dos acusados. No momento em que mídia e população estão com os olhos voltados para o escândalo qualquer tentativa de desmenti-lo tende a apenas agravar ainda mais a situação.

No caso do escândalo Roseana Sarney, na tentativa de defenderem-se das acusações de haver cometido transgressões de primeira ordem, tais como o

envolvimento da *Lunus Serviços e Participações* com empresas fraudadoras da Sudam, a ex-governadora do Maranhão e seu marido geraram diversas transgressões de segunda ordem, as quais complicaram ainda mais sua imagem perante a opinião pública. Ao todo, durante o período analisado, foram oito diferentes versões explicando a origem do 1,34 milhão de reais encontrado no cofre da empresa. O responsável por apresentar respostas sobre a origem do dinheiro foi Jorge Murad. “Não é crime ter dinheiro em caixa” (Lima, 2002a, p. 37) foi a única declaração sobre o assunto feita por Roseana Sarney.

A primeira versão sobre o 1,34 milhão de reais foi criada por Jorge Murad e seus amigos no fim de semana seguinte à apreensão do dinheiro:

Decidiram inventar que o dinheiro não era da Lunus, mas de outra empresa que funciona no mesmo local, a Pousada dos Lençóis – da qual Roseana Sarney não é sócia. Em seguida, criaram um contrato de empréstimo, no valor de 650 000 reais, para a Pousada dos Lençóis. (...). O contrato tem três páginas e termina assim: “Por estarem de comum acordo, as partes assinam o presente juntamente com duas testemunhas que a tudo assistiram”. Uma das testemunhas que a tudo assistiu, e cuja assinatura está lá, é Jorge Murad – ele, que não sabia de nada (Patury, 2002, p. 45).

Dessa forma, desde a primeira versão começaram a surgir contradições entre as informações que deveriam esclarecer a origem do dinheiro. Cientes que a versão sobre que o dinheiro seria um empréstimo para a Pousada dos Lençóis não convenceu a opinião pública, Jorge Murad e seus amigos Luís Carlos Castanhede Fernandes e Severino Francisco Cabral criaram novos elementos para a primeira versão:

Para dar ares de autenticidade, Jorge e seu amigo (...) montaram em seguida um novo capítulo. Os três são sócios no complexo turístico Pousada dos Lençóis. (...). Lançado em dezembro, o empreendimento foi quase todo vendido. Só que, antes de as vendas começarem, a tróica separou na planta os melhores chalés do resort, reservando-os para si próprios e alguns amigos. Como não havia um contrato formal, encontraram aí um bom álibi para justificar outra parte do dinheiro. Bastava combinar com os amigos que ainda não tinham desembolsado um único tostão pelo imóvel, para que dissessem que a compra acontecera em fevereiro. Como já tinham forjado o empréstimo de 650 000 reais, para completar o 1,34 milhão faltava apenas 690 000 (Patury, 20/03/2002, p. 45-7).

Até a sétima versão, todas as demais tiveram a Pousada dos Lençóis “no centro da mentira sobre o 1,34 milhão de reais” (Patury, 2002, p. 48). Como nenhuma delas havia sido suficiente para convencer a opinião pública de sua veracidade, cogitou-se declarar que o dinheiro era caixa de campanha. Entretanto, Roseana Sarney sequer havia sido registrada oficialmente como candidata e o período legal para a arrecadação de fundos de campanha não havia iniciado. Assumir que o 1,34 milhão de reais encontrado na empresa do casal Sarney-Murad era dinheiro para a campanha era assumir um crime. “Admitir que esse dinheiro é de campanha vai liquidar de vez essa candidatura”, ponderou um assessor de Roseana. Foi quando Murad fez uma intervenção decisiva. ‘Desculpe, mas a candidatura já acabou’, disse ele. Foi o sinal verde para que a nova versão começasse a ganhar forma” (Patury, 2002, p. 47).

Na terça-feira, dia 12 de março de 2002, Jorge Murad “protagonizou uma cena patética” (Patury, 2002, p. 44). Diante da imprensa leu uma nota em que afirmava que o dinheiro apreendido era dinheiro para bancar as despesas de campanha de Roseana Sarney e que fora arrecadado por ele mesmo, sem o

conhecimento prévio de sua mulher. Depois, alegou que as versões anteriores foram divulgadas por “amigos das horas difíceis” que, solidários, tentavam ajudá-los. Como Jorge Murad não havia declarado os nomes dos doadores do dinheiro, a sétima versão também não mereceu a credibilidade da opinião pública. Surgiu, então, uma oitava versão, “e esta foi a pá de cal sobre as ambições presidenciais de Roseana” (Lima, 2002b, p. 35). A oitava versão consistia na divulgação de uma lista com o nome de nove pessoas físicas que teriam contribuído com dinheiro para a pré-campanha da ex-governadora do Maranhão. O que intrigou a opinião pública nessa versão, que foi recebida com descrença até mesmo por alguns setores do PFL, é que “todos os doadores eram parentes da família ou pessoas ligadas ao senador José Sarney por laços políticos” (Lima, 2002b, p. 35).

O contar e recontar histórias sobre a origem do dinheiro apreendido pela Polícia Federal na sede da *Lunus Serviços e Participações* agravou ainda mais a situação de Roseana Sarney e Jorge Murad. O casal teve a sua credibilidade totalmente abalada, sendo taxados de mentirosos. Como resultado do escândalo, Roseana Sarney teve a sua candidatura inviabilizada e, em abril, desistiu oficialmente de concorrer à Presidência da República.

Para Thompson, o tipo de publicidade envolvido nos *escândalos midiáticos* é a publicidade midiática, pois

esses acontecimentos se desenrolam (...) através de formas midiáticas de comunicação e adquirem, conseqüentemente, uma publicidade que é independente de sua capacidade de ser vista ou

ouvida diretamente por uma pluralidade de outros co-presentes. Em virtude de sua publicidade midiática, as ações ou acontecimentos que estão no centro dos escândalos midiáticos se tornam visíveis aos outros que não estão presentes no tempo e local de sua ocorrência (2002, p. 92).

É a publicização do escândalo através de procedimentos específicos da mídia que proporciona ao público conhecer os fatos e acompanhar o desencadeamento de um processo de acusações, defesas e desaprovações por parte deste mesmo público e da própria mídia. O desenvolvimento de novas tecnologias, em especial a televisão e mais recentemente a Internet, tornou possível o acesso a acontecimentos antes restritos a um determinado espaço geográfico. Hoje as redes globais de televisão e a Internet oferecem informações relativas a locais física e culturalmente distantes, permitindo ao público acompanhar o desenrolar dos acontecimentos e, assim, a formação de uma opinião pública mais informada, embora a maior parte da população ainda não tenha acesso a estes tipos de mídias.

O Brasil inteiro acompanhou o desenrolar do escândalo Roseana Sarney durante os 44 dias em que o mesmo esteve constantemente na mídia. Televisão, jornais e revistas foram os grandes responsáveis por tornar públicas as descobertas realizadas pela Polícia Federal, bem como por divulgar cada uma das oito versões apresentadas pelo casal Sarney-Murad. Neste período Roseana Sarney, seu marido e o escândalo em que estavam envolvidos foram capa de diversas revistas de circulação nacional.

A revista *Veja* publicada em 13 de março de 2002 dedicou grande parte de sua edição à discussão dos acontecimentos subseqüentes à invasão da empresa *Lunus Serviços e Participações* pela Polícia Federal em 1º de março de 2002. Ao todo foram 19 páginas de reportagens, uma capa inteira dedicada ao caso, além de destaque em outras seções da revista. *Isto É* também dedicou a capa da edição de 13 de março de 2002 à crise na pré-candidatura da ex-governadora do Maranhão, porém, a matéria publicada foi pequena em relação a da sua principal concorrente, a revista *Veja*, contendo apenas nove páginas.

Em fundo vermelho, como sinal de alerta, a capa de *Veja* (13/03/2002) continha seguinte manchete: A CANDIDATA QUE ENCOLHEU. Os demais subtítulos também se referiam à crise instaurada na pré-candidatura de Roseana Sarney, no Governo do Maranhão, no PFL e no Governo Federal, envolvendo, inclusive, o presidente Fernando Henrique Cardoso. Juntamente com a minúscula foto de Roseana Sarney e com a chamada em subtítulo sobre a queda de cinco pontos nas intenções de voto para a ex-governadora, a capa da revista indicava como as denúncias de irregularidades afetaram a imagem de Roseana Sarney, bem como a opinião pública.

FIGURA 7 - A CANDIDATA QUE ENCOLHEU



Fonte: *Veja* (13/03/2002, capa).

A capa da revista *Isto É* (13/03/2002) apresentou fotos do perfil de Roseana Sarney e de José Serra, ex-ministro da Saúde, à época pré-candidato à Presidência da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma em oposição à outra, em fundo preto, chamando a atenção para a guerra entre os partidos pela sucessão presidencial. A manchete, **GRAMPOS, CHANTAGEM E BAIXARIAS** indicou a abordagem conferida pela revista no editorial e ao longo da reportagem, quando *Isto É* afirmou e destacou o envolvimento de José Serra nas ações de arapongagem para a obtenção de informações que resultaram no mandato judicial para a invasão da empresa do casal Sarney-Murad.

FIGURA 8 - GRAMPOS, CHANTAGENS E BAIXARIAS



Fonte: *Isto É* (13/03/2002, capa).

Com a manchete SUCESSÃO PRESIDENCIAL, ATO I: FHC ERRA, a revista *Carta Capital*, na edição do dia 13 de março de 2002, também destacou em sua capa a questão da sucessão presidencial através de uma irônica montagem de imagens em que FHC se transforma na personagem Pateta dos desenhos da Disney. Ao invés de focar o escândalo Roseana Sarney diretamente, a matéria de cinco páginas publicada em *Carta Capital* mostrou a briga entre PSDB e PFL.

FIGURA 9 - SUCESSÃO PRESIDENCIAL, ATO I: FHC ERRA



Fonte: *Carta Capital* (13/03/2002, capa).

Em 20 de março de 2002 as revistas *Veja* e *Isto É* trouxeram, novamente, temas relacionados à sucessão presidencial e às investigações na empresa de Roseana Sarney e Jorge Murad. Nestas edições, cujas capas traziam as manchetes A GUERRA DOS DOSSIÊS (*Veja*) e A POLÍTICA DO GRAMPO (*Isto É*) foram apresentadas novas versões sobre a origem do dinheiro encontrado na *Lunus Serviços e Participações*, o que contribuiu para a manutenção do escândalo na mídia.

FIGURA 10 - A GUERRA DOS DOSSIÊS



Fonte: *Veja* (20/03/2002, capa).

FIGURA 11 - A POLÍTICA DO GRAMPO



Fonte: *Isto É* (20/03/2002, capa).

Na edição do dia 17 de abril de 2002, quando Roseana Sarney já havia desistido de concorrer à Presidência da República, a capa de *Veja* apresentou a manchete ELES PENSARAM QUE O BRASIL ERA O MARANHÃO e trouxe a foto de Roseana Sarney e Jorge Murad juntos. *Veja* atribuiu a ambos a responsabilidade pelo fim da candidatura da ex-governadora do Maranhão à Presidência, tentando formular uma espécie de diagnóstico de campanha.

FIGURA 12 - ELES PENSARAM QUE O BRASIL ERA O MARANHÃO



Fonte: *Veja* (17/04/2002, capa).

Na matéria de *Veja*, a exploração da veracidade da oitava versão sobre o dinheiro encontrado na *Lunus Serviços e Participações* ganhou grande espaço. Ao todo foram sete páginas dedicadas à desistência de Roseana Sarney em concorrer às eleições presidenciais, fato ao qual *Veja* atribui uma decisão pessoal da ex-governadora, influenciada por problemas de saúde de sua avó e à depressão do marido. A presença do escândalo Roseana Sarney nas principais revistas de circulação nacional é apenas um exemplo de como a mídia em geral, incluindo a televisão e os jornais, explorou os fatos que geraram o escândalo e que o re-alimentaram, bem como os fatos a ele relacionados. Durante o período analisado – março a abril de 2002 – sempre que surgia uma nova versão sobre a origem do 1,34 milhão de reais, eram feitas novas especulações e toda a história era recontada.

A comunicação midiática é o principal modo de revelação dos escândalos midiáticos. Depois de apresentados pela mídia, os escândalos passam a ser discutidos através de formas da comunicação face a face e, freqüentemente, são incorporados às conversas cotidianas. É claro que, na maior parte das vezes, as transgressões não são descobertas pela mídia, mas sim pela polícia ou por outros agentes de investigação. Porém, a revelação dos fatos na mídia é que faz com que essa transgressão adquira o *status* de escândalo.

Mesmo que a descoberta dos documentos que comprovaram a existência de ligações entre os negócios privados de Roseana Sarney e empresas fraudadoras da Sudam tenha sido realizada pela Polícia Federal, a mídia contribuiu significativamente para que as infrações cometidas pela ex-governadora do Maranhão e seu marido se transformassem em um *escândalo político-midiático* de

interesse nacional. Por manter o escândalo Roseana Sarney em pauta, re-alimentando-o com novas informações e desdobramentos, a mídia tornou-se, também, palco onde se expressavam as desaprovações da própria mídia e do público.

O modo de desaprovação dos *escândalos midiáticos* acontece através de formas de comunicação midiática. Segundo Thompson, são

as formas abertas de comunicação midiática (que) constituem o modo principal de desaprovação. São as manchetes dos jornais, a presença de avaliações negativas na imprensa, as críticas e por vezes as humilhantes caricaturas das pessoas cujas ações (reais ou supostas) são o objeto de reprovação: é a apresentação repetida desses atos midiáticos de comunicação que gera o clima de desaprovação característico dos escândalos midiáticos (2002, p. 97).

A maneira como se dá a desaprovação de um escândalo pela mídia certamente contribui para a formação de uma opinião pública que se posiciona, de forma geral, como favorável ou desfavorável aos acontecimentos, mesmo que a opinião da mídia não corresponda integralmente à opinião de todos os seus telespectadores, leitores ou ouvintes. Através da mídia impressa, o público pode manifestar sua desaprovação através do envio de cartas e de mensagens eletrônicas, as quais são publicadas de acordo com uma seleção que obedece aos interesses e ao padrão editorial da revista ou jornal.

Os diversos recursos disponíveis pela mídia contemporânea fazem com que os escândalos se tornem pauta em diversos programas de televisão e de rádio, desde os jornalísticos aos humorísticos, e em diversas editoriais de jornais e de revistas,

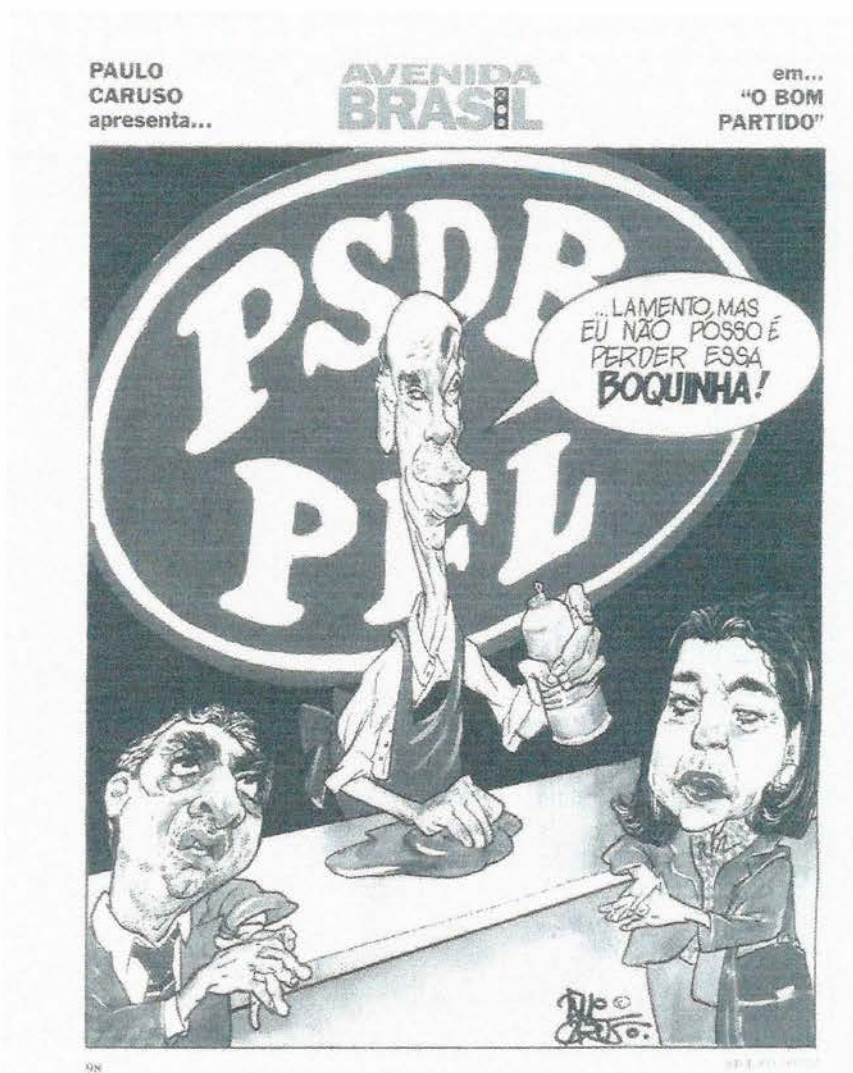
desde as entrevistas e reportagens investigativas às caricaturas e charges. Abaixo, alguns exemplos de charges publicadas sobre o escândalo Roseana Sarney e que ridicularizaram os sujeitos envolvidos.

FIGURA 13 - CHARGE "O SHOW DO MILHÃO"



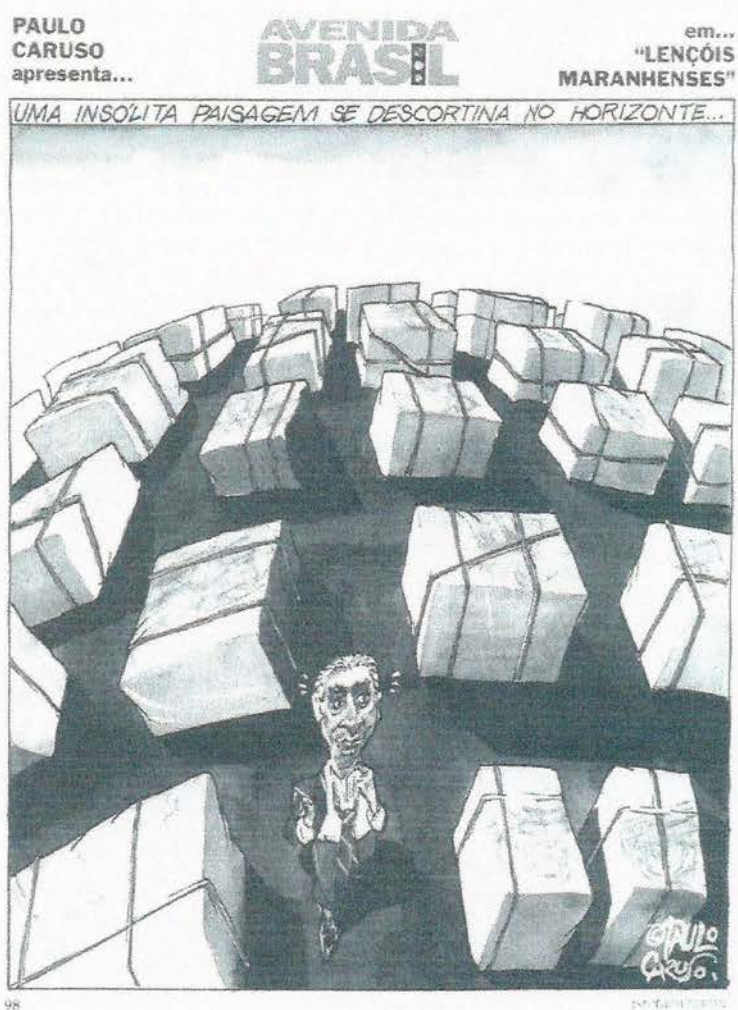
Fonte: *O Pasquim* 21 (12 -18/03/2002, p. 1).

FIGURA 14 - CHARGE "O BOM PARTIDO"



Fonte: *Isto É* (13/03/2002, p. 98).

FIGURA 15 - CHARGE "LENÇÓIS MARANHENSES"



Fonte: *Isto É* (20/03/2002, p. 98).

Na veiculação das notícias referentes ao escândalo, percebe-se a ampla utilização do princípio da *redundância*, característico das mensagens publicitárias. É importante salientar que, após o surgimento de um *escândalo midiático*, no caso de nosso objeto de estudo, de um *escândalo político-midiático-financeiro*, a maior parte dos veículos de comunicação adota tal escândalo devido ao grande interesse do público:

Uma das razões por que os escândalos midiáticos são do interesse dos leitores e espectadores é que, para aqueles que estão presenciando o desenrolar dos acontecimentos à medida que vão acontecendo, o resultado final é intrinsecamente incerto. Devido a isso, eles alentam a especulação e, como uma boa novela, eles constantemente testam a capacidade dos leitores de avaliar a veracidade dos protagonistas, imaginar a trama e predizer seu resultado (Thompson, 2002, p. 103).

Conforme ressalta Thompson, os *escândalos midiáticos* envolvem o “uso dos meios de comunicação de vários tipos a fim de conseguir a evidência para fundamentar afirmações contestáveis. (...) É comum que escândalos midiáticos envolvam formas de evidência que sejam fixadas em meios relativamente duráveis” (2002, p. 98-9). A reprodução de cartas e documentos, o uso de fotografias e de conversas registradas por gravadores ou grampos telefônicos formam as principais bases de evidência dos *escândalos midiáticos*. A apresentação pública dos fatos serve tanto para reforçar a veracidade do escândalo, quanto para proteger as organizações da mídia de acusações de calúnia:

A importância da evidência fixada em meios duráveis é ressaltada pelo fato de que, no desenrolar dos escândalos, essas formas de evidência podem se tornar acessíveis a outros através de sua reprodução em meios abertos como jornais, revistas e televisão (Thompson, 2002, p. 100).

FIGURA 16 - O DINHEIRO ENCONTRADO NA *LUNUS*

A imagem do 1,34 milhão de reais encontrado no cofre da empresa de Roseana Sarney e Jorge Murad foi amplamente reproduzida na mídia.

Fonte: *Veja* (13/03/2002, p. 43).

O desenvolvimento dos meios de comunicação possibilitaram que as informações fossem transportadas, virtual e instantaneamente, entre locais distantes. Dessa forma, por serem configurados pela mídia, “os escândalos midiáticos se desenrolam dentro de um referencial espaço-temporal que é de caráter deslocalizado, onde a informação e a comunicação fluem rapidamente (...) e onde o conteúdo simbólico pode ser fixado e reproduzido através do tempo” (Thompson, 2002, p. 101). As grandes redes de telecomunicações, a Internet e a globalização das comunicações propiciaram a transformação de escândalos nacionais em escândalos mundiais, na medida em que podem ser acompanhados por pessoas de diversos países do mundo.

3.3.1 A mídia e a estrutura do *escândalo político*

Os ritmos das organizações da mídia e seus padrões temporais de publicação e de difusão marcam a estrutura seqüencial dos *escândalos midiáticos*. De acordo com Thompson, os *escândalos midiáticos* sempre têm duração maior que um dia, pois, no primeiro dia, são feitas apenas as revelações que desencadearão as respostas, as quais configuram a existência do escândalo: “O desdobramento dos escândalos midiáticos é entrelaçado por um constante contar e recontar histórias sobre os acontecimentos (...) presentes no centro do escândalo” (Thompson, 2002, p. 102). Para este autor, “embora os escândalos midiáticos se prolonguem por um certo período de tempo e sejam marcados por ritmos da mídia (...), eles não podem durar muito tempo” (Thompson, 2002, p. 102), visto que, ou o escândalo é finalizado após

uma confissão, um julgamento ou uma renúncia, ou desaparece naturalmente, conforme decresce o interesse da mídia e do público por ele. Entre o surgimento e o fim de um *escândalo político-midiático*, Thompson distingue quatro diferentes fases, as quais serão apresentadas a seguir.

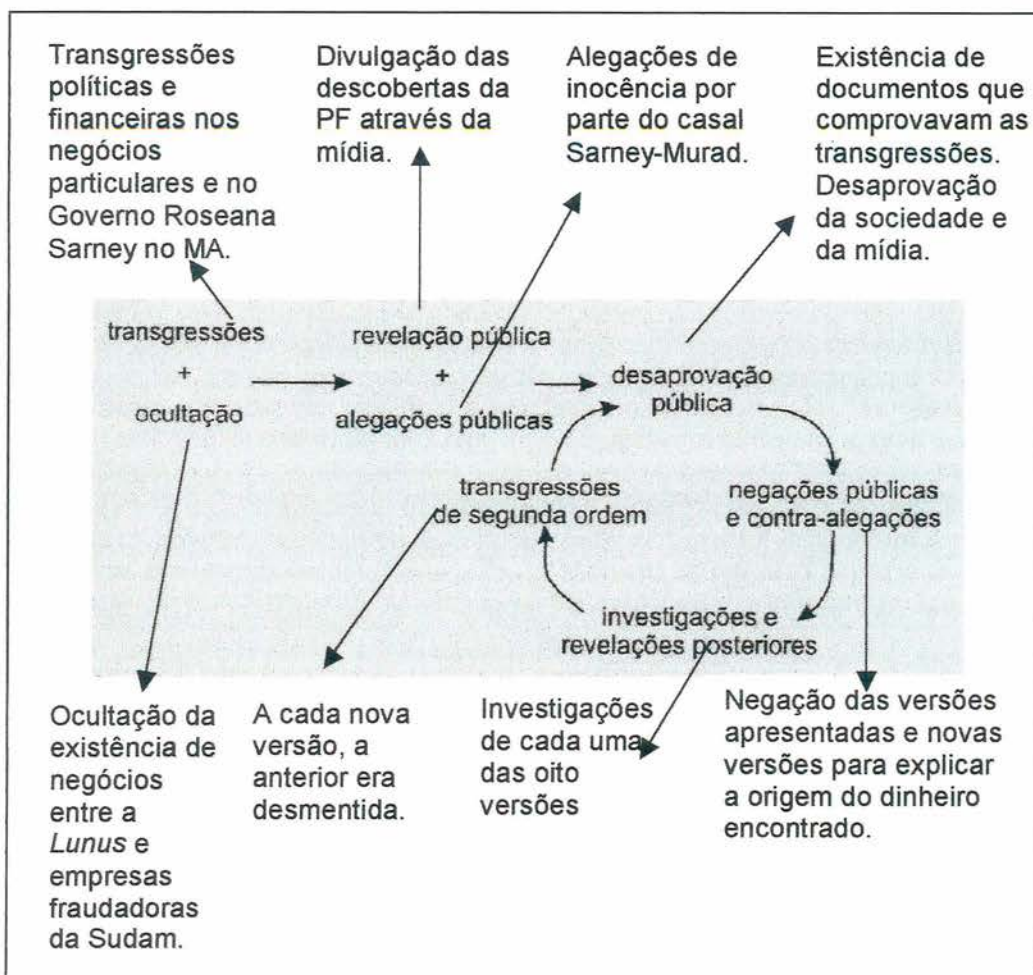
Configurada pela revelação da transgressão que dará origem ao escândalo em si, a primeira fase, chamada *pré-escândalo*, é, geralmente, marcada por investigações policiais ou jornalísticas e pela publicação das informações que levarão ao escândalo. Fofocas, boatos e rumores também podem fazer parte do pré-escândalo. Dessa forma, podemos concluir que a fase pré-escândalo do caso Roseana Sarney foi marcada por boatos sobre a existência de profissionais encarregados de realizar uma verdadeira devassa na vida política e pessoal da ex-governadora do Maranhão. Três meses antes da revelação do escândalo, em dezembro de 2001,

uma firma de segurança foi contratada para fazer escutas nos telefones da governadora e de sua família e um levantamento detalhado da atuação de suas empresas. O trabalho desses arapongas, incluindo fotos em situações íntimas, foi oferecido, a custo zero, no final de fevereiro ao governador do Rio, Anthony Garotinho (PSB), para ser usado como arma na campanha eleitoral(...). O calhamaço vinha dividido em três partes. A primeira, com doações para a campanha de Roseana, a Segunda, com denúncias contra a administração do governo do Maranhão, as empresas da governadora e seu marido, assim como suas ramificações na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). “Era coisa de profissional”, disse Garotinho (...). A terceira parte, indiscreta, trazia as tais fotos íntimas que, segundo o governador, ‘pareciam uma montagem nojenta’ (Diniz, 2002b, p. 26-7).

Classificada por Thompson como *escândalo propriamente dito*, a segunda fase tem início com a “divulgação pública de uma ação ou acontecimento que coloca

em ação o processo de afirmações e contra-afirmações que constitui o escândalo midiático” (2002, p. 104). Assim que uma organização da mídia traz à luz a existência de um escândalo, as demais organizações partem, também, em busca de novas informações que contribuam para seu desdobramento. A partir das revelações e das acusações realizadas pelas mídias, os atores envolvidos procuram defender-se das mesmas, o que estimula a continuidade do escândalo midiático, podendo gerar transgressões de segunda ordem e agravar ainda mais a situação. Segundo Thompson, a fase do escândalo propriamente dito apresenta os elementos representados na Figura 17. A partir da equação proposta a seguir, podemos analisar o escândalo Roseana Sarney e concluir que este se trata de um escândalo complexo, pois envolveu transgressões de primeira e de segunda ordem. Conforme já vimos, o escândalo Roseana Sarney pode ser considerado tanto um *escândalo financeiro* quanto um *escândalo de poder*. As transgressões e ocultações a que o escândalo se remete referem-se ao desrespeito às leis que regulam a conduta esperada de alguém que exerce um cargo público.

FIGURA 17 - ELEMENTOS DO ESCÂNDALO ROSEANA SARNEY



Fonte: Thompson (2002, p. 51).

As revelações públicas, ou seja, a divulgação na mídia das descobertas da Polícia Federal tornou de conhecimento público a existência de graves transgressões políticas e financeiras na administração do Estado do Maranhão por Roseana Sarney. Essas revelações deram origem a alegações públicas de inocência por parte da ex-governadora e de seu marido. Entretanto, tais alegações foram insuficientes mediante a existência de documentos que comprovam as transgressões, o que causou a desaprovação da sociedade e da mídia. Na tentativa de reverter a situação, Roseana Sarney e Jorge Murad negaram as versões dos acontecimentos apresentadas e realizaram contra-alegações, nas quais apresentavam uma nova versão para a origem do dinheiro encontrado na sede de sua empresa. Ao todo foram oito diferentes versões e cada uma delas deu origem a novas investigações, as quais causaram revelações posteriores. Cada vez que uma nova versão era apresentada, a anterior era desmentida, gerando transgressões de segunda ordem.

Na terceira fase, denominada *climax*, acontece o ponto crítico do escândalo ou “desenlace”. É nessa fase que acontecem as renúncias, confissões ou instaurações de processos ou o fim do escândalo: “pode ser um acontecimento dramaticamente montado, como (...) um julgamento ou uma audiência pública (...) ou um período de relativa calma em que o ritmo de alegações e denúncias diminui, o interesse público desaparece e o escândalo sai, gradativamente, de cena” (Thompson, 2002, p. 105-6). Divulga a oitava versão sobre o 1,34 milhão de reais, o clímax do escândalo Roseana Sarney aconteceu no dia 13 de abril de 2002 quando, após uma reunião com a cúpula

de seu partido, o PFL, Roseana Sarney desistiu oficialmente de concorrer à Presidência:

o PFL resolveu exigir a renúncia da pré-candidata esta semana, logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os critérios das coligações (...). A lista, com nomes de parentes e empresários ligados a Roseana e ao marido, Jorge Murad, tinha objetivos estritamente jurídicos e os aliados políticos não foram consultados. A astúcia legal implodiu, definitivamente, a candidatura de Roseana.

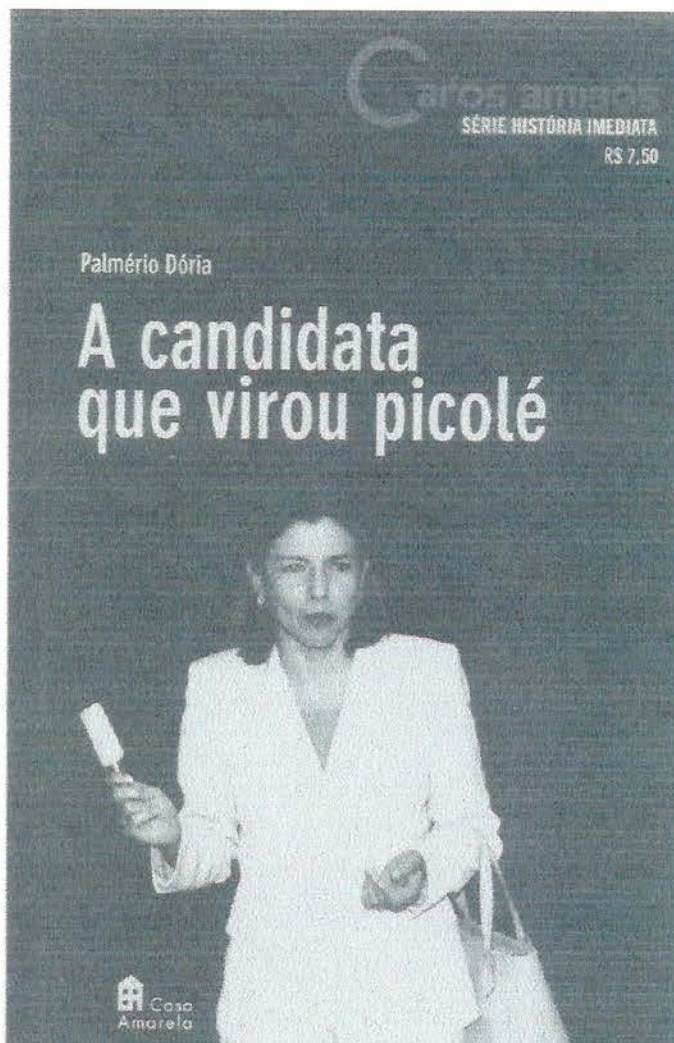
(...). Ela já jogou a tolha e comunicou a assessores que vai desistir. Além da pressão política, Roseana enfrenta problemas pessoais como a depressão do marido e a doença de dona Kiola, sua avó de 96 anos (Miranda, 2002b, p. 25).

A quarta fase é a fase das *conseqüências*. Neste período, a mídia e as próprias pessoas envolvidas “se engajam em uma reflexão sobre os acontecimentos e as implicações (...), mas as conseqüências podem também ser marcadas pelo estabelecimento de uma comissão de investigação” (Thompson, 2002, p. 106). A fase das *conseqüências* é o momento em que a mídia e os atores do escândalo fazem uso do mesmo para tirar algum tipo de proveito, produzindo livros, encartes especiais e retrospectivas, dentre outros, aproveitando-se, assim, das memórias do escândalo e do grande interesse por parte do público no assunto a fim de obter lucros.

Lançado em maio de 2002, o livro “A candidata que virou picolé” (Dória, 2002) foi um grande sucesso de vendas. Nascido de uma reportagem realizada para a edição de fevereiro da revista *Caros Amigos*, a obra abordou de forma crítica o fenômeno Roseana Sarney. Através de depoimentos e da retomada da história da família Sarney no Maranhão, a obra chama a atenção para a candidatura de Roseana

Sarney e para as fraudes que ocasionaram a desistência da ex-governadora em concorrer à Presidência.

FIGURA 18 - A CANDIDATA QUE VIROU PICOLÉ



O livro de Palmério Dória foi sucesso de vendas. A edição esgotou-se poucas semanas após o seu lançamento.

Fonte: Dória (2002, capa).

3.4 O escândalo e suas conseqüências

A principal conseqüência do *escândalo político-midiático* protagonizado por Roseana Sarney foi o fim de sua candidatura à Presidência da República. A ruptura nas relações de confiança entre a ex-governadora do Maranhão e seu eleitorado e a perda de sua reputação de administradora competente, construída ao longo dos anos em que esteve no governo são, também, conseqüências que interferirão a longo prazo em sua vida política.

Durante o período pré-eleitoral que antecedeu ao escândalo, Roseana Sarney buscou, através dos programas e das inserções na mídia, construir a imagem da mulher batalhadora, capaz de governar o País. Contudo, a revelação das transgressões políticas e financeiras realizadas por Roseana Sarney colocou em dúvida sua imagem e levantou questionamentos sobre sua capacidade e reais intenções de chegar à Presidência da República. Neste processo de (des)construção de imagem, a mídia demonstrou, mais uma vez, seu poder de interferir nos rumos da política do Brasil. A grande cobertura conferida pelos principais órgãos da mídia influenciou não só a ascensão de Roseana Sarney ao segundo lugar nos índices de intenção de votos, mas também sua queda.

Acontecimentos como a ascensão e a queda do fenômeno Roseana Sarney demonstram a intrínseca relação entre mídia e política no mundo contemporâneo. A sociedade, midiaticizada, tem na televisão a sua principal fonte de informação e entretenimento, o que faz com que a mídia se torne tão necessária à política quanto a

política é necessária à mídia, pois é através dela que a imagem de um sujeito político ganha visibilidade e que os conceitos são construídos: as estratégias de *marketing* político não atingirão seus objetivos caso forem ignoradas pela mídia.

Contudo, essa dependência expressa um lado bastante infiel da mídia. A postura de isenção e imparcialidade que deveria se esperar de organizações que detêm concessões para a prestação de um serviço de interesse público é substituída por uma postura que demonstra a variação de posicionamento conforme seus interesses econômicos. O escândalo Roseana Sarney recebeu tal repercussão devido aos interesses das organizações da mídia na continuidade do Governo Fernando Henrique Cardoso, o que somente seria possível com a eleição de José Serra, ameaçada pelo sucesso da candidatura de Roseana Sarney.

Sem minimizar a gravidade dos fatos que geraram o escândalo Roseana Sarney, podemos afirmar que as conseqüências desencadeadas foram ampliadas com a espetacularização proporcionada pela cobertura da mídia. Por deter o poder de dar existência aos fatos, a mídia tornou-se peça fundamental no desenrolar dos *escândalos políticos*, os quais, em épocas remotas, ficavam restritos ao seu campo específico. Atualmente, é possível afirmar que todo *escândalo político* é, necessariamente, um *escândalo político-midiático*, pois sem a mídia, por mais graves que sejam as infrações, ele não existe.

O fenômeno Roseana Sarney, portanto, foi um produto da mídia em dois sentidos. Responsável por sua ascensão, a mídia participou ativamente da construção

da imagem da ex-governadora do Maranhão durante o período pré-eleitoral, o que tornou viável sua candidatura à Presidência nas eleições de 2002. Por intermédio da mídia, também, o escândalo desencadeado pelas investigações na empresa de propriedade do casal Sarney-Murad, localizado no campo da política, emergiu para a esfera pública e transformou-se em um *escândalo político-midiático*.

CONCLUSÕES

Finalizando este trabalho, podemos concluir que o mesmo alcançou plenamente os objetivos propostos inicialmente. Analisamos as estratégias que possibilitaram a construção da imagem de Roseana Sarney e que a levaram ao segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto na disputa presidencial. Através da aplicação da teoria e das equações de Thompson sobre *escândalo político*, comprovamos sua aplicabilidade, bem como sua capacidade de facilitar a compreensão acerca do poder que têm os *escândalos políticos-midiáticos* na destruição da imagem pública de um sujeito político. Realizou-se, também, um registro da história política da ex-governadora do Maranhão a partir de sua relação com o poder e com a mídia.

Verificamos que a sociedade contemporânea no Brasil tem na mídia sua principal fonte de informação. É a partir das mensagens veiculadas nos meios de comunicação e, principalmente, na televisão que grande parte dos cidadãos brasileiros tomam suas decisões eleitorais. A concentração da propriedade de emissoras de rádio e televisão nas mãos de políticos e de grupos familiares ligados a interesses políticos intensificou a manipulação das informações e agravou a interdependência existente entre mídia e política. Com a análise do caso Roseana Sarney, pôde-se perceber que essa relação de interdependência esteve presente tanto na construção da imagem pública da ex-governadora do Maranhão quanto no *escândalo político* em que esteve envolvida.

Com relação à construção da imagem de Roseana Sarney, constatamos que as estratégias de *marketing* político somente foram atingidas porque houve a mediação dos órgãos de comunicação. De acordo com o *sistema de produção e monitoramento de imagem* proposto por Weber (2002, p. 13) percebemos que Roseana Sarney buscou criar uma identidade que a relacionasse ao novo. O novo, no caso, seria uma mulher chegar à Presidência da República. Mas não bastava ser mulher, ela teria que ser competente. Para isso, Roseana Sarney e o PFL buscaram a participação de especialistas em comunicação, *marketing* e produção de imagem e, com sucesso, despertaram a atenção da população para a ex-governadora do Maranhão. A imagem desejada foi, então, midiaticizada. Na televisão, Roseana Sarney aparecia nos programas de seus partidos falando dos avanços sociais alcançados durante seu governo. Nas revistas, era retratada como uma política desapegada dos políticos tradicionais; mulher honesta e batalhadora, sem deixar de ser feminina. Roseana Sarney provocou atração e interesse, transformando-se em um verdadeiro fenômeno. As aferições de imagem, realizadas periodicamente através de pesquisas, demonstravam que a imagem desejada na origem estava sendo assimilada sem alterações por grande parte do eleitorado brasileiro, pois Roseana Sarney chegou a alcançar o segundo lugar, segundo as pesquisas de intenção de voto.

A equipe de *image makers* de Roseana Sarney foi, certamente, eficiente em sua análise do cenário de representação da política e na elaboração das estratégias de *marketing* e propaganda. Foram ressaltados os aspectos positivos da pré-candidata e omitiram-se as informações que poderiam prejudicar sua imagem. A mudança dos interesses da mídia, impulsionada pela nova configuração das relações entre esta e a

política, entretanto, foi um fator com o qual os *image makers* não contaram. A revelação pública das transgressões cometidas por Roseana Sarney e por Jorge Murad no Governo do Maranhão, bem como nos negócios de suas empresas particulares desencadeou o maior *escândalo político* ocorrido no Brasil no ano de 2002. Mais uma vez a mídia desempenhou papel fundamental na alteração dos rumos políticos do País.

O escândalo Roseana Sarney não foi apenas um *escândalo político*. Foi, sim, uma combinação de diversos tipos de escândalos. As transgressões de ordem financeira configuraram a existência de um *escândalo financeiro* e mostraram a desonestidade da ex-governadora ao lidar com o dinheiro público, o que provocou grande rejeição por parte do eleitorado brasileiro, o qual já vivenciou grandes escândalos envolvendo corrupção e mau uso das finanças públicas. O abuso de poder em benefício próprio ou de pessoas próximas a si e à sua família caracterizou o escândalo Roseana Sarney como um *escândalo de poder*, arruinando a credibilidade e a reputação da pré-candidata. Foi também um *escândalo midiático*, e por isso chegou a tais amplitudes. A participação da mídia determinou as formas de publicização e revelação, bem como modo de desaprovação da população em relação ao escândalo, que se deram através de formas midiáticas de comunicação. O ritmo em que o escândalo se desenrolou foi marcado pelos ritmos da mídia impressa e eletrônica.

O ditado popular que diz “quanto mais se sobe, maior é a queda” expressa claramente a trajetória de Roseana Sarney enquanto pré-candidata à Presidência da

República. A combinação de uma forte e rápida ascensão com um escândalo de enormes proporções levaram ao fim da candidatura de Roseana Sarney. Como a ex-governadora do Maranhão estava permanentemente na mídia divulgando sua candidatura, a atenção da população e da própria mídia estava voltada para ela no momento em que houve a revelação do escândalo. Isso tornou as acusações ainda mais graves, pois as mesmas colocavam em choque a imagem propagada pela campanha de Roseana Sarney. Se a pré-candidata não estivesse com uma imagem tão forte e com índices de intenções de votos tão elevados, talvez o escândalo não tivesse repercutido tão ferozmente e, provavelmente, sua candidatura ainda seria viável, visto que até hoje o caso não foi julgado nem solucionado.

Nossa opinião é de que o fato mais grave envolvido no escândalo Roseana Sarney foi a descoberta de dinheiro no cofre da *Lunus Serviços e Participações* e as versões criadas para explicar a sua origem. Independentemente dos interesses de adversários envolvidos, a revelação de uma imensa quantidade de dinheiro, cuja imagem foi amplamente divulgada pela mídia, desestabilizou a candidatura de Roseana Sarney. Em consequência, as oito versões publicadas sobre a origem do 1,34 milhão de reais confundiram o eleitorado e mostrou que o casal Sarney-Murad tinha muito a esconder.

Outro ponto importante que devemos salientar é a positiva infidelidade da mídia. Da mesma forma que a mídia em geral adotou a pré-candidatura de Roseana Sarney, contribuindo para o crescimento e fortalecimento da mesma, ela nos surpreendeu ao tomar para si a publicização do escândalo, revelando e investigando

cada um dos fatos envolvidos. A infidelidade da mídia demonstra sua capacidade de não aderir incondicionalmente ao jogo político, de ser parcialmente independente. Isso comprova o que o conceito de CR-P propõe ao dizer que o cenário em que ocorrem as representações da política não é estático, mas está em constante transformação de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais que regem as relações entre mídia e política.

Contudo, a infidelidade não é um atributo exclusivo da mídia. Nas relações que ocorrem no campo da política podemos encontrar, também, acontecimentos que revelam a infidelidade e a alteração de posicionamentos de acordo com os interesses em jogo. E Roseana Sarney protagonizou uma das cenas mais surpreendentes e comprobatórias dessa relação infiel: no dia 14 de outubro de 2002, após passar por mais uma cirurgia, deitada em uma cama de hospital, a ex-governadora do Maranhão e então candidata ao Senado aparece no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral apoiando o candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT, partido ideologicamente antagonista ao seu, o PFL.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Entrevista com o diretor executivo do PFL, Saulo Queiroz, realizada por e-mail no mês de janeiro de 2003	151
ANEXO 2 – Está aberta a temporada de manipulação no ar	156
ANEXO 3 – Músicas de Paulo Caruso sobre a família Sarney	160
ANEXO 4 – Uma mulher na Presidência	163
ANEXO 5 – Jogo de Dama	168
ANEXO 6 – PFL larga o osso	171
ANEXO 7 – Roseana Sarney	174
ANEXO 8 – A briga pela elite	179
ANEXO 9 – Duplo haraquiri	181
ANEXO 10 – Poder paralelo	187
ANEXO 11 – Jogada ao mar	192
ANEXO 12 – A candidata afundou	195
ANEXO 13 – É a vez de Serra	206
ANEXO 14 – A candidata que virou pó	216
ANEXO 15 – Estrela ou cometa?	221
ANEXO 16 – Rastros de ódio	225
ANEXO 17 – A foliã Roseana Sarney mostra sua ginga brasileira em São Luís	229

ANEXO 1 – Entrevista com o diretor executivo do PFL, Saulo Queiroz, realizada por e-mail no mês de janeiro de 2003.

BP – Conforme indica reportagem veiculada na revista Carta Capital de 14 de novembro de 2001, o senhor foi um dos responsáveis pelo lançamento do nome da Senadora Roseana Sarney, à época Governadora do Estado do Maranhão, como alternativa do PFL à sucessão presidencial. Por que o partido escolheu Roseana Sarney e quais eram as características reunidas por ela que, na sua opinião, alavancaram seu nome enquanto pré-candidata e tornaram possível o grande crescimento nos índices de intenção de votos a seu favor?

SQ – Roseana na verdade não foi escolhida pelo PFL, mas pela opinião pública. No processo pré-eleitoral, as pesquisas de opinião, que medem a viabilidade eleitoral de possíveis candidatos, acabam pautando os partidos. Foi o que aconteceu no caso Roseana. Em dezembro de 1999, o PFL encomendou uma pesquisa nacional ao instituto *Vox Populi*. Decidimos que em um dos cenários pesquisáramos a Governadora Roseana, em outro o ACM e em um terceiro o Governador Jaime Lerner. Nossa expectativa era que a Roseana alcançaria um percentual entre 2 e 3%. Ela apareceu com 6%. Uma enorme surpresa, se considerarmos que no mesmo cenário o Governador Mário Covas alcançou 4%. O que fizemos, como ato contínuo, foi repercutir a pesquisa na mídia para potencializar a candidatura. Entre janeiro e março de 2000 seu desempenho evoluiu até 9%, já como consequência de ampla cobertura jornalística, com matérias positivas nos principais jornais e revistas do País. Em abril, com o objetivo de nos certificarmos que a Roseana era um fato em si,

consequência de seu desempenho (como governadora, como mulher, como política) e não extensão da imagem de seu pai, ex-presidente, encomendamos à *Vox Populi* uma pesquisa onde colocamos em um mesmo cenário pai e filha. Roseana teve 8% e José Sarney 6%. Como na mesma pesquisa, em outro cenário sem o pai, ela teve 10%, ficou evidente que o brilho era próprio. A partir de então seu desempenho foi sempre crescente e já no final do ano de 2000, após as eleições municipais, ela atingia a marca de 13% (segue abaixo pesquisa *Sensus* de 04/11/2000).

V30 PRESIDENTE: LISTA 1 by V01A REGIÃO - I

Page 1 of 1

	Count Col Pct	V01A					Row Total
		Nordeste 1	Sul 2	Sudeste 3	Norte 4	Centro-O este 5	
V30							
Ciro Gomes	1	128 22,5	48 16,1	124 14,5	33 22,9	28 20,9	361 18,1
Itamar Franco	2	50 8,8	43 14,4	142 16,6	20 13,9	17 12,7	272 13,6
José Serra	3	28 4,9	20 6,7	69 8,1	4 2,8	8 6,0	129 6,5
Lula	4	154 27,0	91 30,4	221 25,9	45 31,3	34 25,4	545 27,3
Roseana Sarney	5	111 19,5	46 15,4	61 7,2	27 18,8	22 16,4	267 13,4
Nenhum/Branco/Nu	7	48 8,4	30 10,0	169 19,8	8 5,6	13 9,7	268 13,4
NS/NR	9	51 8,9	21 7,0	67 7,9	7 4,9	12 9,0	158 7,9
Column Total		570 28,5	299 15,0	853 42,7	144 7,2	134 6,7	2000 100,0

Apesar disso, em entrevista a vários jornais, já em dezembro, ela afirmou que não pretendia ser candidata e nos pediu que não mais especulássemos sobre sua eventual candidatura. Em fevereiro de 2001 retornamos a carga, sem êxito. Roseana

se manteve inflexível na decisão de não admitir a possibilidade de sua candidatura. Só em julho, após uma demorada negociação, ela admitiu retornar a condição de pré-candidata, quando planejamos ocupar nossas inserções nacionais com sua imagem. Antes, porém, avaliamos o que ela ainda tinha de recall, após 7 meses fora da corrida eleitoral. Em pesquisa nacional da *Sensus*, final de julho, pedimos que seu nome fosse incluído e ela apareceu com 7%, um desempenho muito satisfatório, visto que na espontânea ela sequer era lembrada. Veja a pesquisa *Sensus* de 20/07/2001:

PRESIDENTE 2002 LISTA 3	JUL 01 %
Lula	<i>31,3</i>
Itamar Franco	<i>13,7</i>
Anthony Garotinho	<i>13,3</i>
Ciro Gomes	<i>11,9</i>
Roseana Sarney	<i>7,0</i>
Enéas	<i>2,3</i>
Paulo Renato	<i>2,3</i>
<i>Indecisos/Branco/Nulos</i>	<i>19,4</i>
Total	<i>100,0</i>

Entre os Candidatos que vou ler em seguida, em qual deles o Sr(a) votaria se as Eleições para Presidente da República fossem hoje?

A partir daí, com a sucessão já tomando conta da notícia, e com o resultado positivo da exposição que fizemos da Roseana, a repercussão na mídia, que realimentava o processo, a candidatura disparou. Veja por esta pesquisa (*Sensus*, 23/10/2001):

V47 ESTIMULADO: PRESIDENTE LISTA 1 by V01A REGIÃO - I

Page 1 of 1

	Count Col Pct	V01A					Row Total
		Nordeste	Sul	Sudeste	Norte	Centro - Oeste	
		1	2	3	4	5	
V47							
Ciro Gomes	1	86 15,3	47 15,9	90 10,6	16 10,5	17 12,4	256 12,8
Enéas	2	11 2,0	10 3,4	28 3,3	5 3,3	2 1,5	56 2,8
Garotinho	3	23 4,1	19 6,4	99 11,6	5 3,3	5 3,6	151 7,6
Itamar Franco	4	44 7,8	28 9,5	71 8,3	11 7,2	9 6,6	163 8,2
José Serra	5	21 3,7	15 5,1	50 5,9	3 2,0	7 5,1	96 4,8
Lula	6	203 36,1	85 28,7	254 29,8	41 27,0	53 38,7	636 31,8
Roseana Sarney	7	106 18,8	52 17,6	139 16,3	57 37,5	28 20,4	382 19,1
Nenhum/Branco/Nu	70	49 8,7	28 9,5	82 9,6	6 3,9	8 5,8	173 8,7
NS/NR	90	20 3,6	12 4,1	39 4,6	8 5,3	8 5,8	87 4,4
Column Total		563 28,2	296 14,8	852 42,6	152 7,6	137 6,9	2000 100,0

BP – Diversos segmentos da mídia apontaram, em período anterior ao dia 1º de março de 2002, a possibilidade de que a vida política e pessoal da pré-candidata Roseana Sarney viessem a se tornar alvo de investigações a fim de desestabilizar sua candidatura. Como o PFL e a própria Roseana Sarney prepararam-se diante das questões levantadas pela mídia?

(sem resposta)

BP – Para o senhor, qual foi a participação da mídia na “criação” do escândalo Roseana Sarney e como as relações entre mídia e poder contribuíram para a repercussão dos fatos e o fim da candidatura de Roseana Sarney à presidência?

(sem resposta)

BP – A influência do escândalo Roseana Sarney - como ficou conhecido - abalou a imagem da ex-governadora em nível nacional, mas não em nível estadual, visto que Roseana Sarney acaba de eleger-se ao Senado. A que o senhor atribui a grande popularidade de Roseana Sarney no Maranhão: à história da família Sarney no estado, ao controle da mídia, visto que a família Sarney é proprietária de alguns órgãos da mídia maranhense, ou à competência da ex-governadora?

(sem resposta)

ANEXO 2 – Está aberta a temporada de manipulação no ar

A Globo fará o possível e o impossível (se é que existe impossível para ela) para colocar Roseana Magalhães, ooops..., Barbalho, oooops..., Collor, oooooops..., Sarney no poder e manter seu *status* de dona do Brasil de pé. Se já não bastasse essa manipulação marketeira das aparições da Roseana na TV, a Globo começou a se mexer para ajudar na campanha dela para presidente. Veja a matéria divulgada no dia 13/01/2002 no Jornal Folha de São Paulo:

“O Governo do Maranhão fechou um acordo de *merchandising* com a TV Globo. A partir de amanhã (14/01/2002), a emissora exibe na novela das oito, *O Clone*, cenas de pontos turísticos do estado, cuja governadora, Roseana Sarney, é pré-candidata do PFL à Presidência da República. Em troca da exibição de imagens dos Lençóis Maranhenses, de São Luís e de outros pontos turísticos, o governo proporcionou à Globo transporte, alimentação, segurança e liberação dos locais para gravação.

A Central Globo de Comunicações afirmou que o *merchandising* foi acertado em contrato. A informação foi negada por Antônio Carlos Gomes Lima, assessor de comunicação do governo, que afirmou não ter havido pagamento em dinheiro ou permuta. Mas assessores ligados a Roseana confirmam o acordo. A idéia principal seria promover o estado às vésperas da inauguração de uma nova estrada de acesso aos Lençóis. Com a nova via, a viagem de São Luís até o local deve ser encurtada de dez para duas horas e meia.

A escolha do Maranhão como locação foi da autora da história, Glória Perez. Com a sinopse, a Globo ofereceu o *merchandising* ao governo, que aceitou. Divulgar o estado, neste momento, em programa com a audiência da novela das oito era ‘o sonho’ da governadora, nas palavras de um assessor próximo a ela. A novela é atualmente o programa de maior audiência da TV e tem alcançado médias de 45 pontos no IBOPE (cada ponto equivale a cerca de 45 mil domicílios na Grande São Paulo).

Para gravar as cenas no estado, foi deslocada do Rio de Janeiro uma equipe de cerca de 20 funcionários da Globo, entre eles os atores Murilo Benício – protagonista da trama –, Juca de Oliveira e Nívea Maria. Eles se hospedaram no Sofitel, um dos hotéis mais caros do estado, com diárias de R\$ 205 para uma pessoa. Na sexta-feira, funcionários da Globo foram recebidos em almoço pela governadora Roseana, no Palácio dos Leões”.

O mais engraçado dessa história toda é que de uns tempos pra cá, segundo a Globo e as campanhas da Roseana, o Maranhão passou a ser o melhor estado brasileiro. Eles se esqueceram, por exemplo, de que o Maranhão é o 4º estado brasileiro mais índice de analfabetismo (26% da população), perdendo apenas para Alagoas (31%), Piauí (28%) e Paraíba (27%). Informações do último censo realizado pela IBGE em 2000.

Em 1992: Por ocasião do Impedimento de Fernando Collor, a Globo lançou a minissérie *Anos Rebeldes*, ressaltando a coragem, a consciência, o espírito combativo

e, é claro, a rebeldia dos Caras Pintadas. Em 2002: Exatos 10 anos depois, a mesma Globo exibirá uma novela que ressaltará toda a coragem, a consciência, a liderança e a capacidade das mulheres. Nenhum dos dois movimentos teve ou terá caráter revolucionário.

A minissérie, baseada no romance de Rubem Fonseca, apenas foi utilizada para usar os jovens como massa de manobra para um interesse muito maior, que começou a ser preparado em 1992 e acabou eleito e reeleito em 1994 e 1998, respectivamente. A isso, acrescente-se a reportagem do JB, em meados do ano passado, que mostra como o próprio Rubem Fonseca colaborou com a Ditadura Militar, dirigindo filmes, escrevendo roteiros ou apenas fornecendo conselhos para uma melhor dominação através dos órgãos de divulgação.

A novela, que será dirigida por Dênis Carvalho, deverá explorar um fenômeno que há muito é notório em todo o mundo: o grande aumento da influência da mulher em todas as esferas: social, política e econômica. O diretor irá dispor de todos os recursos (inclusive um adicional devido aos fins almejados pela produção) para convencer o brasileiro de que uma mulher tem **PLENAS CONDIÇÕES** de ser presidente da República.

Paralelo a isso tudo, Roseana Sarney segue dizendo em suas campanhas que transformou o Maranhão (estado do qual é governadora) na oitava maravilha do mundo e que, por isso, 80% dos habitantes aprovam seu governo. Ora, o leitor mais atento deverá ter ciência de que, quanto mais pobre a região de voto, mais aprovação

e menos contestação tem a elite governante. O Maranhão é, simplesmente, o estado MAIS POBRE DO BRASIL.

É essa a competência que o brasileiro deve esperar de uma mulher? A de governar um estado que se mantém como o mais pobre do Brasil, que já é pobre? E por que esta mulher não revela para o brasileiro que a família SARNEY é dona de retransmissoras da TV Globo em todo o Estado do Maranhão? Assim funciona com a família Magalhães na Bahia e funcionava com a família Collor em Alagoas, enquanto este foi presidente.

Os brasileiros e brasileiras não precisam de um presidente que seja jovem e pratique esportes. Não precisamos de um presidente que fale cinco línguas e seja considerado um intelectual. Nem tampouco precisamos ser governados por um presidente que seja mulher, simplesmente por ser mulher. Nós, brasileiros e brasileiras, precisamos de um presidente que tenha um verdadeiro plano de governo, coerente com a realidade de seu povo e corajoso o suficiente para manter as necessidades do país acima dos interesses dos banqueiros e especuladores nacionais e/ou estrangeiros.

Agora nos resta esperar e ver quais serão as cenas do próximo capítulo.

Abraços Paulo Kleber (P. K.)

ANEXO 3 – Músicas de Paulo Caruso sobre a família Sarney

a) *Rock da Roseana*

Dar uma na Murad,
Estou louco de vontade,
Fazer essa beldade arrancar a fantasia,

No trem da alegria,
Em meio ao mar de lama,
Marimbondos de fogo
Rodeando a nossa cama.

A gente chafurdando no Brejal dos Guajás,
Ao Norte das Águas as anáguas vão rolar.

Papai!
Tira-me daqui.

Mamãe!
Vai lá, dona Marly,

Antes que ela acabe gostando!

Requebra Roseana,
Vem me fazer feliz,
Quero fazer contigo
O que teu pai fez c'o país.

Meter o compulsório
Na abundante demanda,
Mamar nas estatais dessa
Garota-propaganda.

A gente chafurdando no Brejal dos Guajás,
Ao Norte das Águas as anáguas vão rolar.

Papai!
Tira-me daqui.

Mamãe!
Vai lá, dona Marly,

Antes que ela acabe gozando!

b) *Trenzinho do caipira nº 2 (Melô da Ferrovia)*

Gente bem
 Tem que viajar de trem,
 Isso é que é locomoção,
 Ônibus não pega bem.

Viajar,
 Levar a família inteira,
 Eptácio Cafeteira,
 Mais o Dante de Oliveira.

E toca pro Maranhão,
 Não vou gastar um tostão,
 O resto fica pra trás,
 C'o rombo da Petrobrás.

E vou queimando carvão,
 Superfaturando o frete,
 Ganhando comissão
 Da Norberto Odebrecht.

Se alguém
 Reclamar da concorrência,
 Desmentimos na TV,
 Somos campeões de audiência.

Açailândia,
 Serás minha Disneylândia,
 São Luís fica mais perto,
 Esse trem tem que dar certo.

A Ponte do Parnaíba
 Num patrocínio Semp-Toshiba,
 O Matias Machline
 Vai dar a locomotiva.

E vou buscar minha mãe,
 Trazê-la ao século XX
 E vou fica cinco anos,
 Apesar das constituintes...
 Piuuuuuuuuuuuuu!

c) O destino não me trouxe de tão longe para ser o síndico da catástrofe

Quando eu cheguei por aqui,
Eu, Roseana & Marly
Imaginem só como me senti...

Algodão entre cristais,
Ninguém ouvia os meus ais,
Só o pessoal do SNI...
Quando eu cheguei por aqui,
Falaram tão mal de mim,
Nem sei como não desisti,
O que tudo indica parece futrica do PDS,
Sabotando o poder pra mim...

Poder é como bigode,
Cada um faz o que pode,
Demorei mas me assumi.

Foi no final de janeiro,
Começo de fevereiro,
Acabei com o cruzeiro, enfim...

Meu Deus do céu, acertei!
Virou tudo fiscal do Sarney!
Pena que pra sempre não foi assim.

Vejam que bela é a vida,
Graças ao Pécio Arida,
Conceição até chorou por mim...

(Conceição, eu me lembro muito bem...)

ANEXO 4 – *Uma mulher na Presidência (Isto É Gente, 12 de novembro de 2001)*



FOTOS
FELIPE BARRA

Roseana Sarney

UMA MULHER NA PRESIDÊNCIA

Por que ela pode chegar lá

Cecília Maia, de São Luís

Durante a última eleição presidencial, em 1998, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, abriu os olhos na Unidade de Terapia Intensiva, onde se recuperava de uma das 15 cirurgias que já fez, e ouviu um enfermeira dizer a outra: “Estamos perdendo por dois a zero”. Por sorte, não era o resultado de uma espécie de placar médico e, por isso mesmo, Roseana sorriu. “Acordei da anestesia na hora da final da Copa do Mundo”, lembra ela, que três meses depois se reelegeu governadora com o maior índice de aprovação do País – 80% dos votos válidos. “O Brasil estava perdendo para a França, mas sorri porque estava viva.”

ÍNTIMA E PESSOAL

Roseana com o neto Rafael, 5 meses, filho de Rafaela, que ela adotou quatro anos após descobrir que não poderia ser mãe: "Foi muito duro. Era um sonho, eu queria muito ter um filho e demorei a aceitar o fato. Meu casamento chegou a ficar abalado", revela



NA TERRA DO PT, ROSEANA BATE LULA

No dia seguinte ao programa eleitoral que projetou a candidatura de Roseana Sarney, o PFL de Mato Grosso do Sul encomendou uma pesquisa para detectar o desempenho da governadora. O estudo do Ipemes tem 100 páginas e revelações espantosas. Após o programa, Roseana roubou o primeiro lugar de Lula com 24,6% das intenções contra 21%. Sua taxa de rejeição é a menor, de 5,6% contra 33,8% de Lula. Talvez por isso, Roseana seja a única a bater o candidato do PT num eventual segundo turno no Estado. A lista da pesquisa incluía ainda os nomes de Ciro Gomes, Itamar Franco, Anthony Garotinho e José Serra. Todos perdem para Lula. E, num Estado governado pelo PT, Roseana bate Lula por 43,2% contra 26,8%. A pesquisa também comprova a eficiência da identificação feminina. Entre as mulheres, Roseana tem 28,8% das preferências, contra 14,7% de Lula. "Ser mulher tem a vantagem de ser mais precavida, mais cautelosa", acredita a governadora.



"MEU PLANO ERA ME CANDIDATAR AO SENADO E ORGANIZAR UM ARQUIVO DE MEMÓRIAS NO ESCRITÓRIO DA MINHA NOVA CASA", REVELA ROSEANA

Aos 48 anos, Roseana Sarney está vivíssima. Desde o início do ano, o PFL a apresenta como candidata à Presidência da República num lance que não deveria ser levado a sério. Roseana, que foi a primeira governadora do Brasil, estava lá apenas para não permitir que o PMDB lhe roubasse a posição de parceiro preferencial na aliança governista, liderada pelo PSDB. Na hora certa, ela retiraria a candidatura para apoiar um tucano.

"Meu plano para quando sair do governo era me candidatar ao Senado e depois tirar licença de seis meses para organizar um arquivo de memórias dos últimos oito anos no escritório da minha nova casa", revela agora Roseana. Em São Luís, ela costuma entrar em alguma loja após o trabalho para comprar peças de decoração ou roupas de cama, mesa e banho para a casa que acabou de construir na Ilha do Curupu, reduto dos Sarney há três gerações. À frente de um governo que tem 88% de aprovação popular, segundo a última pesquisa estadual do Ibope, não raro alguns gerentes de loja mantêm uma má-

quina fotográfica a postos para registrar eventuais passeios da governadora pelo comércio.

Mas, numa extensão deste carisma regional/a candidatura presidencial, que nasceu como jogada partidária, virou fenômeno político. Na segunda-feira 5 de novembro, a Confederação Nacional dos Transportes anunciou os resultados da pesquisa política que realiza mensalmente. Roseana Sarney subiu de sexto para segundo lugar na pesquisa espontânea (na qual o leitor tem de lembrar o nome dos candidatos) e passou de 14,4% para 19,1% das intenções de votos na pesquisa induzida. Ou seja, ela tem quase o dobro da soma de todos os três pré-candidatos do PSDB juntos. "Tenho experiência e sensibilidade e estou preparada para assumir qualquer cargo", diz a governadora.

"Isso ainda não faz dela uma candidata", ponderou o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, mais empenhado em montar uma grande coligação que consiga derrotar Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, do que em defender um nome de seu partido a qualquer custo. "Recebi os núme-

ros da pesquisa com surpresa", diz o presidente do PMDB, Michel Temer. "Mas é preciso levar em conta que dois grandes partidos, o PSDB e o PMDB, ainda não têm candidatos." Em torno de Roseana, contudo, o ânimo é outro. Na terça-feira 6, o senador José Sarney entrou no gabinete de Bornhausen. "Agora não tem mais brincadeira", anunciou. "Ela é candidata."

Numa campanha presidencial que, até agora, era cozi-nhada em banho-maria, o fenômeno Roseana faz ferver as reuniões de políticos, a criatividade dos marqueteiros e as análises dos institutos de pesquisa. O próprio Jorge Bornhausen, que há dez dias embarcou com Fernando Henrique Cardoso para a Europa apenas para dizer ao

“Agora não tem mais brincadeira. Ela é candidata”

José Sarney, pai de Roseana, ao presidente do PFL, Jorge Bornhausen



“TENHO EXPERIÊNCIA E SENSIBILIDADE E ESTOU PREPARADA PARA ASSUMIR QUALQUER CARGO”

“Não sei se ela teria fôlego para enfrentar uma campanha presidencial”

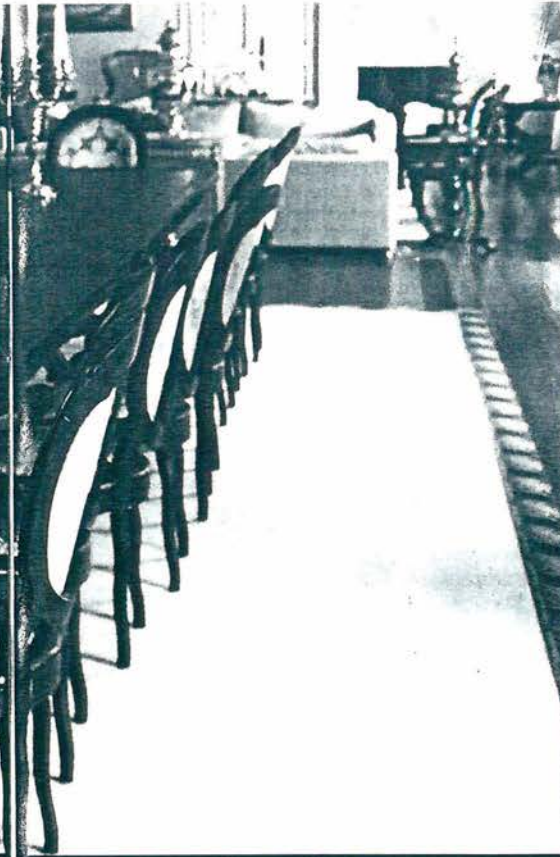
Lutz Inácio
Lula da Silva

Mas é na interpretação das pesquisas que surgem os pontos mais instigantes do fenômeno Roseana. Na região Sudeste, por exemplo, ela cresceu sete pontos e Ciro Gomes encolheu três. No Norte, Roseana já é a preferida dos eleitores, dez pontos à frente de Lula. Mais ainda: a pesquisa foi realizada entre 23 e 31 de outubro e, portanto, não capturou o resultado do programa eleitoral que colo-

presidente que apoiaria o candidato que o PSDB escolhesse, recuou. Agora quer que PFL e PSDB definam regras para a escolha do candidato da aliança, sonhando com Roseana à frente de um vice tucano. Nada mal para um partido cujo desempenho presidencial está restrito aos 2% conquistados por Aureliano Chaves em 1989.

cou Roseana Sarney em rede nacional durante 20 minutos, na véspera do feriado de Finados. “Ela encosta no Lula em 40 dias”, arrisca o ex-deputado Saulo Queiroz, um dos coordenadores da campanha de Roseana. Se houvesse um segundo turno hoje, Roseana seria a única com chances de vencer Lula (*leia quadro à pág. 26*). “Não sei se ela teria fôlego para enfrentar uma campanha presidencial”, diz Lula, que acredita que, ao se expor, Roseana não conseguirá manter o ritmo de crescimento nas pesquisas.

No horário eleitoral de 1º de novembro, o sociólogo Antônio Lavareda, que faz pesquisas para Fernando Henrique Cardoso, e o publicitário Nizan Guanaes, que idealizou a campanha de reeleição do presidente, exploraram uma novidade, uma herança e uma virtude ligadas a Roseana. A novidade reside no fato de Roseana ser a primeira mulher a disputar com chances uma eleição presidencial. E, nos últimos tempos, esta identificação feminina costuma trazer votos. “Roseana traz para a vida política aquilo que a mulher brasileira conquistou na socie-



DIZ A GOVERNADORA

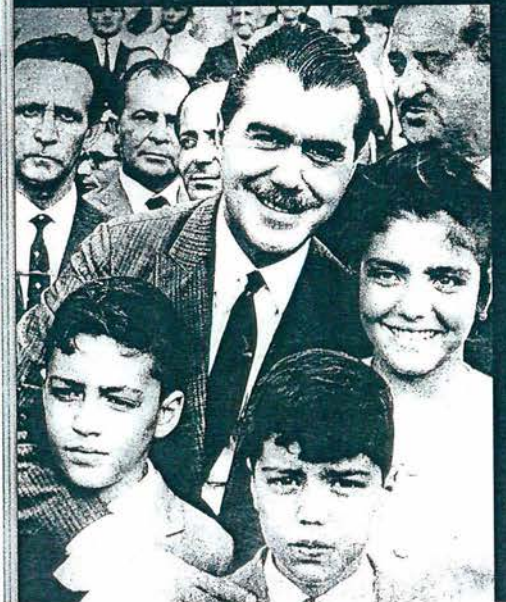
dade”, diz o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

A herança é o sobrenome Sarney, curiosamente visto com simpatia por grandes fatias do eleitorado. E a virtude é que, com seu sorriso generoso, Roseana é a única candidata a oferecer um certo maternalismo – e as pesquisas indicam que o eleitor deseja um candidato que cuide dele, que lhe dê proteção. “É fácil fazer uma campanha para ela”, diz Nizan Guanaes. “Ela é o marketing de cara lavada, ou seja, não é preciso dourar a pílula.”

Roseana está dando certo em grande parte porque seus adversários pouco fizeram neste período. “Ela é competente e leal”, disse à *Gente* o presidente Fernando Henrique, na sua frase padrão para os caciques do PFL que contam com seu apreço. Mas a partir de agora, começam os obstáculos e o primeiro deles é passar seu nome no liquidificador das denúncias. “Não tenho medo”, garante a governadora. “Minha família está há 30 anos na política. Nossa vida já foi completamente devassada.” Durante a campanha estadual, as denúncias

FAMÍLIA POLÍTICA

Em 1995, com o marido Jorge Murad, de quem ficou separada por quatro anos: “Reencontrá-lo foi um dos dias mais felizes da minha vida”, diz. Com a filha Rafaela e a neta Fernanda e, abaixo, com o pai José Sarney e os irmãos Fernando e Zequinha, hoje ministro do Meio Ambiente





PALAVRA DE MULHER "Nunca prometo o que não posso. Sempre falo a verdade e por isso ganhei credibilidade", diz a governadora, que tem hoje uma das administrações mais populares do País, com mais de 80% de aprovação



para atingir Roseana tinham como protagonista seu marido, o economista Jorge Murad, 49 anos. Depois de servir como braço direito do sogro no Palácio do Planalto, Murad se separou de Roseana. /

Foram quatro anos distantes um do outro, até que na eleição para o governo do Maranhão, em 1994, os dois reataram. "Reencontrar meu marido foi um dos dias mais felizes da minha vida", diz a governadora. Na reforma administrativa, Roseana acabou com os cargos de secretário de Estado, substituindo-os por gerentes. Murad é um deles, responsável pelo planejamento do Maranhão. "Nomeei porque ele é competente", diz ela. "Se não fosse, sairia."

Na história do casal, um dos capítulos mais difíceis foi a descoberta de que Roseana não poderia ser mãe. "Foi muito duro", diz ela. "Era um sonho, eu queria muito ter um filho e demorei a aceitar o fato. Meu casamento chegou a ficar abalado", revela. Quatro anos depois eles decidiram adotar uma criança. "Eu queria mais que ele, mas quando Rafaela chegou acho que ele se apaixonou por ela até mais que eu", conta Roseana. Hoje eles são avós de dois netinhos, Fernanda, 2 anos, e Rafael, 5 meses.

Ela superou com certa facilidade a desconfiança de que o marido mandaria em seu governo, até porque, três décadas antes, já vencera outro preconceito. Roseana era recém-formada em Ciência Sociais na Universidade de Brasília, onde mantinha uma turma que gastava noites em rodas de violão cantando MPB, quando anunciou em casa que gostaria de seguir os passos do pai, o senador José Sarney, e iria entrar na vida pública. "Ninguém disse nada", recorda. "Mas logo depois meu irmão Zequinha (*hoje ministro do Meio Ambiente*), disse que queria ser político e foi uma festa. Todos o incentivaram."

Vacinada com a história de que mulher não sabe mandar, Roseana se acautela contra a tentativa de associá-la à pobreza do Maranhão. Seu maior trunfo é apresentar-se como a governadora que tem uma das maiores taxas de crescimento entre os Estados brasileiros. Segundo o IBGE, de 1995 até hoje o Maranhão cresceu quase três vezes mais do que média nacional no mesmo período. "Ainda há muito o que fazer", reconhece. / "Mas nunca prometo o que não posso. Sempre falo a verdade e por isso ganhei credibilidade." / Pelos números das últimas pesquisas, não há dúvida de que Roseana é candidata. Para virar presidente, contudo, ela precisa começar a construir uma candidatura, com idéias e apoios políticos. □

Recebi a pesquisa com surpresa. Mas é preciso levar em conta que dois grandes partidos, o PSDB e o PMDB, ainda não têm candidatos

Michel Temer, presidente do PMDB



O QUE PENSA ROSEANA SOBRE...

- Aborto:**
"Quem decide é a mulher"
- Virgindade:**
"Depende de cada uma"
- Drogas:**
"O fim do mundo"
- Sexo na tevê:**
"Depende do horário e da qualidade"
- Violência na tevê:**
"Eu não gosto"
- Hillary Clinton:**
"Uma mulher inteligente"
- Homem ideal:**
"Meu marido"
- Ídolo:**
"Meu pai"
- Música:**
"MPB"
- Filme mais emocionante:**
"Chorei num monte de filmes (*risos*)"
- Fato inesquecível:**
"Quando vi minha filha, vi meus netos, reencontrei meu marido, assumi pela primeira vez o governo do Maranhão e quando voltei da última vez das cirurgias em São Paulo. Disse aliviada: 'Voltei!'"
- Frustração:**
"Não tenho"
- Medo:**
"Não tenho medo. Tenho receio de voar em dia de chuva e de cair doente"
- Roseana Sarney mulher:**
"Sou feliz"
- Roseana Sarney política:**
"Idealista"
- Roseana Sarney mãe:**
"Uma boba"
- Roseana Sarney avó:**
"Ih! Pior ainda!"

ANEXO 5 – *Jogo de Dama* (Isto É, 14 de novembro de 2001)

POLÍTICA

JOGO DE DAMA

Roseana Sarney chega a 20% nas pesquisas, complica a vida do PSDB e assusta até o PFL

FLORÊNCIA COSTA - São Luís

E stórias e fábulas trazem geralmente uma lição no final. Esta, embora pertença ao universo nada angelical da política, também termina com um ensinamento. Quem a narra é a própria protagonista, que nos últimos dias está provocando frisson nos pefelistas e calafrios nos tucanos. Sentada num sofá de um dos salões do histórico Palácio dos Leões, em São Luís, na tarde de quarta-feira 7, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, resgata um capítulo de sua vida política, ocorrido há 12 anos, quando seu pai José Sarney deixava o Planalto com baixa popularidade. Assessora no Gabinete Civil da Presidência, Roseana, então com 36 anos, queria abrigo em alguma legenda para tentar eleger-se deputada federal no pleito de 1990. Mas deu com a cara na porta de todos os partidos que procurou. Quase todos. "Ninguém me quis. O PFL foi o único que me aceitou", conta, com uma ponta de malícia no sorriso. Foi eleita deputada e governadora em 1994. Em 1998, repetiu a dose e hoje está no topo da lista dos governadores mais bem avaliados, segundo o Ibope, com 88% de aprovação. Moral da história: nada como um dia após o outro. Hoje, do alto de seus quase 20% na última pesquisa CNT/Sensus para presidente, ela garante: "Não troco o PFL por nenhum outro." A recíproca certamente é verdadeira.

A dama do PFL tornou-se peça-chave no tabuleiro ao crescer nas pesquisas. "Foi uma surpresa até para mim", diz. Ironicamente, o lema de sua administração é "Maranhão: o segredo do Brasil". Mas sua candidatura não são favas contadas. Assídua foliã do Carnaval maranhense, quando sai pelas ladeiras de São Luís fantasiada, Roseana não pretende, por hora, desfilar no bloco dos presidenciáveis. Qualquer movimento brusco pode lhe custar caro. "Se você me perguntasse há dois meses, eu diria que não seria candidata a presidente de jeito nenhum, que queria tentar o Senado. Meus planos eram morar na casa

ALAN ROCHA/US



que estou contruindo na ilha de Curupu e me dedicar mais à família e aos livros. Hoje eu não repito isso. Digo que não sou candidata. Mas na política não se manda", diz. Seus adversários afirmam que o País não conhece a verdadeira Roseana. "Estão vendendo uma imagem irreal. Essa fantasia será difícil de ser sustentada. Roseana não tem substância nenhuma, quem conduz o governo é o marido, Jorge Murad. Ela é apenas uma excelente garota-propaganda", afirma o deputado estadual Aderson Lago, do PSDB. Roseana responde: "As pessoas não aceitariam uma coisa ruim." Um dos mais ferinos críticos de Roseana, o deputado tucano acusa a família Sarney de dominar o Estado por ter a mídia nas mãos. "Acho até bom que ela esteja crescendo nas pesquisas porque assim o País vai voltar seus olhos para o Maranhão e ver a miséria em que se encontra o Estado", afirma Lago. Socióloga, formada em 1978 pela Universidade de Brasília, Roseana se defende argumentando que melhorou os indica-

dores sociais. "Não posso fazer milagres, mas posso mostrar que as coisas melhoraram", justifica-se. Munida com dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad), do IBGE, ela cita que o número de pessoas extremamente pobres caiu de 44,5% em 1990 para 33,1% em 1999.

Apesar de ter calcado o discurso do último programa de tevê do PFL na questão da mulher, Roseana rejeita o feminismo. "Não quero a mulher isolada na luta por seus direitos", explica a admiradora de Margaret Thatcher e Indira Gandhi. Apesar do discurso "não-sou-candidata", ela se comporta como tal. Mesmo com forte dor nas costas, Roseana posa durante o tempo que for preciso para fotografias, ciente de que é fotogênica. No quesito roupa, é discreta. Nada de exageros ou ostentação, apesar da riqueza e poder da família Sarney. Com terno azul-marinho, depois trocado por uma blusa verde-clara, Roseana mostra-se elegante. Alguns detalhes revelam a simplicidade: as unhas não es-

OPOSIÇÃO O tucano Aderson Lago ataca: "Ela é apenas uma excelente garota-propaganda"

tão pintadas e nas mãos há apenas a aliança, do segundo casamento com Murad, de quem ficou separada durante quatro anos. Aos 48 anos, Roseana não parece, mas já é avó: Fernanda, dois anos, e Rafael, cinco meses, são filhos de Rafaela, 22 anos, que os adotou após saber que não poderia ter filhos.

Entre um cafezinho e outro, um cigarro e outro, ela defende o seu PFL, com o cuidado, é claro, de não mexer no vestígio tucano. Quer que seu partido indique o cabeça de chapa se continuar crescendo. Diz que o prazo ideal para a escolha do candidato da base governista é abril. E prega a unidade: "É preciso articular a união dos partidos. Já tive pai



ALAN HENRIQUE

presidente e sei como é importante ter apoio no Congresso." Ela nega que esteja assustada, com medo de ser alvo de ataques e denúncias. "Minha família já foi mais do que investigada quando meu pai foi presidente. Sei que a sucessão será um jogo pesado. Estou preparada"/assegura. A governadora se move agora como se estivesse numa loja de louças. Cautelosa, diplomática, mede cada palavra. A

regra número 1 é não atacar: "Não tenho nada contra ninguém." A número 2 é elogiar até mesmo quem a critica. "Lula tem todo o direito de ser candidato. Tem uma bela biografia", contemporiza.

Mas nas entrelinhas da conversa de Roseana é possível detectar tendências. Ao listar o que considera bom no governo de FHC, ela cita a estabilidade econômica e a Educação. Nenhuma menção à Saúde, pasta comandada por José Serra, rival no jogo da sucessão. Mas diante da pergunta, Roseana responde, sem demonstrar entusiasmo: "Também está bem." Quanto à sua saúde, ela garante que hoje está sob controle, depois de ser submetida a várias cirurgias (a última em 1998) por causa dos mais variados problemas. "Foram mais de dez. Já perdi a conta. Mas isso tudo me fez aprender muito. Antigamente fazia política com raiva, rancor. Hoje esqueci isso. A vida é muito preciosa. A gente não tem que ficar se torturando."

A menina-dos-olhos do PFL rejeita rótulos ideológicos: "Não existe esquerda

e direita. Todos querem as mesmas coisas. As formas de alcançá-las é que são diferentes." O PCdoB, por exemplo, integra o seu governo. "Quando entrei para o PFL, me chamavam de PFL do B por causa da minha proximidade com o PCdoB, que vem desde o movimento estudantil", conta. A flexível Roseana flerta até mesmo com a esquerda internacional. Em 1988 esteve com Fidel Castro, em Cuba. "Ele é um homem carismático que prestou um grande serviço a Cuba. Os programas sociais eram muito bons. Agora acho que está na hora de renovar o poder", opina. Em Cuba, conheceu Daniel Ortega, o líder da revolução sandinista. Encantado, ele insistiu para que Roseana fosse conhecer a Nicarágua. Acabou não indo. Mas seus laços com Cuba continuam firmes. Roseana é amiga de Vilma Espín, famosa guerrilheira de Sierra Maestra, mulher de Raul Castro, o irmão de Fidel. "Nós trocamos cartas e presentes até hoje", conta. Depois do PT cor-de-rosa, vem aí o PFL vermelho. ■

UMA SUCESSÃO DE CIZÂNIAS

Na noite da quarta-feira 7, a cúpula do PMDB fez uma tensa reunião na casa do presidente do partido, deputado Michel Temer. Ficou clara uma nova divisão da legenda. Apesar da intensa pressão do líder na Câmara, Geddel Vieira Lima, e do ex-governador do Rio Moreira Franco, os senadores Renan Calheiros e Ramez Tebet não aceitaram a proposta de alinhamento automático com o Planalto na sucessão presidencial. Além do nome do governador Itamar Franco, Renan levantou a hipótese de uma aliança com Roseana Sarney (PFL) como cabeça de chapa. A ala palaciana rechaçou as duas alternativas. Na terça-feira 13, a bancada do PMDB no Senado deve formalizar a criação de uma terceira ala: a dos independentes, que pretende se diferenciar dos governistas e dos oposicionistas.

A ala governista do PMDB está decidida a barrar, a qual-

quer custo, a candidatura Itamar Franco. A pretexto de regulamentar as prévias partidárias, a direção vai reduzir o número dos participantes que, em janeiro, vão escolher o candidato do partido ao Planalto. Se isso não for suficiente, os governistas têm um plano B que causará uma grande confusão: o adiamento e até o cancelamento das prévias. Mas não é só o PMDB que está em crise na base governista. A cúpula do PFL colocou suas fichas em Roseana com o propósito de se cacifar para indicar o vice na chapa tucana. Mas a explosão da governadora nas pesquisas atropelou o projeto. Apesar das manifestações públicas de apoio a Roseana, ela virou uma grande dor de cabeça para a cúpula do PFL. "Se a candidatura Roseana se consolidar, vamos correr risco. A disputa vai virar uma roleta", suspira o líder Inocêncio Oliveira. "Chegou a hora de o PFL superar esse vício genético de ser coadjuvante nas sucessões presidenciais", rea-

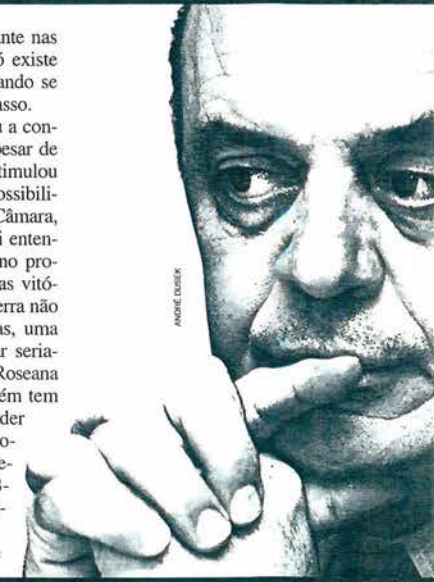
ge o deputado Marcondes Gadelha (PB).

O fator Roseana acirrou também a briga no tucanato. Serviu de pretexto, por exemplo, para a tropa do governador do Ceará, Tasso Jereissati, tentar colocar o bloco na rua. Sob o comando do presidente do PSDB, deputado José Aníbal (SP), os partidários de Tasso queriam aproveitar o programa do partido em rede de rádio e tevê no dia 15 de novembro para exibir os pré-candidatos tucanos. O ministro da Saúde, José Serra, barrou a proposta na reunião da executiva na terça-feira 6. Irritado com a derrota, na manhã seguinte Tasso anunciou que ficaria de fora do programa. Horas depois, recuou. Um dia depois explodiu de novo ao saber que a equipe de Serra queria exibir uma cadeira vazia acompanhada da informação de que o ministro não gravou sua participação por estar trabalhando: "As coisas feitas com jogadas e dissimulações não vão levar a lugar nenhum um partido que já não está

tendo um desempenho tão brilhante nas pesquisas. A força do partido só existe quando se faz a coisa limpa, quando se faz isso com caráter", disparou Tasso.

Nos últimos dias, FHC ajudou a confundir ainda mais o tucanato. Apesar de apoiar Serra e vetar Tasso, ele estimulou correligionários a examinar a possibilidade de apoio ao presidente da Câmara, Aécio Neves (MG). O recado foi entendido e Aécio ganhará destaque no programa do PSDB, que exibirá suas vitórias na Câmara. Como Tasso e Serra não conseguem decolar nas pesquisas, uma corrente tucana começa a pensar seriamente em Aécio. A disparada de Roseana o beneficia. "Ele é jovem, também tem sobrenome famoso e pode atender o desejo de mudança que o eleitorado está manifestando", diz a deputada Rose de Freitas (PSDB-ES), até recentemente uma entusiasta defensora de Tasso.

ANDREI MEIRELES



ANDRÉ DUSEK

PMDB QUER MELAR PRÉVIAS E PENSA ATÉ EM ROSEANA. NO PSDB, AÉCIO NEVES DESPONTA COMO ALTERNATIVA A SERRA E TASSO

ANEXO 6 – PFL larga o osso (Isto É, 19 de dezembro de 2001)

**Roseana Sarney e
Jorge Bornhausen
estão rindo
à toa; o nome
da governadora
segue em alta
nas pesquisas**



POLÍTICA

PFL LARGA O OSSO

TALES FARIA E WEILLER DINIZ

Costuma-se dizer que nunca na história do Brasil o Partido da Frente Liberal – descendente direto da extinta Arena e, mais remotamente, da UDN e do PSD – esteve fora do governo. “Há pelo menos 500 anos eles estão no poder”, brinca o cientista político Paulo Kramer. “O vice-presidente Marco Maciel (PFL), por exemplo, é o que mais manda no País. Manda pouquinho, mas manda sempre”, explica Kramer, lembrando que o pai de Maciel já era governista no início da década de 40, quando foi secretário de Agamenon Magalhães, interventor de Getúlio Vargas em Pernambuco. “Se você pesquisar, vai encontrar pais, tios, avôs e bisavôs de pefelistas no poder desde o início da história”. Pois bem, a consolidação da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (aliás, filha do ex-presidente José



RICARDO STANKER

com Serra, num almoço na terça-feira 4. “Não dá para o governo ter dois candidatos. Eu ficaria com todos os ônus de ser governo, deixando os bônus para a Roseana”, argumentou Serra. O presidente do PFL concorda em gênero, número e grau. “Assim que o PSDB escolher seu candidato, como nós não abriremos mão da Roseana, o certo é deixarmos o governo.” /

Pergunta: então o PFL vai para a oposição? Resposta de Bornhausen: “Continuaremos votando com o presidente Fernando Henrique. Afinal, seus projetos sempre foram os nossos e não haveria por que mudarmos de posição.” Mas ele insiste em que não haverá disfarces. “Mesmo votando com o governo no Congresso, teremos que entregar todos os cargos, diretorias de estatais, etc.” / Só haveria, na opinião de Bornhausen, uma hipótese de o PFL manter os cargos administrativos: se o PSDB aceitasse fixar um critério para definição do candidato único do governo. / Um critério como o

Sarney), como candidata do PFL à Presidência, levou o partido a uma atitude inusitada: marcar a data para sair do governo. Será em março, logo após o PSDB lançar seu candidato a presidente da República, muito provavelmente o ministro da Saúde, José Serra. Junto com Serra, outros ministros também deixarão seus cargos para concorrer às próximas eleições. E é o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), quem anuncia: “Não indicaremos o substituto de nenhum dos atuais ministros do partido.”

São quatro os ministros do PFL: José Sarney Filho (irmão de Roseana), no Meio Ambiente; Roberto Brant, na Previdência; José Jorge, nas Minas e Energia; e Carlos Melles, nos Esportes. Bornhausen já discutiu a retirada

**EMPOLGADO COM
A CANDIDATURA DE
ROSEANA, PARTIDO
QUE SEMPRE ESTEVE
NO PODER MARCA
DATA PARA
DEIXAR O GOVERNO
FERNANDO HENRIQUE**

das prévias unificadas. Ou, então, se todos concordarem agora que em junho abrirão mão em favor do que estiver melhor nas pesquisas.” O presidente do PFL está empolgado com a última pesquisa do Ibope para a Confederação Nacional da Indústria. Roseana subiu de 12% para 16% na preferência do eleitorado, enquanto Lula teve apenas um ponto porcentual a mais (foi de 30% para 31%) e Serra caiu de 6% para 5%. Na pesquisa do instituto Sensus para a Confederação Nacional dos Transportes, Lula caiu de 31,8% para 27,1%, enquanto Roseana subiu de 19,1% para 23,7% e Serra foi de 4,8% para 5,5%. Mas o PSDB não aceita nenhum critério que inclua a possibilidade de desistir do candidato próprio. “Impossível abriremos mão do cabeça da chapa, seja lá qual for a situa-



ROBERTO LAVINE

ção”, antecipa o líder do partido na Câmara, Jutahy Magalhães Júnior (BA). Bornhausen sabe disso. Também sabe que Serra já está praticamente escolhido como candidato da preferência de FHC e do tucano: “A experiência mostra que quando todo mundo diz que uma coisa é verdade, é porque é isso mesmo.”

O último a dizer que Serra já é o candidato do PSDB foi o ministro da Educação, Paulo Renato. Ele anunciou sua desistência de concorrer à sucessão de Fernando Henrique, convencido de que o candidato será o ministro da Saúde. Nas

suas conversas reservadas, Serra também já dá como certa uma vitória dentro do PSDB. Aguarda apenas o “timing” para anunciar sua candidatura. A sinalização deverá ser dada na próxima terça-feira 18, quando a Executiva do partido define as regras e a data para a pré-convenção que irá cancelar o nome do candidato. Provavelmente será marcado o dia 23 de fevereiro, um meio-termo entre o que queria a ala serrista e os simpatizantes de seu principal adversário, o governador do Ceará, Tasso Jereissati. A intenção de FHC é evitar a disputa entre os dois, convencen-

do Tasso a recuar. De acordo com um dirigente do PSDB, Serra deixará o Ministério para assumir a candidatura na segunda quinzena de janeiro, após lançar a nova campanha de combate ao fumo. A estratégia dos serristas é procurar inicialmente o PPB, depois o PMDB e outros partidos: “O PFL é a última etapa, que pode ser conquistada ou não”, afirma Jutahy. O líder concorda que a candidatura de Roseana Sarney força os pefelistas a deixarem o governo. Mas os tucanos, em geral, creem que boa parte dos parlamentares

do PFL ficará agarrada aos cargos. “Estão muito enganados os que pensam assim. É assunto já discutido no partido. Estamos preparados para sair”, insiste Bornhausen.

Alguns pefelistas, no entanto, não parecem resolvidos. É o caso do vice-presidente do partido, senador Francellino Pereira (MG), que já está procurando um jeitinho mineiro de continuar mordendo o osso. “Quando você deixa o governo, você pode manter lá uma pessoa muito discreta, da sua confiança, como aconteceu com o ministro Eli-

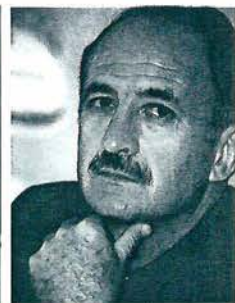
seu Padilha, que deixou aquele rapaz lá” (referindo-se ao secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Alderico Lima). “O PFL está dando sustentação há sete anos ao presidente Fernando Henrique. Não vamos nos constranger em ter candidato próprio e continuar no governo”, argumenta o vice-líder na Câmara, Pauderney Avelino (AM). Os dois vão provavelmente receber uma chamada de Bornhausen: “Não haverá posição dubia. Fora do governo, teremos que entregar os cargos e ponto final.” ■

Serra, antipatia é quase humor

FLORÊNCIA COSTA

O ministro da Saúde, José Serra, é um homem de fama: carrancudo, obstinado, metódico, viciado em trabalho, autoritário, competente, hipocondríaco, notívago e por aí vai. Por isso mesmo, ele é a alegria dos contadores de histórias. Uma das últimas foi espalhada nos venenosos bastidores de Brasília para ilustrar sua propalada antipatia. Certo dia, foi abordado por um senhor que se apresentou como diretor de um importante hospital de São Paulo. Secamente, o ministro respondeu: “E daí?” Outra que circula pela capital é

que durante uma reunião Serra pediu um sanduíche. Começou a comê-lo. Deixou no prato metade do lanche e só aí ofereceu aos demais: “Eu não quero mais. Alguém quer?” Na campanha para a Prefeitura de São Paulo, em 1996, militantes tucanos reclamavam de seu jeito azedo. “Há dias que, se você der bom-dia a ele, corre o risco de ouvir: bom dia é na sua opinião”, ironizavam. O folclórico mau humor de Serra já foi explicado por tucanos paulistas: “O que se pode esperar de quem adora biscoitos de fibra?”



CARLOS MARINO

XUXA E FELIPÃO NÃO ESCAPARAM DA LÍNGUA

A seu favor, no campo da culinária, está sua paixão por chocolates. Assim, há quem assegure que, no fundo, o ministro seja um doce, como dona Serafina. “Minha mãe me considera simpático. Os outros, não sei. Eu só tenho certeza a respeito de minha mãe”, defendeu-se o ministro.

Este paulistano da Mooca — filho único de um imigrante calabrés que vendia laranjas no mercado municipal de São Paulo —, casado com a psicóloga chilena Mônica Allende e pai de dois filhos, tem sangue quente. O ex-governador do Espírito Santo Vítor Buaziz sabe disso. Ministro do Planejamento no primeiro

mandato de FHC, Serra ouviu barulho de gravador logo no início de uma audiência com Buaziz. Questionado, o governador explicou que o gravador era do jornalista amigo que estava na audiência. “Se quisesse dar entrevista, eu convocava. A audiência está encerrada”, explodiu Serra. O ministro é vítima da língua de seus próprios amigos. O boato de que só havia visto uma vaca aos 50 anos fez Serra explicar-se: “Foi invenção do Fernando Henrique. Na verdade vi aos 17 anos.” Sua fama já foi exportada. A revista americana *Newsweek* publicou, em novembro, reportagem rasgando elogios à atuação do ministro da Saúde, intitulada “O ministro guerrilheiro”. A revista compara a sua obstinação na luta contra a ditadura militar, na condição de presidente da União Nacional dos Estudantes e integrante do grupo esquerdista Ação Popular, com seu estilo à frente do Ministério da Saúde. Os exemplos são as batalhas vitoriosas contra os poderosos das indústrias do tabaco e farmacêutica. A revista ressalta

outra fama, a de hipocondríaco, e conta que o ministro tem mania de lavar as mãos obsessivamente.

Nunca um ministro brasileiro conseguiu render tanta notícia lá fora. A revista *Worldlink*, do Fórum Econômico Mundial, escalou uma seleção mundial para compor o gabinete ministerial dos sonhos. Único brasileiro de um time de 14, Serra está em companhia de famosos como o secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, o prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. “O papel de Serra, ao trazer o problema da Aids para o topo da agenda da Saúde, e sua disposição de lutar contra os grandes da indústria farmacêutica (ameaçando quebrar patentes de remédios anti-Aids) são admiráveis”, justificou a revista. De fato, o ministro conseguiu dobrar até os EUA, que retirou xeixa contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio. Essa impetuosidade era clara na época em que morou no Chile, país que o abrigou depois do golpe de 1964, quando foi condenado a três anos de prisão à revelia. Exilados contam que, em Santiago, Serra arriscava-se levando brasileiros para pedirem asilo em embaixadas.

Ao contrário do amigo FHC, o economista José Serra, 59 anos, não tem jogo de cintura. Que político, senão Serra, seria capaz de bater boca com ídolos populares, como Xuxa? Ele criticou a apresentadora de tevê, mãe solteira, por ser um “mau exemplo” para as meninas. Até mesmo no futebol ele conseguiu fazer inimigos. Palmeirense fanático, o ministro não conteve a ira diante da eliminação de seu time do Campeonato Brasileiro em 1998, depois de perder para o Cruzeiro. A Serra afiada atingiu o técnico Luiz Felipe Scolari, hoje da Seleção, culpado pela derrota. Na política ele coleciona alvos, como o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o ex-ministro da Previdência Social Waldeck Ornêlas e o pré-candidato a presidente pelo PPS Ciro Gomes. Tido como um sem-carisma, Serra elegeu-se duas vezes deputado federal e, depois, senador. Mas tem duas derrotas para a Prefeitura de São Paulo, em 1988 e em 1996. “Não existe essa história de que um político está fadado a perder eleição. Não basta ser só competente ou só simpático. É preciso fazer uma equação. Serra não foi exposto ainda como Roseana. Bem vendido, o ministro será um candidato fortíssimo”,



BASTIDOR O tucano José Aníbal é um dos que não engolem Serra

aposta o publicitário Chico Malfitani. Mas Serra ainda não conseguiu apoio unânime para lançar-se candidato a presidente. Familiares de Mário Covas defendem Tasso Jereissati. O presidente nacional do partido, deputado José Aníbal, é um dos que se movimentam nos bastidores contra Serra. O presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, também tenta cacifar seu próprio nome. A candidatura de Roseana Sarney (PFL) consolidou-se, ao manter-se em segundo lugar nas pesquisas de opinião, atrás de Lula (PT). Serra, porém, ainda não decolou. “Muita água vai rolar. O PSDB vai construir a sua candidatura”, afirma o presidente do partido em São Paulo, deputado Edson Aparecido. Resta saber se Serra vai fazer juz à fama de ministro-guerrilheiro na batalha da sucessão. ■

AFIADA DO MINISTRO: INIMIGOS TAMBÉM FORA DA POLÍTICA

ANEXO 7 – *Roseana Sarney (Isto É Especial, 02 de janeiro de 2002)*

Roseana Sarney

POLÍTICA

RICARDO MIRANDA

Nem Amélia nem Joana D'Arc. Alçada ao Olimpo político raramente aberto no País às mulheres, a governadora do Maranhão – e agora presidenciável –, Roseana Sarney, 48 anos, que carrega no sobrenome o peso e a sina do clã político

encastelado há 35 anos em um de nossos Estados mais pobres, não faz força para parecer dona-de-casa nem faz pose de heroína. Mãe e avó num país machista que ainda confere às mulheres papel secundário, Roseana, ou Rose em família, não tem medo de vestir o avental para enfrentar o fogão e cozinhar caranguejo com farofa. Também encontra tempo

para os herdeiros – a filha adotiva, Rafaela, e os netos, Fernanda, dois anos, e Rafael, seis meses. Nem por isso encarna aquela “que era mulher de verdade”, talhada para servir: manda e é obedecida. Prefere tênis a salto alto, picolé de limão – acredite, ela devora pelo menos dez por dia – a qualquer sobremesa fina, e

“Não fui uma jovem alienada. Eu era contra a ditadura militar (...) Meu pai era uma Arena do B”



Fotós: André Dusek



WOL CAVALCANTE/RE

PÉ QUENTE
No Castelão, ao assistir à Seleção: o Brasil ganhou da Venezuela e se classificou para a Copa. Ao lado, os irmãos mais novos Zequinha e Fernando

não troca uma roda de violão, na qual toca e canta toadas maranhenses, por jantares com a corte local. "É importante que a mulher ocupe seu espaço na política, chame ela Marta, Erundina ou Roseana. Mas não sou feminista nem tenho vocação para mártir", diz. Num eleitorado esculpado por políticos que fazem das tripas coração para parecer o que não são, Roseana não esconde a origem na elite maranhense nem faz publicidade de seus hobbies, como as trilhas de jipe pelos Lençóis ou os passeios de motocicleta na garupa do marido, Jorge Murad. As trilhas, segundo Roseana, servem para conhecer melhor o povo. "Gosto de parar e conversar, ver se a



ROSEANA SARNEY/RE

criança está na escola, se o pai de família tem emprego. Quando estou de bermuda e sandália, as pessoas se sentem mais livres para falar", brinca. Mas ela quer ficar bem longe da imagem de Indiana Jones do mangue. Para irritá-la, basta arriscar uma comparação com Fernando Collor, o jovem herdeiro de uma oligarquia nordestina que sonhou ser (e foi) presidente. "Sempre querem me rotular, mas isso não cola", descarta. "Não sou um novo Collor. Meu nome é Roseana." A governadora prefere seguir a trilha da ex-primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher, embora a dama-de-ferro maranhense derreta-se fácil dentro do próprio ninho. Nada a impe-



ANDRÉ DUEK



REPRODUÇÃO ANDRÉ DUEK

ÁLBUM
Com Fernando e Rafael no colo, não esconde a corujice de avó. À direita, Roseana no colo do pai e, à esquerda, com o ex-governador e líder da UDN Carlos Lacerda: lado a lado com a política



ALBUQUERQUE/RE

de, nos finais de semana, de tomar uma cerveja gelada na Praia do Meio com os amigos. De terninho, jeans, avental ou maiô, a vocação de Roseana é a política. Ou quase. Diante dos netos, Roseana e Rafael, esquece tudo. "Esse é o balão de oxigênio para enfrentar a vida", resume. Uma luta pela vida que Roseana, mesmo jovem, conhece como poucos. Desde os 19 anos já fez uma maratona de 15 cirurgias: retirada de cisto no ovário e nódulo no pulmão esquerdo, extração de pólipos no intestino e de tumores benignos no seio direito, retirada de parte do intestino, cirurgia no joelho esquerdo e extração de útero e ovário. "Cheguei a duvidar que sairia dessa", conta Roseana, uma fumante que baixou sua média de um maço e meio para dez cigarros por

dia. Ela pretende iniciar 2002 longe do vício. "Meu anjo-da-guarda dá umas cochiladas de vez em quando. Mas estou nova em folha", diz. Agradecida pela vida, passou a ler toda manhã um trecho da Bíblia. "Se Deus me permitir, quero ficar bem velhinha e viver meus últimos dias numa praia tomando sol", planeja. Sobrevivente, diz que se tornou uma pessoa mais tolerante. "Cada cirurgia mudou um pouco minha vida. Hoje não guardo ódio. Absorvo a raiva", conta. Quando Roseana nasceu, seu pai, José Sarney, era deputado estadual. Logo se elegeu governador. O Palácio dos Leões, a sede do governo local, sempre foi sua segunda casa - às vezes, a primeira. "Eu tomava café, almoçava e jantava política", conta a filha pródiga. Mas a genética do palanque

Prefiro ser PFL, rotulado como conservador, mas que está avançando, do que estar em um partido que era avançado e agora está retroagindo

Querem me rotular, mas isso não cola. Não sou um novo Fernando Collor. Meu nome é Roseana.



ALBUM DE FAMÍLIA

CASAMENTO A juventude em São Luís e a união com Murad em 1987

– e das urnas – não se manifestou tão rápido. A primeira grande mudança aconteceu quando o pai, eleito governador, decidiu colocá-la para estudar, a partir do ginásio, em escolas públicas. A superprotegida filha de uma elite nordestina, que em Brasília morava em apartamento funcional e brincava com filhos de parlamentares, desceu ao encontro do Brasil real. Tinha 12 anos. “Foi uma das coisas mais importantes para minha formação. Não me elitizei”, lembra Roseana, que cresceu nos anos de chumbo – regime militar, protestos de rua e dois partidos, a Arena e o MDB. “Não fui uma jovem alienada. Eu era contra a ditadura militar”, conta ela, que participou de passeatas no Rio de Janeiro, em 1968, e no Recife, em 1970. Dentro de casa, não via o pai, senador pela Arena, partido que dava sustentação ao regime militar, como um conservador. “Meu pai era uma Arena do B”, teoriza. No Rio, para onde se mudou, surgiu o seu primeiro ídolo fora de casa: o líder estudantil Vladimir Palmeira, hoje da esquerda do PT do Rio.

Quando estudava ciências sociais na Universidade de Brasília, foi mordida pela política. Tinha 21 anos. Só não se candidatou porque tinha de terminar a faculdade. Em 1982, aos 25 anos, problemas de saúde adiaram de novo o sonho. Em 1984, a chance de começar na política caiu por terra com o fracasso da luta pelas Diretas-já. Isso porque quando o pai, José Sarney, assumiu a Presidência com a



ARQUIVO PESSOAL

morte de Tancredo Neves, Roseana ficou ineligiível. Com o pai no Planalto, ela assumiu a assessoria do Gabinete Civil da Presidência. Só conseguiu estreitar nas urnas em 1990, eleita deputada federal com 45 mil votos – a mais votada do Maranhão. Em 1994, numa disputa acirrada, ganhou o governo estadual. Reelegeu-se com quase 70% dos votos no primeiro turno em 1998. No meio desse caminho, reatou a união com o economista Jorge Murad, com quem se casou duas vezes. São 12 anos vivendo juntos e cinco de separação, entre 1987 e 1992. “Foi um reencontro inesperado”, conta Roseana. No único governo estadual exercido por uma mulher, Murad, 47 anos, é o homem forte do governo. Depois de uma reforma administrativa radical, que trocou secretarias por gerências, o marido de Roseana ficou com a do Planejamento, que acumulou Fazenda e Indústria, entre outras áreas, e controla 40% do orçamento do Estado.

Preconceito – Única filha do ex-presidente José Sarney e de dona Marly, Roseana não foi a primeira opção. A família contava com Fernando, que acabou como administrador do patrimônio do clã, e José Sarney Filho, o Zequinha, um deputado discreto que hoje vive seu auge como ministro do Meio Ambiente. “Não entrei na política para continuar uma obra. Entrei porque tinha idéias próprias. Conquistei esse espaço à força”, desabafa Roseana.

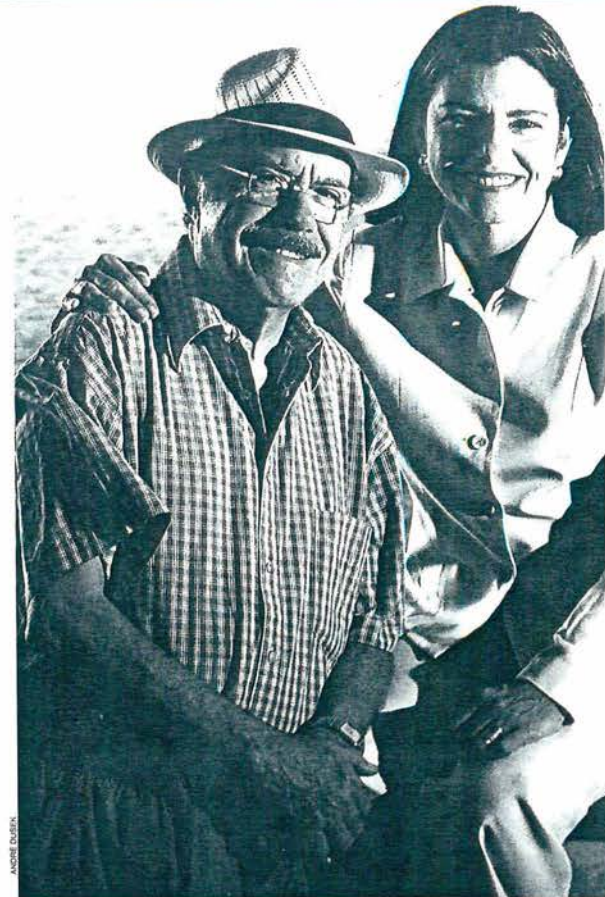


ARQUIVO PESSOAL



PRENSA FIES

PREDILETA No alto, a admiração do pai José Sarney: “Ela não vai decepcionar o povo brasileiro.” À esquerda, no casamento da filha, Rafaela, e, acima, de braços dados com o marido e com o poeta maranhense Ferreira Gullar



ANDRÉ DUARTE

FESTA
Ao lado, com dona Marly, Sarney e os irmãos no *début* dos 15 anos. Aos 13, na missa de posse do pai no governo do Maranhão, em 1966

na. "Ela teve que vencer primeiro dentro de casa, com os irmãos, para depois marchar, independentemente do pai, do nome, sendo apenas ela mesma", reconhece Sarney. Mas Roseana sabe que precisa provar todo dia que não vive - nem governa - sob a sombra paterna. "Primeiro diziam que era meu pai quem mandava. Depois, meus irmãos. Agora dizem que quem manda é o Jorge. É um preconceito", afirma. Quando se candidatou ao governo do Maranhão em 1994, Roseana encomendou uma pesquisa: você votaria numa mulher para governadora? Descobriu que 11% dos eleitores não votariam em uma mulher nem amarrados.

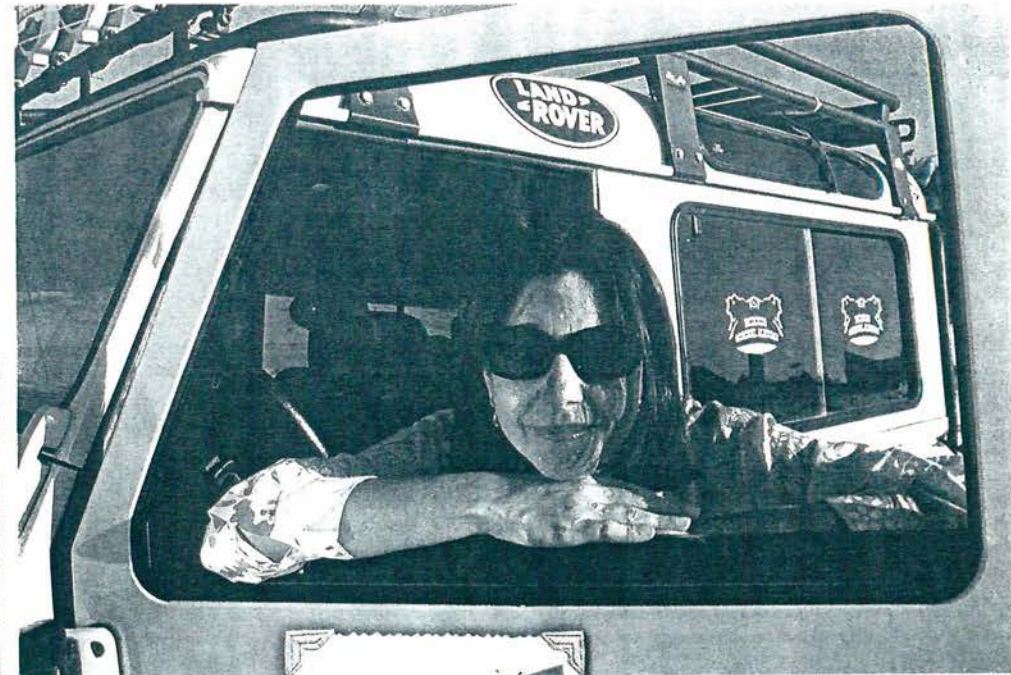
Eleita, descobriu que o preconceito não parte só do eleitor. Em reuniões com ministros e governadores, a única mulher do grupo percebeu que só se dirigiam a ela para falar de amenidades. "Quando eles conversavam comigo, só me perguntavam como ia meu marido, meu pai e minha filha. Só faltava perguntar o que eu ia fazer no jantar", lembra. Decidiu não participar mais de reunião nenhuma. Agora é diferente, mas ela acha que ainda há muito o que avançar. Um dos focos de machismo, diz Roseana, está no Congresso, que vive um clube do bolinha. Além de minoria, as mulheres são escanteadas das presidências de comissões mais importantes. "Quando uma mulher vai assumir a Comissão de Orçamento? Estamos excluídas das maiores decisões. Isso é discriminação", aponta Roseana.

E uma presidente? Será que o povo tem preconceito? "É o próximo passo", avisa ela. A voz das ruas, interpretada pelas pesquisas, coloca Roseana empatada com o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Em pesquisa do Datafolha de quarta-feira 19, Roseana aparece, no segundo turno, com 46% contra 44% de Lula. "Ela não tem essa ambição, mas foi posta nessa posição por uma parcela significativa dos eleitores", orgulha-se o pai. "Ela não vai decepcionar o povo brasileiro", garante o ex-presidente. "Estou só rezando", conta a mãe, dona Marly, que, para driblar a ansiedade, tem repetido o método que usou quando o



marido era presidente: parou de ler jornais e revistas. A dez meses das eleições, e a três meses do prazo para deixar o atual cargo, Roseana não se esquiva. "Não procurei isso, mas está acontecendo. Seria hipócrita se dissesse que estou triste", diz. Ela já tem na cabeça o esboço do seu programa de governo, dividido em quatro metas: Desenvolvimento econômico, ambiental, social e político. Ela acha que FHC falhou nas duas últimas. "Essas quatro áreas têm que estar equilibradas para que possamos ter um Brasil melhor. O presidente poderia ter avançado mais na área social e feito uma reforma política", diagnostica.

Para o PFL, Roseana caiu do céu. É a chance de ouro para quem apoiou todos os últimos governos que aterrissaram em Brasília sentar finalmente na cadeira de presidente. "Eu prefiro ser PFL, rotulado como conservador, mas que está avançan-



REPRODUÇÃO ANDRÉ DUARTE

do, do que estar em um partido que era avançado e agora está retroagindo", alfineta. O recado tem destino certo: o PSDB de seu amigo FHC, partido que no Maranhão está do outro lado do balcão. "As pessoas falam que somos uma oligarquia. O Jaime Santana, cujo pai foi governador, está no PSDB. O Nunes Freire foi outro governador. Depois dele, veio o João Castelo, que hoje está no PSDB. Em seguida foi o Luís Rocha, cujo filho, Roberto Rocha, está no PSDB. Depois de todos eles, veio o Cafeteira. Já estou achando que é uma oligarquia do PSDB", lista a governadora. O PFL aposta pesado em Roseana, transformando-a na estrela solitária de sua propaganda, sem falar na máquina de comunicação controlada pela família no

Estado, com as emissoras de televisão que transmitem a Rede Globo, além do maior jornal, o *Estado do Maranhão*, e emissoras de rádio na capital e no interior. Curiosamente, o calcanhar-de-aquiles de Roseana, a governadora que tem 88% de aprovação popular, está dentro de casa: o Estado continua muito pobre e não serve como currículo. Desde 1994, os índices sociais melhoraram, mas é um fôlego ainda curto para um Estado na UTI social. "Quem está acostumada a lidar com essa realidade conhece melhor o Brasil", conclui a governadora. Em um ano que parecia ser feito para a estrela de Marta Suplicy brilhar, 2001 termina indicando que 2002 começa com a luz de um astro inesperado. O ano do cometa Roseana. ■

ADRENALINA
Em seu jipe, faz trilhas pelos Lençóis. Desde pequena, já dava sinais de que embarcaria em aventuras: "É mais fácil conversar com o povo quando estou de bermuda"

A mulher tem que ocupar espaço na política, chame ela Marta, Erundina ou Roseana. Mas não sou feminista nem tenho vocação para mártir

ANEXO 8 – *A briga pela elite* (Isto É, 09 de janeiro de 2002)



RINGUE Serra tem a preferência, Roseana conta com Bornhausen e Lula sabe que é difícil ter o apoio empresarial

FOTO: ANDRÉ COSTA

A BRIGA PELA ELITE

2002

WEILLER DINIZ

O presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), foi surpreendido em sua casa, em outubro, quando almoçava com o governador do Ceará, o tucano Tasso Jereissati. Recebeu a visita do amigo João Roberto Marinho, um dos vice-presidentes das Organizações Globo. Tasso, também amigo de João Roberto, se preparava para disputar com o ministro da Saúde, José Serra, a indicação do PSDB como candidato a presidente da República. Logo, a conversa enveredou para a visão do empresário sobre a disputa. João Roberto foi claro: para a família Marinho, tanto fazia Tasso, Serra ou qualquer outro. A ideia era apoiar o candidato do governo. Naquela altura, ele, como toda a elite empresarial, não acreditava que a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, emplacaria sua candidatura pelo PFL. Quanto ao PT, não há preconceito nem vetos, mas uma questão de pragmatismo. "O Lula é uma ameaça ao crescimento econômico. E isso não nos interessa", disse João Roberto.

Essas opiniões não são novidade para o economista e deputado Aloízio Mercadante (PT-SP). "Já nos damos por felizes em ter rompido os vetos. Mas não contamos com o apoio de grandes empresários, nem dos banqueiros", afirma Mercadante. "O sistema financeiro, por exemplo, prefere o candidato do governo porque o lucro líquido dos bancos só com o populismo cambial foi de R\$ 8 bilhões", afirma o deputado. O último encontro de Lula com empresários foi na sede do Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial, que congrega pesos pesados como Paulo Cunha, Eugênio Staub, Jorge Gerdau Johannpeter e Ivoney Ichope, entre outros. Lula, após uma exposição inicial, não respondeu às indagações dos empresários, preferindo escalar os assessores que levou para o encontro. "Não há susto com o Lula. Se ele for presidente, toca-se o País. Lula é inteligente, mas não é preparado" – re-

sponde o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, senador Fernando Bezerra (PTB-RN). "A alternância do poder seria ótima se fosse com um candidato com visão de mundo mais consistente" – emenda o senador e empresário Pedro Piva (PSDB-SP). Mas, enquanto o PT concluiu que não adianta disputar o apoio dos grandes empresários, no seio dos partidos governistas a principal questão antes da eleição de outubro é exatamente saber qual candidato terá o apoio das chamadas elites na disputa contra Lula.

Serra – depois que Tasso desistiu de concorrer – e Roseana Sarney, agora consagrada pelas pesquisas como candidata do PFL, vão brigar pelo apoio do PIB brasileiro. Não conheço uma eleição para presidente que tenha sido ganha sem o apoio da elite", afirma o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Se dependesse dos banqueiros, Ser-

com Serra ou Roseana. O que assusta no ministro da Saúde é seu estilo autoritário. Ele causou mal-estar em uma recente reunião com empresários, na qual disse que faria a reforma tributária "sem ouvir ninguém". Roseana é tratada como uma incógnita. "O setor privado ainda terá de ser conquistado por ela" – sintetiza o presidente do grupo Klabin, senador Pedro Piva. Segundo ele, o que todos empresários esperam ouvir dos candidatos são compromissos com o fortalecimento da empresa nacional, incentivos à exportação e uma política industrial definida. Nos próximos dias, a CNI lança a "agenda da indústria para o próximo governo", que será debatida em abril e maio. "As taxas de juros são pornográficas. Não existe país forte com indústrias fracas. Não podemos mais ficar à mercê dos bancos e das empresas estrangeiras", resume Piva. Segundo ele, os empresários só vão se posicionar em março, quando todos os partidos já terão oficializado seus candidatos.

Se o PMDB cumprir o que prometeu, as prévias do partido acontecerão no dia 17 de março entre o governador mineiro Itamar Franco e o Senador Pedro Simom (RS), o que poderá mu-

Empresários apostam no candidato de FHC, e Roseana Sarney corre por fora para seduzir o capital

dar o quadro atual. Na fragmentada cúpula peemedebista, no entanto, ninguém acredita na candidatura de Itamar. "Ele já era", provoca o líder na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). Geddel e o ex-assessor palaciano Moreira Franco (RJ) apostam em José Serra. Outra ala do PMDB cresce os olhos para Roseana. Esse segmento é capitaneado pelo próprio pai da candidata, o ex-presidente José Sarney (AP), que está promovendo uma discreta aproximação de Roseana com o líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL), e o ex-tucano Sérgio Machado (CE). Um terceiro setor do PMDB ainda acredita no surgimento de outro nome tucano, caso Serra não decole nas pesquisas: Aécio Neves (PSDB-MG). Até agora uma coisa é certa: Fernando Henrique Cardoso quer evitar ao máximo que o governo fique fraco e sem base. Só assim, poderá eleger seu sucessor. ■

Na área industrial, de acordo com um levantamento informal feito por Fernando Bezerra para a ISTOÉ, hoje há uma ligeira vantagem de Serra sobre Roseana. Duas federações estaduais apoiam Ciro Gomes (Paraíba e Paraná). A federação mineira deve apoiar o PT, caso o senador José de Alencar (PL-MG) venha a ser o vice na chapa de Lula. As candidaturas de Itamar Franco e Garotinho não são mais consideradas pelos empresários. As demais federações estão

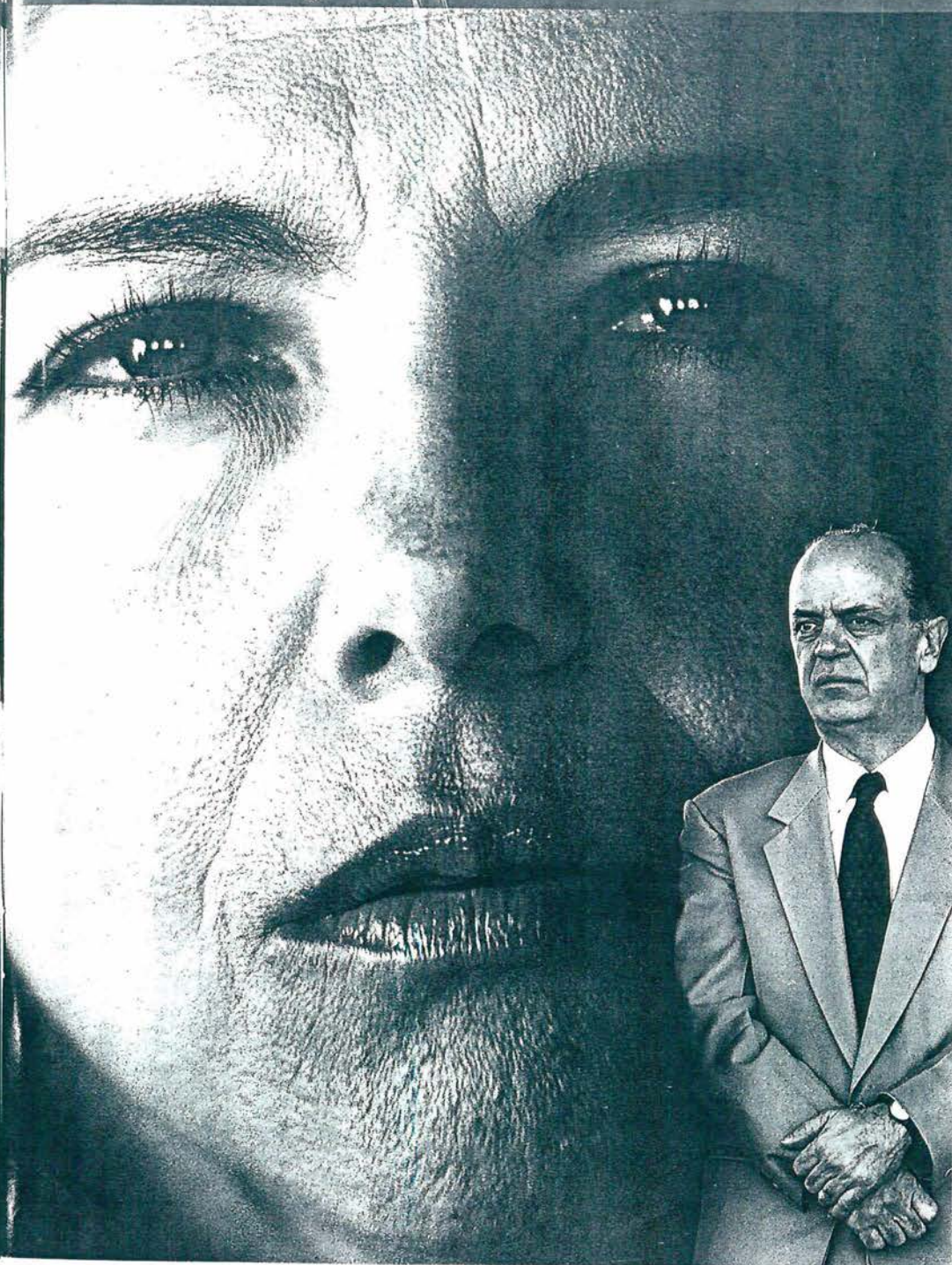
ANEXO 9 – Duplo haraquiri (Isto É, 13 de março de 2002)

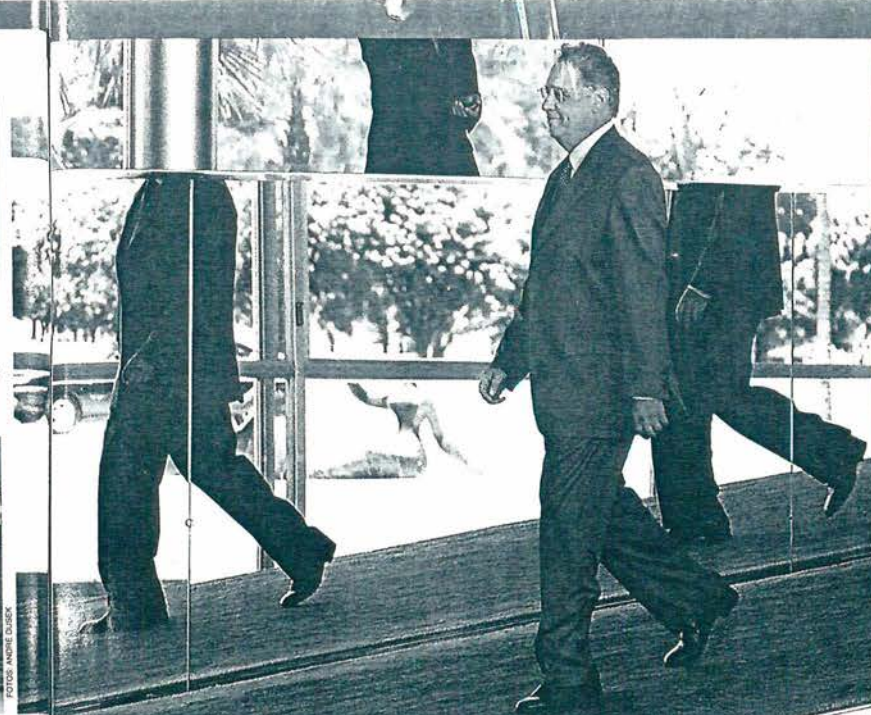
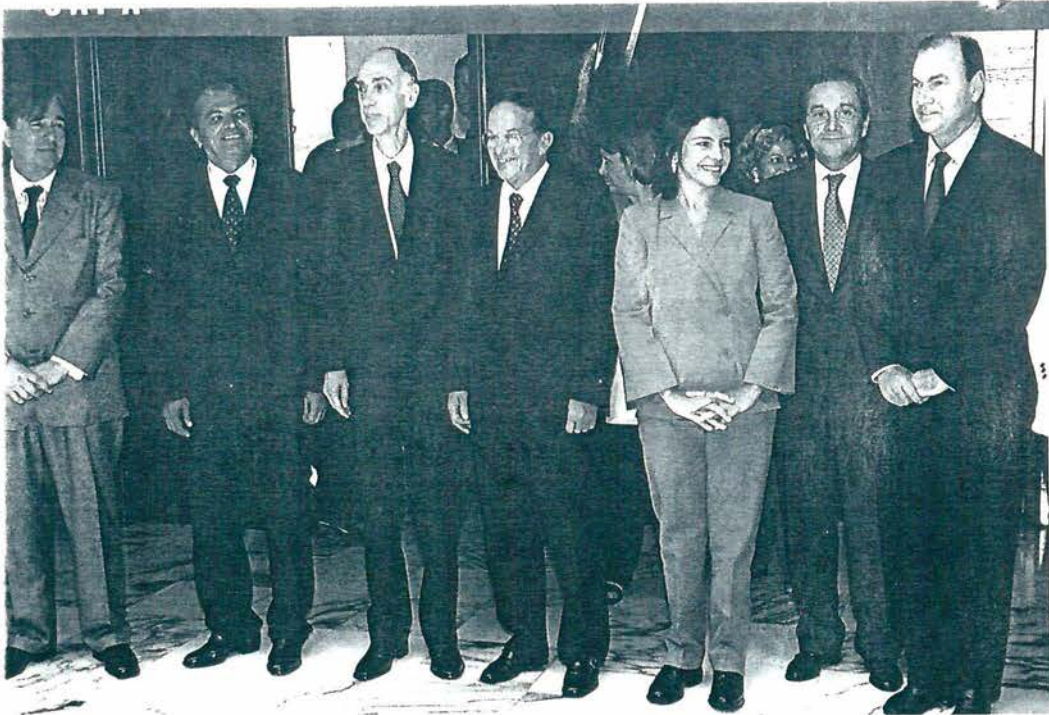
DUPLO HARAQUIRI

WEILLER DINIZ

A espionagem sobre a governadora Roseana Sarney levou o PFL a romper com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O escândalo e a surpreendente atitude da cúpula pefelista fez o senador José Serra, candidato do PSDB, repensar sua estratégia de campanha. Acuado pela violenta reação dos Sarney, pai e filha, o governo tenta administrar a crise, que já bateu na ante-sala do presidente. Os boatos de sexta-feira sobre dossiês bombásticos, renúncias, novas alianças, reforma ministerial, fim antecipado do governo FHC atingiram o mercado financeiro que, como sempre, reagiu com mais e mais especulação.

MAX CEPRINO





**Enfrentamento:
FHC terá
problemas
para manter
relações
civilizadas com
os rebeldes
pefelistas,
apesar das
promessas de
“votos pelo
bem do Brasil”**

A sexta-feira, 1º de março, transformou-se num marco da era Fernando Henrique Cardoso. O dia em que sua administração pode ter acabado por antecedência. Não pelo fato de a Polícia Federal ter invadido legalmente a empresa Lunus Serviços e Participações, de propriedade da governadora Roseana Sarney (PFL) e seu marido, Jorge Murad, secretário de Planejamento do Estado do Maranhão. O que pode comprometer irremediavelmente a imagem do governo são os métodos utilizados para obter informações que resultaram naquele mandado judicial de busca e apreensão. Uma história recheada de intrigas, grampos ilegais, mentiras, chantagens e contratação de arapongas ligados ao antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), tendo como motivação a guerra entre o PSDB e o PFL pela sucessão presidencial. E como pano de fundo a necessidade de se rediscutir o papel da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), comandada no Palácio do Planalto pelo general Alberto Cardoso,

ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência.

Alberto Cardoso e sua Abin dividiram com o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, e com o secretário-geral do PSDB, deputado Márcio Fortes (RJ), os xingamentos do senador José Sarney (PMDB-AP), numa ríspida conversa pelo telefone com Fernando Henrique, às 19 horas daquela sexta-feira. O general, o ministro e o deputado foram classificados por Sarney como autores de “uma armação suja” para torpedear a candidatura presidencial de sua filha, Roseana. De início FHC tentou contemporizar. Reiterou que a ação da PF era consequência apenas de uma determinação judicial e que o governo não orquestrou nenhuma operação contra Roseana. Mas Sarney aumentou o tom e o presidente também passou a tratá-lo com rispidez. Acabaram encenando um dos mais graves telefonemas entre um presidente e um ex: “Não vou dizer mais nada para não desrespeitar a figura da Presidência”, finalizou Sarney. “É bom que

não desrespeite mesmo!”, respondeu FHC batendo o telefone.

A reportagem de ISTOÉ apurou que o ex-presidente José Sarney está certo quando levanta suspeitas de que sua filha foi alvo de arapongagem ilegal. Em dezembro do ano passado, uma firma de segurança foi contratada para fazer escutas nos telefones da governadora e de sua família e um levantamento detalhado da atuação de suas empresas. O trabalho desses arapongas, incluindo fotos em situações íntimas, foi oferecido, a custo zero, no final de fevereiro ao governador do Rio, Anthony Garotinho (PSB), para ser usado como arma na campanha eleitoral. O governador recusou o material, mas procurou Sarney e informou que o interlocutor se apresentou como emissário do deputado Márcio Fortes, um dos coordenadores da campanha presidencial do senador tucano José Serra (SP). O calhamaço vinha dividido em três partes. A primeira, com as doações para a campanha de Roseana, a segunda, com denúncias contra a administração do governo do Maranhão, as empresas da gover-

nadora e seu marido, assim como suas ramificações na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). “Era coisa de profissional”, disse Garotinho a Sarney. A terceira parte, indiscreta, trazia as tais fotos íntimas que, segundo o governador, “pareciam uma montagem

nojenta”. O secretário-geral do PSDB, Márcio Fortes, tem negado qualquer participação no dossiê. Mas, ao final do ano passado, um grupo de arapongas circulou por Brasília afirmando que havia sido contratado pelo PSDB para produzir o tal levantamento a respeito da família

Sarney. No início do mês passado, Sarney procurou pessoalmente o presidente Fernando Henrique Cardoso. Indignado, denunciou que dois agentes da Abin estiveram no Maranhão, nos cartórios de títulos, em busca de dados sobre as empresas da família. FHC chamou o general Alberto Cardoso, que negou qualquer participação da Abin. O general deu a Sarney uma resposta recorrente. “Talvez sejam agentes do antigo SNI. Nós já nos desfizemos de muitos deles aqui na Abin, mas eles sempre andam por aí. Eu vou investigar.” Ficou na promessa.

O problema com ex-agentes do SNI, arapongas da Abin e funcionários da área de informação da PF e demais órgãos, nos corredores do poder em Brasília, é que ninguém sabe para quem exatamente eles estão trabalhando em determinado instante. Há espíões da ativa na Abin que vieram do SNI e agentes da área de informações na PF que, na verdade, estão executando serviços específicos a pedido da Abin e vice-versa. Pior. Muitos desses funcionários são ligados a firmas de segurança e circulam pela burocracia



CONTATO Garotinho contou a Sarney sobre o relatório com “podres” do PFL

produzindo levantamentos para interesses privados. Uma mistura explosiva que fez o tal dossiê circular em gabinetes de políticos e órgãos públicos. Acabou tomando-se fonte tanto para intrigas e focos de bastidores como para bisbilhotices oficiais da Polícia Federal – cujo diretor-geral, Agílio Monteiro Filho, é filiado ao PSDB. Serviu também para investigações extra-oficiais do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), dirigido por Adriene Senna, mulher do presidente do TSE, Nelson Jobim, e grande amiga do candidato tucano, José Serra. As apurações iniciais da PF acabaram produzindo elementos suficientes de suspeita sobre as atividades de Jorge Murad para embasar o tal pedido de busca e apreensão em sua empresa.

Pontes queimadas – Ciente de que sua candidatura foi atingida em cheio pelos arapongas, Roseana repetiu à exaustão o enredo da “armação” nas reuniões que teve com os pefelistas durante toda a semana. O grampo de uma governadora do partido e dossiês produzidos por arapongagem ilegal levaram o PFL a uma atitude inédita: deixar o governo. Na segunda-feira 4, os três ministros pefelistas, que ficaram após a saída de Sarney Filho (PFL-MA) do Ministério do Meio Ambiente, levaram ao presidente um recado da cúpula pefelista. Como o general Cardoso é considerado intocável, o partido concentrou sua fúria no ministro da Jus-

tiça. “O Aloysio só colocou gasolina no incêndio. Atravessamos o rio e queimamos a ponte. É sem volta”, protestou o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE). Como a degola de Aloysio Nunes não foi aceita, o PFL foi obrigado a esticar a corda. Não votou e agora ameaça ir contra a prorrogação da CPMF. Mas o ápice do terremoto foi na quinta-feira 7, quando o partido formalizou o desembarque do governo. Um desembarque que ainda não está de todo esclarecido. Os ministros saíram, mas ficaram o presidente da Caixa Econômica, Emílio Carazzai, e o secretário da Receita, Everardo Maciel – ambos indicados pelo vice Marco Maciel. Além deles, há outros pefelistas que não têm nenhuma embocadura para oposição. “No Piauí, seremos governo até com o Lula”, antecipou o deputado Paes Landim, evidenciando que o PFL ficará rachado.

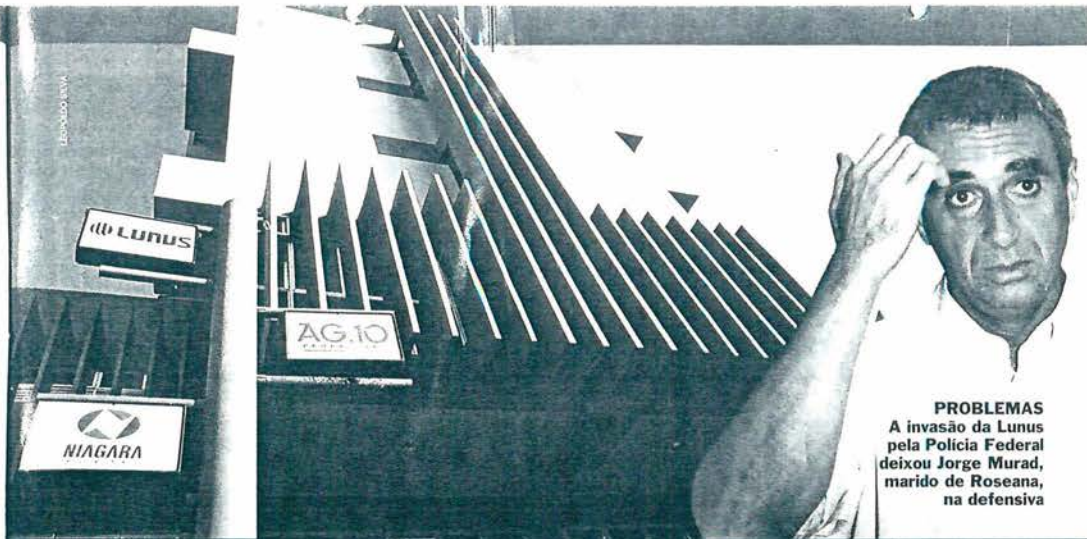
Nas sondagens que levaram ao rompimento com FHC, Roseana foi agressiva. Garantiu repetidas vezes sua inocência e disse que foi vítima de uma maquiagem para desgastá-la. “Fui agredida. Só serei candidata se o partido romper com o governo que fez isso comigo. Se não sairmos, volto para o Maranhão e disputo o Senado. Se querem guerra, vamos para a guerra”, intinou Roseana cobran-

do um compromisso em torno dela e sinalizando uma futura guerra de dossiês. As circunstâncias do rompimento impossibilitam qualquer recomposição futura entre PFL e PSDB. “O Serra não ganha com isso, os candidatos da oposição, sim. Se o Serra for para o segundo turno ele está frito, não tem nosso apoio e vice-versa”, resumiu o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN). Mesmo com as explicações de Roseana, a cúpula pefelista ficou com a pulga atrás da orelha. Está convencida de que houve uma trama, mas teme que surjam provas contra o primeiro-casal do Maranhão. Ao receber o ultimato de Roseana para sair do governo, a cúpula impôs condições. Março é o mês decisivo para a candidatura. Se houver uma queda acentuada nas pesquisas ou se surgirem provas de irregularidades de suas empresas, Roseana Sarney terá de devolver a candidatura ao PFL, que tentará lançar o nome do prefeito do Rio, César Maia. Por outro lado, a descoberta da arapongagem tucana pode enterrar de vez a candidatura de José Serra. Hoje, esse é o quadro em que mais apostam os analistas políticos: Serra e Roseana estão prestes a executar um duplo haraquiri. Muito semelhante àquele protagonizado, no ano passado, pelos ex-presidentes do Senado Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães.

ATAQUE O senador José Sarney (abaixo) está irritado com Serra e Márcio Fortes, secretário-geral do PSDB: dossiês agitam Brasília



FOTOS: ANDRÉ DUJESK



PROBLEMAS
A invasão da Lunus pela Polícia Federal deixou Jorge Murad, marido de Roseana, na defensiva

O CALCANHAR DE ROSEANA

Investigações sobre a empresa da governadora e de seu marido complicam candidatura do PFL

LEONEL ROCHA – Palmas
E RICARDO MIRANDA

A governadora do Maranhão, Roseana Sarney, sabia que seu calcanhar-de-aqueles seria a própria casa, um Estado pobre onde sua família está encastelada há 35 anos. Aceitou em parte. A casa caiu, mas não por causa dos indicadores sociais do Maranhão. No escritório da Lunus Participações e Serviços Ltda., empresa que pertence a Roseana Sarney e ao seu marido, Jorge Murad, negócios ligados às fraudes milionárias da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) atrapalham os planos políticos do PFL. Os documentos apreendidos pela Polícia Federal na sexta-feira 1º de mar-

ço em São Luís, no escritório da Lunus, reforçam as suspeitas de que ainda existe uma conexão entre a firma de Roseana e Murad e empresas campeãs de fraude da Sudam, como a Agrima – Agricultura e Pecuária Ltda. e a Nova Holanda Agropecuária. Em meio a um caminhão de documentos, a PF encontrou uma detalhada previsão de investimentos para o ano 2000 da Lunus na Agrima, mostrando que, apesar de uma separação societária, a firma de Roseana e Murad ainda mantinha ligações com a Agrima na época em que projetos fraudulentos eram aprovados/Roseana e o marido vêm afirmando que venderam a empresa em 1994 e, desde então, se afastaram do empreendimento. Há ainda uma outra coincidência: a Agrima e a Lunus possuem o mesmo

endereço comercial no bairro da Renascença, em São Luís.

Os documentos encontrados pela PF na Lunus impressionaram os policiais e procuradores envolvidos na investigação. Uma pasta traz farta documentação que pertence à Usimar Componentes Automotivos S/A, empresa criada em São Luís e financiada pela Sudam, mas que jamais saiu do papel. A Usimar, cujos donos o MP suspeita serem laranjas, recebeu R\$ 44 milhões e nunca comprovou a aplicação do financiamento para montagem de uma fábrica de autopeças. Entre os documentos encontrados na empresa de Roseana há ainda uma pasta com a inscrição de “pendências” da Usimar para serem resolvidas pela Lunus. Um fax da Sudam para Jorge Murad também traz dados de um

processo da Usimar. Foi enviado aos cuidados da contadora Maria Auxiliadora Barra Martins, ex-diretora financeira da Sudam e peça-chave do esquema do ex-senador Jader Barbalho. Auxiliadora cuidou das contas do ranário da mulher de Jader, um projeto acusado de desviar R\$ 9 milhões dos cofres públicos. O fax é assinado por Honorato Cosenza Nogueira, ex-secretário do Conselho Deliberativo, e por José Artur Guedes Tourinho, ex-superintendente da Sudam. O trio está respondendo a um inquérito por este desvio e foi levado preso junto com Jader, no dia 16 de fevereiro, para Palmas (TO).

Os policiais também encontraram registros de doações para as campanhas eleitorais de Roseana de 1994 e 1998. Em 1994, 58 empresas enviaram dinheiro para a campanha ao governo do Maranhão, inclusive a fraudadora Nova Holanda, que desembolsou R\$ 15 mil. Quatro anos depois, na reeleição, ela contou novamente com o caixinha da Nova Holanda: R\$ 25 mil. Entre computadores, dezenas de CDs e disquetes, um chamou a atenção pelo nome: um disquete com as inscrições "Proppa Sudene".

Pró-Labore — A PF descobriu que um engenheiro civil foi colocado por Roseana e Murad para ser o homem da assinatura nos negócios da Lunus. Severino Francisco Cabral, dono de irrisórios 0,23% das ações da empresa, é o gerente da firma. Em depoimento à PF, Severino contou que recebe R\$ 200 mensais como pró-labore, mas que quem decide mesmo é a dupla Roseana e Murad, proibidos por lei de misturar sua vida pública com negócios pessoais. O engenheiro trabalha no andar acima da sede da Lunus, na empresa Pleno — Planejamento de Engenharia e Obra Ltda., da qual diz ser o único dono. Severino não soube explicar a origem dos R\$ 1,34 milhão em cédulas de R\$ 50 achados no cofre da empresa de Roseana e Murad e a quem pertence.

Não é ilegal guardar dinheiro, mas a origem e o destino de R\$ 1,34 milhão aumentam a suspeita sobre as atividades da Lunus. A explicação de Roseana na semana passada foi de que o dinheiro pertence a outra firma da família, a Pousada Lençóis Maranhenses, localizada em



O MIDAS DE SÃO LUÍS

A reunião do Conselho Deliberativo da Sudam do dia 14 de dezembro de 1999, presidida pela governadora Roseana Sarney, aprovou, numa só tacada, meia dúzia de pedidos de financiamentos solicitados por uma única empresa, chamada AC Rebouças Projetos e Assessoria Ltda. Com trânsito livre na Sudam e Sudene, o empresário pernambucano Aldenor Cunha Rebouças, dono da empresa, está sendo investigado pela Polícia Federal como um dos elos entre projetos fraudulentos da Sudam e empresas de Roseana e seu marido, Jorge Murad, donos da Lunus Participações e Serviços Ltda. Instalado até o ano passado em um escritório próximo ao centro da cidade, o empresário operava milagres. Especializou-se em transformar pessoas humildes em laranjas de grandes empresas e em elaborar projetos

mirabolantes para conseguir recursos de incentivos fiscais, que, mesmo sem nenhum respaldo jurídico, eram aprovados com facilidade.

As ligações de Aldenor Rebouças com Murad, segundo a polícia, ficaram mais evidentes quando, durante uma devassa em sua empresa, em dezembro do ano passado, foram encontrados, além das contas de laranjas do empresário no paraíso fiscal das Ilhas Virgens, vários extratos bancários indicando que a empresa Lunus, de Roseana e Murad, continuava a realizar transações financeiras com a Agrima. A Agrima é acusada de desviar grande parte dos R\$ 33 milhões destinados à malfadada Nova Holanda, um projeto de agricultura no município de Balsas, no interior do Maranhão. Outros documentos mostram que a AC Rebouças mantinha relações comerciais com a Lunus. A ação

policial coincidiu com a descoberta pelo Ministério Público de um relatório elaborado por um fiscal da Sudam de Belém, que vasculhou os documentos da Nova Holanda. Um contrato de gaveta mostra que, apesar de ter vendido a Agrima para um grupo de empresários paranaenses, em 1994, Murad continua sócio da empresa. Os procuradores descobriram também que tanto os projetos da AC Rebouças quanto os da Nova Holanda eram sempre fiscalizados pelas mesmas pessoas: sete fiscais indiciados por fraude na Sudam do Pará. "Há provas suficientes de que todas essas empresas são da Roseana e do Murad", acusa o deputado estadual Aderson Lago (PSDB-MA), inimigo político de Roseana e um dos primeiros a denunciar a conexão maranhense. A PF também descobriu que Aldenor Rebouças foi consultor da Usimar Componentes Automotivos S/A, empresa financiada pela Sudam, mas que nunca saiu do papel.

HOMEM FORTE Aldenor Rebouças (à dir.) montou uma rede de laranjas, como o carpinteiro Antônio Rodriguez da Costa, para atrair investimentos em empresas como a Anodezina, que embora inoperante, lançou ações no mercado financeiro

Destinadas a construir indústrias no Maranhão, as verbas liberadas pela Sudam para a AC Rebouças só ajudaram a engordar as contas bancárias do empresário em paraísos fiscais no Caribe. Internado num Hospital Público de São Luís, onde se recupera de uma úlcera gástrica, Antônio Rodriguez da Costa, 71 anos, que prestava serviços para a Indústria de Alumínios Alusa, levou um susto ao ser informado pela PF que ele e o filho Carlos Antônio Costa eram carpinteiros milionários. Apareciam como titulares de contas nos paraísos fiscais das Ilhas Virgens Britânicas e eram proprietários de várias indústrias no Estado, implantadas com recursos da Sudam e da Sudene. "O delegado ainda brincou comigo. Disse que eu era dono de metade dessas indústrias da cidade e que deveria aproveitar para cobrar os meus direitos", conta Antônio. Documentos obtidos por ISTOÉ mostram que o carpinteiro, usado como laranja no esquema, aparece como sócio da Construtora Coral, que, além de

emitir US\$ 2 milhões em notas frias para a indústria de Alumínios Anodezina S.A., era sócia acionista de outras indústrias que tiveram seus projetos aprovados pela AC Rebouças na Sudam.

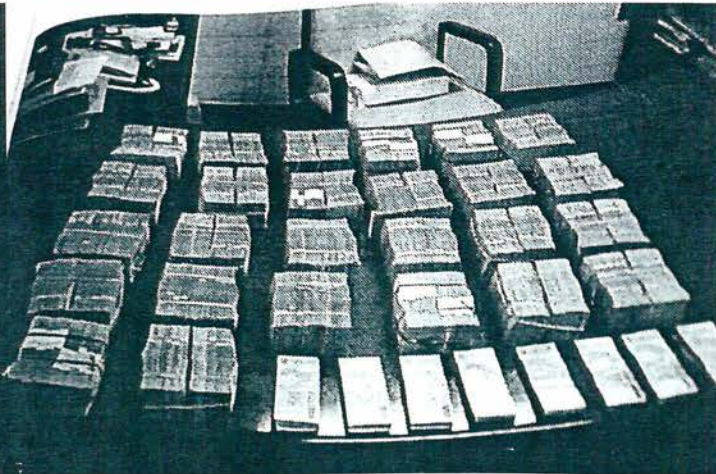
Apesar de ser controlada por uma empresa de engenharia que não possui nem mesmo registro e de permanecer até hoje inoperante, a Anodezina conseguiu atrair, por meio da emissão de ações no mercado, investimentos de pequenos bancos paulistas. A PF suspeita que esses bancos estejam ligados a Murad, que instalou a Lunus inicialmente em São Paulo, em 1990, transferindo-a para a capital maranhense somente em 1993, às vésperas da primeira eleição vencida por Roseana. Instaladas precariamente na zona industrial de São Luís, a Anodezina e outras empresas da AC Rebouças, que até hoje não entraram em funcionamento, estão abandonadas.

AMAURY RIBEIRO JR. — SÃO LUÍS

Barreirinhas, interior do Maranhão. A pousada existe, mas ainda está em construção e não tem condições de acomodar mais que 20 pessoas. Na cidade de Barreirinhas, todos os turistas são informados de que a pousada pertence ao deputado Albérico Filho (PMDB-MA), primo de Roseana. Há duas semanas, a pousada não tinha o registro dos hóspedes, estava sem móveis e com as paredes ainda inacabadas. Mesmo assim, os gerentes e funcionários estavam negociando a compra de uma fazenda na área rural da cidade. Como a área está para ser considerada parque ecológico, Albérico Filho estava apressado em comprar a fazenda antes que o valor da terra aumentasse em razão do tombamento.

Na quinta-feira 7, o Superior Tribunal de Justiça aceitou pedido dos advogados de Roseana - o ex-ministro da Justiça Saulo Ramos e o ex-presidente do STJ Luís Vicente Cernicchiaro - para que todos os documentos envolvendo a Lunus passassem da Justiça Federal para o STJ. O caso também sai das mãos do baixo clero do Ministério Público, conhecido por sua independência, e vai para o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, apelidado por seus colegas de engavetador-geral. Em tese, as investigações ficam paralisadas. Mas, com tanta lenha jogada na fogueira, nem um exército de bombeiros parece capaz de apagar o incêndio.

O mistério sobre o dinheiro encontrado na sede da Lunus, R\$ 1,34 milhão (em notas de R\$ 50), continua: versões mudaram várias vezes



LOUISE MARACONAL DO TOCANTINS

POR DENTRO DA LUNUS

O auto de apreensão na empresa de Roseana e Jorge Murad mostra que a Nova Holanda fez doações para as campanhas da governadora em 94 e 98

Dois pentos e quatro agentes, chefiados pelos delegados Paulo Tasso de Oliveira Gomes e Rodney Rocha Miranda, vasculharam as cinco salas da Lunus - a sala e outras quatro salas anexas. Eles chegaram às 13h30 e saíram às 22h. Foram recolhidos pilhas de documentos, equipamentos de informática e demonstrativos fiscais e livros. Tudo foi excorreato e lacrado. Nas duas cofres que estavam na primeira sala, à esquerda da entrada, foi encontrado dinheiro vivo - exatos R\$ 1.340.000. O dinheiro foi depositado judicialmente.

Auto de Apresentação e Apreensão

Documentos

(10) Envelope com Plano de Contas da Lunus onde constam (código conta 1311.04) redz., 34-5) no campo de valor permitidos há investimentos diversos a empresa Agrima e redz. 32.7) Bel-Sul, entre outras. Plano de Contas da Bel-Sul, de Artesanias Comércio Ltda., balanço patrimonial da empresa Bel-Sul da Nova Holanda. A família Sarney fez 2000 na empresa Agrima, que é sócia de relações com a Lunus). Fichas de conexão: Lunus - Agrima - Nova Holanda. Demonstração de recursos arrecadados da candidatura Roseana Sarney Murad da eleição para governador em 1994 com o código de empresas, em valores diversos, entre as quais Nova Holanda, no valor de R\$ 15.000; demonstração de recursos arrecadados da candidatura Roseana Sarney Murad para o cargo de governador em 98 com 60 doações de empresas, entre as quais a Nova Holanda, no valor de R\$ 12.000. Apostila com as inscrições: Anexo IV - Cheques emitidos nominalmente à Prefeitura, saibados instantaneamente no caixa do banco de depositados em contas não identificadas, sem registro de movimento diário de caixa (o popular caixa 2 de

E TASSO SAI DA TOCA

Quem disse que o governador tucano do Ceará, Tasso Jereissati, e o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, fizeram as pazes? Pois é. Depois de um breve período de armistício, os dois voltaram a dizer cobras e lagartos um do outro. Nas suas conversas com Roseana Sarney e os amigos do PFL da Bahia, Tasso tem acusado

Serra e o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, de "verdadeiros fascistas". Responsabiliza a ambos pela visita que a PF fez ao escritório empresarial do marido da governadora do Maranhão, o secretário de Planejamento Jorge Murad. Tasso desconfia de que a PF não procurava só material contra Murad na empresa. Os policiais também estariam instruídos a

achar qualquer coisa ligando o marido de Roseana com o empresário Carlos Jereissati, irmão do governador do Ceará. Mas a turma próxima a José Serra não pretende passar recibo. A avaliação é de que só interessa a Tasso reacender a briga publicamente. Seria uma última tentativa de esvaziar a campanha do senador tucano, para se recolocar como candidato da conciliação entre PSDB e PFL.

Separação cearense

O líder do PTB na Câmara, Roberto Jefferson, informa: "Agora não tem mais volta. Fechamos as coligações com o PDT e o PPS em todos os Estados." Inclusive no Ceará. Segundo ele, o candidato da aliança a presidente, Ciro Gomes, queimou as caravelas na antiga aliança com o governador tucano Tasso Jereissati. O irmão de Ciro, Cid Gomes, será candidato a governador pelo PPS, contra o tucano Lúcio Alcântara, escolhido por Tasso Jereissati.

TSE, o próximo alvo

O senador José Sarney (PMDB-AP) resolveu coordenar a revolta no Senado contra a uniformização das coligações, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Com o argumento de que esta foi mais uma armação dos tucanos para favorecer a candidatura de José Serra, ele convenceu o líder do PFL, José Agripino Maia, de que o partido deve encampar a idéia de o Congresso votar um projeto derrubando a decisão do TSE.



A volta do velho fantasma

Ricardo Sérgio, ex-diretor do Banco do Brasil apontado pelos pefelistas como

o "fantasma" da campanha de José Serra, reaparecerá neste terça-feira 12. Ele vai depor na 10ª. Vara Criminal de São Paulo, no inquérito que apura a privatização da Telemar.

"FHC apagou a palavra 'ética' do dicionário"

Do deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ) sobre a guerra do PFL contra o PSDB e o governo

RÁPIDAS

230 prefeitos do Nordeste receberam a grana do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) e não prestaram contas. Simplesmente se fazem de mortos

De todos os ataques que recebeu do PFL, o que deixou o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, mais triste foi o do colega da Previdência, Roberto Brant. Eram muito amigos.

Sarneyista desde criança, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, resolveu marcar posição. Faltou à reunião de líderes com FHC na quinta-feira 7.

Coincidência?

Quatro horas antes da invasão do escritório de Roseana Sarney, na sexta-feira 1ª, FHC conversava com os deputados do PMDB baiano Benito Gama e Geddel Vieira Lima. Falavam sobre o caso Jader Barbalho e FHC elogiou tanto a atuação da Polícia Federal como a do Ministério Público. Lembrou que ele próprio foi investigado, mas que "é o estado de direito, bom para o País". O presidente não mencionou o caso Roseana (até porque teoricamente nada sabia). Apenas teorizava...

POR TALES FARIA

ANEXO 10 – *Poder paralelo (Isto É, 20 de março de 2002)*

PODER PARALELO

RICARDO MIRANDA, VASCONCELO QUADROS E WEILLER DINIZ

A batida da Polícia Federal na empresa da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), e do marido, Jorge Murad, foi apresentada como resultado de uma operação que misturava inteligência policial, mandados judiciais e uma tremenda sorte. Na sede da Lunus, a PF encontrou a cena do crime dos sonhos de qualquer policial: documentos comprometedores e até dinheiro vivo – R\$ 1,34 milhão. Mas foi uma pequena firma de Brasília, que não quer nada com a fama, que realizou nas sombras um trabalho ilegal que permitiu à PF estar no lugar certo, na hora certa. E acabou revelando um esquema de espionagem surpreendente, no qual todos os caminhos levam ao ninho tucano. O mais curto chega a um ex-segurança do presidente Fernando Henrique Cardoso na campanha de 1994, o policial federal

Jonathan Sardenberg, que também cuidou de outro prócere tucano, o ex-ministro das Comunicações Sérgio Mota. Em 1998, Jonathan e um amigo, José Heitor Nunes, entraram no negócio de segurança na capital. Criaram a Mundo da Segurança Sistemas Eletrônicos e, recentemente, a Interforte Sistemas de Segurança, que fazem o mesmo serviço: vendem kits de espionagem. O trabalho mais importante da dupla, no entanto, só foi revelado agora.



FOTO: ANDRÉ LUIZ

FOTOS: ANDRÉ LUIZ

Surgem novos indícios do envolvimento de tucanos no grampo ilegal com o aparecimento de arapongas. A crise política esquenta com pedidos de cassação e até de uma CPI. É a guerra total entre PSDB e PFL que pode inviabilizar o governo FHC

TRABALHO Jonathan, que foi segurança na campanha presidencial de 1994 (atrás de FHC e, hoje, de terno escuro), e Heitor, sócios da empresa que fez o grampo: Mundo da Segurança





**Márcio Fortes (à esq.)
que explicar contratos**

cesso, emplacar Itagiba na direção da PF. Como não conseguiu, montou dentro do ministério um núcleo de inteligência para-oficial. Itagiba também é ligado a um coronel reformado do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), Ênio Fontenelle, dono de uma firma especializada em detectar escutas que tem com o Ministério da Saúde um contrato milionário. Serra, ainda ministro, autorizou a contratação da Fence Consultoria Empresarial, por um valor que impressiona: R\$ 1,8 milhão por ano. Fontenelle diz que o preço é normal para o mercado. Firms especializadas informam que não. Uma varredura não sai por mais que R\$ 5 mil por mês. Se a Fence só fez mesmo varreduras, teria que fazer mais de 370 por ano. Segundo a assessoria do ministério, o contrato serviu para Serra se prevenir do lobby das indústrias de tabaco e de medicamentos. Sobre o grampo de Roseana, o coronel desconversa. "Não tenho informação sobre quem faz grampo." No meio desse emaranhado de arapongas está o secretário-geral do PSDB, deputado Márcio Fortes (RJ),

cliente. Nem precisavam estar lá. Heitor ensina que uma operação como a que produziu o dossiê contra Roseana custa perto de R\$ 3 milhões, leva meses e emprega muitas pessoas. "Que grupo político tem bala na agulha para bancar uma operação para derrubar Roseana?", pergunta. Ele jura que não sabe e que sua Interforte é uma "empresa pé-de-chinelo". Não é bem assim. Bem relacionados, Heitor e Jonathan prosperaram arrumando clientes dentro do governo tucano. Muitos deles militares, como o Comando da Marinha e o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta), que compram de câmeras a gravadores. Os contratos são feitos sem licitação.

Amigos — No Ministério da Saúde, chefiado até fevereiro pelo senador José Serra, candidato do PSDB à Presidência, a proximidade com arapongas é mais do que conhecida. Serra é amigo do delegado Marcelo Itagiba, superintendente da Polícia Federal no Rio. O ministro tentou por duas vezes, sem su-



**está no meio do turbilhão e pode acabar cassado, enquanto Serra terá
com empresas de espionagem, como a Fence do coronel Fontenelle**

um dos coordenadores da campanha do tucano José Serra (SP), que foi citado pelo governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB), também candidato a presidente, como envolvido no dossiê contra Roseana.

Linha de fogo — Em Fortaleza, no início da semana, Fernando Henrique Cardoso fez questão de demonstrar que já não confia em Márcio Fortes. Durante um almoço, deu as costas ao secretário-geral do PSDB. O presidente, reservadamente, tem defendido o afastamento de Fortes da Secretaria do partido. Do outro lado da linha de fogo, o PFL partiu para a guerra aberta contra os tucanos e protocolou na Câmara um pedido para cassar Fortes por espionagem. O líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), acusa o tucano de fazer "escutas ilegais abomináveis". Márcio Fortes nega: "Vou processar o Inocêncio." O PFL abriu uma outra linha de tiro contra o governo. A direção liberou as bancadas para assinar a CPI da arapongagem, proposta pelo PT. "Depois do Sivam e das privatizações das Teles, a

ISTOÉ mostrou que o País virou uma grampolândia", diz o deputado José Genoíno (PT-SP), referendo-se à última edição da revista, com matéria de capa revelando que os telefones de Roseana Sarney foram grampeados. Na guerra de múltiplos flancos, além de retardar a prorrogação da CPMF no Senado e infernizar FHC, a fúria pe-felista pela derrubada da candidatura de Roseana pode ir além. O presidente do partido, Jorge Bornhausen (SC), desistiu do papel de bombeiro e não vai mais segurar José Sarney. Antes de viajar para Paris, Sarney antecipou os pontos de um pronunciamento, marcado para terça-feira 19, que vai aumentar a temperatura no Congresso. Em 26 páginas

de nitroglicerina pura, o ex-presidente da República atirará para todos os lados: em Márcio Fortes, no ministro da Justiça, Aloysio Nunes, no general Alberto Cardoso, no candidato José Serra e no próprio presidente. A vingança de Sarney inclui citar os filhos de FHC, Paulo Henrique e Luciana, em episódios

nebulosos com dinheiro público, em transações imobiliárias, e também as ligações do senador Serra com o subprocurador José Roberto Santoro. "Fernando Henrique destruiu minha filha. Vou destruí-lo", prometeu Sarney, comparando a espionagem contra Roseana com outro caso mais famoso, o Water-

"SERRA ESTÁ CRIANDO MUITAS INIMIZADES E GERANDO MUITO ÓDIO. PARA GOVERNAR. AINDA BEM QUE, SE ELE FOR ELEITO, ESTAREI FORA

É RUIM PARA A CAMPANHA E ATÉ DO PAÍS" *Fernando Henrique Cardoso*

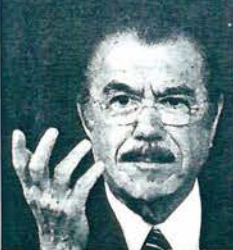


gate, que levou à renúncia do presidente americano Richard Nixon. "Nos Estados Unidos começou assim. A responsabilidade é do presidente Fernando Henrique. É bom lembrar que a cabeça do Nixon rolou", apontou.

Crime eleitoral - Tardia, a sétima versão para o dinheiro encontrado na Lunus foi considerada pífia pela cúpula do PFL, que, agora, busca uma saída honrosa para sua candidata. "Vamos buscar outras alternativas", resigna-se o vice-líder do PFL, Pauderney Avellino (AM). A segunda vítima da arapongagem e da vingança pefelista pode ser o próprio candidato do PSDB. "Tivemos nosso prejuízo, mas a outra parte ainda não terminou. Isso não vai acabar bem", adverte o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, apontando o dedo para Serra. Nem os colaboradores próximos de FHC duvidam mais da arapongagem. Eles só não acreditam que tenha sido coisa da Abin. "Há uma tentativa de vincular a arapongagem ao Palácio. Mas não foi daqui", sustenta o general Cardoso. A estratégia do Palácio, agora, é lançar uma ofensiva para que a espionagem não contamine o governo. O presidente tem dito que o limite de solidariedade com Serra é a imagem do governo. Em conversas reservadas, FHC tem revelado impaciência com seu candidato. "Serra está criando muitas inimizades e gerando muito ódio. É ruim para a campanha e até para go-

"Fernando Henrique destruiu minha filha. Vou destruí-lo"

José Sarney



ALBERTO LIMA/E



ARMANDO FRANZONI/E

"Isso é coisa do Serra e do Márcio Fortes"

Tasso Jereissati, depois de descobrir que também foi grampeado

varnar. Ainda bem que se ele for eleito estarei fora do país", disse o presidente a um interlocutor esta semana. As críticas mais ácidas são à "linha dura" da campanha de Serra, que defende o isolamento do PFL.

Um dos desafetos de José Serra, o governador Tasso Jereissati (PSDB-CE), contou a seus aliados na cúpula do partido que fez um rastreamento e descobriu que foi grampeado por dois meses. "Isso é coisa do Serra e do Márcio Fortes", acusou Tasso. Ele havia sido informado por Sarney de que os arapongas buscavam ligações entre Murad e seu irmão, Carlos Jereissati. Agora ameaça anunciar publicamente que não votará em Serra, abrindo dissidência no partido. Assombrado com o fantasma da substituição de sua candidatura pela do presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), Serra procurou a cúpula do PMDB para amarrar logo a coligação. O PMDB pediu um tempo. Enquanto isso, a Comissão de Fiscalização da Câmara decidiu

convocar o presidente do BNDES, Eleazar de Carvalho, para explicar por que vai aplicar R\$ 284 milhões numa operadora de TV a cabo de propriedade da Rede Globo de Televisão (leia à pág. 69). No Senado, querem investigar a fundo a operação na Lunus. Foram convocados para depor o chefe da PF, Agílio Monteiro, e os delegados da operação. A situação é complicada, mas quem conhece avisa: pode piorar. ■

AMAURY RIBEIRO JR - São Luís

Em meio ao turbilhão político provocado pela apreensão de R\$ 1,34 milhão e de farta documentação no escritório da Lunus Serviços e Participações Ltda., o Ministério Público Federal está de posse de um novo arsenal de documentos que deve abalar ainda mais a candidatura da governadora Roseana Sarney. As investigações da Procuradoria da República do Maranhão, que respigam de novo em Roseana e em seu marido, Jorge Murad, tratam de dois escândalos já conhecidos no Estado: o rombo de quase R\$ 200 milhões no Banco do Estado do Maranhão (BEM) e o desvio de R\$ 7 milhões do Banco do Nordeste e do Banco Mundial para a construção de um pólo têxtil no município de Rosário, a 100 quilômetros de São Luís. Parte desses documentos só foi obtida com a recente quebra do sigilo bancário do brasileiro naturalizado Chhai Kwo Chheng, de Taiwan, até o momento o único responsabilizado pela fraude no megaprojeto industrial, que prometia empregar 4.500 pessoas. Condenado por desvio de dinheiro público e licitação fraudulen-

PRÓXIMOS CAPÍTULOS

ta, Chheng foi preso no ano passado, mas se livrou da cadeia com um habeas-corpus.

De acordo com as cópias de extratos bancários, Chheng e a sua empresa Kao-I Indústria e Comércio Ltda. transferiram, entre 1996 e 1999, quase R\$ 1 milhão para a conta da Pleno Planejamento Eng e Obras



LEOPOLDO SILVA

rente da empresa, da qual recebia um pró-labore de R\$ 200. Essa versão é derrubada também por um documento levantado por ISTOÉ. De acordo com ele, a Pleno se associou em 1996 à construtora Ducol Engenharia num consórcio para participar da concorrência de ampliação de uma indústria de cerveja, financiada pelo governo do Estado e pelo BNDES.

Controlada por um grupo de amigos de Roseana e Murad, a Ducol é uma das principais empreiteiras contratadas pelo governo do Maranhão. Segundo os arquivos da Comissão Permanente de Licitações, os contratos incluem: fabricação de postes, construções de rodovias e aluguel de imóveis.

Rombo no banco - Numa outra frente de investigação, o MP dispõe também de provas que apontam o favorecimento a amigos de Murad e Roseana entre os motivos que provocaram o rombo no BEM, que foi federalizado em julho de 2000. O buraco no banco apareceu recentemente, por acaso, num processo de

NA BRIGA Apesar das acusações contra Roseana, o senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, defende a candidata

Ltda., empresa de propriedade do engenheiro Severino Francisco Cabral. Velho amigo da família, Cabral é sócio de Roseana e Murad na Lunus. O Ministério Público acredita que o novo fato deverá provocar uma reviravolta do processo, que tramita no Superior Tribunal de Justiça. As provas abrem uma brecha para o MP e a

PF investigarem a governadora e seu marido, que atribuem a Chheng a responsabilidade pelo desvio.

As transferências mostram que Cabral está longe de ser a pessoa humilde que tenta aparentar. Ao depor na PF para explicar a origem do dinheiro apreendido na Lunus, o engenheiro afirmou que era apenas o ge-

dissídio coletivo que tramita no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Na tentativa de convencer os bancários de que não podia dar o reajuste de salário reivindicado, os advogados do BEM acabaram fazendo uma revelação assustadora: o governo do Estado fraudara o balanço contábil do banco em junho do 2000 antes

Novas denúncias de irregularidades complicam ainda mais a candidatura de Roseana Sarney

PASSEIO DE DINHEIRO

O Ministério Público e a Polícia Federal do Tocantins encontraram evidências de um grande golpe financeiro aplicado por seis empresas que receberam financiamentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Foram R\$ 10,1 milhões em pagamentos realizados de 1993 a 2000 que aparentemente não se justificaram, já que feitos entre empresas com os mesmos sócios majoritários, que fornecem produtos e serviços entre si. Somente isso revela graves ilegalidades contábeis e tributárias. O que intriga policiais e procuradores que investigam a fraude na Sudam no Maranhão e Tocantins são os pagamentos feitos entre si por duas empresas sócias: a Nova Holanda Agroindustrial S.A. à Agrima - Agricultura, Indústria e Comércio de Calcário Ltda. Ambas tiveram, em dois anos do período investigado, um sócio comum: Jorge Murad, ex-secretário de Planejamento do Maranhão e marido da governadora Roseana Sarney. A PF vai abrir esta semana mais um inquérito no Tocantins e pretende interrogar Murad.

Se a governadora se licenciar do cargo até 6 de abril para disputar as eleições presidenciais, perderá o direito a fórum privilegiado e também deverá ser convocada para depor no inquérito, por ser a principal sócia da Lunus Participações, empresa que foi a controladora da Agrima e da Nova Holanda até 1997. Uma das seis empresas que receberam dinheiro da Nova Holanda por prestação de serviços foi a Momento Engenharia, com sede em Blumenau. Somente um pagamento ultrapassou R\$ 500 mil. Depois de receber o dinheiro, a Momento repassou verbas para outras empresas com sede em São Luís. O MP pretende pedir a quebra do sigilo bancário e fiscal de todas as empresas envolvidas. O passeio de dinheiro entre empresas com sócios comuns intriga procuradores e policiais. A Lunus Participações, de Roseana e Murad, foi a maior acionária da Agrima, dona da Nova Holanda, uma das principais fraudadoras da Sudam e responsável pelo desaparecimento de R\$ 44 milhões de dinheiro público. Foram sócios da governadora e seu marido na Agrima Lauro Luiz Leoné Viana e Luiz Peret Antunes, donos de 41% da Momento Engenharia. Outro sócio da Momento é a Nova Holanda.

LEONEL ROCHA - PALMAS



SUSPEITO
PF vai
interrogar
Murad

de entregá-lo ao governo federal. A fraude foi detectada por uma auditoria do Banco Central, que apontou que, em vez do patrimônio líquido de R\$ 2,2 milhões, anunciado no primeiro semestre, o banco apresentara na verdade um prejuízo de R\$ 20 milhões. De acordo com relatório do BEM, cuja cópia ISTOÉ teve acesso, a fraude no balanço

permitiu que a diretoria e os funcionários obtivessem participação nos lucros da empresa. No relatório encaminhado ao TRT, sem nenhum constrangimento, a diretoria do BEM solicita que a fraude seja mantida em absoluto sigilo para não afugentar os clientes.

Segundo documentos anexados aos autos do processo, o rombo coincide com a administração da atual governadora, que ao tomar posse em 1995 encontrou o BEM saneado. Em 1999, o banco, que já não andava bem das pernas, recebeu um socorro de R\$ 333 milhões (R\$ 275 milhões do governo estadual e o restante do governo federal), que lhe permitiu encerrar o ano com um patrimônio líquido de R\$ 59 milhões.

Os procuradores não estão encontrando dificuldade em apontar como todo esse dinheiro sumiu. Além das fraudes nos balanços contábeis efetuados por amigos no banco, empresas e amigos do governo obtinham empréstimos, a juros baixos, que jamais eram saldados. O Departamento Jurídico do banco chegava a executar a dívida na Justiça. Mas, como os advogados perdiam os prazos legais, os processos acabavam sendo extintos, o que ocasionava automaticamente o perdão da dívida.

Considerado um dos maiores fraudadores da Sudam no Maranhão, o empresário Aldenor da Cunha Rebouças, que desde a década de 80 é contador de Murad, foi um dos beneficiados. Em 1999, a Limasa Ligas Metálicas S.A., uma das dezenas de empresas fantasmas do empresário, obteve um empréstimo de R\$ 78 mil, que até hoje não foi pago. ■

MAIS LENHA NA FOGUEIRA



ILEGAL Saulo Ramos aponta perseguição

A perseguição política na operação de busca e apreensão dos documentos da empresa Lunus, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad, ficou evidente pela maneira como foi realizada, segundo o advogado Saulo Ramos, ex-consultor-geral da República e ex-ministro da Justiça do governo José Sarney. "Em diligências desse tipo, quem cumpre mandado judicial deprecado é oficial de justiça (art. 355, § 2º, do Código de Processo Penal). E a polícia da comarca somente pode e deve ser requisitada se houver resistência contra a busca e a apreensão", argumenta Saulo Ramos em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, na sexta-feira 15. Outro detalhe que evidencia, segundo ele, a ilegalidade da ação foi o fato de que deveria ter partido de um juiz do Maranhão, se necessário, a requisição da Polícia Federal para cumprir a diligência. Isso porque o mandado judicial expedido em Palmas (TO) estava em carta precatória ao juiz do Maranhão.

ANEXO 11 – *Jogada ao mar (Isto É, 19 de abril de 2002)*

POLÍTICA

PFL força Roseana Sarney a renunciar e agora fica dividido entre apoiar Ciro Gomes ou pagar o mico de voltar ao governo

JOGADA AO MAR



WEILLER DINIZ E LEONEL ROCHA — Palmas

A ex-governadora Roseana Sarney (PFL-MA) nunca imaginou que o caminho entre o céu e o inferno fosse tão curto. Desabando nas pesquisas desde a batida da Polícia Federal na sede da Lunus Participações, o PFL resolveu exigir a renúncia da pré-candidata esta semana, logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os critérios das coligações, que deverá ocorrer na quinta-feira 18. A pressão pela renúncia é uma bomba incômoda no colo dos chefões do partido. Na quarta-feira 10, o deputado José Perrela (PFL-MG) intimou um cacique do PFL publicamente no cafezinho da Câmara: "Vocês criaram, resolvam! Quando ela sai?" Em outra conversa mais reservada, o deputado e conterrâneo de Roseana, Francisco Coelho (PFL-MA), alertou os líderes do partido de que o desgaste da candidatura já ameaça o PFL no Maranhão. "Quanto mais cedo ela sair, melhor", afirmou Coelho. Os protestos do baixo-clero contaminaram todo o partido, à exceção do presidente, Jorge Bornhausen (SC) e do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia. O ex-senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) disparou irritadíssimos telefonemas na quinta 11, aos líderes do PFL: "Acabou. Depois dessa lista não aceito nem conversar com ela. É uma vergonha. A pá de cal", esbravejou ACM, referindo-se à relação dos supostos doadores de R\$ 1,34 milhão encontrado na Lunus. A lista, com nomes de parentes e empresários ligados a Roseana e ao marido, Jorge Murad, tinha objetivos estritamente jurídicos e os aliados políticos não foram consultados. A astúcia legal implodiu, definitivamente, a candidatura de Roseana.

A lista foi qualificada como "piada" na direção do PFL. "É um desconforto permanente", confessou o líder do Senado, José Agripino Maia (PFL-RN). "Não somos Jim Jones para um suicídio coletivo", resumiu o vice-líder, Pauderney Avelino (PFL-MA). O vice-presidente, Marco Maciel (PFL-PE), já conversou claramente sobre a renúncia com Jorge Bornhausen e até na família o irmão e administrador do clã, Fernando Sarney, pressiona Roseana a deixar a candidatura. A renúncia é uma questão de dias. O partido vai esperar o gesto da ex-governadora. Ela já jogou a toalha e comunicou a assessores que vai desistir. Além da pressão política, Roseana enfrenta problemas pessoais como a depressão do marido e a doença de dona Kiola, sua avó de 96 anos. Se demorar em aban-

donar o barco, será cobrada. O líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), promete organizar uma blitz em cima de Bornhausen com outros 20 líderes estaduais para precipitar a decisão. "Nem posso ficar no plenário de tanta pressão. A bancada está indócil. Ela perde em todas as simulações no segundo turno", desabafou Inocêncio. Agora é uma questão de combinar um roteiro honroso. De acordo com Pauderney Avelino, o presidente Jorge Bornhausen, o coordenador de campanha César Maia e alguns outros líderes devem apresentar um "script" e detonar a candidatura Roseana de uma vez por todas. Neste momento, o que o PFL discute é a própria sobrevivência e o peso que o partido terá no futuro governo, seja ele qual for. É exatamente a saída para o "day after" que pode rachar o partido. Um grupo minoritário, entre eles os governadores, defende a volta ao governo; outro, a independência; e um terceiro, o apoio a Ciro Gomes (PPS-CE). Neste grupo estão os pernambuca-



ESTADO MAIOR Agripino Maia, César Maia, Bornhausen e Inocêncio estão divididos: PFL busca uma saída honrosa para ex-governadora

nos e baianos. Ninguém mais põe um centavo na viabilidade da candidatura Roseana após a abertura dos documentos da Lunus.

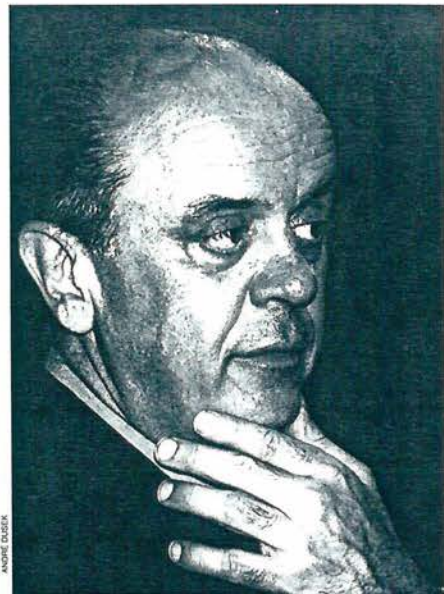
Caixa-preta — Bastaram pouco mais de dez horas analisando o papelório apreendido pela Polícia Federal na Lunus Participações — de Roseana Sarney e Jorge Murad —, para que os procuradores que investigam as fraudes na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia chegassem a uma conclusão explosiva: a Lunus tinha negócios com a Usimar, a maior fraudadora da Sudam. Segundo os procuradores, correspondências mostram que Jorge Murad funcionava, ao mesmo tempo, como lobista da Usimar, consultor da Sudam e secretário de Planejamento do Maranhão. Ele dava a palavra final para resolver empecilhos burocráticos que viabilizaram a aprovação

do projeto Usimar. "Houve participação direta de pessoas da Lunus na aprovação do projeto Usimar e também na liberação fraudulenta dos recursos da Sudam para a empresa", disse o procurador Mário Lúcio de Avelar, responsável pelas investigações no Tocantins. A análise da contabilidade da empresa de Roseana e Murad foi suspensa na manhã da quinta-feira 11, por decisão do presidente do Tribunal Regional Federal, Tourinho Neto, atendendo ao pedido dos advogados da ex-governadora. As oito caixas de papéis que estavam no MP em Palmas foram lacradas e devolvidas à Justiça.

Inconsistência – O financiamento à Usimar previa a implantação, em São Luís, de uma indústria de autopeças que custaria R\$ 1,3 milhão. A empresa chegou a receber R\$ 44 milhões. A fábrica não saiu do papel. O projeto foi aprovado em 14 de dezembro de 1999 na reunião do Conselho Deliberativo da Sudam coordenada pela então governadora maranhense Roseana Sarney. Na ocasião, a decisão contrariou o voto do representante do Ministério da Fazenda no conselho, que alegou inconsistência técnica e financeira para o projeto. Em setembro, a carta-consulta da Usimar foi aprovada em três dias, quando este tipo de análise demorava quatro meses. Por causa desta decisão, em dezembro de 2000, a ex-governadora, o marido, Jorge Murad, e outras dez pessoas foram indiciadas pelo MP por improbidade administrativa. A documentação da Lunus, analisada parcialmente por Mário Lúcio de Avelar e outros seis procuradores de vários Estados, mostra uma relação promíscua entre interesses públicos e privados. Os procuradores leram ofícios

enviados pelo ex-superintendente da Sudam José Arthur Guedes Tourinho pedindo a intervenção de Murad para viabilizar a urgente aprovação do projeto Usimar, o que de fato ocorreu. Quando a Sudam realizou a primeira fiscalização no projeto Usimar, quem recebeu os fiscais no aeroporto e os

PRESSÃO Empresários estão preocupados porque Serra não herdou os votos de Roseana: "Estão entregando de bandeja a eleição para Lula"



O procurador Mário Lúcio de Avelar (à dir.) teve poucas horas para analisar os documentos da Lunus antes que eles fossem enviados à Justiça Federal: novas provas do envolvimento da empresa com as fraudes

siões inteiros sobre a atuação de prefeitos do interior do Maranhão. Entre os documentos agora lacrados, existem dezenas de cópias de cheques emitidos ilegalmente pelo prefeito de Imperatriz, Jomar Fernandes, que mostram desvio de dinheiro público. Foram pagamentos feitos pelo prefeito a parentes. Outros cheques encontrados na Lunus emitidos por vários prefeitos intrigam os procuradores, já que não existe prestação de serviços ou venda de



que a Lunus continuou sendo proprietária da Agrima até o ano 2000. Na lista de doadores do R\$ 1,3 milhão está o empresário João Claudino, dono da construtora Sucesso, a mesma que aparece num dos envelopes onde estava parte do dinheiro encontrado na Lunus. Entre os empresários apontados como doadores estão Nicolau Dualibe Neto e Henry Miguel Dualibe, tios de Jorge Murad, que estiveram envolvidos no esquema PC Farias. O Ministério Público

sua vontade e tentar, em vão, salvar a candidatura Roseana com a ameaça de paralisar o Congresso. A intimação da PF para que Roseana Sarney depusesse no escândalo Sudam provocou um cataclismo em Brasília. Alegando que Roseana não era foragida e se tratava de um "ato intimidatório", Jorge Bornhausen anunciou que o partido engessaria as votações. Tudo porque a intimação foi entregue no domingo. Mesmo não sendo corriqueiro, não há nada

po voltou a fechar quando Jorge Murad, que havia deixado o governo do Maranhão, voltou ao Palácio dos Leões como secretário de Ciência e Tecnologia, um golpe para tentar garantir ao casal o privilégio de ser julgado pelo Tribunal Regional Federal e evitar surpresas como a que constrangeu o ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que foi algemado pela polícia.

Franqueza – Novio nas sutilezas do poder, o ministro da Justiça, Miguel Reale, disse numa entrevista à Rádio CBN o que todo político pensa, mas não tem coragem de dizer: "Se quer foro privilegiado é porque se admite a participação nos fatos." A franqueza inesperada de Reale, entretanto, assumiu ares de sentença, ainda mais se proferida por alguém que é suplente, no Senado, do candidato tucano José Serra (SP). A trapalhada, é claro, reavivou a fúria pefelista. "Foi um desastre", condenou o presidente do PSDB, José Aníbal (SP). O pito dos tucanos no ministro ajudou o PFL a desobstruir as votações no Congresso. Foi aprovada apenas uma das 20 medidas provisórias e a prorrogação da CPMF ainda está no final de fila. Mas a guerra acendeu a luz amarela. O vice-presidente da CNI, Carlos Eduardo Moreira Ferreira (PFL-SP), passou a semana relatando aos deputados a apreensão da elite empresarial. Motivo: José Serra não conquistou votos que Roseana perdeu, o candidato do PT, sim. "Em todas as conversas dos empresários só se fala nisso. Estão entregando de bandeja a eleição para o Lula." Moreira se referia à última pesquisa do instituto Datafolha, em que Serra estacionou em 19% e o PT subiu 5 pontos, chegando a 31%. Com o nível de hostilidade na classe política, Moreira pode estar certo. ■



levou ao terreno baldio onde funcionaria a indústria foi o então substituto imediato de Murad, o ex-secretário de Planejamento Alexandre Rizoto Falcão.

Além de funcionar como comitê permanente de campanha da ex-governadora, empresa de consultoria e lobby, a contabilidade da empresa de Roseana e Murad mostra também que a Lunus era uma espécie de agência clandestina de informações. Foram encontrados dos-

produtos da empresa aos municípios.

Outros documentos analisados pelos procuradores mostram que a Lunus também manteve negócios com a Nova Holanda Agroindustrial S/A, que também desviou dinheiro da Sudam. A Nova Holanda era controlada pela Agrima – Agricultura, Indústria e Comércio de Calcário Ltda., que pertenceu a Murad entre 1993 e 1994. Os papéis examinados pelo MP mostram ainda

pediu abertura de inquérito para apurar a regularidade das doações e responder a uma pergunta elementar: por que Jorge Murad sacou tanto dinheiro da conta – R\$ 200 mil – e guardou em sua empresa, quando poderia ir gastando na pré-campanha da mulher aos poucos?

Chantagem – Descendente direto das siglas criadas pela ditadura, o PFL apelou a práticas oligárquicas para impor

de ilegal nisso. A situação se complicou ainda mais a partir de uma alteração de declarações desastrosas. Bornhausen convocou suas tropas para uma guerra. O governo agiu e a PF prometeu adiar o depoimento de Roseana. O PFL entendeu o recuo como armistício: "O gesto da PF foi importantíssimo para baixar a bola", disse Inocêncio Oliveira. A PF confirmou o depoimento para esta terça-feira 17. O tem-

ANEXO 12 – *A candidata afundou* (Veja, 13 de março de 2002)

A CANDIDATA AFUNDOU

Roseana convenceu o PFL a sair do governo. Agora, precisa convencer o eleitor de que nada tem a ver com as fraudes na Sudam

Maurício Lima

A governadora Roseana Sarney passou a semana dizendo o seguinte aos aliados do PFL: a Lunus, empresa de consultoria da qual ela é sócia junto com seu marido, Jorge Murad, nunca se envolveu em operações irregulares e jamais se meteu em negócios com dinheiro público. Segundo diz a governadora, a operação da Polícia Federal, que entrou no escritório da empresa no dia 1º de março, não teria passado de uma ação política planejada pelo candidato tucano José Serra e executada por ordem do ministro da Justi-

ça, Aloysio Nunes Ferreira. O propósito dos dois seria, sem medir esforços, destruir sua candidatura. Quanto ao presidente Fernando Henrique Cardoso, Roseana tem dito que ele sabia de tudo e nada fez para impedir que um ataque de interesse exclusivamente político ganhasse ares de ação policial supostamente legítima. "Estou no governo do Estado há sete anos, governo com transparência, com seriedade, sou filha de presidente da República,

nunca levantaram nada contra mim. Acho que estamos vivendo um período pior do que a ditadura militar", afirmou Roseana.

Já as evidências obtidas pela polícia após a apreensão de documentos e dinheiro apontam para outra direção. A Lunus (repete-se: empresa da qual Roseana é sócia com o marido, Murad) manteria uma sociedade oculta com uma empresa que teria desviado até 15 milhões de reais num projeto agrícola financiado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (veja reportagem na pág. 46). O escritório de Roseana mantinha em arquivo papéis referentes à obra da Usimar Componentes Automotivos, um escândalo de proporções amazônicas envolvendo dinheiro público. O projeto, que previa o gasto de 1,38 bilhão de reais na construção de uma fábrica de produção de peças para carro, teve a ajuda de Jorge Murad nos bastidores e foi aprovado em 1999 pelo conselho deliberativo da Sudam, que era presidido por Roseana (veja reportagem na pág. 52).

Para dimensionar o escândalo,

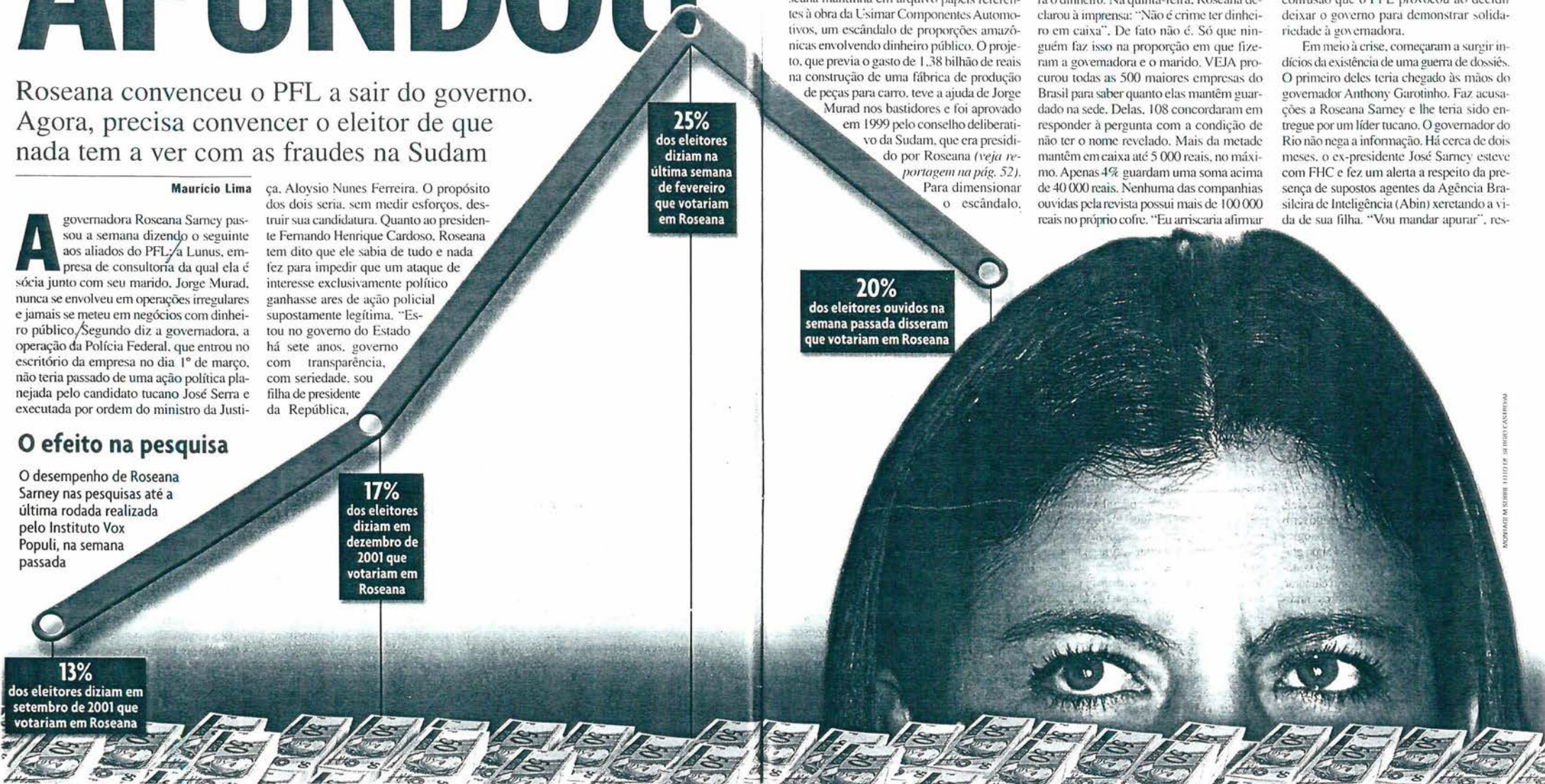
até saber que a Usimar custaria pelo menos dez vezes mais que uma fábrica de autopeças semelhante. Pela metade do preço seria possível construir uma montadora inteira de carros, como a General Motors acaba de fazer na Rússia. Há ainda a questão do 1,34 milhão de reais que a Polícia Federal encontrou no escritório. Esse valor superava no final daquele dia a soma de todo o numerário reunido das agências bancárias de São Luís (veja reportagem na pág. 42).

Auxiliares da governadora passaram a semana apresentando diferentes versões para o dinheiro. Na quinta-feira, Roseana declarou à imprensa: "Não é crime ter dinheiro em caixa". De fato não é. Só que ninguém faz isso na proporção em que fizeram a governadora e o marido. VEJA procurou todas as 500 maiores empresas do Brasil para saber quanto elas mantêm guardado na sede. Delas, 108 concordaram em responder à pergunta com a condição de não ter o nome revelado. Mais da metade mantêm em caixa até 5 000 reais, no máximo. Apenas 4% guardam uma soma acima de 40 000 reais. Nenhuma das companhias ouvidas pela revista possui mais de 100 000 reais no próprio cofre. "Eu arriscaria afirmar

que nenhuma empresa seria no mundo mantendo essa quantia em dinheiro no cofre", diz um dos maiores empresários brasileiros, ligado ao setor da construção civil.

Diante do volume e da gravidade das denúncias, aconteceu aquilo que se esperava. No mercado financeiro, o dólar subiu e a bolsa em São Paulo chegou a cair num primeiro momento. O Congresso Nacional ficou paralisado e nenhuma votação importante foi realizada. O presidente Fernando Henrique Cardoso interrompeu uma viagem ao Panamá para tentar administrar a confusão que o PFL provocou ao decidir deixar o governo para demonstrar solidariedade à governadora.

Em meio à crise, começaram a surgir indícios da existência de uma guerra de dossiês. O primeiro deles teria chegado às mãos do governador Anthony Garotinho. Faz acusações a Roseana Sarney e lhe teria sido entregue por um líder tucano. O governador do Rio não nega a informação. Há cerca de dois meses, o ex-presidente José Sarney esteve com FHC e fez um alerta a respeito da presença de supostos agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) xeretando a vida de sua filha. "Vou mandar apurar", res-





pondeu Fernando Henrique. O presidente ouviu a mesma queixa dos senadores Jorge Bornhausen e Edison Lobão. Na conversa com FHC, Sarney acusou o deputado Márcio Fortes, secretário-geral do PSDB, de ter contratado, no Rio de Janeiro, uma empresa de arapongagem para investigar Roseana. O deputado desmentiu a informação. "Não tenho nada a ver com isso. Não é do meu estilo." Rastros de arapongas na campanha pela sucessão já começam a aparecer. Na semana passada, VEJA teve acesso a cinco documentos redigidos por agentes ligados à Abin no Rio de Janeiro. Um deles, de número 153/2001, escrito em dezembro passado, faz denúncias de improbidade administrativa contra o governo de Garotinho. Outro, de número 118/2001, acusa um assessor do governador do Rio de estar investigando irregularidades do candidato oficial tucano, José Serra.

José Sarney: alerta a FHC sobre agentes da Abin que estariam atrás de Roseana



ROBERTO STUCKERT/FILHOARD O GLOBO

O impacto das descobertas feitas pela Polícia Federal no escritório de Roseana é tão devastador que já produziu um primeiro prejuízo eleitoral. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi depois da devassa policial, Roseana Sarney caiu de 25% das intenções de voto referentes ao mês de fevereiro para 20% na semana passada. Isso significa que, de cada cinco pessoas que votariam nela antes do escândalo, uma mudou de opinião. Com a queda, aumentou a distância de Roseana em relação a Lula, do PT, que passou de 26% para 28%. Os demais candidatos se beneficiaram de maneira mais ou menos homogênea, crescendo de 1 a 2 pontos cada um.

Os aliados já previam uma queda de Roseana nas pesquisas de opinião pública. Em 31 de janeiro, a candidata do PFL fez o último de uma série de 240 comerciais na TV. Nenhum candidato ficou tanto tempo no ar quanto Roseana. Pelo cronograma eleitoral, depois de esgotar o tempo gratuito a que tinha direito, Roseana só voltará ao ar quando começar o horário eleitoral, em agosto. Enquanto isso, os outros candidatos começam a aparecer mais. Na semana passada foi a vez de José Serra ocupar a totalidade do programa do partido para exibir sua biografia, listar suas realizações no Ministério da Saúde e lembrar ao eleitorado que o presidente Fernando Henrique o apóia. O surgimento dos papéis relacionando a governadora a suspeitos de fraude na Sudam e a pilha de dinheiro recolocam o

debate num outro patamar. A partir de agora, já não será mais possível aos marqueteiros apresentar a governadora do Maranhão como uma alternativa ao país pelo fato de ser uma mulher batalhadora que venceu preconceitos. Esse discurso, perfumado como um sabonete, pertence ao passado. Chegou a hora das explicações. A esperança dos políticos do PFL é que o efeito da devassa na empresa da governadora seja minimizado pelo fato de estarmos a sete meses da eleição. De acordo com as pesquisas, cerca de 60% do eleitorado não está preocupado em escolher agora o nome do candidato no qual votar em outubro. Mais: um eleitor em cada grupo de cinco se decide por um candidato quando falta apenas uma semana para a votação.

Na semana passada, Roseana Sarney travava duas batalhas ferozes. Uma delas, de natureza jurídica e policial, visava barrar as investigações. Seus advogados, liderados pelo experiente ex-ministro Saulo Ramos, obtiveram uma vitória significativa nesse campo. Eles conseguiram tirar a investigação das mãos da primeira instância da Justiça Federal e passaram o caso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com a medida, os procuradores federais de primeira instância serão substituídos por subprocuradores da República, indicados pelo procurador-geral, Geraldo Brindeiro. As provas e os documentos obtidos até agora, inclusive na invasão da empresa Lunus, continuam no inquérito. No mundo jurídico, a percepção é de que a transferência de

foro pode desacelerar a investigação. "Os procuradores e juízes de primeira instância são mais jovens e muitas vezes agem por impulso. Não seria tão fácil conseguir no STJ um mandado de busca e apreensão contra uma empresa de propriedade de uma governadora", avalia um renomado advogado criminalista de Brasília. Caso os procuradores decidam denunciar criminalmente Roseana, transformando o inquérito policial em processo, será preciso obter autorização da corte especial do STJ, formada por 21 ministros. Se o caso continuasse na primeira instância, bastaria a decisão de um único juiz.

Um detalhe intrigava os aliados de Roseana na semana passada. O foro privilegiado só vale enquanto Roseana tiver um mandato. Ele acaba imediatamente caso ela deixe o cargo para se candidatar à Presidência da República, o que precisa ocorrer até o

mês de abril. Algumas raposas pefelistas acharam estranho que a governadora tivesse feito a solicitação apenas para ganhar pouco mais de um mês de foro especial e depois se envolver numa difícil competição pela vaga de presidente. Alguns suspeitam que ela tenha um plano B, como candidatar-se a uma vaga certa no Senado Federal. Mas Roseana assegura que não, apesar de ter passado a semana ameaçando largar a candidatura caso o partido não abandonasse o governo. Ganhou também essa batalha, dizendo, por exemplo, que seu partido precisava afastar-se da "banda irada do PSDB que vive criando encrenca". A governadora passou a dar declarações desse tipo depois de ficar alguns dias trancada no palácio do governo em São Luís. Nesse período de recolhimento, chegou a chorar algumas vezes, conforme se divulgou. Para alguns intérpretes

apressados, as lágrimas e a indignação de Roseana teriam passado aos brasileiros uma impressão negativa de que ela seria uma pessoa emocional e destemperada, sem o necessário equilíbrio para governar. Pode ter acontecido o inverso. Segundo alguns analistas experimentados, Roseana, num primeiro momento, e o PFL, logo em seguida, tentaram transmitir à opinião pública a indignação de quem se considera vítima de arbitrariedade. E essa é uma atitude correta — ou a menos incorreta em situações tão delicadas como a da governadora.

O presidente Fernando Henrique Cardoso se empenhou para evitar o rompimento com o PFL. Uma de suas primeiras medidas foi pedir ao PSDB que parasasse de dar declarações provocativas e que cancelasse a divulgação de uma nota oficial. O partido rebateria por escrito as acusações segundo as quais o candidato tucano, José Serra, estaria por trás da operação da Polícia Federal que apreendeu documentos e dinheiro no escritório de Roseana e Murad. Fernando Henrique chegou ainda a redigir e entregar ao presidente do partido, Jorge Bornhausen, uma cópia do discurso que faria caso a tropa pefelista permanecesse no governo. No texto, FHC reconhecia a importância do PFL para o governo e afirmava que o partido era fundamental para o prosseguimento das reformas. Também fazia referência a Roseana Sarney, exaltando qualidades suas à frente do governo do Maranhão. Nada disso funcionou e o partido resolveu deixar o governo após uma megareunião ocorrida na quinta-feira num hotel de Brasília.

Atenção: o rompimento do partido com o governo deve ser analisado com cuidado.

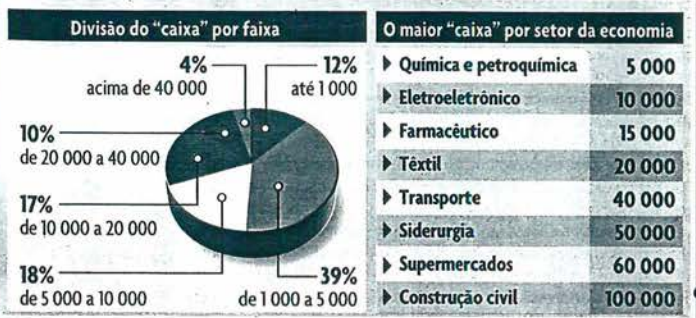
Marco Maciel, que participou de todas as reuniões do PFL: atuando para diminuir a crise



RICARDO STUCKERT

Quanto elas têm na gaveta

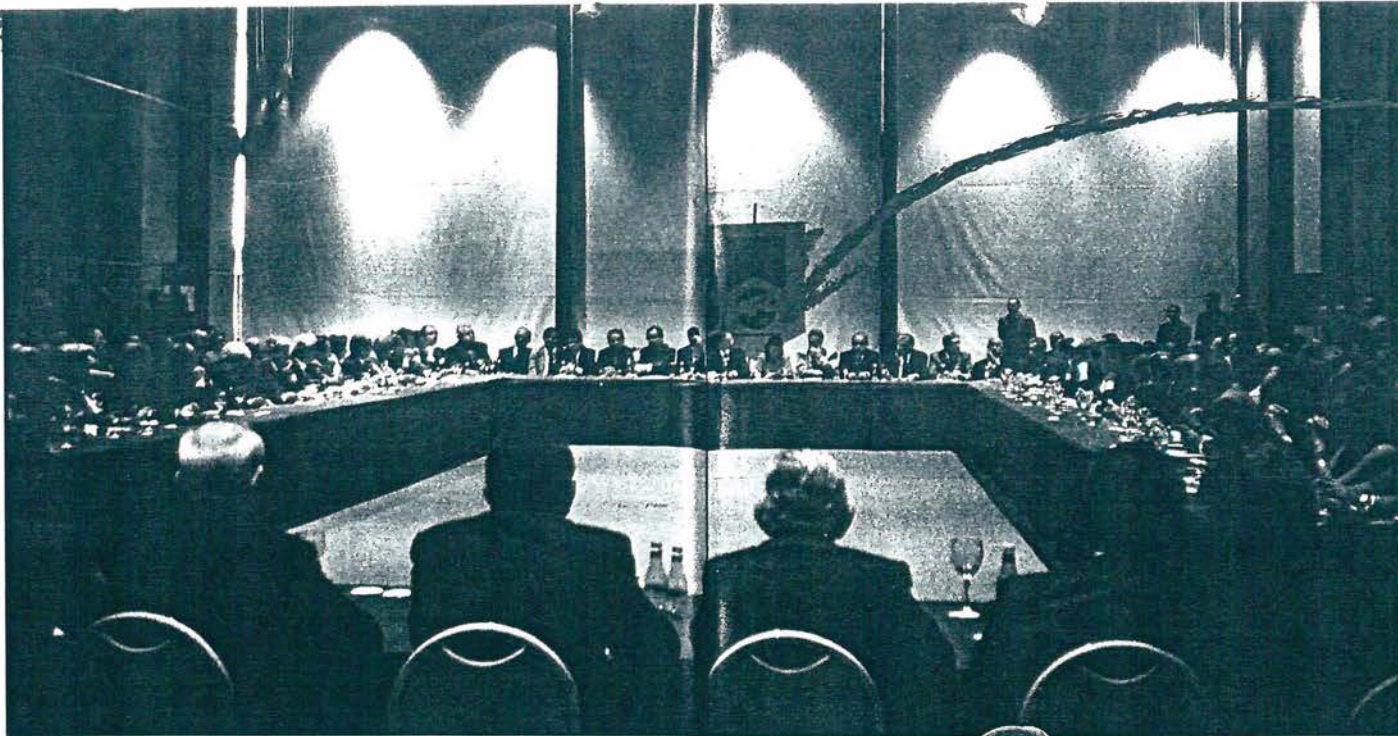
Na semana passada, VEJA realizou um levantamento com 100 das maiores empresas brasileiras para saber quanto dinheiro elas mantêm na sede da companhia em forma de papel-moeda. A que apresenta maior soma conserva em caixa menos de 10% do 1,34 milhão de reais encontrado pela polícia na Lunus, empresa de Roseana Sarney. O quadro mostra a divisão do "caixa" por faixas e os valores máximos apurados em alguns setores da economia (valores em reais)



O que pensam os empresários

VEJA ouviu cinquenta empresários dos principais setores da economia sobre a operação realizada pela Polícia Federal na empresa Lunus, onde foi encontrado 1,34 milhão de reais em dinheiro. O quadro mostra as principais impressões que o episódio produziu na classe empresarial

- As empresas nunca deixam tanto dinheiro em caixa
- Não conheço atividade legal que requeira tanto dinheiro em caixa
- Por mais que desminta, é óbvio que o governo tinha conhecimento da operação da Polícia Federal na sede da Lunus
- Os empresários vão ver a candidatura de Roseana Sarney com mais cautela
- A candidatura do PFL não está morta, mas a confiança dos eleitores em Roseana Sarney será abalada



Roseana Sarney está aqui

mal em relações longas. O PFL e o Palácio do Planalto enfrentaram alguns estremeceamentos. O primeiro deles ocorreu já no início do governo FHC, em 1995, quando o senador Antonio Carlos Magalhães não conseguiu impedir que o Banco Central intervisse no Banco Econômico, cuja sede ficava na Bahia e cujo proprietário, Angelo Calmon de Sá, era seu amigo pessoal.

O desembarque do partido marca também o fim de outro casamento, muito mais longo, entre o PFL e o poder. Em Brasília, a brincadeira é que os pefelistas estão no governo há tanto tempo que a relação deveria ser alvo de estudo dos paleontólogos, não dos sociólogos. Existem duas datas possíveis para definir o momento em que o PFL virou governo. Como legenda, pode-se falar em 1985, quando o partido foi fundado para apoiar a candidatura de Tancredo Neves. Ao lado do PMDB, formava a Aliança Democrática. Com a morte do presidente eleito, o PFL foi peça-chave na condução do governo de José Sarney. Por essa conta, o PFL estaria completando dezoito anos de governo, dezoito anos de acesso ao Palácio do Planalto, dezoito anos de ministérios e cargos públicos variados em todos os escalões, com um hiato no governo Itamar Franco. Quando se olha para os cardeais que o compõem, no entanto, percebe-se que o partido está no poder desde

FHC: tentativas para segurar o PFL e promessa de não demitir ninguém

1964, apoiando todos os generais-presidentes que chefiaram o Brasil a partir do golpe que destituiu João Goulart. O nome do partido governista na época era Arena, depois alterado para PDS. Está neles a matriz do PFL. "Estamos certos de que tivemos uma participação decisiva na transformação do Brasil", diz a nota de rompimento do partido, divulgada na semana passada. A ambição — legítima — é voltar a ter esse tipo de participação. Pode-se talvez definir o rompimento da semana passada como recuo tático. ■

Com reportagem de Amauri Segalla, Anna Cecília Junqueira, Luis Henrique Amaral e Sheila Grecco de São Paulo, Marcelo Carneiro e Ronaldo França do Rio de Janeiro

Participe do fórum de debates em www.veja.com.br e responda qual será o impacto desse caso na candidatura de Roseana

Da mesma forma que ninguém adere como o PFL, ninguém rompe como o PFL. Do primeiro escalão, aquele que despacha diretamente com o presidente da República, saíram os quatro ministros do partido. Três deles apenas precipitaram uma decisão que já tinham tomado. José Sarney Filho, titular do Meio Ambiente, Carlos Melles, do Esporte e Turismo, e Roberto Brant, da Previdência, haviam anunciado que deixariam o cargo em abril para concorrer à Câmara dos Deputados. Apenas José Jorge, das Minas e Energia, deveria ficar no cargo até o fim do governo e mudou os planos. Mas pára por aí. A cúpula do partido decidiu que não haverá desembarque em massa dos mais de 2.000 ocupantes de cargos públicos nomeados por pefelistas. E o senador Jorge Bornhausen tomou o cuidado de ligar para o presidente Fernando Henrique e ler em primeira mão os termos da carta de rompimento. Mais: o pefelê avisou que não se recusará a votar questões de interesse do governo. Como contrapartida, Fernando Henrique garantiu que não demitirá um único funcionário indicado pelo PFL, a não ser que esse servidor peça para sair. "Precisamos manter as pontes para uma reconciliação", explicou FHC a Bornhausen. Ou seja, foi tudo muito gentil, tu-

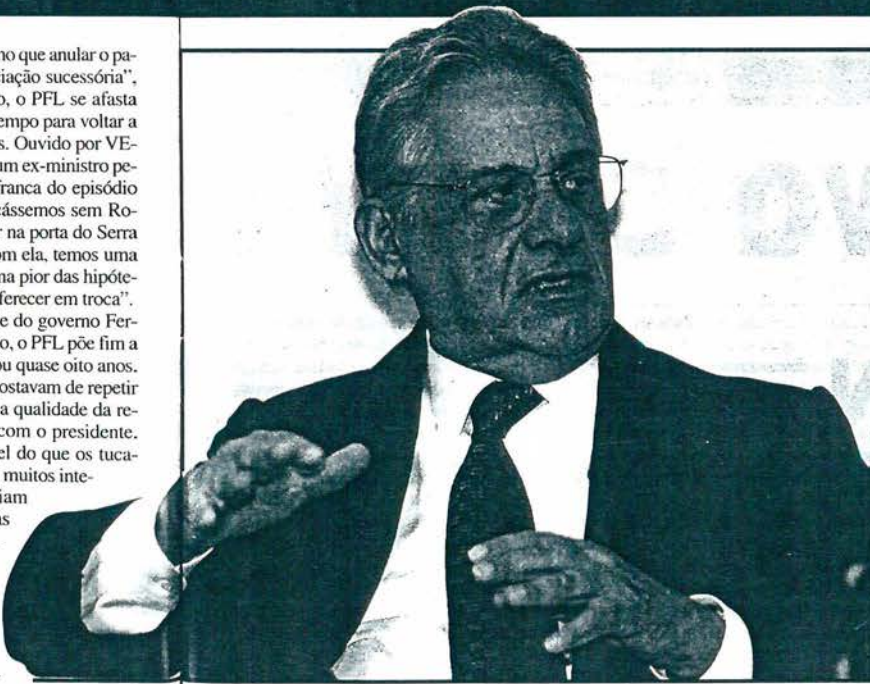
Roseana, lá no fundo: reunião decidiu que os ministros do PFL deveriam sair do governo

do muito pacífico, tudo muito racional. Não há crise de governabilidade.

Jorge Bornhausen foi o primeiro a explicar a lógica da separação amigável. Ele afirmou: "Não estamos declarando guerra ao governo, mas mostrando a nossa independência". O ex-chefe da pasta da Previdência Roberto Brant, um dos quatro ministros do partido que deixaram o cargo, também falou sobre o assunto. "É desembarque harmonioso e civilizado. Não somos inimigos, apenas escolhemos um caminho próprio. O PFL continuará servindo ao país." Ficou claro? Não? Então ouçamos um analista experiente capaz de traduzir o pefelês. "O PFL não brigou, não rompeu, não romperá jamais. Só se nascer de novo", analisa o cientista político Sérgio Abranches, colunista de VEJA. "O partido está apenas se afastando de um governo que está chegando ao fim, com objetivos muito específicos", observa. E que objetivos são esses? Abranches diz que o PFL precisava evitar que a opinião pública ficasse com a impressão de que a candidatura de Roseana Sarney não era para valer,

"Isso significaria o mesmo que anular o papel do partido na negociação sucessória", diz Abranches. Portanto, o PFL se afasta do governo por algum tempo para voltar a grudar nele quanto antes. Ouvido por VEJA na semana passada, um ex-ministro pefelista fez uma leitura franca do episódio de rompimento: "Se ficássemos sem Roseana, teríamos de bater na porta do Serra com a cabeça baixa. Com ela, temos uma perspectiva de poder e, na pior das hipóteses, algo importante a oferecer em troca".

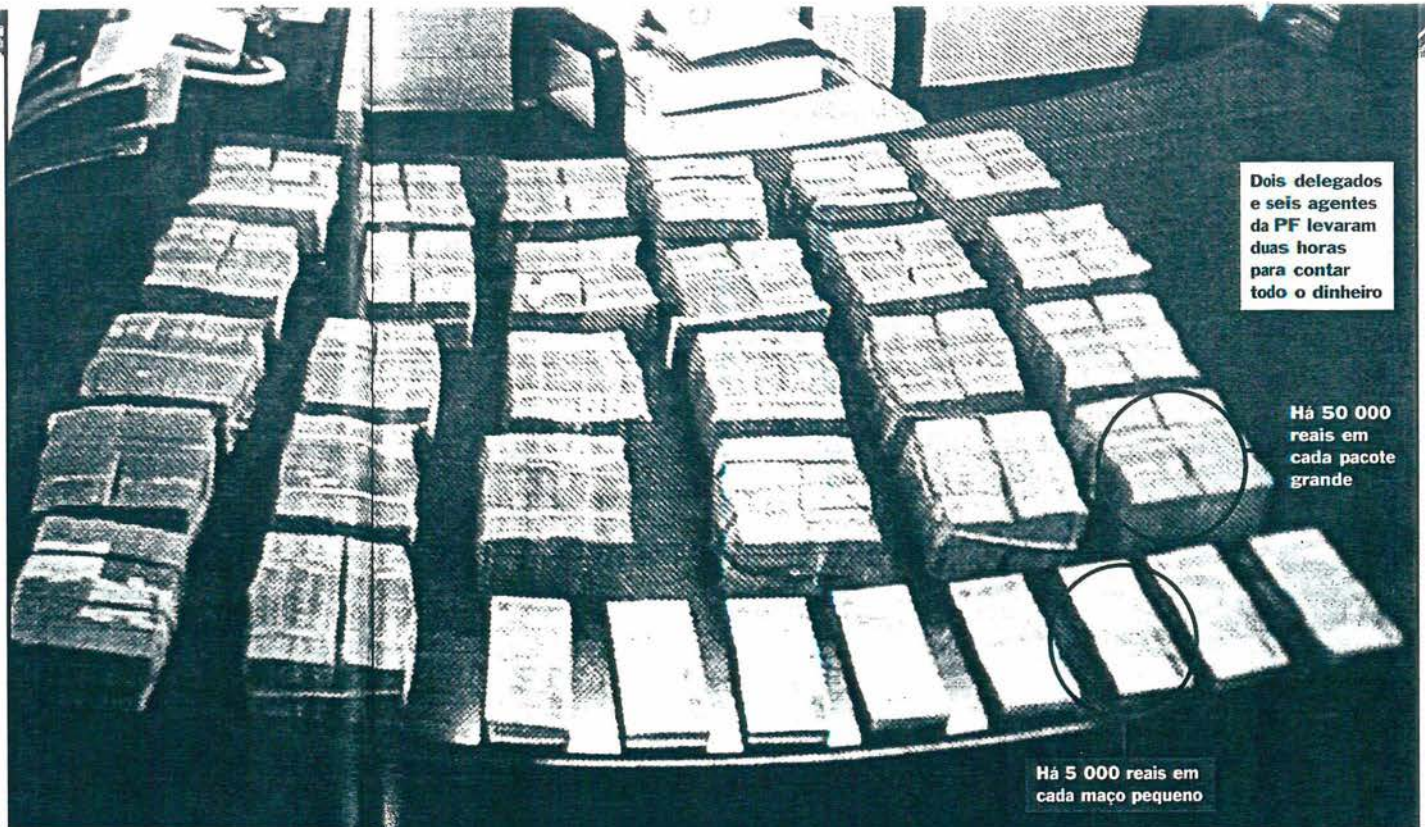
Ao decidir afastar-se do governo Fernando Henrique Cardoso, o PFL põe fim a um casamento que durou quase oito anos. Os cardeais pefelistas gostavam de repetir um slogan para definir a qualidade da relação que mantinham com o presidente. Diziam: "PFL: mais fiel do que os tucaños". De fato, enquanto muitos integrantes do PSDB viviam tendo crises ideológicas ao discutir a privatização e outras reformas estruturais, o PFL marchava unido como um trator para defender as teses centrais do governo. Como é nor-



ALAN MARQUES/OLYMPIA



O cofre depois da devassa: dezenas de maços e um pacote com 150 000 reais



Dois delegados e seis agentes da PF levaram duas horas para contar todo o dinheiro

Há 50 000 reais em cada pacote grande

Há 5 000 reais em cada maço pequeno

O novo show do milhão

Descoberta de 26 800 notas de 50 reais num cofre de Murad leva à pergunta que não quer calar: afinal, de onde veio essa dinheirama?

Policarpo Junior

Na devassa nos escritórios das empresas de Jorge Murad em São Luís, os agentes federais encontraram duas portas de armário trancadas. Foram informados de que ali havia dois cofres e requisitaram as chaves e os segredos. Num deles, encontraram pilhas de documentos. No outro, de 1 metro de altura, acharam ouro em forma de papel: dezenas de maços de dinheiro e um envelope pardo, onde havia mais dinheiro, 150 000 reais. Por quase duas horas, dois delegados e seis agentes da Polícia Federal se ocuparam em contar a dinheirama toda, nota por nota. No fim, so-

maram 26 800 notas de 50 reais, o que totalizava 1,34 milhão de reais. A maioria dos maços estava amarrada com alças bancárias. O dinheiro foi acondicionado em duas caixas de papelão, lacradas pelos policiais. Encerrada a apreensão da grana, emergiram duas questões elementares: de onde veio o dinheiro e para onde ia. Supondo-se que ninguém esquece 1 milhão de reais num cofre, é impressionante o festival de versões que se ouviu até agora. É o novo show do milhão. A primeira manifestação veio da governadora Roseana Sarney, afirmando que era normal ter dinheiro vivo no início do mês, quando em geral são feitos os pagamentos de salários dos funcionários. De-

pois, Roseana disse que não sabia a razão do dinheiro, já que estava afastada do cotidiano das empresas. Em seguida, um advogado da família, Vinícius César de Berredo Martins, declarou que o dinheiro não era da Lunus, empresa em que Roseana e Murad são sócios, mas de uma companhia que funciona no mesmo local, a Pousada dos Lençóis Empreendimentos Turísticos, da qual apenas Murad é sócio. E que essa empresa guardava a dinheirama no caixa para comprar madeira com a qual ergueria 100 chalés num complexo turístico na bela região dos Lençóis Maranhenses — o Parque dos Lençóis Eco Resort. Diante de versões tão díspares, escalou-se o sócio-gerente da Pousada dos Lençóis,

Luís Carlos Cantanhede Fernandes, que se encarregaria de dar todas as explicações. Mas o show apenas continuou. Abaixo, as explicações de Fernandes a VEJA: **Fernandes** — A maior parte do dinheiro seria usada para comprar o madeirame dos chalés. **Veja** — De quem? **Fernandes** — De um pessoal do sul do Pará. **Veja** — E por que em dinheiro vivo? **Fernandes** — E que lá é usual, o pessoal só trabalha com pagamento em espécie. **Veja** — Quanta madeira seria comprada? **Fernandes** — Isso eu não sei. Mais tarde, numa nova conversa com VEJA, Fernandes foi questionado sobre

o fato de sua empresa se encarregar de comprar madeira “de um pessoal do sul do Pará”, considerando que havia uma empreiteira responsável pela construção dos chalés, a Pleno. Fernandes contou que a idéia era repassar o dinheiro para a construtora, tudo em cash, e depois a Pleno faria o pagamento à madeireira, também em cash. “Era para evitar o pagamento de CPMF.” Nos termos da explicação de Fernandes, pode-se concluir então que entre o Maranhão e o Pará só se compra madeira carregando malas de dinheiro de um lado para o outro. Quanto ao resto do dinheiro, o sócio-gerente da Pousada dos Lençóis diz que se destinava ao pagamento de funcionários. **Veja** — Quantos funcionários a empresa mantém na região do complexo turístico? **Fernandes** — Por enquanto nenhum. **Veja** — Nenhum? **Fernandes** — O dinheiro era para pagar o salário de nossos funcionários em Balsas, onde temos um hotel. **Veja** — Quantos funcionários são?

Fernandes — Uns cinquenta.
Veja — Quanto seria gasto em salários?

Fernandes — Isso eu não sei.

A batida no escritório de Murad rendeu, na semana passada, a divulgação de uma imagem chocante, com o cofre arrombado e as pilhas de notas enfileiradas sobre a mesa. É absolutamente incomum, quase inédito, que uma empresa tenha tanto dinheiro vivo em seu caixa. Na semana passada, VEJA consultou executivos dos principais bancos do país. Segundo eles, só agências matrizes nas praças de São Paulo e do Rio de Janeiro abrem seu caixa com tanto dinheiro. Em três instituições, os executivos nem sequer se recordavam de ter recebido depósitos dessa magnitude algum dia. Numa quarta instituição, ressaltaram-se apenas os casos de grandes redes de supermercados, como Carrefour e Pão de Açúcar, que recebem muitos pagamentos à vista.

Mesmo assim, as grandes empresas não guardam tanto dinheiro no próprio caixa. Uma companhia que fatura 3 bilhões de reais por ano, por exemplo, informou a VEJA que o maior valor que já ficou em seu cofre foi de 5 000 reais — e isso cinco anos atrás.

E de onde a empresa de Jorge Murad teria tirado tanto dinheiro e guardado em um cofre instalado num edifício que nem tem esquema especial de segurança, apenas dois vigias que se revezam em turnos de oito horas? Seu sócio-gerente afirma que, inicialmente, tentou um financiamento oficial para tocar o complexo turístico em Lençóis Maranhenses, mas não obteve sucesso. Então, ele e Murad tiveram a ideia de vender lotes e chalés antecipados, antes mesmo de fincar a primeira estaca. A isca seria apenas um folheto em que se faz propaganda do empreendimento e se descrevem os chalés. Com isso, em apenas duas semanas, em fevereiro passado, conseguiram atrair oito compradores, que, juntos, adquiriram vinte chalés, segundo o sócio-gerente. A empresa embolsou 770 000 reais nessa operação. A outra parte da dinheiro, 650 000 reais, teria vindo de um empréstimo da Atlântica Segurança Técnica.

A apreensão do dinheiro

A Polícia Federal apreendeu 1,34 milhão de reais encontrados no cofre da Lunus, empresa de Roseana Sarney. O dinheiro estava dividido em 268 maços de 5000 reais, todos formados por notas de 50 reais

E as versões para explicá-lo

Primeira versão

O dinheiro estava lá pois seria usado para comprar madeira

Curiosidade

1,34 milhão de reais compram cerca de 600 metros cúbicos de madeira de lei, suficientes para encher vinte carretas. O vendedor teria certo aborrecimento ao receber o pagamento, pois precisaria de nove horas para contar as 26 800 notas de 50 reais



Veja — Houve muita publicidade para atrair os compradores para os chalés?

Fernandes — Não, escolhemos alguns amigos.

Veja — Quem são? O senhor pode dar uma relação dos compradores?

Fernandes — Consultei o advogado e não posso revelar.

Veja — Todos pagaram em dinheiro vivo?

Fernandes — Era a única condição, tinha de ser em dinheiro vivo por causa da CPMF.

Veja — Como era feito o pagamento?

Fernandes — Eles mandavam para o escritório ou levavam pessoalmente.

Veja — A Atlântica Segurança Técnica também fez o empréstimo em dinheiro vivo?

Fernandes — Sim.

Veja — Quando foi feito o empréstimo?

Fernandes — No dia 14 de fevereiro. Está tudo registrado na contabilidade.

Veja — De quem é a Atlântica?

Fernandes — É minha.

Veja — De quem?

Fernandes — Minha.

Além do empréstimo feito por uma empresa do próprio Fernandes, concluiu-se que, numa cadeia inquebrável de semelhanças, oito compradores concordaram

em investir num empreendimento que não saiu do papel, todos chegaram a essa conclusão em fevereiro, todos aceitaram pagar tudo em dinheiro vivo e, mais ainda, só usando notas de 50 reais. Há apenas um hiato. No ano passado, e não agora, a Pousada dos Lençóis contratou uma imobiliária de São Luís para comercializar os lotes. As planilhas da imobiliária, examinadas por VEJA, contam uma

Segunda versão

O dinheiro estava lá pois outra empresa da qual Jorge Murad é sócio vendeu vinte chalés na praia para outras pessoas e todos os compradores pagaram em dinheiro

Curiosidade

Oito pessoas decidiram adquirir a um só tempo vinte chalés e cada uma delas desembolsou 167 500 reais à vista e em dinheiro. Todas também pagaram a conta usando apenas notas de 50 reais



Terceira versão

O dinheiro estava lá pois seria usado para o pagamento de cinquenta funcionários de uma empresa de Jorge Murad no interior do Maranhão

Curiosidade

1,34 milhão de reais é dinheiro suficiente para pagar um salário mínimo a 7 400 empregados. Se o dinheiro seria entregue a apenas cinquenta funcionários, cada um deles teria de ganhar 26 800 reais, salário de executivo de multinacional



história diferente. Ali, verifica-se que 83 chalés foram vendidos — e não vinte. E o auge dos negócios foi em dezembro passado — e não em fevereiro. Pior: os vinte lotes que, segundo Fernandes, teriam sido vendidos em fevereiro a oito amigos já constavam como comercializados em dezembro, segundo a planilha mantida pela imobiliária. “Vendemos quase tudo quando as dunas da região

O Parque dos Lençóis Eco Resort na vida real e na propaganda: nem parece o mesmo lugar

apareceram na novela *O Clone*”, diz um corretor. Além disso, as pessoas que compraram lotes em negociação com a imobiliária puderam pagar como o habitual: em cheque, não em cash.

Luís Carlos Cantanhede Fernandes acha que tanto a origem quanto o destino do dinheiro estão explicados. Chama a atenção, porém, que demonstre pouca intimidade com os detalhes do grande negócio de sua empresa. Fernandes não consegue sequer fazer uma descrição do escritório que divide com a Lunus. “Tem uma mesa, um computador e um cofre”, diz ele. Na verdade, são dois cofres.

No escritório da Lunus, há algum funcionário da Pousada dos Lençóis? “Talvez tenha um.” Não há nenhum. No cofre da empresa havia só reais? “Não sei direito. Além dos reais, talvez houvesse uns dólares do Jorge, mas coisa pequena.” Não havia dólar. A empresa de segurança, a Atlântica, que fez o tal empréstimo, tem negócios com o governo do Estado do Maranhão? “Acho que não.” A empresa tem um contrato de vigilância. É estranho que o sócio-gerente esteja tão mal informado sobre os negócios. Quem sabe Jorge Murad pudesse ter explicações mais consistentes, mas, na semana passada, ele não quis falar. Se diz assustado com tudo e acha que seus telefones estão grampeados. Enquanto nada se explica, balança perigosamente a candidatura de Roseana Sarney à Presidência da República. Mas, afinal, quem vai responder à pergunta que vale 1 milhão? De onde veio o dinheiro? ■

Com reportagem de Felipe Patury

No fórum de www.veja.com.br diga se você acha razoável uma empresa manter mais de 1 milhão em dinheiro vivo em seu escritório

A família de 125 milhões de reais...

Dois impérios do Maranhão, os Sarney e os Murad, aparecem unidos na suspeita de fraudar a Sudam

...e um genro



Jorge Murad, o genro: um funcionário discreto e avesso aos holofotes



Malu Gaspar

Na trajetória de Jorge Francisco Murad Júnior, 49 anos, há uma conjunção constante: política e negócios. Na década de 70, quando se casou pela primeira vez com Roseana Sarney, participava dos movimentos políticos da época e já se interessava por economia — curso que acabou concluindo numa faculdade particular em Brasília. Nos anos 80, teve uma influência decisiva nos rumos do governo do seu sogro, o ex-presidente José Sarney. Com um gabinete

no 4º andar do Palácio do Planalto, fazia política nos bastidores, conhecia detalhes dos grandes negócios do Estado e dava até palpites nos rumos da política econômica, celebrizada na época pelo Plano Cruzado. Na década de 90, tornou-se o secretário todo-poderoso do governo de sua mulher no Maranhão, no qual toma conta de praticamente todo o Orçamento do Estado, e não se descuidou dos negócios pessoais. Hoje, é dono de cinco empresas, cujas áreas de atuação vão do turismo à distribuição de combustíveis. É justamente no caldeirão em que se misturam política e negócios que

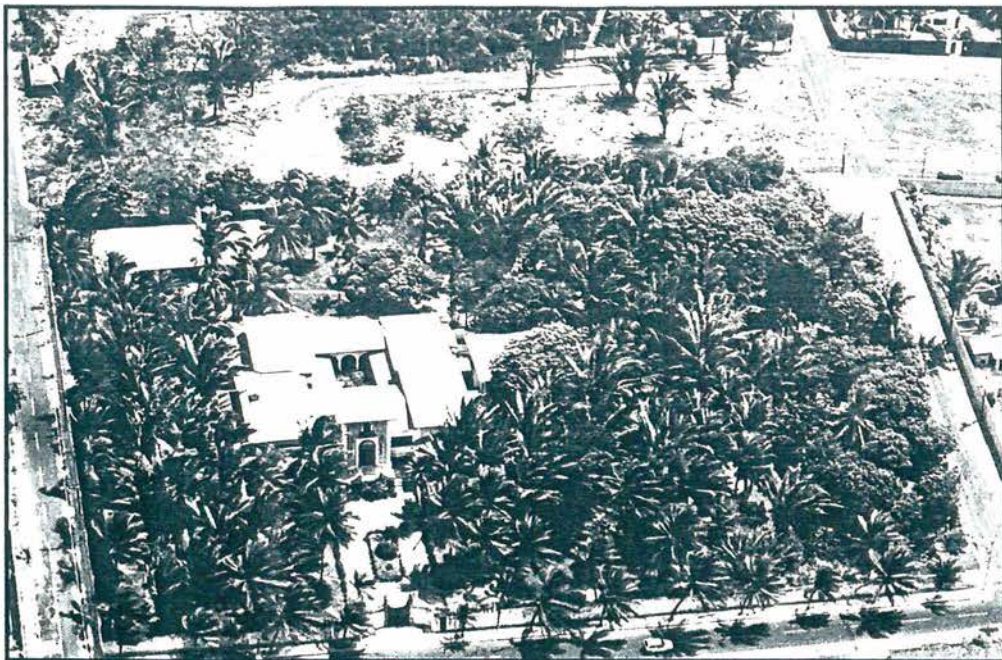
Jorge Murad afundou-se ainda mais na semana passada.

A devassa da Polícia Federal no escritório da Lunus em São Luís, empresa que pertence a Roseana e Murad, descobriu um documento que só reforça as suspeitas de envolvimento do casal nas milionárias fraudes da velha Sudam. Na lista do que foi apreendido pela polícia está o “plano de contas” da Lunus, documento semelhante a uma contabilidade. Nesse “plano de contas”, há um espaço específico para descrever “ativos” e “investimentos” da Lunus — e ali, bem

A família Sarney: em 46 anos de vida pública, a fortuna é espetacular

ali, aparece o nome da Agrima Agricultura, Indústria e Comércio de Calcário Ltda. A informação é cabeludíssima por duas razões. A primeira: a Agrima é suspeita de ter des-

viado entre 10 milhões e 15 milhões de reais da Sudam, num projeto agrícola chamado Nova Holanda. A segunda razão é que Jorge Murad sempre negou que tivesse relação comercial com a Agrima. Sabia-se que a Lunus e a Agrima haviam sido sócias apenas até 1994. O “plano de contas” descoberto agora é referente ao ano de 2000. E sugere que a Lunus man-



A mansão dos Sarney no Calhau: terreno de 20 000 metros

têm uma relação comercial de “ativos” e “investimentos” com a Agrima, que é suspeita de ter arrombado os cofres da Sudam. E agora, Jorge?

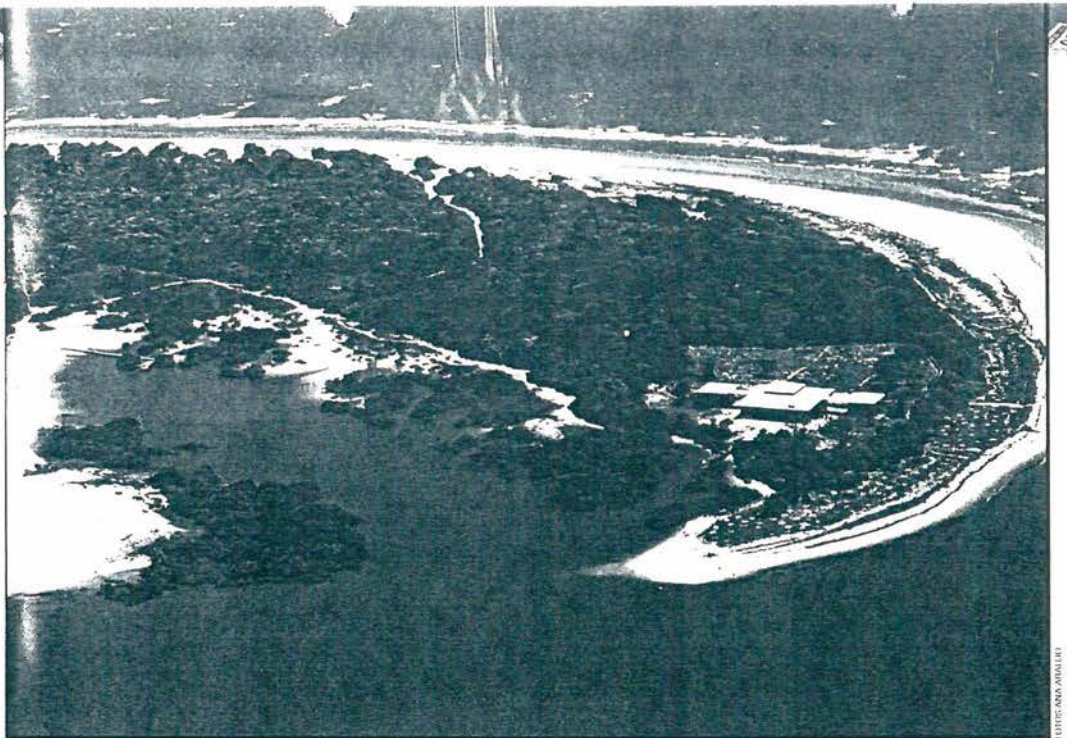
Procurado por VEJA na semana passada, Jorge Murad, fiel ao seu estilo de exposição mínima e silêncio máximo, não deu entrevista. Trata-se de um assunto delicadíssimo. A suspeita volta a montar aquele explosivo caldeirão de política e negócios. Quando for analisado o conteúdo integral dos documentos apreendidos pela polícia na empresa de Murad e Roseana, será preciso prestar atenção a esse detalhe explosivo da Agrima. Se ficar demonstrado o que até agora é um indício, o país saberá que Jorge Murad e sua mulher, candidata à Presidência da República, têm uma sociedade oculta com uma empresa envolvida em falcaturas na Sudam. Na devassa no escritório da Lunus, a Polícia Federal também apreendeu uma lista de contribuintes das campanhas de Roseana Sarney. Ali, constata-se que a boa relação comercial entre as empresas também se desdobrava no campo político. Em 1994, quando Roseana concorreu a seu primei-

ro mandato no governo do Maranhão, a Nova Holanda contribuiu com 50 000 reais, em valores de hoje, para sua campanha eleitoral. Em 1998, voltou ao caixa da candidata: 25 000 reais.

Jorge Murad é um homem discreto, que gosta de ficar longe dos holofotes. Suas raras entrevistas costumam ser dadas apenas à TV Globo do Maranhão, de propriedade da família Sarney. Mesmo atuando nos bastidores do poder, primeiro na passagem do sogro pelo Palácio do Planalto e agora no governo da mulher no Maranhão, Murad sempre acaba atraindo a atenção — e pela via mais barulhenta. No governo Sarney, durante meses foi o principal personagem de uma CPI criada para apurar denúncias de corrupção. Na época, suspeitava-se de que o reajuste de contratos mantidos com empreiteiras e fornecedores da União fora uma ação entre amigos. A investigação produziu uma tremenda algaravia, acabou em pizza, mas rendeu a Murad um inimigo eterno: o então ministro do Planejamento de Sarney, Aníbal Teixeira. O ex-ministro, num livro lançado em 1988 sob o título *Calúmia*, alega que foi demitido

porque não cedia ao lobby de Murad em favor de grandes empreiteiras. “Ele exercia pressão constante e agia não por interesses propriamente políticos ou dispretensiosos”, diz Teixeira.

As relações de Murad com empreiteiras são antigas. Nos tempos do governo Sarney, vozes subterrâneas falavam do envolvimento de Murad nas suspeitas de superfaturamento da hidrelétrica Cabeça de Cavalão, um projeto de mais de 1 bilhão de reais construído pela empreiteira Odebrecht. Em 1988, quando se separou de Roseana, com quem se reconciliaria seis anos depois, Murad acabou deixando o governo de Sarney e decidiu mudar-se de Brasília para o Rio de Janeiro. Ali, passou a morar num apartamento emprestado por João Mussurunga, que trabalhara como lobista da empreiteira OAS em Brasília — a mesma que se tornaria, mais tarde, a rainha das verbas sociais do governo de Fernando Collor. A amizade dos dois nunca se desfez. Hoje, o ex-lobista da OAS, após ocupar outros cargos no governo de Roseana, é secretário particular da governadora. Na biografia de Murad, não existe uma condenação nem acusações comprovadas,



FOTOGRAFIA: ANDRÉ LUI

A bela ilha do Curupu, onde o casal Roseana e Murad está erguendo sua nova mansão

central maranhense na produção de projetos irregulares na Sudam.

Em 1976, Murad casou-se pela

primeira vez com Roseana. Foi o matrimônio de dois clãs. De lá para cá, o empresário e sua família deixaram no pó do passado os tempos de cantina e padaria. Hoje, são donos de um respeitável cardápio de propriedades urbanas e rurais. O clã dos Sarney, no entanto, não encontra concorrente à altura no Estado. Desde que entrou para a política, há 46 anos, o patriarca José Sarney passou pouco mais de três anos sem mandato, logo no início da carreira. Ainda assim, construiu uma das mais vistosas fortunas erguidas por um político. No Maranhão, numa hipóbole jocosa, costuma-se dizer que os Sarney só não são donos do mar. Erguida pelo ex-presidente em meio à labuta política, a fortuna visível dos Sarney está quase toda registrada em nome dos filhos. Na área empresarial, o clã é dono de quatro emissoras de televisão, que transmitem a programação da Rede Globo para todo o Estado. O grupo também con-

mas seu nome quase sempre aparece nas bordas de negócios nebulosos.

Filho de uma família modesta, que nos anos 70 era dona de uma cantina de escola e uma padaria, Murad tornou-se um homem abastado — de dinheiro e de encrencas. Entre 1975 e 1976, quando estava começando a carreira que o tornaria rico, ele viveu sua primeira trapalhada. Uma empresa que pertencia a um tio do empresário foi à lona. Era uma beneficiadora de óleo de babaçu que, ao falir, perdeu as condições de pagar algumas dívidas. Suas máquinas então foram apreendidas e Murad foi escalado como fiel depositário. Como os débitos não foram pagos, ele foi parar na delegacia acusado de depositário infiel. Foi um contratempo constrangedor, mas que pode acontecer na vida de um empresário em dificuldades. Só havia um detalhe que, hoje em dia, se torna curioso. O contador

da empresa falida era Aldenor da Cunha Rebouças — que atualmente é dono, em São Luís, da consultoria AC Rebouças, acusada de ser a



A sede das empresas de Murad: terreno em nome de um amigo

trola o jornal *O Estado do Maranhão*, o maior diário de São Luís. É dono ainda de catorze emissoras de rádio espalhadas pela capital e pelo interior.

No setor imobiliário, os Sarney também são um sucesso. Em São Luís, a sede do clã é a Casa do Calhau, uma mansão colonial, cercada por coqueiros de babaçu, que ocupa um quarteirão inteiro (cerca de 20 000 metros quadrados) na área mais nobre da cidade. Ali, Sarney cultiva pés de romã durante o inverno e recebe os amigos para conversas ao pé do ouvido. Para as horas de lazer, os Sarney dispõem da Ilha do Curupu, uma reserva ambiental privada localizada nas proximidades de São Luís, à qual só é possível chegar de barco ou avião. A área tem cerca de 2 500 hectares e é um dos poucos bens herdados pela família. A ilha abriga uma mansão e logo receberá outra: a casa que está sendo construída pelo casal Jorge Murad e Roseana Sarney. Contando com as propriedades em Brasília (duas mansões no Lago Sul, o bairro mais nobre da cidade, mais um sítio) e no Rio de Janeiro (um apartamento no Leblon e uma casa no badalado balneário de Búzios), o patrimônio visível dos Sarney chega aos 125 milhões de reais.

Entre 1988 e 1994, período em que ficou separado de Roseana, o primeiro-genro resolveu dedicar-se aos negócios e ficou um pouco afastado das sombras do poder. Nesse período, criou três das cinco empresas que tem até hoje: a Bel-Sul Administração e Participações, a Lunus Serviços e Participações e a Pousada dos Lençóis. Murad é sócio ainda em outras duas firmas, a Credita Factoring e

Murad, nos tempos da CPI da Corrupção no governo Sarney: pizza e inimigo eterno



ANDRÉ LAGO

a Agrodiesel Lubrificantes e Diesel, ambas fora de atividade. Com a eleição de Roseana para o governo do Estado em 1994, Murad retomou sua prática de atuar nas franjas do poder. No primeiro mandato, ele comandou a Secretaria de Planejamento. No segundo, sua participação foi ainda mais intensa, lembrando os tempos em que atuava no Palácio do Planalto do sogro. Assumiu a principal secretaria do governo de Roseana. Concentra em seus domínios áreas vitais, como economia, indústria, comércio, ciência, tecnologia, turismo e agricultura. Se algo

não passa por Murad, é sinal de que não tem importância. Se tem, Murad está lá.

Um exemplo. Um dos maiores empresários do Piauí, João Claudino, dono de um conglomerado de companhias, tentava montar um shopping em São Luís. Pretendia instalá-lo nas imediações do Tropical Shopping Center, com 170 lojas, uma sociedade entre membros da família Murad. Seria uma concorrência e tanto ter dois shoppings tão próximos um do outro, mas o negócio não avançava — até que começaram a surgir sussurros de que nunca avançaria, a menos que

Murad tivesse uma participação no novo shopping. Nada foi confirmado, mas o negócio só deslanchou depois que João Claudino admitiu como sócio no empreendimento o empresário Miguel Ethel, de São Paulo, um velho amigo de Jorge Murad. O primeiro-genro possui o dom de sempre ter seus amigos instalados em lugares relevantes para os próprios negócios. Outro exemplo. O edifício em São Luís onde ficam as sedes das empresas de Murad, inclusive a Lunus, que sofreu a devassa da PF, foi construído num terreno



OSWALDO BRITO

que hoje está no nome da construtora construtora Pleno, cujo principal acionista, Severino Francisco Cabral, é amigo e sócio de Murad.

Um dos bons negócios que o governo do Maranhão proporcionou aos empreiteiros foi a construção da estrada que leva a um parque na região dos Lençóis Maranhenses, um dos paraísos do litoral do Estado. A rodovia, que encurtou em cinco horas o tempo de deslocamento da capital a essa parte do litoral, custou 37,5 milhões de reais ao governo estadual. A construtora escalada para

Sarney com Roseana: "Propina de 53 milhões? Imagine uma coisa dessas"

o trabalho chama-se Sucesso — e seu dono vem a ser aquele mesmo empresário do Piauí, João Claudino, que tanta dificuldade teve para construir um shopping em São Luís. João Claudino, desde que fez a sociedade com o amigo de Murad, não tem do que reclamar. Sua empreiteira, nas duas gestões de Roseana, já conseguiu seis belos contratos com o governo do Estado.

Há duas semanas, José Sarney ficou sabendo que partidários do tucano José Serra estariam espalhando uma história felpuda sobre sua família: a de que Fernando Sarney, o filho que cuida dos negócios do clã, teria recebido uma propina de 53 milhões de reais na privatização da estatal de energia elétrica do Maranhão, a Cemar, vendida por cerca de 600 milhões de reais. "Propina de 53 milhões? Imagine uma coisa dessas", reagiu Sarney, ao saber da história. Quem a espalhou acrescentou ainda que a empresa compradora da Cemar, a americana PPL, da Pensilvânia, teria descoberto o pagamento da propina. Hoje, a PPL — ninguém sabe por quê — mostra-se desinteressada do negócio e quer devolver a empresa de energia elétrica ao Estado. Se isso acontecer, será mais um abacaxi dos grandes, que, por ser grande, certamente cairá no colo de Jorge Murad. E ele, para enfrentar tantas dificuldades, nunca reclamou de excesso de trabalho nem de falta de salário. Ao que tudo indica, sentia-se, pelo menos até a semana passada, confortável transitando entre a política e os negócios. ■

Com reportagem de Vaniildo Mendes

Rosário de fraudes

A investigação sobre as fraudes na Sudam, uma das maiores já feitas no país, levou quase cinco anos para desembocar na devassa da Polícia Federal na empresa da governadora do Maranhão e de seu marido

Abril de 1997

O Ministério Público Federal em Mato Grosso, intrigado com o número crescente de empresas financiadas pela Sudam no Estado, começa a fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e descobre uma usina de falcatruses

Janeiro de 1998

A investigação chega ao primeiro tubarão da turma, o empresário José Osmar Borges (foto), que recebeu 246 milhões de reais da Sudam e é suspeito de desviar cerca de 130 milhões de reais



MIDIANEWS

Fevereiro de 1999

O procurador da República José Pedro Taques, de Mato Grosso, faz uma síntese de sua investigação e distribui aos colegas de nove Estados, todos da chamada Amazônia Legal, para servir como guia nas apurações

Início de 2000

Tocantins é o primeiro Estado a descobrir que em seu território estava sendo aplicado o mesmo golpe e com os mesmos métodos encontrados em Mato Grosso. Cria-se, ali, o QG das investigações sobre o caso Sudam

Início de 2001

A Secretaria Federal de Controle, órgão do Ministério da Fazenda, numa investigação própria, descobre fraudes de 44 milhões de reais no projeto Usimar, em São Luís, no Maranhão

Abril de 2001

Com a investigação já espalhada por quatro Estados, aparecem as transcrições de diálogos telefônicos que comprometem o então senador Jader Barbalho (foto) com as fraudes na Sudam. O Ministério Público pede à Justiça a prisão preventiva de 97 suspeitos de fraudar a Sudam. Só 27 são presos. Em operações de busca em empresas e escritórios, a PF encontra uma lista em que o nome do senador José Sarney aparece ao lado de três projetos da Sudam. A lista, aliada às fraudes na Usimar, alerta os investigadores para uma possível conexão no Maranhão



ANA BRUNALDO

Outubro de 2001

Em outro escritório de consultoria especializado em fraudar a Sudam, o AC Reboças, em São Luís, a PF encontra um depósito para o ex-senador Jader Barbalho e documentos da Lunus, que pertence a Roseana Sarney e a seu marido. Como a Lunus, até 1994, fora dona de empresa suspeita de fraudar a Sudam, os investigadores passam a desconfiar de que a empresa pudesse, ainda hoje, estar envolvida nas irregularidades

Março de 2002

A PF faz uma devassa na sede da Lunus, em São Luís. Encontra documentos que sugerem um vínculo da Lunus com outras empresas fraudadoras da Sudam e, também, papéis sobre o projeto da Usimar



A fraude está até na placa

Roseana e Murad trabalharam para conseguir dinheiro público para a Usimar, o megaescândalo da Sudam que teria sido a fábrica de autopeças mais cara do mundo

Alexandre Oltramari

De imponente mesmo o projeto Usimar tem o preço. Como mostra a placa ainda fincada diante do terreno onde ela se ergueria, a fábrica de São Luís do Maranhão custaria, numa primeira fase, 1,38 bilhão de reais. O investimento total seria de 1,7 bilhão. É dinheiro demais para uma empresa que se propunha a fabricar peças de automóveis, especialmente aquelas mais brutas, pesadas, como os blocos de motor, cabeçotes e cubos de roda. Isso sem que se encontre a única indústria de automóveis nas redondezas. A mais próxima fica em Camaçari, na Bahia, a 1 600 quilômetros de distância. De lá vem uma boa comparação para medir a megalomania do natimorto projeto maranhense. Em Camaçari, a Ford está em fase final de ajustes de sua fábrica que vai produzir 250 000 carros por ano. A unidade da montadora é abastecida por 29 empresas de autopeças instaladas na região. Pois bem, o investimento somado

de todas essas empresas fornecedoras da Ford em Camaçari empata com o custo projetado da Usimar de São Luís do Maranhão. Um espanto. Se as fraudes não tivessem sido descobertas pelo Ministério Público, a Usimar teria custado dezenas e até centenas de vezes mais que fábricas de autopeças em funcionamento no Brasil e no mundo.

O que primeiro chamou a atenção dos procuradores que hoje investigam a escandalosa empreitada maranhense foi justamente o fato de esse megaprojeto, totalmente atípico pelo volume de dinheiro público envolvido, ter tido uma tramitação rotineira, descuidada até, na Sudam e no governo de Roseana Sarney no Maranhão, órgãos responsáveis por sua viabilização financeira. A Sudam precisou de apenas quatro dias para aprovar um investimento de metade do custo inicial da Usimar, de 690 milhões de reais, equivalente ao orçamento de um ano da entidade. A outra



ANA ARAUJO

metade viria do sócio privado, o paranaense Teodoro Hübner Filho, dono de uma fábrica de autopeças em Curitiba. Apesar de conceituada fornecedora de blocos de motores da Volkswagen e da Ford, a New Hübner, empresa de Teodoro, fatura apenas 50 milhões de reais por ano e nem de longe teria cacife para bancar a contrapartida exigida pelo projeto Usimar. Mesmo assim, o projeto foi aprovado em agosto de 1999 sem questionamento, como se fosse o de um ranário qualquer. Em poucos meses, 44 milhões de reais da Sudam foram repassados aos responsáveis pelo projeto. Três anos depois, a Usimar exhibe aquela face

típica das empreitadas da Sudam: é investigada por fraude e desvio de dinheiro, enquanto a obra é apenas um terreno baldio com alguns barracões e pilotis que começam a ser comidos pelo mato.

Desde a sua criação, existe a suspeita de que o clã Sarney tenha sido providencial para a aprovação do projeto Usimar. Os procuradores que investigam a fraude encontraram diversas pistas sobre o envolvimento dos Sarneys no processo. Na gigantesca operação de escuta que fez de fraudadores da Sudam no ano passado, a Polícia Federal captou alguns diálogos em que se cita o nome do senador José

Sarney. Num trecho ainda inédito do grampo telefônico autorizado pela Justiça, um fraudador diz que "o projeto da Usimar é do Sarney". Outro, também flagrado pela escuta, conta que "a filha dele (Roseana) tem interesse de aprovar". As fitas, obviamente, nada provam. Fraudadores têm como hábito citar nome de gente poderosa para impressionar seus interlocutores. Na semana passada, porém, surgiram evidências mais comprometedoras entre os documentos apreendidos pela Polícia Federal na empresa de Roseana Sar-

A placa informa o preço absurdo da Usimar de 1,38 bilhão de reais: sobram ruínas e suspeitas

ney e de seu marido, Jorge Murad, a Lunus, de São Luís. Numa pasta, os policiais encontraram uma carta endereçada a Murad com tópicos como "Usimar — Pendências" e "Resumo do

Projeto". A polícia achou também um documento enviado pela Sudam, via fax, a Jorge Murad. É o ofício DAI 695/99, de setembro de 1999. Ele é assinado pelo então superintendente da Sudam, José Artur Guedes Tourinho, e endereçado à Usimar. Nessa época, a empresa tinha apenas um mês de vida. Os policiais se per-

Um preço escandaloso

Com custo projetado de 1,38 bilhão de reais, a Usimar sairia de dezenas a centenas de vezes mais cara que outras fábricas de autopeças do Brasil e do mundo — e custaria mais até que montadoras de automóveis

Empresa	USIMAR	AUDI	GENERAL MOTORS	FIRE/FIAT	VOLKSWAGEN	CONTINENTAL	GRUPO BBA	KOYO SEIKO	DANA/DAIMLERCHRYSLER	DUMAFER
Local	São Luís, Maranhão	São José dos Pinhais, Paraná	Moscou, Rússia	Betim, Minas Gerais	Resende, Rio de Janeiro	México	São José dos Campos, São Paulo	Piraquara, Paraná	Campo Largo, Paraná	Pindamonhangaba, São Paulo
Ano do projeto	1999	1999	2001	2000	1996	2001	1998	1998	1998	1995
Produto	Blocos de motores e peças de alumínio e aço fundido, como virabrequins e cabeçotes	Automóveis	Automóveis	Motores	Caminhões	Pistões e cilindros	Pastilhas e lonas de freio	Sistemas de direção	Suspensões e rodas	Bombas de combustível
Custo (em reais)	1,38 bilhão	800 milhões	780 milhões*	690 milhões	300 milhões	110 milhões*	50 milhões	20 milhões	15 milhões	8 milhões

* Preço em dólar convertido em reais

guntam agora que estranha coincidência teria feito com que documentos da Sudam sobre a Usimar fossem parar no escritório particular de Murad, que, oficialmente, nada tem a ver com o projeto.

"Coincidências, quando se repetem demais, não são apenas coincidências. Indicam uma tendência que precisa ser investigada", disse a VEJA um dos envolvidos na apuração. A investigação feita até agora mostra um empenho especial da governadora do Maranhão e de Murad no fulminante processo de aprovação do projeto Usimar. A pedido de Roseana, o projeto foi incluído na pauta do Conselho Deliberativo da Sudam (Condel) apenas vinte dias antes da reunião. Proje-

tos muito menos complexos ficam normalmente até seis meses na fila. O superintendente Tourinho precisou somente de quatro dias para dar seu parecer favorável e levar o projeto a votação no Condel, que era presidido justamente por Roseana. O projeto foi aprovado por dezenove votos a favor e um contra, dado pelo superintendente da Receita Federal em Belém do Pará, José Tostes Neto, representante do Ministério da Fazenda no Condel. Conforme depoimentos colhidos pelos procuradores que investigam o caso, Murad tentou mudar o voto de Tostes. O representante do Ministério da Fazenda pediu para ver as declarações de imposto de renda dos controladores da Usimar. Disseram-lhe que os documentos estavam numa sala ao lado. Mas na sala ao lado Tostes encontrou o marido de Roseana, Jorge Murad, e o dono oficial da Usimar, Teodo-



Tourinho: ele aprovou o projeto em tempo recorde, apenas quatro dias

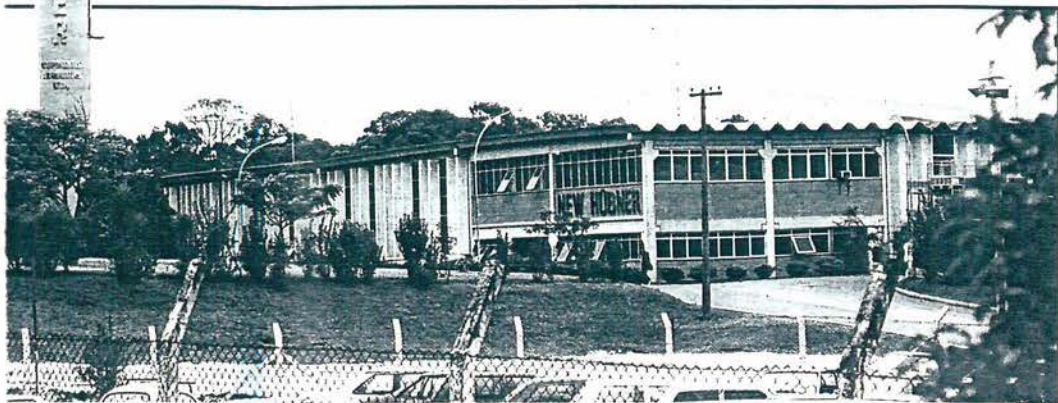
cionalidade econômica. No projeto original, informa-se que a Usimar produziria peças pesadas a partir de ferro comprado da Vale do Rio Doce. Parte da produção seria vendida para a Volkswagen, a Ford e a Audi. Outra parte seria exportada. Os especialistas dizem que esses fundamentos são equivocados. "Não faz sentido uma empresa de autopeças instalar-se no Maranhão se tiver que vender para São Paulo.

Ainda mais quando o produto é muito pesado e caro para transportar", diz o consultor Diogo Clemente, especialista em indústria automobilística. Os clientes potenciais citados no projeto nunca o levaram a sério. Na Volkswagen foram feitas duas reuniões de diretoria para examinar o assunto. "Concluiu-se que seria desastroso ter o nome da companhia vinculado a um projeto tão cheio de falhas", lembra um alto funcionário que participou das reuniões. Na Ford a reação foi a mesma. "A empresa nunca cogitou de ter a Usimar como fornecedora", afirma um diretor da Ford. Demorou dois anos e custou 44 milhões de reais para que se descobrisse que a Usimar era apenas uma empresa fantasma que ainda vai assombrar muita gente. ■

Com reportagem de Diogo Schelp e José Edward

A New Hübner, em Curitiba: com faturamento de 50 milhões de reais, queria ser dona da bilionária Usimar

Leia também a reportagem "Abriu-se o covil da Sudam" (de 11/4/2001), em www.veja.com.br.



ANEXO 13 –É a vez de Serra (Veja, 20 de março de 2002)

É A VEZ DE SERRA

O tucano rouba o lugar de Roseana Sarney nas pesquisas e deixa mordida a cúpula do PFL, que só fala em vingança

As últimas pesquisas de opinião divulgadas na semana passada dão a exata dimensão do prejuízo provocado na candidatura de Roseana Sarney pela devassa feita pela Polícia Federal em seu escritório. Em pouco mais de dois meses, de acordo com dados do Datafolha, Roseana caiu de 21% das intenções de voto para 15%, perdendo o segundo lugar para o candidato tucano, José Serra, que subiu de 7% para 17%. Serra esperava melhorar sua posição nas pesquisas aos poucos. Segundo suas contas, lá pelo mês de junho estaria brigando pelo segundo lugar. Mas acabou tomando o posto de Roseana já em março. Diante do novo cenário, pode-se dizer que o tucano abraça chances muito maiores de chegar ao Palácio do Planalto que aquelas que a filha de José Sarney tinha antes da batida policial. Mais uma vez, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, corre o risco de atuar como figurante para valorizar a vitória do candidato anti-PT. Aconteceu isso em 1989, quando Fernando Collor e Lula fizeram o segundo turno, mas há agora uma diferença notável que dificulta ainda mais a missão do petista. Serra chega à corrida com apoio da máquina do governo, tendo a empurrá-lo Fernando Henrique Cardoso, cujo prestígio está ascendente, de acordo com as pesquisas. Outro fator decisivo diz respeito ao apoio seguro que Serra recebe no meio empresarial paulista. Nesse sentido, pode-se dizer que chegou a vez de Serra.

Na outra ponta, o PFL está em estado de catalepsia. Perdeu seu lugar no governo, está perdendo sua esperança de concorrer com candidato próprio e procura desesperadamente soluções que evitem sua rendição humilhante ao tucano José Serra. Na semana passada, a cúpula do partido falava em tomar carona na candidatura Ciro Gomes. E teve até gente lembrando de apelar para que Silvio Santos concorresse à Presidência com a camisa pefelê. "Eles sempre pensam no meu nome em momentos de crise", disse a VEJA o empresário. "Mas não tenho planos de entrar nessa aventura."

O PFL é portador do vírus governista, para o qual não se conhece uma vacina. Está em seu DNA aderir de novo. Mas, por enquanto, é impensável que seus cardeais voltem de cabeça baixa a procurar o homem a quem atribuem a desgraça de sua candidata. Enquanto não se decidem pelo que fazer, agarram-se a qualquer chance de vingança. Na semana pas-



Fonte: Datafolha



sada, os pefelistas entusiasmaram-se com a criação de uma "CPI do grampo" em união amigável com o PT, que sempre detestaram, sob o pretexto de que o Ministério da Saúde, com Serra à frente, contratou uma firma de arapongagem. Ao mesmo tempo que pressiona, o PFL reza para que o PSDB acabe optando por uma candidatura alternativa à de José Serra, como a de Aécio Neves, para que o partido possa aderir sem vexame. Nesse sentido, também se pode dizer que chegou a vez de Serra — a vez de Serra virar alvo.

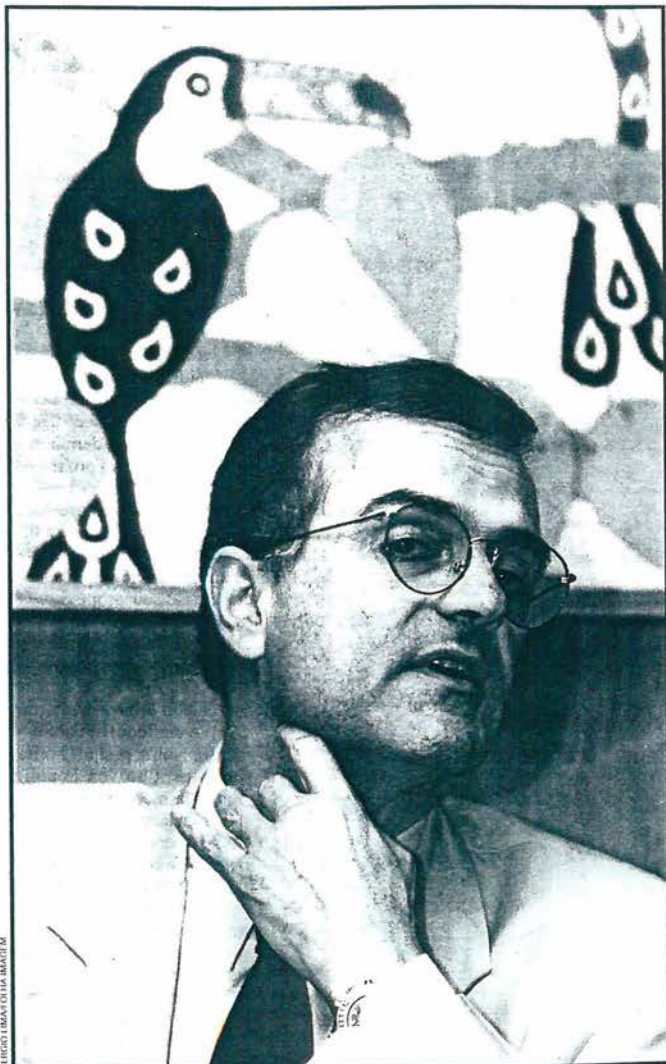
Nesse ambiente hostil envolvendo os dois principais partidos da base governista, espalha-se pelo Brasil afora um clima de delação. Dossiês recheados de denúncia, na maior parte calúnias, circulam nervosamente de mão em mão.

É a campanha mais lamacenta que o país já viu desde o fim da ditadura militar. Fernando Collor apelou para a difamação contra Lula, mas só fez uso dessa arma insidiosa no fim da campanha. Com um detalhe: ele teve a coragem de divulgar denúncias

contra Lula no próprio programa eleitoral, correndo o risco de ser punido pelo eleitor em razão da baixaria. Agora, não. Os apócrifos dossiês, a arapongagem e a difamação começaram sete meses antes da eleição. Não há provas nesses dossiês.

Aliás, nem é esse seu propósito. O que eles provam, na verdade, é que os bandidos são seus autores, e não as pessoas que neles são denunciadas. O PT acompanha calado a movimentação e o povo a tudo vê com espanto. Numa pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi, mais da metade dos brasileiros acham que esses dossiês só servem para intimidar e 75% acreditam que político faz qualquer coisa para ganhar eleição. Com isso, a campanha desce do patamar desejável da discussão dos temas relevantes e se projeta na sarjeta da acusação pessoal. Não é um padrão civilizado e construtivo, marcado pela busca de idéias e receitas para melhorar o país.

E as bruxarias andam soltas



Numa guerra suja, a "base aliada" se engalfinha com grampos e dossiês

Felipe Patury e Marcelo Carneiro

Ninguém esperava que fosse tão cedo, faltando ainda sete meses para o pleito presidencial, mas a guerra suja das campanhas eleitorais já deu o ar de sua graça. Na semana passada, no rastro da devassa policial no escritório da Lunus, empresa da governadora Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad, Brasília foi tomada por aquela parafernália que traz à superfície o que há de mais subterrâneo: espionagem, grampos telefônicos e dossiês. No Congresso, o PFL protocolou uma denúncia contra o deputado tucano Márcio Fortes, do Rio de Janeiro. Acusam-no de contratar arapongas para espionar a governadora do Maranhão. O PFL também fez barulho com a notícia de que, sob o comando de José Serra, o Ministério da Saúde pagou uma bolada a uma empresa para detectar grampos telefônicos em suas dependências. Suspeita-se que, na verdade, a empresa poderia estar fazendo espionagem para Serra. Por fim, o PFL ameaça juntar-se ao PT para criar a CPI da arapongagem, com o objetivo de azucrinar o governo, investigando todos os casos de escuta clandestina ocorridos na gestão de Fernando Henrique.

Os pefelistas têm sido acusados de levantar a voz contra uma investigação legítima e legal, que começou em abril de 1997, bem antes da campanha presidencial. Afinal, não foi um tucano, nem um araponga,

O deputado Márcio Fortes, acusado de arapongagem: denúncia no Congresso

PESQUISA

Com a palavra, o eleitor

Na semana passada, o Instituto Vox Populi preparou uma pesquisa para saber a opinião do leitor sobre o momento atual da campanha. Foram ouvidas 504 pessoas, por telefone, em quinze capitais brasileiras. Eis algumas das perguntas

■ Pelo que tem visto até agora, você diria que:

Os candidatos estão principalmente debatendo idéias e propostas.....**20%**

E estão principalmente trocando acusações uns contra os outros.....**80%**

Eliminadas as alternativas "não sabe", "não respondeu" e "nenhuma das duas"

■ Pensando no comportamento dos candidatos, qual das seguintes frases melhor expressa sua opinião?

De maneira geral, eles têm um comportamento ético em relação aos outros.....**7%**

Às vezes não são tão éticos, mas respeitam as regras do jogo.....**18%**

E estão dispostos a fazer qualquer coisa para ganhar a eleição.....**75%**

Eliminada a alternativa "não sabe"

■ A imprensa noticia que alguns candidatos prepararam dossiês com acusações para prejudicar determinados adversários. Sobre isso, com qual das seguintes opiniões você concorda mais?

É legítimo investigar a vida dos oponentes e preparar dossiês.....**47%**

Os dossiês servem apenas para intimidar. São uma sujeira.....**53%**

Eliminadas as alternativas "não sabe", "não respondeu" e "nenhuma das duas"

■ Pelo que você sabe ou imagina, qual é a principal origem do dinheiro que os políticos usam em suas campanhas?

O caixa dois das empresas.....**78%**

Doações legais de pessoas físicas ou jurídicas.....**22%**

Eliminadas as alternativas "não sabe", "não respondeu" e "nenhuma das duas"



Bornhausen, presidente do PFL: batendo na tecla das investigações espúrias

quem colocou 1.3 milhão de reais no escritório da Lunus. As versões mentirosas sobre o dinheiro também não foram criadas por adversários (veja reportagem na pág. 44). Não foram obra de tucano ou araponga as suspeitas que ligam Jorge Murad às fraudes contra a velha Sudam. Há que se reconhecer, no entanto, que a arapongagem sempre esteve solta, como prova o célebre caso do grampo no BNDES, até hoje não esclarecido, cujo suspeito número 1 ainda é Telmo, um ex-araponga oficial. Para desincanto de quem esperava que essas práticas estivessem sepultadas, elas continuam em pleno vigor. E, por incrível que pareça, os bruxos da espionagem aparecem quase sempre voando nos céus do que até pouco tempo atrás se chamava de "base aliada do governo" — ou seja, tucanos e pefelistas.

O governador Anthony Garotinho conta que, em 18 de fevereiro, recebeu uma pessoa no Palácio das Laranjeiras, a residência oficial do governador do Rio. Garotinho se recusa a revelar a identidade do interlocutor, limitando-se a dizer que era "um político fluminense", mas relata o conteúdo da conversa. Seu

visitante ofereceu-lhe um cardápio de denúncias contra a governadora do Maranhão. Era um calhaço, com mais de 10 centímetros de altura e uma capa transparente sobre uma folha branca, em que se lia "Dossiê Roseana Sarney". Garotinho manuseou o material por uma hora e meia. Estava dividido em três partes. Uma falava da vida pessoal da governadora. Outra contava supostos casos de irregularidades no governo do Maranhão. A última versava sobre a família Sarney. "Aquilo foi coisa de profissionais", afirma o governador. "Existem detalhes como o valor de uma conta de restaurante que ela pagou, com quem estava e o cartão de crédito que usou", completa.

Garotinho diz que não foi possível precisar o período em que o dossiê foi produzido porque constavam fotos e documentos antigos e atuais. No dossiê, lembra o governador, havia ainda transcrições de grampos telefônicos. Isso levou à suspeita no PFL de que a devassa da Polícia Federal no escritório da Lunus só foi realizada no dia 1º de março porque um grampo telefônico teria permitido aos policiais saber que, naquele dia, haveria mais de 1 milhão de reais em di-

nheiro vivo nos cofres da empresa, razão pela qual o diretor da PF, Agílio Monteiro, foi convidado a prestar explicações no Congresso nesta semana. Garotinho diz que não se importou em ficar com o material ou tirar cópia, mas quis saber qual era o interesse de seu interlocutor na divulgação do material. O "político fluminense" teria dito: "O mesmo seu, abalar a candidatura da Roseana". Garotinho, então, quis saber a mando de quem o "político fluminense" lhe oferecia o dossiê. "Do Márcio Fortes", ouviu. Encerrada a conversa, Garotinho ligou para José Sarney e contou o que viu. Sarney disse que já sabia de tudo. E que aquilo era obra "desse Márcio Fortes".

De fato, Sarney já sabia da história. Há dois meses, o ex-presidente procurou Fernando Henrique Cardoso no Palácio da Alvorada. Reclamou de duas coisas. Disse que arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) estavam vasculhando a vida de sua filha. E que espões contratados pelo deputado Márcio Fortes estavam fazendo o mesmo. Márcio Fortes não é um tucano qualquer. É secretário-geral do PSDB e membro do coração da campanha de Serra. A Sarney, Fernando Henrique esclareceu que jamais dera essa ordem para o general Alberto Cardoso, chefe da Abin, mas ficou de apurar o assunto. E ainda pediu ao general que ligasse para Sarney. Ocorreu o seguinte diálogo:

— Não existe nada disso, senador — garantiu o general ao telefone, referindo-se a sua turma da Abin.

— O Márcio Fortes — insistiu Sarney — contratou gente ligada à comunidade de informações no Rio. Estão fazendo dossiês contra Roseana.

— Ah, isso pode ser... Vou investigar — respondeu o general Cardoso.

O ex-presidente José Sarney nunca apresentou nomes, datas ou qualquer outro dado para reforçar suas acusações. O governador Garotinho recusa-se a dar o nome do interlocutor que levou o dossiê para ele examinar. O deputado Márcio Fortes nega qualquer envolvimento com o assunto. "Não conheço nem nunca tive qualquer contato com as pessoas aponta-

das como autoras de grampos", afirma Fortes. Mesmo com essas brechas todas, os ânimos se acirraram ainda mais na semana passada, quando se descobriu a história de uma empresa contratada pelo Ministério da Saúde para combater grampos telefônicos. Ela se chama Fence Consultoria Empresarial e pertence a um coronel da reserva, Enio Fontenelle. Até o ano passado, sua empresa tinha um contrato de 28 000 reais fixos por mês com o Ministério da Saúde para fazer varredura em linhas telefônicas e leitura eletromagnética de ambientes. Sua função era pro-

O deputado Moroni Torgan: aviso a Tasso sobre grampo telefônico

O governador Tasso Jereissati: sem acreditar que o tucano Márcio Fortes se envolveu em bruxarias



MOREIRA MARIZ



LUIS CARLOS KESTER/WAGNER



Paulinho, da Força Sindical: também avisou a Tasso sobre dossiês

O ex-presidente José Sarney: outro que alertou Tasso sobre arapongagens



JOSÉ ROCHA/INSTITUTO ANTONIO

antes do rompimento com o governo, eram comandados pelo PFL, como o Ministério do Esporte e Turismo e a Caixa Econômica Federal. A Fence também é a preferida dos tribunais. Hoje, tem contrato com o Supremo Tribunal Federal e com o Superior Tribunal de Justiça. A diferença gritante está nos preços. No fim do ano passado, renovou seu contrato

com o Ministério da Saúde e abocanhou uma bolada de 1,8 milhão de reais. Dá 150 000 reais por mês. Nenhum outro contrato com órgão público é assim tão elevado. O maior deles foi com o Superior Tribunal de Justiça, mas não chegava a 16 000 reais por mês — ou quase um décimo do valor do contrato com o Ministério da Saúde.

O coronel Fontenelle justificou o aumento de sua carga de trabalho com os embates que o Ministério da Saúde teve nos casos de quebra de patentes de remédios para a Aids, do lançamento dos genéricos e da luta contra o cigarro. Como nada disso aconteceu neste ano, o coronel admite: "O volume de trabalho cresce de acordo com os riscos. Ser candidato a presidente da República é, sem dúvida, motivo de riscos maiores". Para ganhar os 150 000 reais expressos no contrato, a Fence tem de realizar até 600 incursões em busca de grampos no Ministério. Se no mesmo mês chegar a linha do ministro 600 vezes, leva os 150 000. De 1º de janeiro até 28 de fevereiro, Fontenelle já faturou no Ministério da Saúde 211 000 reais. Isso significa que realizou nada menos que 840 varreduras em apenas 59 dias. Feita a conta, chega-se a catorze varreduras por dia.

O jogo sujo é arma conhecida nas campanhas eleitorais, mas costuma aparecer perto da reta final, e não com tanta antecedência. Na semana passada, não havia um ou dois dossiês circulando em certas rodas de políticos e empresários, mas vários — e sempre na tal "base aliada". Há quinze dias, o governador do Ceará, o tucano Tasso Jereissati, recebeu um telefonema

■ Pelo que você imagina, qual é o interesse de empresas que dão dinheiro para campanhas políticas?

Ajudar candidatos com cujas ideias os empresários estejam de acordo.....5%

Conseguir aproximação com futuros governantes para ter influência política.....33%

Poder exigir vantagens futuras em troca de apoio nas eleições.....62%

Eliminadas as alternativas "não sabe", "não respondeu" e "nenhuma das duas"

■ Algumas pessoas acham que a ação da Justiça Federal e da Polícia Federal na sede de uma empresa de Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad, foi armação do governo do PSDB e de José Serra para atrapalhar a candidatura do PFL. Outras acreditam que a ação não foi uma armação e é uma investigação séria para identificar pessoas e empresas culpadas de desvio de verbas públicas. Com qual das duas opiniões você concorda mais?

Com a primeira. Foi armação.....33%

Com a segunda. É uma investigação séria.....59%

Não tem opinião formada.....8%

Eliminadas as alternativas "não respondeu" e "nenhuma das duas"

■ Sobre a origem do dinheiro encontrado no escritório de Roseana Sarney, qual é sua opinião?

É dinheiro legal, obtido nos negócios da empresa.....5%

É dinheiro para financiar a campanha de Roseana.....28%

É dinheiro de corrupção.....55%

Não sabe.....12%

Eliminadas as alternativas "não respondeu" e "nenhuma dessas"

■ Depois da ação da Polícia Federal, Roseana afirmou que o episódio demonstrava preconceito contra a mulher. Você concorda ou discorda dessa avaliação?

Concorda.....22%

Discorda.....78%

Eliminadas as alternativas "não sabe", "não respondeu" e "nenhuma das duas"

de Samey, alertando-o para a existência de um dossiê sobre seu governo. Dias depois, Jereissati recebeu outra ligação. Um emissário do deputado Moroni Torgan, do PFL,

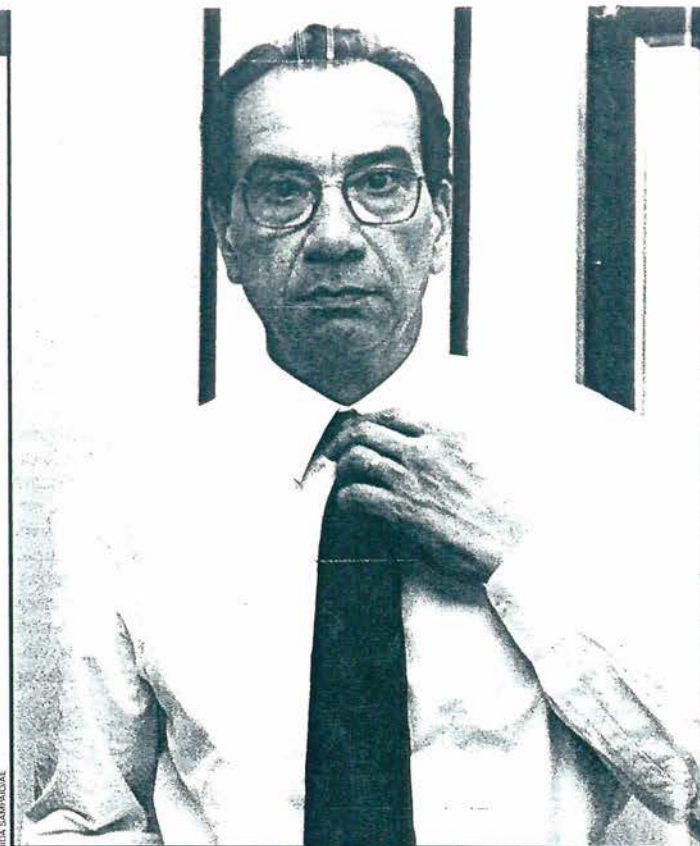
O ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira: até agora, é o alvo principal dos pefelistas

seu desafeto na política local, confirmou ao governador que havia um dossiê a seu respeito. Nessa versão, as acusações tratavam de operações bancárias consideradas estranhas feitas pelo Banco do Nordeste, cujo presidente foi indicado por Jereissati. Torgan nega ter falado em dossiê e diz ter feito um alerta sobre a existência de supostos grampos para investigar o governador do Ceará.

Em outubro do ano passado, o governador já recebera um telefonema do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho. Ele contou que ouvira relato sobre um dossiê a respeito de operações descritas como irregulares das empresas da família da mulher de Jereissati, o grupo Edson Queiroz, o maior do Estado. Na última semana, Paulinho confirmou a VEJA que obteve a informação e deu ciência dela a Tasso Jereissati. Em pelo menos um dos três telefonemas, Jereissati foi comunicado de que a mão por trás do dossiê — olha ele aí de novo — era a de Márcio Fortes. “Os dossiês não passam de afirmações levianas organizadas por desocupados”, afirma o governador. A respeito de Márcio Fortes, Jereissati declara: “Não posso acreditar, em hipótese alguma, que o secretário-geral do PSDB, impulsor da campanha a presidente do nosso candidato, que é o Serra, possa estar fazendo qualquer coisa contra mim”.

Quando se fala da existência de um dossiê, as pessoas podem ser levadas a acreditar que se trata de um compêndio encadernado e volumoso. Isso não é uma regra. Alguns dossiês podem até ser volumosos, mas entre os papéis em circulação nos últimos dias há até “dossiês” de uma folha só. Numa dessas

Telmo, o ex-araponga oficial, suspeito no caso do grampo do BNDES



folhas soltas há o relato de que um governador do PFL teria gasto 150 000 dólares numa viagem de dez dias a Paris. A viagem de fato existiu, mas o governador nega que tenha gasto tal quantia — e VEJA optou por não identificá-lo porque não há prova do esbanjamento. Outra característica ligada aos dossiês diz respeito à sua consistência. Por maior que seja o documento, em geral não apresenta prova alguma de irregularidade. Não se está falando de um aprofundado estudo a respeito de um personagem com o objetivo de listar a ocorrência de fraudes comprovadas associadas ao seu nome. Seu único propósito é difamar e levantar uma nuvem de suspeitas sobre o político em torno

de quem se escreve. A idéia é sugerir que o alvo das investigações não passa de um vigarista, quando, na verdade, a vigarice confirmada é a do autor do dossiê.

Esse tipo de dossiê costuma aparecer em períodos de eleição, mas muitos deles foram produzidos com bastante antecedência e ressurgem em fase de campanha. Boa parte dos papéis surge como contribuição a um candidato, feita por um empresário amigo ou aliado político. É o caso de um dossiê que versa sobre alguns assessores e amigos de José Serra, principalmente o economista Andrea Calabi, ex-presidente do BNDES. Foi preparado por encomenda de um dos maiores bancos de investimentos do Brasil e realizado por uma empresa americana. O “documento”, confeccionado no início de 2000, reapareceu agora, nas mãos de um político do PFL. Os dossiês têm em comum o fato de revelar episódios incríveis, denúncias monumentais, cobranças de propinas astronômicas. A grande maioria, no entanto,

■ **Pensando no que aconteceu com Roseana, qual das seguintes frases descreve melhor o que você pensa?**

Ela estava mais envolvida em aspectos obscuros que os outros candidatos..... **17%**

Se procurar, serão encontradas coisas parecidas sobre todos os outros candidatos.. **83%**

Eliminadas as alternativas “não sabe” e “não respondeu”

■ **Esses fatos aumentaram ou não sua preocupação sobre a vida pregressa e o comportamento dos outros candidatos?**

Aumentaram..... **74%**

Não aumentaram..... **16%**

Foram indiferentes..... **10%**

■ **O candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, anunciou que deseja fazer uma coligação com um partido à direita, o PL. Como você avalia essa decisão?**

É legítima. O PT precisa ampliar seu leque de alianças para poder governar..... **32%**

É oportunista. O PT sempre combateu os partidos de direita..... **68%**

Eliminadas as alternativas “não sabe”, “não respondeu” e “nenhuma das duas”

■ **Vou ler duas opiniões sobre a relação entre o candidato Anthony Garotinho e as igrejas evangélicas e gostaria de saber qual delas mais se parece com a sua:**

Garotinho é naturalmente próximo dessas igrejas, pois ele é evangélico. Não há nada de errado nisso..... **34%**

Embora seja evangélico de fato, está usando a religião para se promover..... **66%**

Eliminadas as alternativas “não sabe”, “não respondeu” e “nenhuma das duas”

■ **Existem políticos tanto do PSDB quanto de outros partidos que têm resistência a José Serra. Sobre isso, vou ler três afirmações e gostaria de saber com qual delas você mais se identifica:**

Serra provoca resistência porque é um trator que passa por cima de todo mundo que está na frente dele..... **22%**

Essa resistência vem do fato de ele se relacionar mal com os políticos e ser antipatizado por muitos..... **38%**

Ela vem das qualidades de Serra, que é um político mais competente que a maioria..... **40%**

Eliminadas as alternativas “não sabe”, “não respondeu” e “nenhuma dessas”. A íntegra da pesquisa está em www.veja.com.br



Agílio, diretor da PF: convite para prestar explicações no Congresso nesta semana

trabalha com fatos impossíveis de ser comprovados. Existe um dossiê, oferecido a um grande empresário brasileiro, que transcreve

telefonemas trocados entre um ex-ministro do governo Fernando Henrique e um deputado federal. No telefonema, o ex-ministro oferece dinheiro ao deputado em troca da aprovação de um projeto de interesse do governo federal. A transcrição do diálogo impressiona, mas não há fita para comprovar sua veracidade.

Na semana passada, VEJA encomendou ao Instituto Vox Populi uma pesquisa para verificar a impressão dos eleitores sobre a campanha após os fatos dos últimos dias. Foram entrevistados 500 eleitores, por telefone, entre a quarta e a quinta-feira, em quinze

capitais. Os resultados mostram que o eleitorado está descontente com os candidatos. Para 75% das pessoas ouvidas, os políticos es-

tão dispostos a fazer qualquer coisa para ganhar o próximo pleito. Para 78% dos eleitores, as campanhas são financiadas com o dinheiro do caixa dois das empresas, e 95% declaram que o interesse dos empresários que financiam políticos é obter influência no governo e exigir vantagens em troca de favores. O Brasil está mal-humorado com o comportamento de seus políticos. E a guerra dos dossiês só contribui para piorar esse mau humor. ■

Participe do fórum de debates e diga o que acha da guerra de dossiês em www.veja.com.br

AS CONEXÕES DE MURAD

A MEGAFRAUDE

Jorge Murad é suspeito de envolvimento na fraude do projeto Usimar, um meganegócio de 1,38 bilhão de reais. Ao lado da mulher, Roseana Sarney, mostrou empenho especial na aprovação do projeto — que recebeu 44 milhões de reais em recursos públicos e não saiu do papel. Além disso, no escritório da Lunus, de sua propriedade, foram encontrados documentos da Usimar

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO
SUDAM

Projeto INDUSTRIAL
Valor: R\$ 1.380.054.840,00
Empresa: USIMAR & COMPONENTES AUTOMOTIVOS



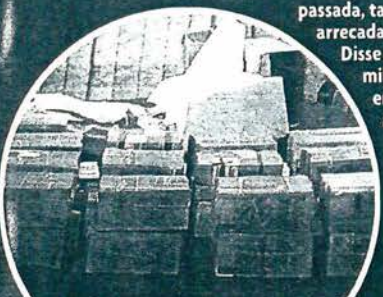
O TODO-PODEROSO

Até a semana passada, quando renunciou ao cargo, Jorge Murad era o todo-poderoso secretário do governo de sua mulher. Comandava as áreas de economia, indústria, comércio, ciência, tecnologia, turismo e agricultura. De todo o orçamento do Estado, 40% estavam sob seu domínio direto e a liberação dos outros 60% dependia de sua autorização



O CAIXA

Murad, conforme confessou na semana passada, também fazia as vezes de arrecadador de campanha de sua mulher. Disse que a montanha de dinheiro, 1,34 milhão de reais, encontrada em sua empresa era destinada a financiar a pré-campanha presidencial de Roseana. Foi a sétima versão para explicar o dinheiro



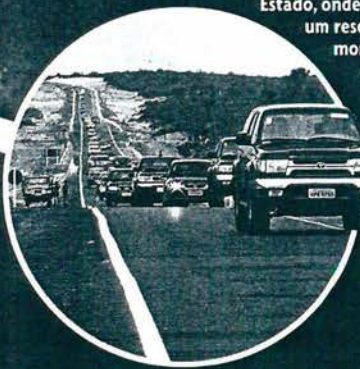
TUDO EM FAMÍLIA

Os primos de Jorge Murad são reis das verbas no Maranhão. Um deles, Miguel Dualibe, é dono de duas empresas, Remoel e Premolde. Outros dois primos, Henry e Francisco Dualibe, são proprietários da Duvel e da Ducol. Juntas, as quatro companhias selaram, de 1998 para cá, contratos com o governo que somam, pelo menos, 104,7 milhões de reais. O orçamento anual do Estado do Maranhão é de 2,9 bilhões de reais



UM SUCESSO

Há suspeitas sobre a relação de Murad com a construtora Sucesso. A empreiteira firmou contrato com o governo do Maranhão, de 37 milhões de reais, para construir a estrada para o litoral do Estado, onde Murad planeja erguer um resort. Além disso, do montante de 1,34 milhão de reais encontrados na Lunus, 150 000 foram pagos pela Sucesso. Por fim, a empreiteira trabalha em associação com Severino Cabral, sócio de Murad em três empreendimentos — entre eles, o resort no litoral



LACOS OCULTOS

O Ministério Público Federal suspeita que a Lunus, que pertence a Murad e Roseana, mantenha até hoje uma sociedade oculta com a empresa Agrima, cujo projeto agrícola, batizado de Nova Holanda, é suspeito de desviar entre 10 milhões e 15 milhões de reais da Sudam



NO BUNKER

Numa devassa feita no ano passado na maior usina de fraudes contra a Sudam no Maranhão, o escritório AC Rebouças, de Aldenor da Cunha Rebouças, a polícia encontrou documentos sobre Murad. Na AC Rebouças, havia uma cópia do contrato de criação da Lunus e papéis referentes a alterações contratuais da empresa de Murad e Roseana



um único tostão pelo imóvel, para que dissessem que a compra acontecera em fevereiro. Como já tinham forjado o empréstimo de 650 000 reais, para completar o 1,34 milhão faltavam 690 000 reais. Bastava, então, simular a venda de dezesseite chalés, a 40 500 reais cada um. Decidiram "vender" vinte para dar mais credibilidade à história. A diferença, justificariam, se preciso, era em razão de algumas despesas já realizadas para iniciar as obras do resort.

Para concluir a farsa, Murad e Cantanhede forjaram então a entrada do dinheiro no balancete contábil da Pousada dos Lençóis do mês de fevereiro. No balancete, que estava no computador, registraram as duas operações — o empréstimo e as vendas — que nunca existiram de fato. Tudo muito semelhante à célebre Operação Uruguai, uma farsa montada pelo ex-presidente Fernando Collor para justificar a existência de 5 milhões de dólares — igualmente avalizada por dois empresários e amigos, o senador cassado Luiz Estevão e o deputado Paulo Octávio. Apesar do empenho, a versão maranhense do 1,34 milhão de reais não colou. Na segunda-feira passada, Jorge Murad e Roseana se reuniram com um grupo de assessores para analisar o caso. Surgiu a idéia de dizer que o dinheiro era caixa de campanha. "Isso é um crime perigosíssimo", insistia o advogado Vinícius Berredo Martins, que era contra essa versão. "Admitir que esse dinheiro é de campanha vai liquidar de vez essa candidatura", ponderou um assessor de Roseana. Foi quando Murad fez uma intervenção decisiva. "Desculpe, mas a candidatura já acabou", disse ele. Foi o sinal verde para que a nova versão começasse a ganhar forma.

Ninguém sabe, realmente, se o dinheiro era para a campanha de Roseana Sarney ou não. Mesmo porque os recursos, quando oferecidos na surdina, só se tornam "dinheiro de campanha" na hora da saída — e não na de entrada. As contribuições recolhidas por Murad não foram feitas no período legal, pois a candidatura de Roseana nem sequer foi oficialmente registrada, e também não se deram por meio do mecanismo adequado, que é o bônus eleitoral. Assim, empresários podem até ter contribuído com Murad, julgando que estavam auxiliando nos gastos de Roseana, mas isso só se materializaria no momento em que o dinheiro realmente fosse

FOTOS: A. BARETTO/IMPRESSÃO/ALVES-ALVO; IMPRESSÃO/ALVES-ALVO; IMPRESSÃO/ALVES-ALVO; MARIA JOHANA DO TOCANTINS/ANA ARALDO



O material apreendido pela polícia no escritório AC Rebouças: papéis da Lunus e pilhas de cheques



O deputado Francisco Coelho (à esq.) e o consultor Aldenor da Cunha Rebouças: pagamento em cheque



usado na campanha eleitoral — o que não aconteceu. O único aspecto que incomodava Murad para assumir essa versão era a revelação dos doadores. “Vou ter de expor o nome de pessoas que colaboraram conosco”, reclamou Murad. Os advogados tranquilizaram-no, dizendo que isso poderia ser feito apenas em juízo. Na terça-feira, portanto, Murad chamou a imprensa e leu sua nota.

Analisada sob seus diversos ângulos, a história alça Jorge Murad à condição de fenômeno. Significa que o homem mais poderoso do governo de Roseana Sarney, responsável por áreas centrais da administração pública e controlador de quase metade do orçamento do Estado do Maranhão, era também um caixa clandestino de campanha. Num paralelo histórico, guardadas as proporções e as circunstâncias, era como se PC Farias, o célebre caixa eleitoral, tivesse sido, além de tudo, o mais poderoso ministro de Estado durante o governo de Fernando Collor. No caso de Murad, as conexões são fabulosas. Além de caixa eleitoral e secretário todo-poderoso, cargo ao qual foi consagrando a renunciar na semana passada,

Murad espalha tentáculos cruzados entre negócios públicos e privados. A construção do resort em Lençóis Maranhenses, que esteve no centro da mentira sobre o 1,34 milhão de reais, é apenas uma entre as estrelas dessa constelação de interesses.

Há algum tempo, Luís Carlos Cantanhede Fernandes, dono de uma agência de viagens, convidou o amigo Jorge Murad para tocarem juntos um empreendimento de exploração turística do litoral do Estado. Fundaram a Pousada dos Lençóis, que depois também recebeu como sócio o engenheiro Severino Cabral. O projeto, inicialmente, previa investimento de 5 milhões de reais, mas estudos preliminares indicavam que era dinheiro demais para colocar num lugar de difícil acesso, onde não havia nem estrada asfaltada. Como num consórcio de amigos, tudo começou a se resolver. O governo do Maranhão construiu a estrada ligando São Luís a Barreirinhas, município onde se localizará o resort. A parte final da estrada, que viabilizou o proje-

to e valorizou a região, foi feita pela construtora Sucesso, do empresário piauiense João Claudino. Quando a Polícia Federal bateu na Lunus, encontrou 150 000 reais, com uma tarja identificando que era dinheiro da Sucesso. Murad, agora, diz que se tratava de recursos de campanha. Ou seja: um projeto privado se viabilizou, o Estado pagou a obra, a obra foi feita por um amigo — e o amigo pingou dinheiro no caixa eleitoral.

A parceria se desdobrou em outros campos. Hoje, a Sucesso mantém um canteiro de obras no Estado que já lhe rendeu 55 milhões de reais. Além da estrada para Barreirinhas, a empreiteira construiu um shopping center. Começou a obra sozinha, enfrentou problemas burocráticos, mas acabou por concluí-la depois que aceitou como sócio um amigo de Jorge Murad, Miguel Ethel. A construtora também atuou no mercado imobiliário, erguendo um prédio numa das áreas mais valorizadas de São Luís. O engenheiro responsável é Severino Cabral, também dono de uma empreiteira e sócio de Jorge Murad na Pousada dos Lençóis. O luxuoso edifício, construído no bairro da Ponta d'Areia, encantou Jorge Murad. Ele foi um dos primeiros a comprar uma unidade.

As relações de parentesco também fazem parte das engrenagens de Murad. Seus primos, por exemplo, possuem empresas que atuam em diversos setores — construção civil, revenda de veículos, instalações elétricas — e costumam

usar o governo do Estado como centro de gravidade. Um de seus primos, Miguel Dualibe, é dono de duas empresas, a Remoel e a Premolde. Outros dois primos, Henry e Francisco Dualibe, são donos de duas empresas, a Ducol e a Duvel. Examinando-se o orçamento do Estado do Maranhão desde 1998, quando Roseana se elegeu para o segundo mandato, constata-se que as empresas dos primos de Murad já foram contratadas para fazer diversas obras públicas. Somadas, essas obras passam de 100 milhões de reais. É uma quantia razoável, considerando que o orçamento anual do governo maranhense não chega a 3 bilhões.

Como se fossem satélites, algumas empresas do Maranhão estão sempre na órbita de pessoas importantes e do governo. A construtora Planor, por exemplo, especializou-se num ramo curioso da engenharia — o das obras fantasmas. Recebeu 16 milhões de reais para construir uma estrada entre os municípios de Paulo Ramos e Aramã. A estrada não

existe. Foi a empreiteira contratada para fazer o serviço de terraplanagem da Usimar, aquela empresa que meteu a mão em 44 milhões da Sudam e também não existe. Os sócios da Planor são amigos de faculdade de Fernando Sarney, irmão de Roseana, o responsável por administrar os negócios da família Sarney. Adalberto Furtado, outro amigo de Fernando Sarney, também é um construtor assíduo no Maranhão. Dono da Skala Engenharia, seu empreendimento mais marcante foi o estacionamento do aeroporto do Maranhão. A empresa venceu a licitação por 840 000 reais. A obra acabou saindo por 2,9 milhões. A Skala também construiu a nova sede da TV Mirante, a emissora da família Sarney.

“Aqui não há licitação dirigida”, afirma Francisco Baptista, presidente da Comissão Permanente de Licitação do governo maranhense. “Ganham empresas dos amigos da família, mas também ganham outras que

nada têm a ver”, completa. Uma das empresas que nunca levaram nada do Estado é a AC Rebouças, o escritório de consultoria que virou uma usina de projetos destinados a fraudar a Sudam. Não arrancou um tostão do Estado, mas contou com a ajuda de Murad e Roseana para aprovar alguns projetos fraudulentos — entre eles, o maior de todos, a mega fraude da Usimar. O escritório AC Rebouças oferecia serviço completo. Fazia o projeto, acompanhava a aprovação, subornava fiscais para que emitissem laudos fajutos e, por fim, ficava com um pedaço do dinheiro. A polícia já sabe que a AC Rebouças desviou, sozinha, 36 milhões de reais. Parte do dinheiro escoou para paraísos fiscais, onde estariam contas administradas pelos verdadeiros donos do dinheiro. No escritório AC Rebouças, a Polícia Federal encontrou documentos da Lunus e, também, cópias de cheques pagos a políticos ligados à família Sarney — entre eles, o deputado Francisco Coelho, do PFL do Maranhão. É incrível, mas eles sempre ganham. ■

Com reportagem de Vândilo Mendes

O começo do fim das oligarquias

As dinastias políticas regionais vêm seu poder ser confinado aos redutos eleitorais

Daniel Hessel Teich e José Edward

Todas as instituições que a ética atual condena foram um dia modernas e inovadoras, ensina o autor americano Jacques Barzun. As oligarquias familiares obedecem a essa regra. Na América Latina elas estiveram à frente das lutas de independência, dos movimentos liberais e praticamente inventaram a economia voltada para a exportação. No Brasil, foram até vanguardistas culturais, tendo financiado e apoiado o movimento dos intelectuais modernistas nos anos 20. Obviamente, elas cobram um preço alto da sociedade. Concentram riqueza. Encastelam-se no poder. Monopolizam os cofres públicos. A história mostra que, felizmente, os clãs políticos tendem a sair de cena a cada virada de ciclo econômico. O Brasil pode estar vivendo agora o início de um desses ciclos, em que velhos chefes políticos regionais começam a parecer tão inadequados para a convivência nacional que se refugiam em seus feudos. O escândalo envolvendo Roseana Sarney, governadora do Maranhão, é um episódio que reflete esse momento. Mas não é o único. No Norte e no Nordeste o coronelismo está refluindo e concentrando seu poder nos redutos onde sua vontade ainda é lei. "Essa gente vive de concentrar riqueza e distribuí-la como quer. Esse sistema entrou em pane. Por isso os coronéis vão ficar cada vez mais isolados", diz Renato Janine Ribeiro, professor de filosofia política da Universidade de São Paulo.

Os Sarney podem estar sendo atacados pela mesma onda que já acouo

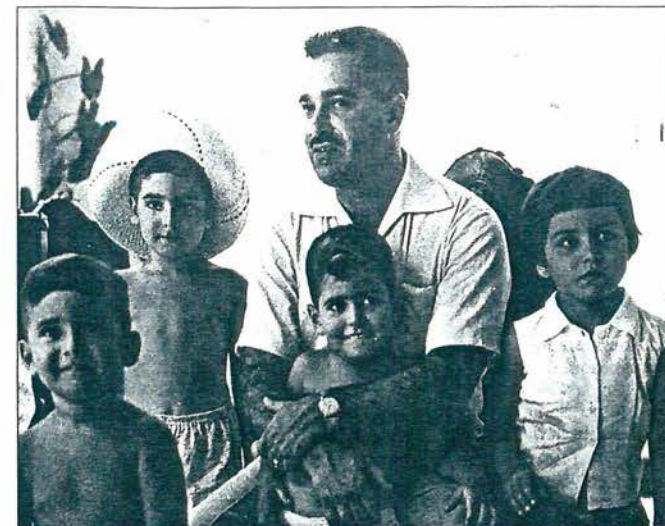


Família Sarney: escândalo minou o objetivo da segunda geração de chegar ao Planalto

outras dinastias políticas, como os Collor, em Alagoas, e, mais recentemente, os Barbalho, no Pará. Atingidas por vexames e repudiadas pela opinião pública, elas se viram obrigadas a renunciar a ambições maiores no cenário nacional. O Brasil está mudando. A opinião pública está menos tolerante. Há menos de um ano, Jader Fontenelle Barbalho era influente político do PMDB, presidente do Senado e peça-chave nas articulações de sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Como não soube

explicar a origem de sua fortuna, desmesurada para um político, conforme denúncia de VEJA, Jader Barbalho acabou renunciando. Há dias apareceu algemado, escoltado por policiais federais a pedido de promotores que investigam seu papel no desvio de verbas da Sudam. Difícilmente Jader voltará a ser um político de expressão nacional — embora o poder local de sua família e de seu grupo de amigos esteja longe de ser desmantelado. Em grau menor, está também na muda outro cacique. Anto-

nio Carlos Magalhães, que há décadas é uma espécie de vice-rei da Bahia. São seus fiéis aliados 380 dos 415 prefeitos baianos. O atual governador, César Borges, juízes e empresários baianos gravitam em torno de ACM. Ele lidera todas as pesquisas de intenção de voto para a próxima eleição ao Senado, de onde saiu no ano passado em meio a acusações de ter sido conivente com a fraude do placar de votações da casa. Mas pouca gente aposta que ACM voltará a exercer a mesma influência que teve na política brasileira até ser obrigado a deixar o Senado em 2001.



ACM abraçado ao filho Luis Eduardo: poder consolidado na Bahia e distância de Brasília

Até mesmo a fonte principal de manutenção do poder local dos grandes oligarcas, o domínio completo da imprensa, pode estar começando a minguar. Por força de contratos com as grandes redes, os repetidores locais de televisão são obrigados a transmitir na íntegra os telejornais e até gerar notícias pedidas pelas redações no Rio de Janeiro e em São Paulo. A televisão dos Sarney foi obrigada a transmitir para o Maranhão, sem cortes, todo o noticiário do *Jornal Nacional* sobre o escândalo Roseana. Uma equipe da televisão dos Sarney teve de gravar cenas de uma passeata local de mulheres que gritavam slogans contra Roseana e pediam a apuração das fraudes da Sudam e da origem do 1,3 milhão encontrado no cofre da empresa da governadora e de seu marido, Jorge Murad. Para dar sua versão particular do caso, Roseana convocou uma rede de televisão estadual. Falou, então, só o que queria.

Foi um golpe no controle absoluto

da informação que os coronéis eletrônicos cultivam. Atualmente, 25% das 250 emissoras comerciais de televisão do país estão em mãos de políticos. Nos Estados do Norte e Nordeste elas são dominadas por grandes dinastias políticas locais. Além de ACM, os ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor de Mello, os governadores Tasso Jereissati (Ceará), Garibaldi Alves (Rio Grande do Norte) e Albano Franco (Sergipe) e o ex-senador Jader Barbalho (Pará) são donos de redes locais de televisão. O processo é aquele que se conhece. As concessões são barganhadas em Brasília, e os governos locais cuidam de adubar as emissoras com verbas públicas. Em Alagoas, os Collor de Mello souberam tirar todo o proveito da comunicação. Afastada do poder desde o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, a família ainda garante sua força regional por meio da Organização Arnon de Mello, conglomerado fundado na década de 50 que



REUNIÃO DE FAMILIA DO PFL

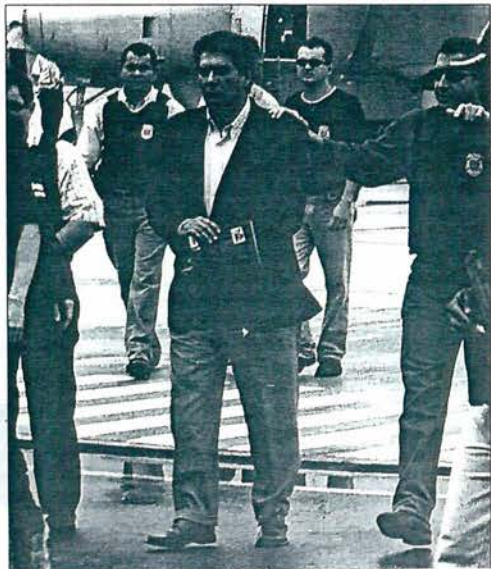
Familia Collor com o patriarca Arnon de Mello ofuscada pelo impeachment de Fernando

reúne onze empresas encabeçadas por uma emissora de TV e o jornal *Gazeta de Alagoas*. No Maranhão, o governo Roseana Sarney destina 64% das verbas publicitárias oficiais para a televisão da própria família. Quando até esse reduto começa a ser atacado por um estilo de comportamento público menos carunchado, os motivos de preocupação para as oligarquias são muito reais. "A instituição do coronelismo eletrônico foi responsável pela sobrevivência de muitas famílias poderosas que estavam em decadência econômica acentuada", diz o historiador José Octávio de Arruda Mello. "Sem essa arma, eles perdem uma importante viga de sustentação."

As dinastias de poder prosperaram de forma mais visível no Nordeste do país. O fenômeno se manifesta no sul, mas de maneira mais branda. Um dos mais antigos clãs nordestinos é o dos Maia, que sempre teve atuação em dois Estados: Paraíba e Rio Grande do Norte. O atual líder do PFL no Se-

nado, José Agripino Maia, é um dos herdeiros desse ramo, que há vários anos divide o poder no Rio Grande do Norte com os Alves (do ex-governador Aluizio e do atual Garibaldi) e com os Bezerra (do ex-ministro e senador Fernando Bezerra). A política está cheia de exemplos de que as oligarquias, termo que os gregos inventaram para descrever os governos exercidos por poucos — e maus —, não costumam ceder com

facilidade, mesmo quando o ambiente se torna muito adverso. As redes subterrâneas em que todos os beneficiados têm o mesmo sobrenome há tempos vêm sendo substituídas por grupos de interesses mais amplos e métodos muito mais ousados em seus avanços sobre o dinheiro público. As ramificações em torno das grandes empreiteiras no passado recente do país são uma evidência disso. A quadrilha organizada em volta do juiz Nicolau dos Santos, o "Lalau", para roubar 169 milhões de reais das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo é um exemplo ainda mais recente. "Esses grupos sobrevivem em transações em que o Estado sempre entra com dinheiro", diz o historiador José Murilo de Carvalho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como em todo negócio que envolve dinheiro público, sempre que há vigilância e transparência as assombrações, tradicionais ou modernas, tendem a sumir.



JADER BARBALHO, DO PFL

Jader preso e algemado: fortuna inexplicada de 30 milhões de reais

Saiba mais sobre o poder das oligarquias estaduais em www.veja.com.br

ANEXO 14 – *A candidata que virou pó* (Veja, 17 de abril de 2002)

A CANDIDATA QUE VIROU PÓ

Depois de todas as explicações que não convenceram, Roseana diz ao PFL que está fora do jogo da sucessão

Maurício Lima, Alexandre Oltramari e Policarpo Junior

O erro fundamental da ex-governadora Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad, pode ter sido produto de uma miragem. Roseana é filha de um ex-governador maranhense e ex-presidente da República, José Sarney, que domina a política local há quatro décadas e dispõe da mais poderosa máquina de comunicação do Estado, que se estende aos campos da televisão, do rádio e do jornal. Jorge Murad é filho de uma rica família maranhense e atua nos bastidores do poder desde que o sogro foi presidente da República. No Maranhão, Jorge Murad foi nomeado pela mulher o homem forte do governo, uma espécie de supersecretário de Estado, com o domínio da quase totalidade das verbas públicas. Murad se meteu em muitos negócios, seus amigos e parentes eram prestadores de serviços ao governo e as autoridades suspeitam que ele possa ter se envolvido com as fraudes da Sudam. O casal sempre se comportou com tranquilidade olímpica em relação ao que pensariam disso os maranhenses, bombardeados com a cobertura favorável ao governo por parte dos órgãos de comunicação da família. Quando Roseana resolveu candidatar-se a presidente da República, faltou-lhe a percepção de que o comportamento que era as-

Roseana, na hora difícil: pressões sobre o dinheiro da Lunus e queda nas pesquisas



similado em sua capitania hereditária não seria aceitável no resto do Brasil. Na semana passada, sua candidatura se tornou insustentável.

Há mais de um mês, numa batida autorizada pela Justiça, foi encontrado 1,34 milhão de reais no cofre da Lunus, empresa de Jorge Murad em associação com Roseana Sarney, além de vários documentos comprometedores. O casal arranjou sete versões para explicar a origem do dinheiro, e cada uma se despedaçou horas depois da divulgação. Na semana passada, eles saíram com a oitava versão — e esta foi a pá de cal sobre as ambições presidenciais de Roseana. Durante mais de um mês apresentaram suas explicações como se bastasse ter um documento qualquer assinado por alguém para justificar qualquer coisa. Num primeiro momento, o dinheiro era da própria empresa Lunus. Depois, pertenceria a outra companhia e estava apenas guardado no cofre da Lunus. Em seguida, seria reserva financeira para comprar madeira de construção. E, mais adiante, já se transformaria em resultado da venda de chalés numa praia de turismo. Como nenhuma versão mereceu crédito, saiu a oitava na semana passada. A dinheirama, conforme a explicação dos advogados de Jorge Murad e Roseana Sarney, teria sido doada à campanha presidencial da candidata. Detalhe: todos os doadores eram parentes da família ou pessoas ligadas ao senador José Sarney por laços políticos. Essa ninguém engoliu. Até mesmo setores do PFL receberam o documento com

Queda livre

Desde que a Polícia Federal encontrou 1,34 milhão de reais em dinheiro vivo no escritório da Lunus, em 1º de março, a ex-governadora do Maranhão não parou de cair nas pesquisas



Fonte: Datafolha

A OITAVA VERSÃO

Na semana passada, os advogados de Roseana Sarney e Jorge Murad apresentaram a oitava versão para a quantia de 134 milhão de reais encontrada na Lunus. É uma lista de nove pessoas físicas que teriam doado dinheiro à pré-campanha da ex-governadora do Maranhão — quatro parentes, quatro aliados e o próprio Jorge Murad, um conjunto de doadores tão improvável que a notícia foi recebida com incredulidade até por setores do PFL. No total, as doações somam 1,35 milhão de reais, ou 10 000 reais a mais do que foi encontrado pela Polícia

PARENTES
ALIADOS

FERNANDO SARNEY

É irmão de Roseana. Na família Sarney, Fernando é o responsável por administrar os negócios da família. É casado com Teresa Murad, irmã de Jorge Murad



EMÍLIO MURAD

Irmão de Jorge Murad, mora nos Estados Unidos e é dono de uma construtora que presta serviços ao governo do Maranhão

NICOLAU DUAILIBE NETO

É tio de Jorge Murad, fez fortuna com empresas que prestam serviços ao Estado do Maranhão. Atualmente, a administração de suas empresas está sob o comando dos filhos

HENRY MIGUEL DUAILIBE

É tio de Jorge Murad, que também fez fortuna prestando serviços ao governo do Estado. Foi investigado no passado por ligações com o empresário Paulo César Farias, o ex-caixa de campanha de Fernando Collor



JORGE MURAD

O marido da ex-governadora assumiu a responsabilidade pela arrecadação do dinheiro. Em quarenta dias, deu sete explicações para a origem dos recursos. Agora, na oitava versão, se apresenta como dono de uma parte do dinheiro



DÁDENELO

Empresário do Piauí, dono de um conglomerado de dezesseis empresas, entre construtoras, frigoríficos, hotéis e lojas de varejo. É amigo da família Sarney e tem vários negócios com o governo do Maranhão



ROBERTO CASEMIRO DIAS

É diretor comercial das lojas Liliane, uma cadeia de varejo que tem sede em Imperatriz, no Maranhão. O dono da empresa, Hildon Marques, amigo e aliado político da família Sarney, é candidato a deputado federal

ANTÔNIO KLINGER DE SOUSA

É fiscal tributário do Pará, já aposentado, e irmão do senador João Alberto, do PMDB do Maranhão, político muito próximo do senador José Sarney. Atualmente, dedica-se a dar aulas na Universidade Federal do Pará

ROSALINO LIMA E SILVA

É prefeito de Altamira do Maranhão e conhecido como um dos maiores criadores de gado do Estado. Aliado político da família Sarney, tenta eleger a filha e o genro pelo PFL nas próximas eleições



DA FOLHA

A Usimar, que não saiu do papel: ação de Murad foi mais intensa do que se sabia

vez, pelo menos para usá-la como capital político numa negociação de aliança. Depois de mais de duas horas de análise, os pefelistas chegaram à conclusão de que nem isso era mais possível. Em seguida, o PFL entregou de volta a Roseana a decisão sobre o melhor momento para ela se retirar.

Campanha de cervejaria — Sua trajetória foi fulminante. Até oito meses atrás, Roseana Sarney era uma figura nacionalmente inexpressiva, popularíssima apenas no Maranhão. Desde então, passou a estrelar os comerciais eleitorais do PFL, numa campanha televisiva digna de cervejaria, tais o alcance e o investimento, e acabou se transformando no fenômeno eleitoral da temporada. Chegou a ameaçar a liderança do petista Luís Inácio Lula da Silva e, em simulações de segundo turno, vencida qualquer oponente, inclusive Lula. Em março, porém, começou o desmanche. Apareceu o dinheiro da Lunus, emoldurado pela imagem das 26 800 notas de 50 reais empilhadas, e teve início a sucessão inacreditável de versões contraditórias para explicar a dinheirama — num sinal eloquente de que a verdade era a única coisa que não podia vir a público. De lá para cá, Roseana só caiu nas pesquisas. Com ela desabou o sonho pefelista de, pela primeira vez, empalmar o poder com nome próprio, e não pendurado em alianças partidárias.

À cúpula do PFL resta agora estudar o rumo que vai tomar. Há uma parcela do partido, minoritária, que gostaria de cair nos braços da candidatura de José Serra,

o tucano que está em segundo lugar nas pesquisas, com 19% das intenções de voto, atrás apenas de Lula, que tem 31% da preferência do eleitorado, segundo pesquisa do instituto

Datafolha. A maioria do PFL, no entanto, acha que se aliar a Serra, a quem atribuem o desmonte da candidatura de Roseana, equivaleria a uma rendição incondicional e humilhante. Outra corrente da legenda, cujo maior expoente é o ex-senador Antônio Carlos Magalhães, prefere aliar-se a Ciro Gomes, do PPS, que está em quinto lugar nas pesquisas, com 10%. O problema, aí, é de identidade ideológica: o PPS é a reencarnação do antigo Partido Comunista Brasileiro e suas idéias não têm semelhança alguma com as do PFL. A terceira corrente, rendida ao insucesso do partido, defende não ter candidato oficial à Presidência da República.

Sem cerimônia — Na semana passada, o primeiro sinal de que o casal Roseana e Murad poderia estar imaginando que o Brasil era igual ao Maranhão veio do Palácio dos Leões, sede do governo maranhense. Soubes ali que Jorge Murad voltara a integrar o primeiro escalão do governo, apenas um mês depois de sua renúncia. Quando deixou o cargo, pressionado pela dinheirama na Lunus, Murad explicou que, por iniciativa pessoal e sem o conhecimento de sua mulher, arrecadara fundos para bancar despesas de pré-campanha — esta foi sua sétima versão para a origem do dinheiro. Na ocasião, disse que estava se demitindo para “evitar mais constrangimentos” e apro-

desconfiança. “Só considero convincente depois que a lista for examinada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, para saber se os doadores de fato contribuíram. Só apresentar a lista não é suficiente”, disse o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL baiano. A tentativa de convencer o país com uma história tão frágil funcionou contra seus arqui-

tetos. A reação do país foi imediata e fraturou a candidatura da ex-governadora, que já vinha afundando desde a publicação da foto dos maços de 50 reais apreendidos no escritório da Lunus.

Na quinta-feira passada, a candidata rendeu-se às evidências e comunicou ao PFL que está fora da corrida presidencial. Abalada ainda com as denúncias de en-

volvimento de sua empresa no festival de fraudes da Sudam, e em queda livre nas pesquisas, ela preferiu candidatar-se ao Senado e desistiu de concorrer ao Palácio do Planalto. Na conversa que teve na quinta-feira pela manhã com o presidente do partido, Jorge Bornhausen, o grande entusiasta de sua candidatura, a ex-governadora se disse cansada das pressões

e entregou seu destino nas mãos do PFL. Por ela, pretendia sair do páreo sucessório naquele dia mesmo, mas foi convencida a esperar um pouco mais para definir a maneira pela qual sua desistência seria anunciada. Na sexta-feira, os cardeais do PFL se reuniram em São Paulo. Discutiram a possibilidade de segurar a candidatura um pouco mais, até maio tal-

As doações a Roseana e a FHC

As doações irregulares feitas por empresários para a campanha de Roseana Sarney superam as quantias mais altas arrecadadas por Fernando Henrique Cardoso na eleição de 1998, segundo registro do Tribunal Superior Eleitoral. O quadro compara as três maiores doações alegadas por Roseana com as três maiores doações de pessoas físicas feitas no pleito de 1998

As maiores doações recebidas por Roseana Sarney	As maiores doações recebidas por FHC na eleição de 1998
João Claudino, construtor que atua no Estado do Maranhão, doou 300 000 reais	Walther Moreira Salles (falecido), fundador do Unibanco, o quarto maior banco privado do país, doou 150 000 reais
Jorge Murad, secretário de governo no Maranhão, doou 200 000 reais	Carlos Sicupira, sócio da GP Investimentos, das Lojas Americanas e da AmBev, a quarta maior cervejaria do mundo, doou 70 000 reais
Antônio Klinger, professor universitário e fiscal tributário aposentado, doou 150 000 reais	Jorge Lemann, sócio da GP Investimentos, das Lojas Americanas e da AmBev, doou 70 000 reais

veitou para fazer "sinceros pedidos de desculpa a todas as pessoas, inclusive à governadora e a seu partido". Agora, sem que nada se tenha esclarecido, Murad voltou ao poder, no posto de secretário de Estado do novo governador. José Reinaldo, sem constrangimento, sem desculpas — e sem cerimônia. Seu retorno ao governo teve um objetivo escancarado: recuperar o direito de ser processado por tribunal superior, regalia dada a ocupantes de cargos como o seu.

Parece ter razões para se preocupar. Na semana passada, procuradores da República examinaram uma parte dos documentos apreendidos na Lunus. A análise, ainda parcial, já revela que a participação de Murad no caso Usimar, a megafraude que previa a liberação de 1,38 bilhão de reais em recursos públicos para montar uma indústria de autopeças no Maranhão, foi mais intensa do que se sabia até agora. Entre os papéis apreendi-

Cesar Maia e Jorge Bornhausen, grandes aliados de Roseana: eles entenderam que a candidatura ruiu

dos na Lunus, há um em que se lêem rabiscos fazendo acréscimos e supressões no projeto original da Usimar. Conforme avaliação de um dos procuradores envolvidos com o caso, trata-se da caligrafia de Jorge Murad. Numa das intervenções manuscritas, o autor das emendas tomou o cuidado inclusive de reduzir o valor para investimento na Usimar de 1,8 para 1,38 bilhão de reais.

Existem outros indícios pesadíssimos. A Polícia Federal apreendeu na Lunus um

fax enviado a Murad por um funcionário da Sudam. Na correspondência, o funcionário avisa Murad de que um auditor da Receita Federal estava prestes a ganhar um assento no conselho da Sudam no Maranhão — e ressalta que isso não é bom sinal para a aprovação do projeto da Usimar. O funcionário também explica que o tal auditor já trabalhara no Amazonas, onde sua atuação honesta chegou a atrapalhar a execução de certos trambiques, obstáculo só removido com a intervenção do governador do Estado, Amazônino Mendes. O auditor que tanto preocupava o funcionário da Sudam e Murad vem a ser José Barroso Tostes Neto, que realmente passou a integrar o conselho da Sudam no Maranhão

e, de fato, foi o único voto contra a aprovação da fraude da Usimar. Aparentemente, Murad não fez nada para impedir que Tostes integrasse o conselho da Sudam, mas sabe-se que fez de tudo, embora em vão, para convencê-lo a aprovar a mega-fraude da Usimar.

"Poupança caseira" — Foi na terça-feira passada que chegou à Justiça, em Brasília, a explicação de Roseana e Murad sobre a origem da quantia de 1,34 bilhão de reais encontrada na Lunus. Eles informaram que o dinheiro é resultado da doação espontânea de nove pessoas físicas. Na hora de identificar os doadores, descobriu-se que a lista era caseira. Fernando Sarney, o irmão de Roseana responsável pela administração dos negócios da família, aparece contribuindo com 150 000

reais. Dois tios de Murad deram 100 000 reais cada um. Emílio, um irmão de Murad que hoje mora nos Estados Unidos, também compareceu com 100 000 reais. O próprio Jorge Murad, sem o conhecimento de sua mulher, doou 200 000 reais. João Claudino, dono de um conglomerado de dezesseis empresas, inclusive da construtora Sucesso, uma das mais ativas nas obras públicas do Maranhão, é o campeão da lista, com 300 000 reais.



Caixas de documentos apreendidos na Lunus: Murad foi alertado até para virar o voto de quem era contra a Usimar

Fora do âmbito familiar, a lista traz nomes de políticos amigos. O senador Edison Lobão escalou o prefeito de Altamira do Maranhão, Rosalino Lima e Silva, um próspero fazendeiro da região, para entrar com uma cota de 100 000 reais. Hildon Marques, candidato a deputado federal pelo PFL maranhense e dono de uma rede de lojas de varejo, deu 150 000 reais, mas, com receio de prejudicar a própria candidatura, preferiu que a doação figurasse em nome de

seu diretor comercial, Roberto Casemiro Dias. Outro senador maranhense, João Alberto, acionou seu irmão, Antônio Klinger de Sousa, que entrou na roda com 150 000 reais. O senador conta que ele próprio convenceu o irmão a fazer a contribuição. "Eu mesmo peguei o dinheiro numa pasta e entreguei ao Jorge", diz. Como seu irmão, aposentado como fiscal tributário, tinha tanto dinheiro? "Ele tem economias de toda uma vida de trabalho", diz o senador. E sacou em que banco? "Em nenhum. Ele guarda o dinheiro em casa." Como assim? "É. Poupança caseira. A poupança hoje

não está rendendo nada, meu filho. Além disso, guardar dinheiro em casa é uma forma de se proteger de um confisco."

A história é um espanto por seus furos óbvios. Por que todos os doadores acharam que o cofre da Lunus, uma empresa instalada num prédio onde a vigilância é amadora, era mais seguro que o cofre de um banco? Por que Murad, em vez de ir sacando o dinheiro conforme as necessidades de campanha, preferiu pegar a bolada de 200 000 reais em dinheiro vivo e metê-la num cofre? Por que o PFL não doou nada? Afinal, neste ano o partido tem 17 milhões de reais do fundo partidário.

Generosos e milionários — Além disso, todos os doadores de Roseana são generosos além do normal — e sempre milionários. Antes de Roseana, não se tinha notícia de pessoas físicas fazendo contribuições eleitorais tão elevadas. Em 1998, o candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso, recebeu dinheiro de 2 058 colaboradores em todo o país, segundo a prestação de contas oficial entregue ao Tribunal Superior Eleitoral. Na lista, havia 294 empresas e 1 764 pessoas. Entre estas, a maior contribuição foi feita pelo banqueiro Walther Moreira Salles, dono do Unibanco, um dos maiores bancos do país. O banqueiro deu 150 000 reais. Os outros três grandes doadores de Fernando Henrique ajudaram com 70 000 reais. Na prestação de contas de Luís Inácio Lula da

Silva, constata-se que nenhuma das 5 271 pessoas que fizeram doações a ele em 1998 de-

O deputado Inocêncio Oliveira: um dos primeiros a dizer que o barco ia afundar





O ex-senador Antonio Carlos Magalhães e o senador José Sarney, pai de Roseana: mesmo dentro do PFL a lista dos doadores, com amigos e parentes, foi vista com aberta desconfiança



sembolsou quantias tão volumosas quanto os aliados da ex-governadora.

Além de generosos, os aliados de Roseana são sempre milionários. Pela lei, uma pessoa pode fazer contribuições eleitorais correspondentes, no máximo, a 10% de sua renda bruta no ano anterior à eleição. Por essa matemática, fica-se sabendo que Murad, com seus 200 000 reais de ajuda, ganhou, pelo menos, 2 milhões de reais em 2001, o que resulta numa renda pessoal mensal espetacular, de 165 000 reais. O empresário João Claudino, que desembolsou 300 000 reais, teve renda pessoal de 3 milhões de reais no ano passado, ou 250 000 reais por mês. É uma fortuna, mesmo para um grande empresário com direito à retirada de dinheiro de suas companhias. O empresário gaúcho Paulo Vellinho, sócio da Avipal, uma das maiores produtoras de frango do país, acha raríssimo que alguém possa retirar tanto dinheiro da empresa. "Os principais empresários do Rio Grande do Sul fazem retiradas mensais de, no máximo, 50 000 reais. No restante do país, as retiradas não são muito diferentes disso", afirma Vellinho.

Roseana e Murad começaram a cair no momento em que foram expostos à realidade — e a campanha não podia

Quanto eles ganham

Segundo a legislação eleitoral, o máximo que uma pessoa física pode doar a uma campanha política é 10% de seu rendimento bruto anual. Isso significa que os nove doadores da campanha de Roseana Sarney, que entregaram entre 100 000 e 300 000 reais à candidata, têm rendimentos presumíveis entre 1 milhão e 3 milhões. São valores muito superiores à média retirada para uso próprio pelos principais empresários brasileiros, conforme mostra levantamento feito por VEJA na semana passada

- Foram consultados 150 dos 500 maiores empresários do país
- 36 deles responderam com a condição de não ter o nome nem a renda anual revelados
- 34 empresários disseram que retiram por ano menos de 2 milhões de reais, o valor que o marido de Roseana, Jorge Murad, deveria ganhar para justificar uma doação de 200 000 reais
- Apenas dois afirmaram receber mais de 2 milhões de reais

mais transcorrer nos limites de um estúdio de televisão onde se gravavam os comerciais eleitorais. Em contato com a vida real, o casal exibiu um comportamento que não cabe mais no Brasil. Aparentemente, eles entenderam que bastava um papelucho qualquer, uma declaração vigorosa de alguma autoridade — e a massa de eleitores estaria convencida. Com o domínio absoluto dos meios de comunicação no Maranhão, basta ao clã dos Sarney criar uma versão e divulgá-la à exaustão nos limites do Estado para que sua posição fique estabelecida. Basta dar a qualquer história apenas uma aparência de formalidade e legalidade. Habitado a isso, a esse modo de ser, de pensar e de agir, o casal Roseana e Murad julgou que poderia trabalhar no plano nacional nos mesmos moldes em que trabalha no Estado. Filhos de uma oligarquia política e eletrônica, eles contaram com esse imenso poder familiar para crescer — e justamente os hábitos de oligarcas, que lidam com a opinião pública como curral, é o que acabou por derrotá-los. ■

Com reportagem de Vannildo Mendes e Ricardo Mendonça

Leia mais sobre Roseana Sarney em www.veja.com.br

ANEXO 15 – *Estrela ou cometa?* (Carta Capital, 14 de novembro de 2001)

ESTRELA OU COMETA?

Roseana Sarney é a surpresa, cresce nas pesquisas, chega ao 2º lugar e se torna possível candidata do PFL. POR BOB FERNANDES, DE SÃO LUÍS

DEZEMBRO 17, ANO DE 1999. Em sua casa na Praia Brava, Florianópolis, Santa Catarina, o senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, comemora antecipadamente com amigos o leveilão 2000. O telefone toca, procura o diretor-executivo do partido, Saulo Queiroz. Do outro lado da linha, João Francisco, diretor do Vox Populi, instituto de pesquisas de opinião, informa:

— Saulo. Falta pouco para fechar a pesquisa e a Roseana está entre cinco seis por cento...

— Vai fechar como?

— Vai fechar por aí, o crescimento dela é uniforme.

— Nossa! Eu esperava que viesse uns três por cento, já seria ótimo.

Semanas antes, no Calhau, residência do senador José Sarney em São Luís, com o ex-presidente presente, Saulo com mandato de Bornhausen, perguntava à governadora:

— Que tal trabalhar seu nome como alternativa presidencial?

— Não tem problema, vá em frente respondeu Roseana.

Quinta-feira 8 de novembro de 2001. Quase dois anos se passaram. Na

pesquisa Sensus/CNT publicada três dias antes, Roseana Sarney desponta como um fenômeno pré-eleitoral.

Goste ou não dela, do seu governo, do seu pai, do seu marido ou do PFL, estes são os fatos: ao bater na casa dos 19,1% das intenções de voto para presidente da República, a governadora do PFL se torna um fator novo no processo sucessório.

Se Roseana, no segundo mandato de governadora, uma filha e dois netos, seguirá sendo uma estrela ou entrará para a história como mais um cometa de tempos pré-eleitorais, é algo ainda a se ver.

Se Roseana é, definitivamente, um nome forte na sucessão 2002, é algo que toda a pesquisaria e palpitologia

"QUE TAL TRABALHAR SEU NOME?", PERGUNTA SAULO. "SEM PROBLEMA, VÁ EM FRENTE"

FIGURAS CARIMBADAS. Os articuladores por tradição e praxe cercam Roseana na refiliação de César Maia

não pode antever, ainda que a aura de ciência em torno de pesquisas e palpites costume arrastar incautos a certezas que serão sempre inabaláveis até que surjam novas pesquisas, palpites, e um novo fenômeno pré-eleitoral.

Sim, um fenômeno pré-eleitoral. É o que é Roseana neste início de novembro, que não restem dúvidas. Não apenas por conta dos 19,1% na pesquisa Sensus divulgada na segunda-feira 5.

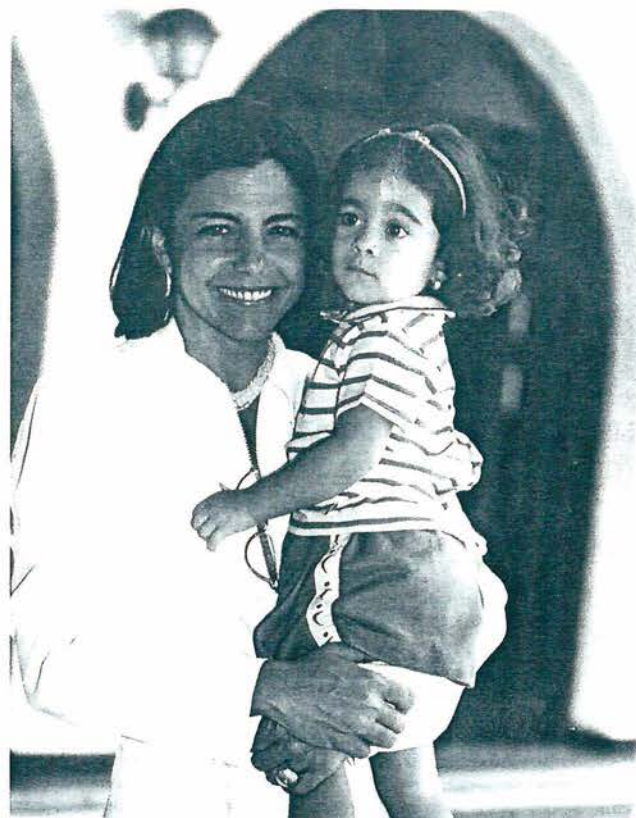
Na mesma quinta, o PFL tinha em mãos uma outra pesquisa nacional, esta feita pelo GPP, grupo de estatísticos e professores ligados ao prefeito César Maia (PFL-RJ). GPP que detectou a ascensão e vitória de Maia na reta final da última eleição carioca.

Fechada entre 3 e 5 de novembro, portanto depois da aparição de Roseana no programa eleitoral gratuito de televisão a 1º de novembro, esta segunda pesquisa da semana — com 3.600 entrevistados — confirma a governadora no segundo lugar, e em ascensão.

Lula (PT) tem 32,8% e Roseana, 19,9%, contra 14% de Ciro (PPS), 7,9% de Garotinho (PSB), 6,7% de Itamar Franco (PMDB) e 4,3% de José Serra (PSDB).



TASSO MARCELO



REUTERS/OTRA

EM FAMÍLIA. A política que sabe viver na arena e em casa, com a neta, o marido Jorge Murad e o pai ex-presidente



BOB FERNANDES/ALVARO

O crescimento de Roseana é uniforme. No Sudeste, 15%, no Sul 21%, no Centro-Oeste, 20%, no Norte, 23%, e, no Nordeste, 27%.

Há números que surpreendem. Em São Paulo, segundo o levantamento do GPP, Roseana tem 16,8%, contra 7,7% de Serra. Em Minas, Itamar tem 22% e Roseana chega aos 13%.

Em todo o País, auscultado o universo feminino, surge uma primeira explicação: enquanto Lula tem 26,4% das intenções de votos entre as mulheres, Roseana já chegou aos 26,8%.

Um pouco do que é e pensa a governadora do Maranhão, alguns polêmicos dados do seu governo, é algo que se pode conferir em entrevista às páginas a seguir.

possa vir a não ser o candidato, ou a candidata, do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não fosse o Brasil um país de eufemismos e fírlas não tão vãs, dir-se-ia: o que se discute é quem será o candidato, ou a candidata, da direita.

Ainda que persistam sérias dúvidas quanto a quem será, se é que será, e até que ponto será na prática, o candidato da esquerda. E, na dúvida, ou exatamente para produzi-la, repete-se por aqui que no mundo já não existem esquerda, direita, que não há sequer motivos para tal, etc. e tal, e há quem compe discurso do gênero...

Nas manchetes deste início de novembro, um retrato do jogo de sempre. De um lado, os profissionais do PFL cos-



SEBASTIÃO

turando o futuro. O futuro do PFL. Do outro, os tucanos se engalinhando.

Chumbo grosso foi trocado entre pré-candidatos do PSDB, o governador do Ceará, Tasso Jereissati, e o ministro de Saúde, José Serra.

Querelas em torno da presença ou não dos tucanos candidatos à Presidência no horário eleitoral gratuito a que o partido tem direito no rádio e na televisão.

Tasso queria ir, Serra acha que ainda não é hora, e não foi, acabariam todos não indo... mas Tasso foi à imprensa expor as fraturas tucanas. Mandou bala. Resumo da ópera tucana, libreto Jereissati:

— Se continuar assim, posso apoiar o Aécio Neves (PSDB-MG, presidente da Câmara dos Deputados) ou a Roseana Sarney.

Na mesma quinta-feira, no Palácio dos Leões, em São Luís, Roseana

dobrava-se para atender a telefonemas: jornalistas de todo o país. E fazia esforço (muito) para negar na provável candidatura à Presidência da República. Candidatura urdida por profissionais do PFL desde dezembro de 1999.

dezembro 18. O Vox Populi fecha os resultados. Números anotados num pedaço de papel, Saulo Queiroz buscou Jorge Bornhausen numa barraca da Praia para confirmar o número da véspera: Roseana, 6%.

Antônio Carlos Magalhães não sabia que o PFL havia incluído Roseana na lista de

pesquisados. Quando soube, não passou o dia. Apenas, a cada levantamento e a cada novo patamar alcançado por Roseana, encarregava-se de lembrar a candidatura Tasso Jereissati. Agora, neste novembro, ACM parece render-se. Já manifestou sua alegria pela ascensão de Roseana. Manifestou, como o Pedro que duvidava, por três vezes...

Abril de 2000. Nova pesquisa Vox Populi (coisa de R\$ 70 mil cada). Roseana bate nos 10%, ACM fica nos 8%. Tema: divulgar, e irritar Antônio Carlos, ou não?

Decisão de profissionais do PFL. Dilgar, não. Vazar, é outra coisa. Três dias depois o resultado estava nas colunas de jornais. ACM? Lembrou, mais uma vez, a candidatura Tasso.

Aproxima-se a eleição municipal de 2000. Reúnem-se, além de Roseana, Bornhausen e Saulo, Antônio Lavareda (homem das pesquisas de Fernando Henrique desde os primórdios da primeira candidatura) e Antônio Martins, jornalista, ligado à comunicação: Roseana, dos Sarney e do PFL já há muito tempo.

discussão: Roseana será ou não candidata? Consenso: isso era, então, irrelevante. Relevante era ocupar o espaço



SONHO PEFELISTA: A CHAPA ROSEANA/AÉCIO.

RESTA VER O QUE PENSA O PRÓPRIO. SAULO

QUEIROZ LIGA: "VOCÊ JÁ NÃO É DONA DO SEU

NARIZ, ESTÁ COM 19,1% NAS PESQUISAS"

político. Roseana iria para todo o horário eleitoral gratuito em todo o País. Assim foi feito.

Iram Pessoa de Mello, marquetólogo, ligado a Bornhausen, cuidou de produzir a operação. Onde havia PFL, como em São Paulo, com Romeu Tuma candidato ao governo, teve sempre à disposição um minuto e meio de Roseana a pedir votos para candidatos do partido.

Novembro de 2000, pós-eleições. Nova pesquisa Sensus. Roseana chega a 13,4%, toma uma posição, e comunica a Bornhausen: "Vou sair de cena, não sou candidata". Até o Carnaval de 2001, a governadora ficaria fora das pesquisas.

Crise no PFL. Inocêncio Oliveira perde para Aécio Neves a presidência da Câmara. Faltam cinco dias para o Carnaval. Bornhausen e Saulo, num jatinho alugado, desembarcam em São Luís. Reunião com Roseana. Presentes o pai e senador José Sarney, o marido e secretário Jorge Murad. O presidente do PFL faz o apelo:

— Roseana, reveja sua posição, admita a hipótese da candidatura. É importante para o partido, acabamos de perder a presidência da Câmara...

Roseana topa. Quinta-feira, véspera de Carnaval. Antônio Carlos Maga-

lhães se enrola na lista de votantes pela cassação de Luís Estevão e nas fitas gravadas por Luís Francisco de Souza, o procurador da República. Escândalo.

Bornhausen está em Florianópolis. Saulo voa para lá. Ambos revêem o relançamento de Roseana:

— Jorge, não dá para botar a Roseana no fogo agora.

— Claro. Vamos preservá-la. A política é assim. Assim foi feito. Junho. Com aval da governadora, uma pesquisa para ver o que restara do ano anterior. Dá 8%, empate com Serra. Bornhausen, ao telefone, convida a governadora para a refiliação de Cesar

Maia no PFL do Rio de Janeiro. Roseana diz que não quer ir, mas vai.

Festa na Marina da Glória. Conversam, mais uma vez, Bornhausen e Saulo.

— Jorge, tem o programa eleitoral em agosto. Será que ela topa fazer o programa com mais tempo?

— É por aí. Acho ótimo se ela topa.

A conversa seguinte é com o marquetólogo Iram Pessoa. Por seu lado, Roseana está sempre a ouvir o pai, a Antônio Lavareda e Antônio Martins, ao marido, Murad, e ao amigo e consultor para área econômica, Mikal Gartenkraut.

Bornhausen sonda Iram Pessoa sobre forma e conteúdo.

— Como poderia ser uma participação, importante, da Roseana?

— Ela poderia ancorar.

— É isso, Iram.

Bornhausen liga, domingo à tarde, antes da filiação de César Maia a 17 de julho, para Roseana:

— Roseana. Damos 60% do horário para você ir ao ar. O que você acha?

— Vamos ver. Vou pensar.

O presidente do PFL liga para Saulo, este em Ribeirão Preto, e pede:

— Entra no circuito e ajuda. Ela tem que topa.

Antônio Martins e Lavareda, já e

sempre no circuito, jogam pela aposta. Roseana, mais uma vez, topa. Mas seu núcleo pede Nizan Guanaes no comando do programa. Bornhausen resolve as coisas com o marquetólogo Iram Pessoa.

Caesar Park, Rio. Roseana, Murad, Martins e Saulo. A governadora pergunta:

— Como vai ser o programa? Qual é o tema?

— Você é quem escolhe, você é quem vai conduzir — é a resposta.

Roseana titubeia. Vira-se para o marido, Murad, e indaga:

— E aí?

Murad devolve:

— Se você está pensando em alguma coisa para a frente, faça o programa. Se não, para que gastar o tempo do partido e o seu?

Roseana, por segundos, reflete, e diz o que realmente pensa e quer, mesmo que já neste novembro siga a negacear:

— Eu vou fazer.

Fez. De 7 a 21 de agosto entrou no ar em comerciais de 30 segundos e em programetes de 5 minutos. Saltou de 8% para os 14% da pesquisa seguinte.

Em 1º de novembro haveria outro programa. Novas negociações. Bornhausen encarrega Saulo Queiroz. Este vai ao Palácio dos Leões, em São Luís.

— Roseana. O partido tem novo programa. Se você quiser, o tempo será todo seu.

Antônio Martins é favorável. Lavareda diz:

— Se fizer, faça o programa todo.

Assim foi feito. Bornhausen fez os acertos com Nizan Guanaes, que montou o roteiro. Produção Brasil afora, Roseana, em São Paulo, gravou a âncora. Domingo 4 de novembro. Bornhausen liga para Saulo, este em Campo

Grande (MS):

— Já sabe do resultado da pesquisa?

— Não.

Saulo fica sabendo e, de imediato, liga para a governadora:

— Já sabe o resultado da pesquisa?

— Não.

— Então, tenho uma notícia triste para te dar; você já não é mais dona do seu nariz. Amanhã sai uma pesquisa e você está com 19,1%.

Quinta-feira 8 de novembro, Palácio dos Leões. Roseana, depois de

mais uma sessão de fotos, está à mesa. Salada, caldeirada de peixe, sorvetes na sobremesa.

Jorge Murad está lá. Como estão Antônio Martins, Mikal e Antônio Carlos, secretário de comunicação do Estado, e Saulo Queiroz. O vinho é norte-americano.

Rafaela, a filha, passa rápido pela sala. Fernanda, a neta de quase 3 anos, e Rafael, o neto caçula, brincam na cozinha. À mesa, o assunto é a pancadaria entre os tucanos. Roseana ouve, e pouco diz.

Saulo, em meio ao almoço, lembra:

— Roseana. No começo de dezembro tem outro programa eleitoral. Como vai ser?

Silêncio. Alguém, em algum momento, fala em Marco Maciel. O vice-presidente não está ali. Não esteve nas conversas visíveis desta história de montagem de uma candidatura, mas, o tempo todo, soube de tudo e sobre

tudo palpitou. Nos bastidores. Como sempre. Desde sempre.

Sobre Aécio Neves, o presidente da Câmara, algo se disse. Especula-se se também ele, que com Roseana trabalhou na montagem da candidatura da dupla Tancredo-Sarney (o avô e o pai) em 1984, tentará alçar voo em meio à brigalhada tucana.

Ali ninguém toca no assunto, muito menos com a presença de um jornalista, mas, na cabeça e no coração de uma porção dos profissionais do PFL, o sonho é a chapa Roseana/Aécio. (Resta saber o que pensa a respeito o próprio. Difícil. O rapaz é mineiro.)

Antônio Carlos Magalhães, um profissional, derrotado e ferido, voltou-se para a Bahia, onde busca o retorno. A outra porção dos profissionais de poder do PFL ensaia, mais uma vez, a chegada — ou a permanência — no poder. O tempo, e o jogo, dirão se Roseana Sarney é uma estrela. Ou, se foi um cometa na sucessão de 2002. ■

O EGO E O IDEAL

A governadora quer a aprovação popular, mas nega que busca de reconhecimento e de poder se confundam

CartaCapital: *Vamos falar de indicadores sociais. Segundo o Ipea ano 1998, 43,11% das famílias em seu Estado estão abaixo da linha da pobreza, sobrevivem com renda inferior a R\$ 40 por mês. Setenta e três por cento não têm acesso a saneamento, a metade da população não tem água encanada...*

Roseana Sarney: Quando assumi o governo, nossos indicadores eram ruins mesmo. Fizemos um trabalho de planejamento muito grande, melhoramos muito, estamos evoluindo. E não se tem ainda os números que correspondem ao meu segundo mandato, à nova pesquisa da PNAD. A taxa de analfabetismo era de 43,5% em 1995, no início do meu governo. Caiu para 38,9%, em seguida para 31,7% e, em 1999, para 28,8%. Houve uma diminuição bastante expressiva. Acesso à água: em 1985, era de 18,3%; em 1990, de 21,5%. Em 1999,

quarto ano do meu governo, chegou a 41,3% da população.

CC: *É pouco, muito pouco...*

RS: Se você for comparar o meu governo com indicadores anteriores, verá a evolução. Não se pode neste campo comparar o que encontrei, o Maranhão, com, por exemplo, Santa Catarina.

CC: *Voltemos aos indicadores...*

RS: A renda per capita familiar cresceu mais de 30% entre 1993 e 1999, enquanto crescia 23% no Nordeste e no Brasil. Tínhamos dados terríveis de crianças fora da escola. Em 1985, eram 36%. Em 1990, eram 28,8%. No primeiro ano do meu governo, baixou para 15,1% e, em 1999, estava em 5,3%. São dados que nos animam a continuar fazendo o que fazemos.

CC: *São sete anos de governo...*

RS: Não existe milagre. Se não existe milagre brasileiro, muito menos existe o milagre maranhense. Temos é que trabalhar duro para mudar, sem milagres.

CC: *E a lei de responsabilidade fiscal? As últimas notícias dão conta de que o Maranhão a descumpriu.*

RS: Eles se equivocaram. Já recebi uma carta do ministro Malan pedindo desculpas. *(Mostra a carta, assinada por Malan, datada de 6 de novembro).* O Maranhão fez o seu ajuste fiscal no segundo ano do meu mandato, em 1996.

CC: *O Maranhão é um Estado com grandes problemas fundiários, consta que vocês haviam assentado 42 mil famílias até o ano passado, mas...*

RS: É isso. Continuamos assentando as famílias. Quando assumi, o Maranhão era o segundo Estado em conflito agrário, o primeiro era o Pará, segundo a Comissão Pastoral da Terra. O Maranhão já não é mais o segundo, melhoramos muito...

CC: *Mas essa ainda é uma questão importante aqui...*

RS: Hoje você já não tem a mesma situação. Quem quiser saber como estamos, e conferir o que digo, é só acessar o nosso site, www.ma.gov.com.br.

CC: *Há outras questões importantes. Dizem respeito a obras e pagamentos (total de R\$ 86 milhões) em uma estrada semifantasma, há um projeto de irrigação de uso apenas parcial, e há ainda...*

RS: O projeto de irrigação é o Salangô. São três questões que a oposição bate desde quando entrei no governo. Uma questão é a da Estrada Arame-Paulo Ramos. A outra é a do Salangô, e a terceira é a questão da Lagoa.

CC: *Sim e aí?*

RS: Bom, esses dois projetos, Salangô e Lagoa, foram projetos federais, não foram criados por mim. As licitações, cartas-convites e concorrências são do governo anterior. Eu apenas peguei o projeto, em andamento, e continuei. O Salangô já está pronto e a Lagoa está sendo concluída agora em dezembro. A Estrada Arame - Paulo Ramos era uma estrada inacabada, mas tinha serviços, um contrato guarda-chuva. Quem tinha feito essa estrada, tinha

feito outras também, ficando em "restos a pagar". Eu paguei, mandei pagar, quando quitei as contas do Estado.

CC: *E a Justiça, ao que parece...*

RS: A Justiça, em todas as instâncias, me deu razão. A Procuradoria atestou que os serviços foram feitos. A oposição entrou com uma ação popular em 1997. Já está arquivada na Justiça. Depois, entraram no Ministério Público Estadual, e acho que já arquivaram também.

CC: *E o Ministério Público Federal?*

RS: Arquivou também, porque não tinha competência para examinar a questão.

TIVE PROBLEMAS DE SAÚDE, E POSSO TER DE NOVO. VI A MORTE MUITO DE PERTO. DEPOIS VOCÊ FICA MAIS HUMILDE... OS RESULTADOS DAS PESQUISAS NÃO ME DEIXAM SÔFREGA

CC: *Candidata a presidente, a senhora não tem receio de ver sua vida fuçada, revirada?*

RS: Nada. Minha vida já foi muito fuçada desde que meu pai foi presidente. Minha vida sempre foi aberta. Depois fui deputada, e foi o mesmo. E o governo que acusava a todos nós, o do Collor, mexeu, remexeu, vasculhou a vida do meu marido (Jorge Murad) e não encontrou nada...

CC: *Quem lhe passou os dados da última pesquisa, quando a senhora chegou ao segundo lugar? Qual a sensação de receber tais números?*

RS: Foi o Saulo Queiroz. Fiquei feliz,

mas a responsabilidade é muito grande para quem, como eu, pensava em sair do governo e curtir a filha e os netos na minha casa nova, que fiz na Ilha do Curupu...

CC: *Mas, de verdade, como a senhora recebeu a notícia? Queira ou não, queiram ou não, a senhora neste momento está dentro, e no topo, da sucessão presidencial.*

RS: Recebi com naturalidade. Não estou com sofreguidão. Não me assusta assim. Tenho experiências desde a época em que meu pai foi presidente. Depois, foram três mandatos como deputada, dois como governadora.

CC: *Qual a sua opinião sobre Zilda Arns, da Pastoral da Criança?*

RS: Uma mulher fantástica, que faz um trabalho maravilhoso com famílias e crianças. É muito importante qualquer trabalho voluntário. Não se governa sozinho, assim não se muda a nossa realidade...

CC: *Por que, então, se trata tão pouco de mulheres como Zilda Arns e tanto sobre Adriane Galisteu, Luciana Gimenez, Feiticeira, Tiazinha... Isso não é incomoda como mulher?*

RS: Elas estão aí. Eu admiro o trabalho delas. De qualquer jeito, elas têm o espaço delas, venceram na vida. Agora, é evidente que tem que ter espaço para outras mulheres...

CC: *Não se trata do "vencer na vida". Não a incomoda, até como um caso quase isolado, o da senhora, o da Marta Suplicy, enquanto o imaginário brasileiro há anos é cada vez mais ligado a figuras que ocupam espaços sempre da mesma forma, com as mesmas fórmulas?*

RS: Por isso mesmo que eu coloquei, me coloquei. Sempre me chamou a atenção o preconceito contra a mulher no Brasil. Eu acho que precisava sacudir um pouco as mulheres, acho que foi o que fiz.

CC: *Apesar da sua feminilidade, a política é um jogo muito masculino, não?*

RS: Já foi mais masculino. Em São Luís já tivemos duas prefeitas, tivemos a Erundina em São Paulo, temos a Marta, a Ângela Amin. Começamos a participar, e vai melhorar bastante.

CC: *Qual é o seu timing na sucessão?*

RS: É abril, o prazo da desincompatibilização.

CC: *Uma questão meio esquizofrênica. O que é, para a senhora, o PFL, e como a senhora acha que o PFL é visto no Brasil?*

RS: Eu me sinto bem no PFL, tenho total liberdade, governo dentro dos meus programas, é um partido liberal mesmo, como diz o nome, não tem monitoramento.

CC: *Quando o Antônio Carlos estava forte...*

RS: Não teve monitoramento.

CC: *A senhora não admite que o PFL é visto, por largas porções, como um partido conservador, apegado ao poder sempre, desde que Pedro Álvares Cabral por aqui aportou?*

RS: Eu discuto isso. Você acompanhou de perto, o PFL nasceu de uma dissidência do governo. Foi ser governo na Aliança Democrática com Tancredo e, depois, Sarney. Rachou na eleição do Collor, como rachou no governo Collor. Eu, por exemplo, estava na oposição.

CC: *Mas não o partido como instituição, o PFL é um partido do poder, para o poder, tem a vocação...*

RS: Qualquer partido persegue o poder, sempre, e eu acho que ele não está sempre no poder.

CC: *A propósito, o que é o poder? Não vale dizer que "serve para servir ao povo", etc.*

RS: Olha, eu vou pensar um pouco para responder.

CC: *Não há, na busca pelo poder, a busca interminável pelo reconhecimento, aquela coisa do ego?*

RS: Acho que não. Você chega ao poder constituído, ao governo. Isso é um poder, mas não é um poder completo se você não tiver aprovação no exercício desse poder.

CC: *Sim, o reconhecimento, o retorno que afaga o ego.*

RS: Mas isso se busca em toda parte.

CC: *Certo, mas aqui falamos da política, da dimensão humana dessa busca*

pelo poder na política institucional. Não é isso que move a Roseana Sarney?

RS: Não, não, não. Eu faço política por ideal. Eu podia estar na minha casa usufruindo o que tenho, tomando chazinho com minhas amigas. E o retorno, todos querem. O médico sente satisfação quando salva uma vida. O político sente satisfação quando deixa o governo com aprovação. Todos querem esse retorno. É humano.

CC: *Uma questão delicada. A sua saúde. A senhora enfrentou, se não me engano, 15 cirurgias. Retirou pólipos, aderências, chegou a ser desenganada, pesou 30 e poucos quilos. Como foi, como é isso na sua cabeça? E não*

SOU PARLAMENTARISTA... NEM TODO O PT É RADICAL... SEMPRE ME INCOMODOU O PRECONCEITO CONTRA A MULHER NO BRASIL... ESTOU LENDO A VIDA DE JOANA D'ARC...

há aí um risco grande? Essa é uma questão que vai surgir.

RS: Claro que vai. Eu tenho problemas de saúde. Tive problemas e posso ter de novo. Não sei, quem é que sabe? As últimas cirurgias foram importantes na minha vida.

CC: *A senhora viu a morte muito de perto...*

RS: Isso! Você fica mais humilde, tem mais dimensão do que importa na vida. Sempre fui uma pessoa doce, mas na política você...

CC: *Cria uma carapaça para evitar as pauladas?*

RS: Isso, isso. Hoje eu não tenho mais

rancor, raiva, ódio. Eu entendo a outra parte, o outro lado, é o trabalho deles, o outro lado, o outro quer também. Eu aceito mais as pessoas como elas são.

CC: *O que lhe passou pela cabeça quando foi desenganada pelos médicos?*

RS: Minha filha estava grávida. Pedi muito a Deus, seja o que o Senhor quiser, mas eu gostaria muito de ver a minha neta.

CC: *O que a senhora anda lendo?*

RS: Acabei de ler a biografia de Joana d'Arc.

CC: *O que senhora acha da emenda ao artigo 222, a que permite o ingresso de capital estrangeiro nos grupos nacionais de comunicação, televisão?*

RS: Não acompanhei, em princípio, não tenho uma opinião sobre o assunto... Mas não sou contra o ingresso de capital nessa área, desde que se obedeça a regras rígidas e desde que os estrangeiros não tenham o controle.

CC: *A propósito, os Alves, no Rio Grande do Norte, os Collor, em Alagoas, os Franco, em Sergipe, os Magalhães, na Bahia, os Sarney, aqui no Maranhão, os Coelho, em Petrolina...*

RS: Na minha família não há espaço para propaganda política na tevê, e temos a Globo aqui. Aqui é imparcial, se não for, perde-se a credibilidade. Aqui não há apoio a nós.

CC: *A senhora é presidencialista ou parlamentarista?*

RS: Parlamentarista.

CC: *No seu programa no horário eleitoral gratuito, apareceram as torres gêmeas de Nova York, a senhora falou em radicalismo. O que foi aquilo?*

RS: A questão do radicalismo. Ele não leva ninguém adiante.

CC: *O alvo ali foi o PT? Aquilo foi um recado subliminar?*

RS: Não existe só PT radical, nem todo o PT é radical, nem só no PT há radicais. Ali era a visão de uma mulher. Quem sabe se uma mulher estivesse lá, no poder, aquilo não teria acontecido? Ou, talvez, fosse ainda mais radical? Não sei, mas acho que a mulher tem uma visão diferente das coisas. ■

ANEXO 16 – *Rastros de ódio (Carta Capital, 13 de março de 2002)*



ROBERTO CASTRO/AG

RASTROS DE ÓDIO

PFL suspende, ao menos por ora, o seu governismo secular em resposta à manobra desastrosa do tucanato. POR BOB FERNANDES, DE BRASÍLIA

ELE ERROU. ELE É O HOMEM-TEFLON, aquele em quem nada pega, reza a lenda construída ao longo de sete anos. Mais certo seria dizer que é enorme, e dispendioso, o trabalho para que nele nada pegue, mas isso é coisa para historiadores. Agora, ele errou. Seu candidato, com velocidade histórica, assume a forma de homem-esponja — aquele em quem tudo pega. É certo dizer que é e será gigantesco, e ainda mais dispendioso, o trabalho para desgrudar o que nele já pegou. A sucessão presidencial vive seus primeiros passos, mas nos caminhos do homem-teflon e do homem-esponja, impregnados, indelévels, estão rastros de ódio.

O homem-teflon. Aconteça o que acontecer, mantido o elenco de hoje, Fernando Henrique Cardoso chegará às urnas tendo contra si, além dos adversários de praxe, os fígados de dois ex-presidentes da República, José Sarney e Itamar Franco, e de Antônio Carlos Magalhães.

É possível, sempre, que o instinto de sobrevivência dos corpos que cercam o senador Sarney, o governador Itamar e Antônio Carlos, se sobreponha aos fígados do trio, mas não é possível esquecer que, neste jogo, o do establishment, uns poucos têm as cartas.

O homem-esponja. No final de fevereiro José Serra montou uma pré-convenção em Brasília. Nada além de um simulacro de unidade. Só os bastidores da foto em que Serra, Tasso Jereissati, Aécio Neves, José Anibal, Márcio Fortes e Alberto Goldman apertam as mãos, garantem um capítulo na história da sucessão presidencial.

De lá para cá, o que mais acumulou o homem-esponja foi ódio contra si. Muito ódio que, nestes dias, apesar do teflon, gruda também no outro homem.

Ante a lista dos que hoje odeiam os homens-esponja e teflon, dirão os que escrevem e falam em seus nomes: é ótimo ter na biografia adversários como esses.

O problema é que até outro dia os que em nome deles falam e escrevem contorciam-se em busca de justificativas para a aliança que agora, por ora, se encerra. A aliança do PSDB, há sete anos no poder, com o PFL, há 38 anos — desde 1964 — no poder.

Trinta e oito anos se fixada uma data meramente factual. A data mesmo da chegada do que se convencionou chamar de PFL (um estado de espírito calcado no amor ao Estado para si) ao poder provoca dúvidas.

Há quem creia que tudo começou com Pedro Álvares Cabral e a *Carta de Caminha*. Há quem, mais rigoroso, aponte para Martin Afonso de Souza — quando da divisão das capitanias hereditárias.

Pois agora é a proximidade da redivisão quadrienal das capitanias hereditárias, o que fomenta o ódio entre os representantes do establishment e deixa seus rastros.

O episódio político-policial Roseana-Murad-Fernando Henrique-Serra é, de



ROBERTO CASTRO/AG

parte a parte, apenas mais um ato entre gente que enxerga o Estado como uma propriedade privada, como um indutor dos seus assuntos e negócios pessoais. De um lado, a história da governadora do Maranhão, Roseana, candidata do PFL à Presidência da República. A Polícia Federal e o Ministério Público vasculham relações entre a governadora, seu marido e secretário de Planejamento do Maranhão, Jorge Murad, e três empresas no Brasil — além de meia dúzia em um paraíso fiscal. (Leia resumo à página 25.)

A Agência Estado, na madrugada da sexta 8, trazia o procurador federal do Maranhão, Nicolau Dino, informando haver "provas" que justificariam a suspensão dos direitos políticos da governadora por oito anos.

Horas antes, na quinta-feira 7, mais um tiro em direção a Roseana. Na lista de documentos capturados na Lunus, e divulgados no dia 7 pelo procurador do Tocantins, Mário Lúcio de Avelar, em pelo menos um estaria a ligação entre a empresa da governadora e Murad e o falido Projeto Usimar, investigado por fraude no chamado Escândalo Sudam.

Um documento, datado de 2000, entregue a jornalistas pelo procurador e logo depois recolhido, demonstraria que, ao contrário do alegado, Lunus, Agrima e Usimar ainda teriam

vínculos oito anos após o casal ter se desfeito da Agrima. É certo que investigações do gênero costumam ser lentas e, no caso, a lentidão tanto pode ajudar quanto atrapalhar Roseana. Ajudaria se fosse rápido o processo e se comprovada sua inocência. Na quinta-feira 7, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que por ser uma governadora, portanto detentora do direito de foro privilegiado, Roseana só poderá ser investigada sob sua supervisão. O proces-



AGUIBERTO LIMA/AG

"COM A MINHA FILHA, NÃO", DISSE SARNEY AO PRESIDENTE, ENTRE COISAS IMPUBLICÁVEIS

ENTRE LUZES E SOMBRAS. A PF, no Maranhão, cumpriu seu dever com cautela. Não a teve quem deixou pegadas entre os fax da Lunus e do Planalto

so deixa a Justiça do Tocantins e ruma para Brasília, sob segredo de Justiça. No caso, segredo é quase uma piada.

A candidatura se derreterá se comprovadas as ligações perigosas, ou se o processo se arrastar carregado de idas e vindas. De qualquer forma, deverá passar despercebida a essência de todo esse enredo.

A essência que pouco se notará — por ser parte dos hábitos, da cultura, do caráter do País que produz a quarta pior distribuição de renda do planeta — é o uso do Estado em proveito próprio.

À parte culpa ou inocência, o casal Roseana-Murad ultrapassou os limites. Ainda que se crendo com razões; pois no Brasil tais limites não são tidos como limites.

Ultrapassou-se o limite ao vender uma propriedade — segundo a versão oficial —, a Agrima, da Lunus (leia resumo à página 25), a um projeto que se instalava no Estado dirigido pelo casal. Ela governadora, ele secretário do Planejamento.

O casal, Murad em especial, batalhou por incentivos fiscais para o Projeto Nova Holanda. Como batalhariam depois, por incentivos de R\$ 1,3 bilhão para o Projeto Usimar.

Se foram antes, ou haviam sido até ali, donos de uma porção do que comporia a Fazenda Nova Holanda, não poderiam, fossem outros os hábitos e a cultura, nem sequer aproximar-se de tal projeto.

Mas se aproximaram, e agora a redivisão futura do poder transforma a inevitável e necessária investigação jurídico-policinal num explosivo fato político. Do outro lado, os mesmos hábitos e culturas.

O Ministério Público fazia o que deve fazer, assim como a Polícia Federal cumpriu a ordem que não teria como deixar de cumprir. O problema está no manejo dos cordéis.

Na quinta-feira 28 de fevereiro, o delegado Paulo de Tarso Gomes esteve no Congresso Nacional. Ele, o delegado que no dia seguinte comandaria a operação de captura de documentos e R\$ 1,3 bilhão

no escritório da Lunus, do casal Roseana-Murad.

Paulo de Tarso esteve numa audiência pública, em companhia dos delegados Itanor Neves, diretor de Polícia Judiciária da PF e de Getúlio Bezerra, diretor da Entorpecentes.

Paulo de Tarso Gomes é o segundo homem na estrutura da Coordenação de Combate ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais. O Chefe do setor também se chama Paulo de Tarso.

O Paulo de Tarso Chefe, então de férias, é o homem que presidiu as investigações do Inquérito Cayman. Quando as conduziu era um delegado. Foi promovido. Hoje, é o Chefe do setor.

Inquérito Cayman, aquele que investigou a denúncia de uma conta secreta no paraíso fiscal em nome do presidente Fernando Henrique e de outros ilustres tucanos.

O inquérito, como se sabe, concluiu pela inexistência da imaginada conta. Pois agora, com o Chefe Paulo de Tarso de férias, foi escalado para a missão o Paulo de Tarso Gomes.

O superior absoluto de ambos, ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, declararia depois dos eventos que desconhecia a operação e seus motivos.

José Sarney ouviu do colega e ex-superintendente da Polícia Federal Romeu Tuma:

— É impossível que decisão nesse nível seja tomada sem ser ouvido o ministro da Justiça.

Estranha. Muito estranha a versão do ministro da Justiça. Na quinta-feira, um dia antes, todos os policiais envolvidos na operação já sabiam do que se tratava. Sabiam o que e quem seriam os alvos da investigação do dia seguinte em São Luís: a Lunus, do casal Roseana Sarney-Jorge Murad.



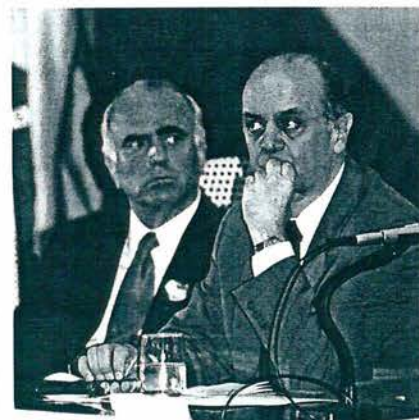
NO FÍGADO. Dois notáveis da coleção de inimigos que devem ir às urnas contra Fernando Henrique

A ordem judicial foi comunicada ao delegado Itanor, da Polícia Judiciária da PF. Além de dois agentes, um outro delegado, Rodney, viajou para São Luís com o delegado Paulo de Tarso.

Repita-se: vinte e quatro horas antes todos sabiam o que e a quem se buscava. Estranho que o ministro da Justiça diga desconhecer o que se faria.

Estranho que o superintendente da Polícia Federal, Agílio Monteiro, nada lhe tenha dito. Monteiro, um mineiro. Monteiro que, informam seus amigos na Polícia Federal, tem hoje dois caminhos.

Em um, disputará um mandato de



É CERTO QUE O MINISTRO PAULO RENATO FOI INVESTIGADO. JOSÉ SERRA AFIRMOU: "ISSO É ABSOLUTAMENTE DELIRANTE"

deputado por Minas Gerais. No outro caminho, aguarda-se para breve sua ida para a embaixada do Brasil em Lisboa, como adido policial.

Embaixada onde se encontra José Gregori, ex-ministro da Justiça naqueles tempos rumorosos aqui antes descritos e ex-chefe de Monteiro. E dos Paulos de Tarso.

Estranha a ida dos delegados para São Luís. Por alguns motivos. Um, o inquérito Sudam tem pelo menos dois delegados nele metidos até o pescoço. Foram os homens que puxaram o fio da meada.

Um deles, o encarregado-mor, Hêlbio Afonso Dias Leite, e o outro, o delegado Deuselino. Hêlbio, o autor do relatório que levaria à queda de Jader Barbalho.

Hêlbio, lotado à época no Tocantins, andou em missão-Sudam pelo Maranhão. Foi trazido de volta porque a Polícia Federal não tinha verbas para mantê-lo deslocado.

A Polícia Federal, é fato, não tem dinheiro. Para quase nada. Não tem deslocado policiais para operações, salvo em casos absolutamente especiais. Vale-se dos contingentes que tem em cada Estado.

No caso, mandou quatro policiais para o Maranhão. E não mandou o delegado que cuida da investigação do Escândalo Sudam.

O que se fez foi uma Operação Especial. Com planejamento e conhecimento de toda a cadeia de comando. E com uma recomendação nos instantes decisivos, já em São Luís:

— Tenham cautela.

Os policiais tiveram cautela, e cumpriram seu dever. Não teve quem montou a porção externa, política, da operação. Não teve quem pediu informações sobre o andamento da operação na sexta-feira 1º de março, e deixou rastros no caminho entre os aparelhos de fax da Lunus, em São Luís, e o Palácio do Planalto.

Se verdadeiros os documentos e fatos objetos da investigação no Maranhão, muito menos cautela ainda terá tido quem montou tal rosário de empresas e guardou tudo na gaveta, embalado em R\$ 1,3 milhão.

Às vésperas da viagem que o levaria a falar em francês e ser aclamado em Paris, Fernando Henrique, a pedido,

avistou-se com José Sarney, em sua casa, no Lago Sul, em Brasília.

Então, já conhecedor da presença de agentes da Abin no Maranhão e as investigações sobre a vida e os negócios de Roseana e Jorge Murad, o senador Sarney passou um curto recado:

— Com a minha filha, não.

Na sexta-feira 1º, o ex-presidente José Sarney diria a Fernando Henrique Cardoso o que não se pode nem deve dizer a um presidente da República. Roseana também fez seu desabafo com o presidente.

Sarney, na tensa conversa, disse a Fernando Henrique:

— Eu já fui presidente e sei como são essas coisas. Isso não acontece neste nível sem que o presidente da República tome conhecimento.

Na semana que se seguiu, a cada vez que tocava no assunto com os próximos, Sarney ficava de lábios trêmulos e o rosto avermelhado.

Entre o publicável, o termo "molecagem" e derivados freqüentou a conversa de José Sarney com Fernando Henrique. Deslealdade e ingratidão também foram adjetivos suaves no diálogo. O ódio moverá os Sarney contra o homem-teflon na sucessão. E contra José Serra.

A história da Era FHC flagra tucanos em roteiros recheados de lances obscuros, de grampos, arapongagens e golpes abaixo da linha da cintura.

O caso Sivam, que envolve o Centro de Dados Operacionais (CDO) da Polícia Federal, em atuação conjunta com a CIA norte-americana, é um desses episódios. Já relatados por *CartaCapital* em suas edições 92, 97 e 98 e à disposição no site www.cartacapital.com.br.

Há exato um ano, em 14 de março, na edição 142, *CartaCapital* publicava a capa Sucessão Presidencial, Espionagem, Dossiê... a História.

Ali se contava como, no segundo semestre de 2000, se investigou e se montou um dossiê sobre o ministro Paulo Renato. Para ser exato, sobre os quatro anos — 1991 a 1994 — da gestão Paulo Renato como gerente de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington.

A história se divide em duas partes. Na primeira, uma estrutura montada no



GRANA NO COFRE. A Lunus vendeu a Agrima para empresa agropecuária

RELAÇÕES PERIGOSAS?

Nova Holanda, Agrima, Lunus, Usimar, Murad?

Nova Holanda Agropecuária S.A. é uma empresa formada em 1994 por duas dezenas de médios e grandes agricultores do Paraná, ex-cooperados ou ex-diretores da cooperativa Batavo.

O grupo oriundo da Batavo desembarcou no Maranhão em 1994 para implantar um projeto de desenvolvimento do Cerrado, o Prodecer. Com recursos do Banco Mundial e do Banco do Nordeste e algo como 50 mil hectares.

Cem famílias foram assentadas e o projeto para tanto se valeu de US\$ 46 milhões. Isso na região chamada Geraes, divisa do Maranhão com Tocantins, à margem esquerda do Rio Balsas.

À margem direita do Balsas, com 14 mil hectares de soja (13 mil) e arroz (mil) plantados, foi instalada a Nova Holanda.

Uma das propriedades compradas para a constituição da Fazenda Nova Holanda foi a Agrima Ltda. Roseana Sarney e Jorge Murad são ainda hoje acionistas majoritários da Lunus, à época dona da Agrima.

Usimar é o nome do terceiro projeto fincado no Maranhão. Com sede em Curitiba, lançado em reunião da Sudam presidida por Roseana Sarney em 1999, deveria receber incentivos fiscais na casa do R\$ 1,3 bilhão para um pólo de autopeças.

A Usimar torrou R\$ 44 milhões e hoje é um nada, mais uma das obras fantasmas patrocinadas pela dinheirama da Sudam.

Em setembro de 2001, numa busca no escritório da AC Rebouças — representante do dono da Usimar em São Luís, Teodoro Hubner Filho —, integrantes do Ministério Público encontraram papéis que mostram a abertura de empresas no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas.

O que os procuradores suspeitam, e tentam provar com os documentos agora apreendidos pela PF na Lunus Serviços e Participações, empresa de Roseana e Murad, é a ligação entre o casal, a Usimar e suas pernas no exterior.

Ministério da Saúde, abrigava um sistema de Inteligência e produzia investigações.

Noutra parte, o fulcro das investigações, contava-se a escolha da empresa gestora dos US\$ 915 milhões para o projeto de despoluição do Rio Tietê.

O ministro Paulo Renato tinha, e tem, a certeza da existência da investigação e da montagem do dossiê, e atribuía a operação ao colega da Saúde.

À época, no Ministério da Saúde, sete agentes – entre eles um ex-SNI e SAE, Marcondes, aposentado, e um agente da Abin, Barcelos, posto à disposição.

Chefiava o grupo no Ministério da Saúde Marcelo Zaturansky Nogueira Itagiba, chefe do Serviço de Inteligência da Polícia Federal no início do governo FHC. Itagiba, um homem de Serra, hoje é chefe da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

Na outra parte desta história, em pleno governo de Luiz Antônio Fleury, adversário mortal dos tucanos no início dos anos 90, foi escalada a Hidrobrasileira, empresa de Serjão Motta, para ser a cabeça do consórcio que geriu a obra de despoluição do Tietê.

Só de honorários o consórcio montado por Serjão recebeu coisa de US\$ 40 milhões. Quem viveu aquele episódio relata a *CartaCapital*:

— Se a gestão não ficasse com o Serjão, não saíria o bilhão do BID.

Paulo Renato, o gerente do BID, de-

fendeu-se em 2001. Disse a *CartaCapital* que a ele cabia apenas negociar as “grandes linhas do projeto”. E, acima dele, afinal, havia o Diretor para o Brasil. Quem era o diretor?

— O Pedro Malan – relatou Paulo Renato para *CartaCapital*.

Paulo Renato, Malan, todos amigos e levados ao BID com apoio de Fernando Henrique, Serra e o operador Serjão. BID, dirigido por Enrique Iglesias, amigo de Serra e Paulo Renato nos tempos de exílio no Chile.

É certo como o dia e a noite que o movimento investigativo contra Paulo Renato e seus desdobramentos existiram. José Serra, à época, disse a *CartaCapital*:

— Isso é absolutamente delirante. É uma história inacreditável, nem sei do que se trata... Eu, José Serra, fazer dossiê?

O que se sabe também é que, nos dias que se seguiram à morte de Mario Covas, o presidente Fernando Henrique reuniu-se em Brasília com Serra, Malan e Paulo Renato. O tema Tietê foi motivo de longa deliberação.

O que *CartaCapital* assegura agora, neste março de 2002, é que no início do anos 90 os tucanos tentaram fazer do consórcio da Hidrobrasileira e de Serjão Motta os gestores de outra obra milionária.

Esta, a de saneamento básico no Ceará. Obra de US\$ 700 milhões, com dinheiro do mesmo BID, obtido junto

ao gerente de operações Paulo Renato e ao Diretor Pedro Malan.

Num telefonema, um graduadíssimo tucano pediu a Ciro Gomes, então no governo do Ceará, que fizesse da Hidrobrasileira a gestora da obra. Ciro Gomes recusou o pedido.

Outra afirmação possível. Publicada a matéria por *CartaCapital*, em março de 2001, buscou-se no Tribunal de Contas de São Paulo o processo que investigava a participação da Hidrobrasileira no Projeto Tietê. O processo desapareceu.

CartaCapital, em março de 2001, procurou notícias com o conselheiro do tribunal responsável pelo processo, Robson Marinho. O conselheiro, confirmou:

— Esse processo; o processo não, os apensos dele, se não me engano dezesseis, de fato sumiram. Não sumiram comigo. Dos apensos examinei não os originais. Aqui examinamos apenas cópias dos apensos, os originais ficam na Sabesp. O que sumiu, sumiu na Sabesp, que é quem guarda esses apensos. Eu, quando recebi o caso, recebi apenas cópias disso que agora se busca e, depois, um comunicado da Sabesp dando conta do desaparecimento.

Além do desaparecimento de porções do processo que investigava a Hidrobrasileira no Projeto Tietê, restam algumas outras questões.

Uma delas: por que a despoluição do Tietê e a história do seu bilhão seriam motivo – como foram – para um dossiê entre e sobre tucanos?

Outra: por que não se providenciou, há um ano, a investigação dessa história de US\$ 1 bilhão?

História que, basta passar pelas margens do Tietê dez anos depois do início do projeto de despoluição, cheira mal.

Mais outra: por que quem agora brada e clama pela investigação dos Sarney não bradou, não brada – e não bradará – por uma investigação que passa pela gênese do projeto tucano?

continua na pág. 28

www.cartacapital.com.br



NO INÍCIO DOS ANOS 90, TUCANOS TENTARAM FAZER DA HIDROBRASILEIRA DE SERJÃO MOTTA A GESTORA DE OBRA DE SANEAMENTO DE US\$ 700 MILHÕES NO CEARÁ. CIRO GOMES, O ENTÃO GOVERNADOR, RECUSOU A OPERAÇÃO

ANEXO 17 – *A foliã Roseana Sarney mostra sua ginga brasileira em São Luís*
(*Caras*, 15 de fevereiro de 2002)

A FOLIÃ ROSEANA SARNEY MOSTRA



Roseana e o marido, Jorge Murad (à direita), no almoço de PH, que recebe o abraço da governadora (à esquerda). Acima, os irmãos Fernando e Sarney Filho ao lado dos tios Nelma e Ronald Sarney, no Baile de Honolulu.



FOTOS: MAURÍCIO MOREIRA/FUTURA

“O carnaval está na alma do povo brasileiro. Sorrir faz muito bem.”
(Roseana Sarney)

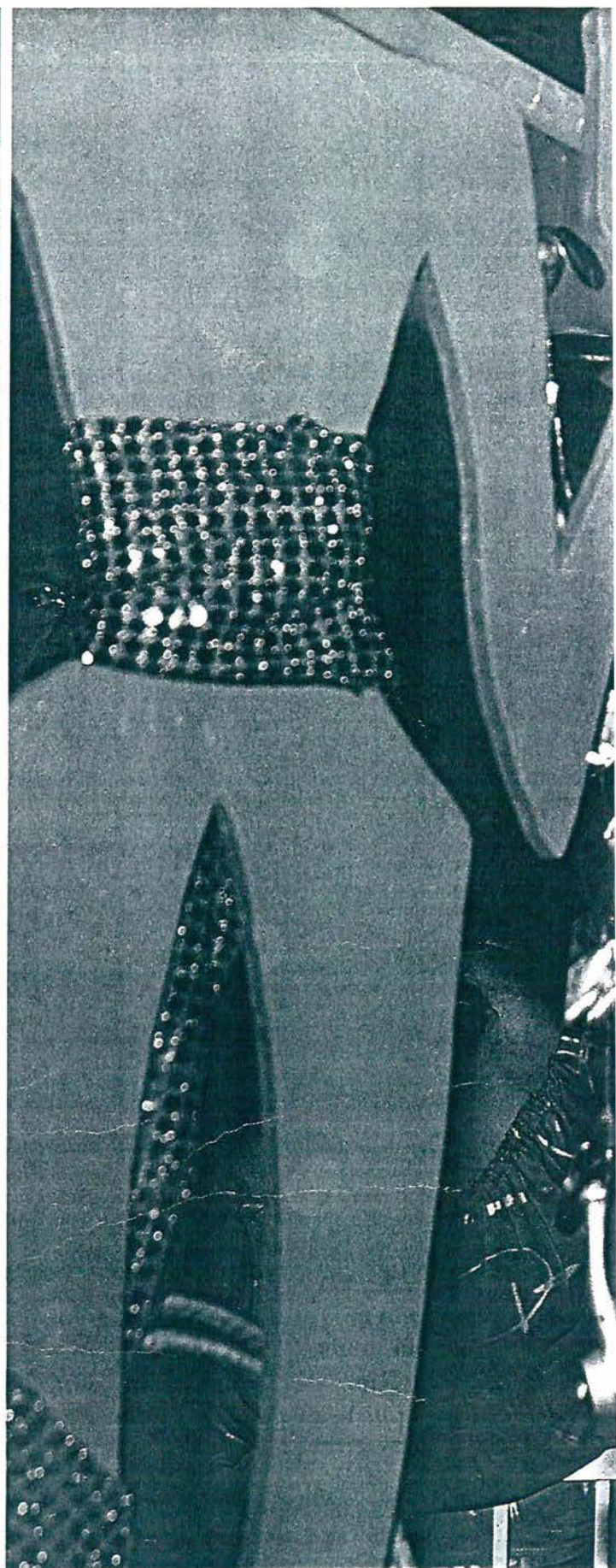
por Alécia Barreto

Sem resistir à animação dos dias de folia de Momo, a governadora do Maranhão e pré-candidata à Presidência da República, Roseana Sarney (48), deu mostras de sua alma bem brasileira. Ao lado do marido, Jorge Murad (48), ela esbanjou alegria nas festas de São Luís. Roseana se divertiu com o show do Bloco Bicho Terra e ensaiou alguns passos de frevo no almoço pré-carnavalesco oferecido pelo colunista Pergentino Holanda (53), o PH, do jornal *O Estado do Maranhão*, no Hotel Sofitel, na Praia do Calhau. “O carnaval está na alma do povo brasileiro. É um momento de descontração em que todo mundo pode esquecer os problemas. E sorrir faz

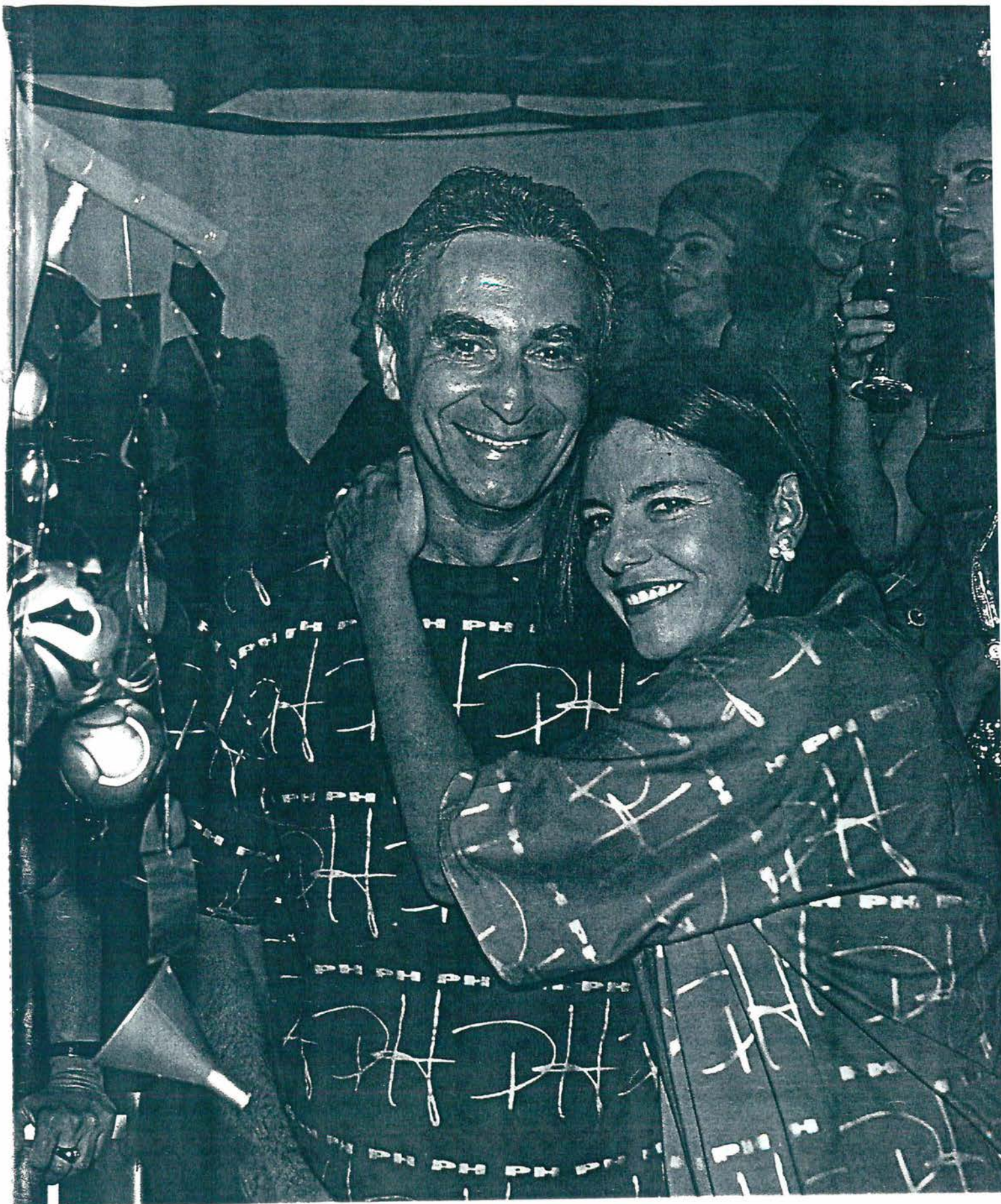
Prestigiando PH, além de Roseana estavam seus irmãos, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (44) — acompanhado da noiva, Camila (30) —, e o empresário Fernando (46) — ao lado da esposa, Tereza (47). Ronald Sarney (58), irmão de José Sarney (71), ex-presidente da República, foi com a mulher, Nelma (46).

O entusiasmado clã Sarney, com exceção de Roseana, também compareceu em peso ao Baile de Honolulu, no Iate Clube de São Luís, na Praia da Ponta D’Areia. Na festa promovida por Nedilson Machado (40), que assina a coluna *Noite*, no *O Estado do Maranhão*, a família dançou ao som da banda baiana Pimenta Nativa.

Tanta animação serviu apenas

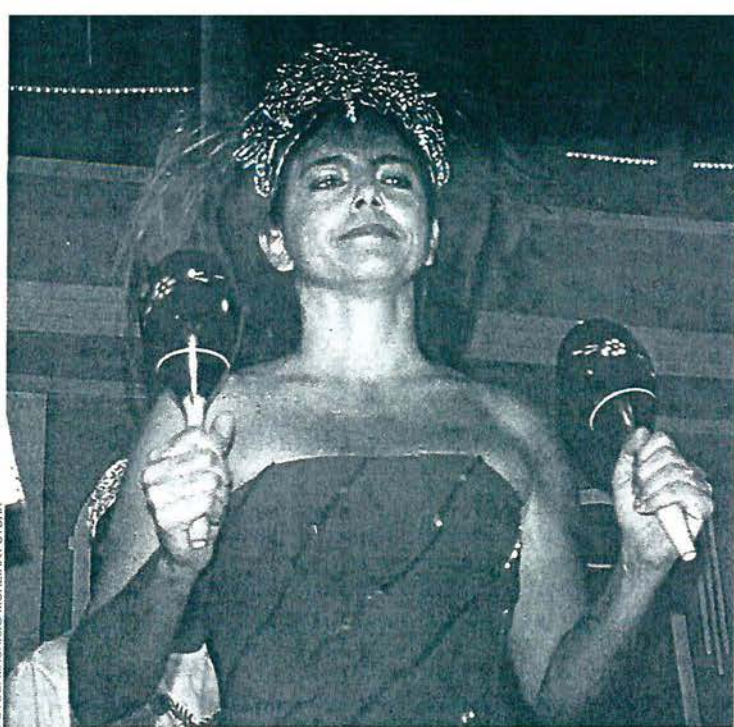


SUA GINGA BRASILEIRA EM SÃO LUÍS





FOTOS: MAURÍCIO MOREIRA/FUTURA



Trajando um vestido da Daslu, a governadora Roseana Sarney dá show de elegância no Baile de Gala. Animada, ela toca maracá e dança ao som da Bloco Bicho Terra.

“Esse é o tom de nossa festa, cheia de alegria e bom gosto.” (Roseana)



folia, oficialmente abertos na noite de sábado com o Baile de Gala do Carnaval Maranhense. Realizada no Centro de Produções Artísticas Maranhense, no bairro Madre Deus, a festa foi um capítulo à parte na folia dos vips do Estado.

A governadora Roseana, muito elegante em um vestido longo vermelho bordado com paetês, da Daslu, usava na cabeça um arranjo harmonioso de plumas escarlate, criado pelo artista plástico Aldo Leite (60) para compor a fantasia. “O Baile de Gala é um evento marcante no Maranhão, e dá o tom do nosso carnaval, cheio de alegria e bom gosto”, disse ela, a respeito do evento, em sua segunda edição.

A pompa da festa, que teve a decoração elaborada com máscaras e carrancas coloridas, além de fitas e adereços de fibra de buriti, fez com que os convidados caprichassem nas alegorias. Novamente ao som do bloco mara-

governadora se descontraíu e mostrou outros talentos ao acompanhar, tocando maracá, os cantores Roberto Brandão (41) e Inácio Pinheiro (42). “Essas músicas são a expressão da cultura do Maranhão”, ensinou ela.

Entusiasmado, Fernando Bicudo (55), diretor do Teatro Arthur Azevedo, dançou a noite toda. “Não só pela beleza, mas também pela empolgação, este baile me lembra as grandes festas do Municipal do Rio de Janeiro, o que faz deste um dos acontecimentos mais grandiosos do país”, afirmou Fernando, fantasiado com um traje de gala do Turquestão.

Considerada a grande estrela da noite, Roseana festejou a homenagem que seu Estado recebeu da Escola de Samba Grande Rio, no Rio de Janeiro, que levou para a Marquês de Sapucaí um entredo destacando as belezas naturais do Maranhão. “Estou orgulhosa, pois lutei muito para fazer o carnaval e a cultura do meu Estado prosperarem”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê – a propaganda política na televisão**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 1999. 204 p.

ALMEIDA, Jorge. **Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Xamã, 2002. 254 p.

BARRETO, Aléxia. A folião Roseana Sarney mostra sua ginga brasileira em São Luís. **Caras**. 15 de fevereiro de 2002, nº 7, edição 432, ano 9.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**; tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial, 1989. 311 p.

CARVALHO, Rejane Vasconcellos A. Imagem Marca e Reeleição: A campanha presidencial de FHC em 1998. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Mídia e Eleições 98**. Salvador: Ed. Universitária/UFPB, Facom/UFBA, 2000. 315 p. p. 137-157.

CERVellini, Silvia. *Marketing político e marketing comercial: uma reflexão*. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 235 p. p. 83-113.

COSTA, Florência. *Jogo de Dama*. **Isto É**. São Paulo: Editora Três, 14 de novembro de 2001, nº 1676, p. 24-27.

CUNHA, Paulo José. *Televisão e poder no Brasil*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 366 p. p. 217-223.

DINIZ, Weiller. A briga pela elite. **Isto É**. São Paulo: Editora Três, 9 de janeiro de 2002, nº 1684, p. 34-35.

DINIZ, Weiller. Duplo haraquiri. **Isto É**. São Paulo: Editora Três, 13 de março de 2002, nº 1693, p. 24-32.

DINIZ, Weiller; ROCHA, Leonel. Jogada ao mar. **Isto É**. São Paulo: Editora Três, 17 de abril de 2002, nº 1698, p. 24-27.

DÓRIA, Palmério. **A candidata que virou picolé**. São Paulo: Editora Casa Amarela Ltda, 2002. 112 p.

FARIAS, Tales; DINIZ, Weiller. PFL larga o osso. **Isto É**. São Paulo: Editora Três, 19 de dezembro de 2001, nº 1681, p. 26-29.

FERNANDES, Bob. Estrela ou cometa? **Carta Capital**. 14 de novembro de 2001, ano VIII, nº 165, p. 32-37.

FERNANDES, Bob. Rastros de ódio. **Carta Capital**. 13 de março de 2002, ano VIII, nº 180, p. 26-28.

FIGUEIREDO, Marcus (et al.). Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 235 p. p. 147-203.

FIGUEIREDO, Rubens. **O que é marketing político**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. 96 p.

IBOPE. Disponibilidade e acesso: <www.ibope.com.br>, 21 de abril de 2002.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**; tradução de Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Prentice Hall, 2000. 764 p.

LIMA, Maurício. A candidata afundou. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, 13 de março de 2002, edição 1742, ano 35, nº 10, p. 34-54.

LIMA, Maurício; OLTRAMARI, Alexandre; JUNIOR, Policarpo. A candidata que virou pó. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, 17 de abril de 2002, edição 1747, ano 35, nº 15, p. 34-40.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia – Teoria e Política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 365 p.

MAIA, Cecília. **Isto É Gente**. São Paulo: Editora Três, 12 de novembro de 2001, ano III, nº 119, p. 24-31

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. 320 p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e mídia no Brasil: episódios da história recente**. Brasília: Plano Editora, 2002. 137 p.

MIRANDA, Ricardo. Roseana Sarney. **Isto É**. Especial 2001. São Paulo: Editora Três, 2 de janeiro de 2002, nº 1683, p. 28-35.

MIRANDA, Ricardo; QUADROS, Vasconcelo; DINIZ, Weiller. Poder paralelo. **Isto É**. São Paulo: Editora Três, 20 de março de 2002, nº 1694, p. 24-30.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 366 p.

O PASQUIM 21. Rio de Janeiro: GAMPZ Publicações, 12 a 18 de março de 2002, nº 4, 31 p.

PATURY, Felipe; CARNEIRO, Marcelo. É a vez de Serra. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, 20 de março de 2002, edição 1743, ano 35, nº 11, p. 36-56.

PFL. Programas e Inserções: fita de vídeo.

QUEIROZ, Saulo. Entrevista concedida a Bianca Persici por e-mail. Brasília/Porto Alegre: janeiro de 2003.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação**. São Paulo: Summus, 1985. 87 p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Mídia e Eleições 98**. Salvador: Ed. Universitária/UFPB, Facom/UFBA, 2000. 315 p.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**; tradução de Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 209 p.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**; tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 325 p.

UMA. Editora Símbolo, 17 de fevereiro de 2002, ano 3, nº 17, capa.

VENTURI, Gustavo. Imagem pública, propaganda eleitoral e reeleição na disputa presidencial de 1998. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Mídia e Eleições 98**. Salvador: Ed. Universitária/UFPB, Facom/UFBA, 2000. 315 p. p. 103-124.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. 217 p.

WEBER, Maria Helena. **Na imagem pública, o benefício da dúvida**. Porto Alegre: artigo inédito, 2002. 32 p.